



O DISSIDENTE

P. H.

LUSTOSA

EDIÇÕES
INESP



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

ODISSIDENTE

Paulo Henrique Lustosa

O DISSIDENTE
30 Anos de Política

INESP

Fortaleza - Ceará

2021

Copyright © 2021 by INESP

Coordenação Editorial

João Milton Cunha de Miranda

Assistente Editorial

Rachel Garcia, Valquiria Moreira

Diagramação

Mario Giffoni

Capa

Robson Corte Real

Revisão

Lúcia Jacó Rocha

Coordenação de impressão

Ernandes do Carmo

Impressão e Acabamento

Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

Catalogado na Fonte por: Daniele Sousa do Nascimento CRB-3/1023

L968d Lustosa, Paulo Henrique.
O dissidente [livro eletrônico]: 30 anos de política / Paulo Henrique Lustosa. – Fortaleza: INESP, 2021.
2233 Kb ; PDF

ISBN: 987-65-88252-65-9

1. Lustosa, Paulo – político – biografia. 2. Ceará – História política. I. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. II. Título.

CDD 923.28131

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp

Rua Barbosa de Freitas, 2674

Anexo II da Assembleia Legislativa, 5º andar

Dionísio Torres

CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil

Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707

al.ce.gov.br/inesp

inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

A história de Paulo Lustosa e, conseqüentemente, do período da política nacional em que ele atuou nos é revelado nesse trabalho que reconstrói aspectos inéditos de importantes formações políticas, sendo assim, uma importante fonte de dados que colabora para o entendimento da nossa história governamental.

Pesquisar e informar com ética fazem a boa prática de Paulo Henrique Lustosa, que colabora para o bom exercício da democracia, pois influencia na formação da consciência política dos cidadãos. A ele o nosso agradecimento e o reconhecimento de que um livro bem escrito é um legado valioso que um homem pode deixar.

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - Alece -, por meio do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp -, tem a honra de editar e distribuir esta obra, que é um rico registro para as novas gerações.

Deputado Evandro Leitão

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

O Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp -, criado em 1988, é um órgão técnico e científico de pesquisa, educação e memória. Ao idealizar e gerenciar projetos atuais que se alinhem às demandas legislativas e culturais do Estado, objetiva ser referência no cenário nacional.

Durante seus mais de 30 anos de atuação, o Inesp prestou efetiva contribuição ao desenvolvimento do Estado, assessorando, por meio de ações inovadoras, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. Dentre seus mais recentes projetos, destacam-se o "Edições Inesp" e o "Edições Inesp Digital", que têm como objetivos: editar livros; coletâneas de legislação; e, periódicos especializados. O "Edições Inesp Digital" obedece a um formato que facilita e amplia o acesso às publicações de forma sustentável e inclusiva. Além da produção, revisão e editoração de textos, ambos os projetos contam com um núcleo de Design Gráfico.

O "Edições Inesp Digital" já se consolidou. A crescente demanda por suas publicações segue uma média de quarenta mil downloads por mês e alcançou um milhão de acessos. As estatísticas demonstram um crescente interesse nas publicações, com destaque para as de Literatura, Ensino, Legislação e História, estando a Constituição Estadual e o Regimento Interno entre os primeiros colocados.

O livro *O dissidente: 30 anos de política*, de Paulo Henrique Lustosa, é mais uma obra que compõe o diversificado catálogo de publicações do "Edições Inesp Digital" e que, direta ou indiretamente, colaboram para apresentar respostas às questões que afetam a vida do cidadão.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

Para Lelela...

“Por trás de um grande homem há sempre
uma grande mulher”.

(Dito popular)

Na minha infância, um elogio respeitoso...

Na juventude, uma injustiça que precisava ser reparada...

Hoje em dia, um anacronismo politicamente incorreto.

A verdade é que houve uma geração de mulheres inteligentes e capazes, que encontraram no sucesso pessoal e profissional de seus maridos, o caminho para expressar toda a sua potencialidade.

Certas?

Erradas?

Quem somos nós para julgar?

Somente elas podem responder: foram felizes?

AGRADECIMENTOS

Este livro foi escrito durante o período em que a Pandemia de COVID 19 nos obrigou a nos afastarmos das pessoas amadas e, talvez por isto, deu-me o tempo e a disposição para o trabalho. Havia anos que insistia com meu pai que ele deveria contar a sua versão da história de que foi ativo participante, o que ele nunca se dispôs a fazer.

Mas tenho de reconhecer que o que efetivamente me levou à escrita dessa história foi a leitura do livro de Plínio Fraga, no qual o autor erra, grosseiramente, sobre a participação de Paulo Lustosa na montagem do ministério de Tancredo Neves. Assim, não fazendo sentido agradecer à providência pela pandemia que tão, duramente, nos atingiu, cabe agradecer o autor pela motivação.

Mas, mais importante que uma eventual resposta ao erro de Fraga, descobrir que muitos ignoravam a história e a importância do papel que meu pai teve em período tão importante da política nacional levou-me a escrever este livro para garantir que seus netos e herdeiros saibam de sua trajetória e se orgulhem da vida do avô.

Assim, convidei a todos: Mari, Rob, Neneto, Duda, Bruno, Pedro, João, Nina e Luísa, a participarem do trabalho, como críticos, revisores, editores e etc. Além dessas ajudas, devo a eles a capa, o título, o projeto gráfico e as muitas ideias que dão jovialidade a um texto pensado para ser quadrado no formato e preciso no objetivo. Só não participou desse esforço coletivo a neta mais nova, Júlia, que nos seus 9 anos é a principal destinatária desta obra, assim como Helena, Artur e os bisnetos, próprios ou tortos, que ainda virão.

Tentando minimizar o inevitável viés no julgamento do meu personagem principal e de suas ações, o trabalho é todo fundamentado em pesquisa, especialmente, nos jornais da época, o que me obriga a reconhecer e agradecer ao Jornal O Globo a disponibilidade e a facilidade de acesso do pesquisador ao imenso acervo dos jornais publicados em todo o período. Sem dúvida foram minha principal fonte de pesquisa e, em muitos

casos, permitiram-me descobrir aspectos desta história que sequer desconfiava.

Por fim, tenho que agradecer aos meus cunhados Eugério e Eugênia, pois foi na tranquilidade da fazenda Cedrinho, no Iguatu, na companhia de quase toda minha família cearense, que produzi a maior parte do livro que agora chega a vocês.

SUMÁRIO

1 DE DISSIDENTE A MINISTRO	15
A ELEIÇÃO DE 1985	17
Ingressando na Política.....	18
Arena, PDS e a Abertura Política.	20
Aureliano, Tancredo e o Acordo de Minas.....	23
O Colégio Eleitoral	30
A Frente Liberal na Disputa Eleitoral	33
O Acordo do Ceará, uma resposta à Operação Maranhão.	35
Juruna muda de ideia e surge o Verbo Malufar.	43
Ameaças, Ameaças e mais Ameaças.....	45
Contando os Dias para a Vitória.....	48
O Ministério de Tancredo e o Governo de Sarney	49
OS NOVOS ARENISTAS	57
Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.	58
Ser ou não ser PDS, eis a questão!	62
A emenda Flávio Marcílio.	64
Djalma Marinho, o Homem que Pintava Cavalos Azuis.	69
Economista, Desenvolvimentista e... dissidente.	75
O Decreto-Lei nº 2024 e a primeira derrota do Governo.....	78
O MOVIMENTO DAS DIRETAS JÁ.	85
Diretas Já " <i>avant la Lettre</i> ".	85
A Emenda Dante de Oliveira.	91
O Grupo ProDiretas e os Movimentos de Rua.....	95
1, 2, 3... 4, 5 mil... Queremos eleger o presidente do Brasil!	100
2 APRENDENDO A PERDER	105
A PRIMEIRA DISPUTA PARA O SENADO.	105
A Arena Política Cearense nos Anos 80.	106
A Sucessão de VT.	109
Eleições em Fortaleza: Surpresa e Consequências.....	111
O CIC e os jovens empresários na política estadual.....	117
Lustosa, candidato ao Governo do Estado em 86.....	121
O Plano Cruzado.....	124
As Eleições de 1986: Preliminares.	128
A Campanha vai às Ruas.	131
UM CEARÁ DE VERDADE: PROJETO PARA 1990.....	137
O Governo Tasso.	137

Ciro, Prefeito de Fortaleza.	140
A Fundação do PSDB e seus Reflexos no Cenário Estadual....	145
Primeiros Movimentos para 1990.	149
Collor de Mello e as Eleições de 1990.	152
Um Ceará de Verdade?	155
Rescaldos da Eleição.....	163
3 PROMOÇÃO DA CIDADANIA.....	166
A AGENDA ERA A MESMA: PROMOÇÃO DA CIDADANIA. MAS SEMPRE SE REINVENTANDO	166
A REVOLUÇÃO DA CIDADANIA NA REPÚBLICA DOS ALVARÁS.168	
Fala Cidadão e Recadastramento Eleitoral, o cidadão em primeiro lugar.	172
Lustosa propõe a extinção do Título de Eleitor.....	173
Na Desburocratização, a invenção da defesa do consumidor..	177
No Combate à Especulação nascem os Fiscais do Sarney.	180
O Legado do Ministério da Desburocratização para a Política de Defesa do Consumidor.	183
PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS E A CRIAÇÃO DO SEBRAE.....	188
A Pequena Empresa como agenda, antes mesmo do CEBRAE.189	
Transformando o CEBRAE em agente político em prol da Micro e Pequena Empresa.	191
Primeiro Desafio: O Endividamento das MPME depois do Cruzado.....	194
Compras Governamentais e Outras Agendas Inovadoras para o Setor.....	201
O Lado técnico do CEBRAE.	203
Ação Política na Constituinte.	208
Pequenas Empresas, Grandes Negócios, o CEBRAE vai ao público.	214
No auge da crise, CEBRAE vira SEBRAE.	216
NA FUNASA, COMO UMA FÊNIX.....	220
As Eleições de 2002.	222
Nas Comunicações, a volta ao Executivo Federal.	227
A briga pela liderança do PMDB da Câmara.	232
O Mensalão e mais uma Reforma Ministerial.....	233
Redescobrimo a FUNASA.	235
As Transformações do Ambiente Politico no Ceará para as Eleições de 2006.	240
Depois da Vitória, a Saída de Cena.	247
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	251

1

DE DISSIDENTE A MINISTRO¹

Na parede daquele escritório, que ele raramente usava, uma foto em preto e branco sintetiza o ápice de uma vida política que teve seus altos e baixos, sucessos e fracassos, mas que só agora, depois dos 75 anos, o interlocutor às vezes percebe uma nota de ressentimento quando ele conta sua história. Ressentimento que aqueles que acompanharam sua trajetória sabem ser coisa de um passado recente, associado, talvez, à aposentadoria forçada ou a um sentimento de que ele ainda poderia estar fazendo, produzindo e se reinventando, como fez durante toda a sua vida.

Na foto, sorridentes, além dele, no sofá do apartamento funcional da 302 Norte, em Brasília, o ex-governador do Ceará, Adauto Bezerra, e o ex-governador de Minas Gerais e candidato a presidente da República pelo PMDB, Tancredo Neves.

Era uma noite de outubro e a conversa dos governadores encerrava o jantar, do qual ele tinha sido principal articulador, onde uma das principais lideranças políticas do PDS no Ceará formalizou a adesão de todo o seu grupo à Frente Liberal e a garantia de apoio à candidatura peemedebista no colégio eleitoral.

O ano era 1984 e o Regime Militar que governara o Brasil desde 1964 já estava nos seus estertores. O processo de redemocratização iniciado com a Anistia em 1979, aprofundado com o fim do bipartidarismo no ano seguinte, o resultado das eleições de 1982 e o movimento das Diretas Já tinham tornado impossível ao presidente Figueiredo garantir a sua manutenção.

A sociedade brasileira queria a volta da democracia. A rejeição da emenda Dante de Oliveira tinha deixado um gosto

¹ Dissidência - substantivo feminino: 1. Desavença, conflito. 2. Ato de separar-se de uma parcela do grupo, agremiação ou partido em virtude de divergência de opiniões, cisma, cisão.

amargo na boca de toda a população, e o nome de Tancredo Neves, mais uma vez, surgiu como aquele capaz de conduzir para um porto seguro um Brasil assolado pela crise econômica e política.

Para isso, o candidato da oposição precisava derrotar o candidato pedessista no colégio eleitoral, o deputado Paulo Maluf, sabendo que o PDS detinha, formalmente, a maioria dos votos e cobrava de seus filiados fidelidade partidária, ameaçando-os com uma possível cassação de mandatos.

A tempestade avizinhava-se e ele estava no meio dela. Não como um mero expectador, mas na condição de protagonista da transformação que estava a caminho.

A ELEIÇÃO DE 1985

Antes de completar 40 anos de idade, na metade do seu segundo mandato como deputado federal pelo Ceará, Paulo Lustosa compunha o grupo de parlamentares que, ao longo do ano anterior, havia se aproximado do vice-presidente da República.

O mineiro Aureliano Chaves, que ocupava esse importante cargo, tinha a pretensão de ser o nome escolhido pelos militares para garantir uma transição mais suave para um governo civil e, conseqüentemente, encarnar a conclusão do processo de redemocratização do país, que tinha se iniciado alguns anos antes.

Um pequeno, mas importante detalhe serve de evidência da proximidade do parlamentar com o vice, o respeito que esse lhe devotava e de sua participação, desde o início, no movimento pró Aureliano dentro do PDS.

Em 12 de janeiro de 1984, nas vésperas de seu 54º aniversário, Aureliano Chaves reuniu toda a imprensa e funcionários que trabalhavam, diretamente, com ele para anunciar sua candidatura à presidência da República. Sobre a mesa de onde ele leu sua declaração, apenas três livros: a Constituição Brasileira; "Despropósitos" do irmão do presidente, Guilherme Figueiredo; e, "Nordestinos" de autoria de Paulo Lustosa².

A candidatura do vice e o engajamento de Lustosa no projeto era conseqüência de um processo político mais amplo, que se iniciara, ainda, no seu primeiro mandato na Câmara Federal (1979-1983) e que vinha se acentuando em função das transformações que vivia a política nacional e o cenário político em seu estado natal.

Desde o início, sua atuação no parlamento caracterizava-se por um elevado grau de independência no exercício do mandato, tanto em relação à orientação partidária, quanto à tendên-

2 O Globo, 13.01.84. Aureliano: Meu Passado Justifica a Candidatura. N.A.: Provavelmente o livro seria "Itinerários da Nordestinidade" que tinha acabado de ser lançado.

cia geral do agrupamento político, ao qual ele estava vinculado, cuja principal liderança era o deputado Federal Adauto Bezerra.

Já no seu primeiro ano de mandato, a natureza dissidente de Lustosa levou-o a participar de uma série de movimentos que transformariam a cena política nacional dos anos 1980. Nesses primeiros anos engajou-se no movimento em favor da anistia, flertou com movimentos sindicais e participou, entusiasticamente, da campanha pelas Diretas Já.

Em consequência dessa independência, ao se abrirem as discussões sobre a sucessão presidencial, enquanto o senador José Lins, representante do grupo de Bezerra, no senado federal, tinha seu nome cotado para ser candidato à vice do ministro do Interior do Governo Figueiredo³, Mário Andreazza, Lustosa abriu dissidência e buscou a aproximação com Aureliano e a bancada mineira no Congresso Nacional.

Assim, quando chegou o momento decisivo da política nacional, em que os dissidentes governistas formaram a chamada Frente Liberal para garantir seu apoio à Aliança Democrática e à candidatura de Tancredo Neves, Paulo Lustosa estava lá, como signatário do grupo dos 37, como cabo eleitoral de Tancredo e, no fim, como membro do primeiro ministério da nova república.

ingressando na Política.

Com uma formação técnica e acadêmica sólida, Lustosa iniciou sua carreira política com uma incursão no executivo estadual, em 1975, ocupando a secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. Bem sucedido nessa missão, desincompatibilizou-se do cargo, no início de 1978, para concorrer ao cargo de deputado federal pela ARENA, sendo eleito para o mandato que se iniciam em 1979, com o apoio do então governador Adauto Bezerra.

O início de seu primeiro mandato coincidiu com o primeiro ano do General João Batista de Oliveira Figueiredo como presidente da república. O novo presidente, acossado pela cri-

³ O Globo, 16.02.84. Um Vice para Andreazza.

se econômica que se instalara depois do segundo choque do petróleo, assumiu com a responsabilidade de dar seguimento ao processo de abertura política, iniciado por seu antecessor, o também General, Ernesto Geisel.

O ambiente estava cada vez mais politizado, com a sociedade brasileira e internacional pressionando o governo pela adoção de medidas que promovessem a redemocratização do país. Questões como a concessão de anistia ampla, geral e irrestrita para os cassados durante o período mais duro do regime; as demandas por eleições diretas para prefeitos, governadores e presidente; e, as aspirações de maior liberdade sindical, política e partidária estavam na ordem do dia.

Pressionando em direção contrária, setores mais conservadores do governo lutavam pela preservação dos "avanços" da Revolução de 31 de março de 1964 e viam todas essas propostas, com muita desconfiança, para dizer-se o mínimo.

No plano estadual, as eleições de 1978 confirmaram o rodízio dos coronéis no governo do estado, com a indicação do senador Virgílio Távora para conduzir os destinos do estado no quadriênio que se iniciava. Adauto, temendo ser cristianizado na sua saída do governo, preferiu a certeza do mandato de deputado federal, enquanto César Cals, que estava licenciado do mandato de senador da República, ocupava a cadeira de ministro das Minas e Energia.

Eleito pela ARENA, Lustosa chegou à câmara federal, para a 46ª legislatura, como membro de uma bancada de 22 representantes do Ceará. Àquela época, a câmara era composta por 420 deputados federais⁴, dos quais 231 tinham sido eleitos pelo partido governista e 189 pelo Movimento Democrático Brasileiro o MDB partido que abarcava todo o arco de oposição ao governo, dos mais moderados aos mais radicais.

Na bancada cearense eleita para aquela legislatura a ARENA contou com ampla maioria dos seus representantes. Além de Lustosa e Bezerra, outros 15 parlamentares foram elei-

⁴ Atualmente a Câmara dos Deputados tem 513 cadeiras, mas o Ceará continua elegendando 22 representantes

tos pelo partido governista e, apenas, cinco deputados formavam a bancada de oposição.

Em que pese à maioria estabelecida, o fato da oposição deter 45% das cadeiras na câmara baixa colocou o governo na obrigação de negociar com suas bases as matérias mais delicadas, especialmente, aquelas que demandavam um quórum qualificado, embora o decurso de prazo⁵ fosse, com alguma frequência, a estratégia adotada pelos governistas para fazer avançar os projetos de lei e decretos-lei de interesse do governo.

Além dessa condição, o legislativo e seus membros sofreram uma série de restrições, em termos de sua liberdade de funcionamento, consequência das limitações impostas pelos sucessivos atos institucionais produzidos pelo regime militar que, no linguajar da época, implicaram na perda de uma série de prerrogativas do congresso nacional, comprometendo sua capacidade de atuar plenamente.

Assim, embora o processo de abertura política desse margem para uma atuação mais livre da oposição, com o surgimento de dissidências dentro da base do governo, ainda pairavam no ar ameaças veladas que iam desde a cassação por infidelidade partidária, até o permanente temor de uma nova intervenção militar, como aconteceu cerca de dez anos antes.

Nesse ambiente foi onde Lustosa, que ainda precisava aprender a trabalhar, pretendeu se destacar.

Arena, PDS e a Abertura Política.

Durante o governo Geisel (1974-1979), os militares que governavam o país, desde 1964, começaram um processo de abertura política que, na própria definição do grupo dominante, deveria ser lento e gradual, realizando concessões de natureza política aqui e ali, acomodando os diferentes grupos de inte-

⁵ A legislação em vigor estabelecia que, passado o prazo regimental, as matérias de iniciativa do Executivo que não fossem apreciadas pelo Legislativo estariam automaticamente aprovadas, em muitos casos, bastava aos governistas se ausentarem do plenário e não dar quórum às sessões, levando as matérias a serem aprovadas por "decurso de prazo". Para o Legislativo a regra era o inverso. As matérias não votadas até a data limite estariam automaticamente rejeitadas.

resse, mas mantendo o controle sobre todo o processo que se convencionou chamar de "transição democrática".

Entretanto, já nas eleições de 1974, o inesperado bom desempenho do MDB, que conquistou 16 das 22 cadeiras em disputa no Senado Federal, fortalecendo a oposição no parlamento, provocou reações da linha dura do exército e do próprio presidente, levando a uma recidiva processo de distensão política que se iniciou. Antes das eleições de 1978, a Lei Falcão⁶ e o Pacote de Abril⁷ modificaram o quadro político e fortaleceram a posição do partido do governo, garantindo-lhe o controle sobre a eleição do sucessor de Geisel.

Em 1979, o General João Batista Figueiredo, depois de eleito de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, assumiu a presidência da república, fortemente, pressionado por uma crise econômica que há muito o país não atravessava. Era o quinto general do exército a assumir o posto de primeiro mandatário da República⁸ e, ao final do seu mandato, em março de 1985, fechou-se um ciclo de mais de 20 anos do regime militar.

Coube a Figueiredo dar continuidade ao processo de abertura política iniciado por seu antecessor, sendo o partido de sustentação política do governo a ARENA que, assim como o

6 A Lei Falcão (Lei n° 6339/76) recebeu o nome de seu criador, o Ministro da Justiça do Governo Geisel, Armando Falcão. Ela mudava as propagandas eleitorais transmitidas por televisão e rádio no território brasileiro, fazendo com que os candidatos de quaisquer partidos ficassem proibidos de anunciar, em suas propagandas, outras informações além de breves dados sobre sua trajetória de vida. Também era vetada a veiculação de músicas com letra, discursos ou imagens. A única exceção era a foto do candidato, que poderia ser exibida na televisão, juntamente com seu respectivo nome, partido e a leitura de seu currículo. Era permitida a menção do horário e local dos comícios. A lei também ampliava o mandato presidencial, que passava de cinco para seis anos.

7 O Pacote de Abril (uma emenda constitucional e seis decretos-leis), aprovado em abril de 1977, alterou as regras para as eleições de 1978, quando seriam renovados dois terços do Senado, estabelecendo que metade das vagas seria preenchida por escolha do Colégio Eleitoral, evitando o risco de nova derrota do PDS nas eleições senatoriais. Assim, um terço dos senadores não se elegeu diretamente, mas foram referendados após indicação do Presidente, ficando conhecidos como senadores biônicos. O pacote também estabelecia a extensão do mandato presidencial de cinco para seis anos; a manutenção de eleições indiretas para presidente, governadores e de prefeitos dos municípios em áreas de segurança nacional; e, o aumento da representação dos estados menos populosos na Câmara dos Deputados.

8 Os Presidentes Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto, Hermes da Fonseca e Eurico Gaspar Dutra, também eram militares, mas todos chegaram ao posto de Marechal.

MDB, tinha sido formada em 1965, depois que o Ato Institucional 1 (AI1) estabeleceu o bipartidarismo no país.

Em 1980, como uma das medidas relacionadas com o processo de abertura política, aboliu-se o bipartidarismo e foi autorizada a constituição de novas agremiações políticas, preservando-se, entretanto, a proibição do funcionamento dos partidos considerados comunistas. Esse fenômeno, associado à anistia política, aprovada em 1979, deu margem a uma total reconfiguração do quadro partidário nacional, embora os sucedâneos de ARENA e MDB continuassem sendo os maiores entre eles.

O MDB, que durante seus anos de existência abrigou diversas correntes oposicionistas, transformou-se no PMDB, criando para lá boa parte de seus filiados. Mas, Tancredo Neves, abriu dissidência e criou o Partido Popular -PP-, de curta duração. Leonel Brizola, que tinha acabado de retornar do exílio, disputou com Ivete Vargas a herança do Partido Trabalhista Brasileiro -PTB- de Getúlio. Ao final, Ivete ficou com o PTB e Brizola criou sua própria agremiação, o Partido Democrático Trabalhista -PDT.

Com algumas defecções de políticos que em função das circunstâncias locais não puderam ficar no novo partido, parcela majoritária dos filiados à ARENA migrou para o Partido Democrático Social -PDS. No estado do Ceará, os grupos políticos vinculados aos três coronéis, que disputavam espaço na ARENA, migraram, em bloco, para o novo partido governista, mantendo a acomodação política previamente existente.

Vindo de uma trajetória de estruturação diferente daquelas adotadas pelos demais partidos, uma vez que baseado nos movimentos sociais e na luta sindical, o leque de partidos que compunham o quadro partidário nacional completou-se com a fundação, em 10 de fevereiro de 1980, do Partido dos Trabalhadores -PT. Assim, ao se aproximarem as eleições, seis eram os partidos legalmente constituídos: PDS, PMDB, PTB, PDT, PP e PT.

Com a nova configuração partidária, os políticos começaram a se organizar para as eleições de 1982, que traziam como novidade a eleição direta para governador de estado, depois

de 20 anos. Naquele ano, os brasileiros escolheram vereador, prefeito (exceto os das capitais e dos municípios declarados de segurança nacional), deputado estadual, deputado federal, senador e governador.

Aureliano, Tancredo e o Acordo de Minas.

As eleições de 1982 evidenciaram que a severa crise econômica que o país atravessava agravara a crise política, mobilizando protestos e críticas no seio da sociedade brasileira, que se refletiram nas urnas; tensionando as relações entre o PDS e o governo no congresso nacional; alavancando vitórias expressivas para os partidos opositores; e, em consequência, dando maior visibilidade às dissidências existentes entre os parlamentares da base governista.

Apesar das manobras na legislação eleitoral, visando criar dificuldades para os partidos opositores, no pleito de 1982 e proteger as candidaturas do PDS, a oposição elegeu dez⁹ dos vinte dois governadores, incluindo os governos de Minas, São Paulo e Rio. Fizeram dez dos 25 novos senadores¹⁰ e, mais importante, pela primeira vez o partido do governo, o PDS, não conseguiu fazer a maioria simples na câmara, elegendo 235 deputados contra 244 eleitos pelos demais partidos¹¹.

Como um sinal de que setores representativos do partido governista se distanciaram do governo, logo no primeiro ano da nova legislatura (1983), os parlamentares pedessistas aplicaram uma expressiva derrota ao governo federal ao aprovar o Decreto Legislativo nº 69, de 26 de setembro de 1983, que revogou o Decreto-lei nº 2024, o qual modificava os critérios para reajuste dos salários.

Em meio a um momento de greves, a medida proposta pelo governo, segundo argumentaram seus críticos, provoca-

9 PMDB elegeu nove governadores e o PDT um.

10 O Território Federal de Rondônia fora transformado em estado pelo Decreto de 22.12.81. Nas eleições de 1982 os eleitores daquele estado puderam eleger seus três representantes no Senado Federal, mas o Governador ainda foi indicado pelo Governo Federal.

11 PMDB com 200 deputados, PDT com 23, PTB com 13 e PT com 8 parlamentares.

ria um enorme arrocho salarial para os trabalhadores, que já estavam sendo prejudicados por conta de uma inflação que se acelerava de modo preocupante, tornando a medida injusta e impopular.

Além das matérias econômicas que chegavam ao Parlamento, acirrando o clima das disputas, o movimento em favor das eleições diretas para presidente da república e pela aprovação da emenda Dante de Oliveira exacerbaram essas tensões, provocando maiores divisões dentro do partido situacionista.

Dentro do PDS, a disputa pela definição do nome do partido no colégio eleitoral avançava, tendo os nomes do Ministro Mário Andreazza e do deputado Paulo Maluf favoritos, em um processo de separação que se mostrou inevitável.

No parlamento, depois de derrotados na votação da emenda Dante de Oliveira, apoiadores de Aureliano anunciaram sua dificuldade em apoiar os outros nomes do partido. Em meados de maio, Paulo Lustosa falando em nome dos membros do Grupo Pró-Diretas admitiu que poderiam “apoiar, no colégio eleitoral, um candidato da oposição, caso o PDS propusesse um nome que não tivesse respaldo popular”¹².

O parlamentar, naquele momento, já se antecipava aos fatos e garantia não votar nem em Maluf nem em Andreazza, pois tinha já declarado da tribuna da câmara:

“Quero deixar bem claro que eu, pessoalmente, não posso assumir o compromisso de manter a fidelidade no Colégio Eleitoral. Chamo a atenção para o fato, pois seria profundamente incoerente se, por acaso, defendendo eleições diretas já aceitasse uma solução e, ao final de tudo, me dobrasse a essa solução que violentasse a vontade popular”.

- Paulo Lustosa, 14.05.84

12 O Globo, 15.05.84. Pro Diretas não quer acordo que mantenha o Colégio Eleitoral.

Antes mesmo de chegarem a esse ponto, ainda no início de 1984, os grupos políticos liderados por Aureliano Chaves e pelo senador Marco Maciel, de Pernambuco, que vinham se sentindo preteridos na sucessão presidencial dentro do PDS, iniciaram tratativas com o governador de Minas Gerais, Tancredo Neves, em torno de um possível apoio do grupo dissidente a uma candidatura oposicionista no colégio eleitoral, caso o processo interno do partido não garantisse condições para que eles participassem da disputa.

Com isso em mente, o senador Jorge Bornhausen, de Santa Catarina, promoveu em seu apartamento da 209 Sul, um encontro entre o grupo de senadores do PMDB e dos pedessistas insatisfeitos com os rumos que tomou o processo sucessório (CORREIA, 2006. p. 36). No encontro, aventou-se a possibilidade de um apoio ao governador mineiro em caso de exclusão de Aureliano na sucessão.

Batizado Acordo de Minas o pacto uniu os adversários mineiros: Tancredo apoiaria uma eventual candidatura do vice, caso ele conseguisse a indicação de seu partido; em troca, Aureliano apoiaria uma eventual candidatura de Tancredo pelo PMDB, caso seu nome fosse vetado.

Esse movimento, dentro do PDS, em grande parte devia-se ao fato de que entre o segundo semestre de 1983 e o início de 1984, a situação política de Aureliano, dentro do governo, havia se deteriorado e sua relação com o presidente Figueiredo, para além das formalidades do cargo, praticamente, não existia. Presidente e governo trabalhavam, majoritariamente, pela candidatura do ministro Mário Andreazza. Entre os parlamentares pedessistas, o nome do ex-governador de São Paulo e deputado federal Paulo Maluf ganhou espaço, apesar da resistência de algumas de suas principais lideranças.

Sarney e Bornhausen, presidente e vice do PDS, propuseram a realização de prévias partidárias, na esperança de reerguer a candidatura de Aureliano dentro do partido. Maluf, percebendo a manobra e antevendo sua derrota, posicionou-se contra a solução. O presidente Figueiredo, ao compreender que esta solução beneficiaria Aureliano, com quem já estava pro-

fundamente desgastado, também, mobilizou seus apoiadores contra a medida. Diante da iminente derrota, Sarney preferiu renunciar à presidência do partido, deixando Bornhausen com essa tarefa.

Na sexta feira, dia 15 de junho, o Náutico Atlético Cearense, tradicional clube de Fortaleza, assistiu a mais uma demonstração de força de Paulo Maluf¹³, no evento de lançamento do nome de Flávio Marcílio para compor a sua chapa como candidato a vice-presidente. Em evento que reuniu cerca de 2500 pessoas, custeado pelo empresário cearense Fernando Gurgel¹⁴, Maluf conseguiu reunir 92 deputados federais, seis senadores, setenta deputados estaduais e outros tantos delegados convençãois. No total, participaram do evento, cerca de 300 dos 481 votos necessários para garantir sua indicação na convenção do PDS realizada três meses depois.

Enquanto isto, o nome indicado pelo presidente Figueiredo para suceder José Sarney à frente do partido, o deputado Augusto Franco, anunciou sua rejeição à realização de prévias, provocando reações de Bornhausen e da chamada ala liberal do PDS. Também no senado, a maioria dos senadores do PDS posicionou-se, contraria à realização de prévias partidárias por entender que não havia tempo hábil para tanto acreditando que poderia prejudicar uns e favorecer outros.

Às vésperas da reunião da executiva nacional que iria fixar a data para deliberar sobre a eleição do substituto de Sarney e sobre a realização de prévias, os governadores que apoiavam Mário Andreazza lançaram um manifesto em favor da realização de consultas às base¹⁵. A decisão dos apoiadores de Andreazza, que já pressentiam a necessidade de buscar uma candidatura de consenso dentro do PDS, colocaram a candidatura do ministro em contradição com a posição do presidente Figueiredo, pois ele se manteve contrário à realização de prévias.

13 O Globo, 17.06.84. Maluf: Só o imponderável me tirará a Presidência.

14 O Globo, 17.06.84. Articulação Antiga.

15 O Globo, 22.06.84. Governadores Andreazzistas exigem prévia.

Àquela altura do campeonato, os liberais¹⁶, apoiadores de Aureliano e Maciel, ainda investiram na tentativa de garantir um processo de escolha de um candidato pedessista que tivesse maior afinidade com suas estratégias, e o apoio à candidatura de Tancredo, que ainda não era garantia¹⁷. Uma chapa com Aureliano e Maciel tinha sido aventada, mas não avançou. Cada vez mais a disputa polarizava entre os nomes de Maluf e Andreazza.

Naquela mesma sexta feita, dia 15, Bornhausen chegou ao edifício Sofia, sede do PDS, no Setor Comercial Sul, munido de dois documentos. O primeiro, assinado por onze membros da executiva nacional, majoritariamente, ligados a Maluf, posicionando-se contrariamente, à realização da reunião em que foi discutida a adoção ou não de prévias, previstas para a segunda feira seguinte. O segundo, um abaixo assinado em favor da realização das prévias partidárias, assinado pelo vice-presidente, oito governadores e 65 parlamentares.

Depois da leitura dos documentos, diante da impossibilidade de avançar com a questão, assim como aconteceu com Sarney poucos dias antes, Bornhausen renunciou sua interina presidência, levantou-se e abandonou a sede do partido, deixando a reunião acéfala e em total confusão. Tão acirrados estavam os ânimos que os deputados Siqueira Campos (GO) e Paulo Lustosa (CE), o primeiro malufista e o segundo aurelianista, quase chegaram “às vias de fato”, sendo contidos por colegas que ali estavam¹⁸.

O líder do PDS, deputado Nelson Marchezan, ainda conseguiu negociar um acordo, adiando a votação da questão para o dia 5 de julho, mas o estrago já estava feito. Diante da impossibilidade da realização das prévias, Aureliano e Maciel anunciaram que não mais iriam apresentar seus nomes na convenção nacional¹⁹. Para os apoiadores do ministro Andreazza,

16 Embora não formalizada, parlamentares ligados aos grupos ligados a Aureliano, Maciel, Bornhausen e Sarney, além de alguns avulsos, como Paulo Lustosa, já eram chamados pela imprensa como componentes da “frente liberal do PDS”.

17 O Globo, 22.06.84. Magalhães: “Liberais” divergem mas ainda não são dissidentes.

18 O Globo, 23.06.84. Bornhausen renuncia. PDS adia decisão sobre prévia.

19 O Globo, 23.06.84. Sem prévia, Aureliano e Maciel não vão à Convenção.

a não realização das prévias levaria à implosão do partido²⁰ e o governador cearense, Gonzaga Mota, chegou a afirmar que diante daquela situação era hora de abrirem-se as negociações com a oposição²¹.

O clima dentro do PDS azedou de vez e, embora liberais e andreazzistas negassem, começou a surgir um movimento "anti-maluf" dentro do partido e que teria severos impactos no colégio eleitoral, pois a vitória malufista, na questão das prévias, repercutiu negativamente, dentro do partido. Tanto foi que, ato contínuo, lideranças pedessistas respeitadas, como o governador gaúcho Jair Soares²² e o senador baiano Antônio Carlos Magalhães²³ passaram a rejeitar o nome do deputado paulista.

O rompimento de Sarney, Bornhausen e Maciel com o PDS engrossou o movimento dissidente que havia se formado em torno dos mineiros de Aureliano. Mesmo sem ter a expressão política dos três ex-governadores, Paulo Lustosa, que participou, ativamente, do movimento dissidente na bancada do PDS na câmara dos deputados, foi agente destacado na criação do grupo de parlamentares que, em 3 de julho de 1984, passou a ser oficialmente chamado de Frente Liberal.

A oficialização do bloco dissidente e sua aproximação com a oposição evidenciaram que o presidente da república estava perdendo o controle do processo sucessório e, para a maior parte dos analistas políticos, a vitória no colégio eleitoral seria de Maluf, caso o PDS conseguisse garantir a fidelidade de seus filiados, ou, caso não conseguisse, a de um candidato da oposição, possivelmente, Tancredo Neves.

Tentando reverter essa tendência, três dias depois da criação da Frente Liberal, o ex-presidente Geisel desembarcou em Brasília para uma reunião com Figueiredo. Seu objetivo era levá-lo a retomar o protagonismo presidencial, na definição de um candidato pedessista e que conseguisse unir o partido ga-

20 O Globo, 23.06.84. Andreazzistas dizem que, sem consulta, PDS implode.

21 O Globo, 23.06.84. Gonzaga da Mota afirma que é hora de ampla negociação com oposições.

22 O Globo, 24.06.84. Jair veta Maluf e prefere oposição.

23 O Globo, 24.06.84. Antônio Carlos também rejeita deputado e pode votar em oposicionista.

rantindo uma vitória do governo, mesmo que, para tanto, tivessem que recorrer a uma candidatura civil. Geisel não queria perder a eleição, achava impraticável a candidatura de mais um general, mas não achava que Maluf tivesse o perfil adequado para a presidência.

O encontro teve potencial para reverter o avanço da oposição e ameaçou inviabilizar a candidatura de Tancredo Neves, uma vez que o governador mineiro teria que renunciar ao cargo até meados do mês seguinte para poder ser candidato no colégio eleitoral e, até aquele momento, as estatísticas apontavam para uma maioria do PDS no colegiado que iria escolher o presidente. O futuro ministro Bresser Pereira, em artigo na Folha de São Paulo²⁴, sintetizou assim a situação:

(...) “a manobra do ex-presidente não tem, portanto, condições de reunificar o PDS. Afinal a Frente Liberal está muito mais próxima dos setores de centro do PMDB do que resta de autoritarismo e oportunismo de direita do PDS. Mas tem condições de paralisar por algum tempo o movimento da Frente Liberal em direção à candidatura Tancredo Neves, dadas as ligações pessoais de Aureliano Chaves com o ex-presidente. Caso isto ocorra, a desincompatibilização de Tancredo Neves no próximo dia 15 de agosto tornar-se-á problemática. E o impasse estará criado. O PMDB se verá obrigado a procurar às pressas um outro candidato dentro de suas próprias fileiras, que dificilmente reunirá as condições ideais para um presidente de transição como as tem Tancredo Neves”.

Apesar das expectativas geradas pelo encontro, a reunião dos dois generais-presidentes não conseguiu alterar o rumo que o processo sucessório estava tomando. Tanto para membros do governo, quanto para as lideranças políticas que acompanhavam o desenrolar da situação, o encontro entre os dois foi pouco

24 Folha de São Paulo, 10.07.84. A Frente Liberal e a Manobra de Geisel.

produtivo (CORRÊA, 2006. p. 34), não gerando nenhum impacto sobre o processo²⁵.

Entretanto, ainda restava o desafio de mostrar ao candidato de oposição que houve viabilidade na escolha de seu nome dentro do colégio eleitoral.

O Colégio Eleitoral

O golpe militar de 1964, que derrubou o presidente João Goulart, procurou manter a aparência de uma democracia funcional, preservando uma série de instrumentos e mecanismos de natureza democrática, como o congresso nacional, a suprema corte e eleições regulares. Entretanto, sempre que havia risco de perda do controle do processo político por parte do regime, o que ficou, especialmente, evidente quando se aproximavam os pleitos eleitorais, as regras eram alteradas em nome da estabilidade e da segurança nacional.

Entre as novidades introduzidas pelo Ato Institucional 1, de 9 de abril de 1964, a mais significativa foi a alteração do sistema de eleição do presidente e do vice-presidente da república que, desde 1946, tinham voltado a ser escolhidos, diretamente, pelo voto popular. Por conta do AI-1, os presidentes passaram a ser eleitos por um colégio eleitoral, como até hoje ocorre nos EUA.

No caso brasileiro, diferentemente do seu similar norte americano, o colegiado era composto apenas por membros do congresso nacional²⁶. Assim, a eleição do presidente por representantes do povo, eleitos de forma direta, serviu, pelo menos, para o público externo, como evidência da manutenção da normalidade democrática na transição para o novo regime.

Por outro lado, o mesmo ato institucional que estabeleceu o colégio eleitoral baseado em detentores de mandatos popula-

25 "Nos assustamos quando o Presidente Figueiredo conseguir trazer a Brasília o ex-presidente Geisel, mas, para nosso alívio, a conversa não trouxe nenhum ingrediente novo." Depoimento do Senador Jorge Bornhausen a Corrêa. (CORREA, 2005, p. 81).

26 Artigo 2º do AI-1.

res, cassou o mandato de diversos parlamentares de oposição²⁷, expurgando-os do colegiado e garantindo o controle do governo sobre o resultado da eleição vindoura.

A prática, por parte do regime, em modificar as regras do jogo para garantir uma vitória tranquila manteve-se ao longo dos anos. Em geral, antecipando cada processo eleitoral o governo fazia aprovar emendas constitucionais ou publicava decretos-lei que alteraram as regras da eleição, modificaram a composição ou os critérios de formação do colégio eleitoral, garantindo vantagens para o partido governista.

Enquanto para as eleições de 1978, a hegemonia governista foi conquistada com a criação dos senadores biônicos, indicados pelo governo para ocupar um terço das cadeiras do senado, nas eleições de 1982, antecipando o potencial de crescimento das oposições, por conta da escolha direta dos governadores de estado, introduziu-se o voto vinculado que, entre outras coisas, levou à precoce extinção do Partido Popular -PP de Tancredo Neves, e modificou-se, mais uma vez, a representação das assembleias legislativas no colégio eleitoral²⁸.

Por conta desses artifícios e manobras, mesmo com o excelente desempenho dos partidos de oposição nas eleições de 1982, a modificação introduzida na composição do colégio eleitoral, estabelecendo que os partidos majoritários nas assembleias legislativas estaduais indicavam os seis representantes

27No dia 10 de abril foram cassados os mandatos de 42 parlamentares, a maioria de oposição. As últimas cassações de mandato pelo AI-1 ocorreram em 13 de junho de 1964, totalizando 56 parlamentares. Destes, 28 do PTB, partido do presidente deposto. Entre os cassados: Leonel Brizola (PTB-RS), Rubens Paiva (PTB-SP), Francisco Julião (PSB-PE) e Plínio de Arruda Sampaio (PDC-SP). Do Ceará foram quatro as cassações: Adail Cavalcanti, em 10 de abril, substituído por Flávio Márcilio; Moisés Pimentel, em 14 de abril, tendo Moreira da Rocha como suplente; e, no dia 13 de junho, na última leva, perderam os mandatos José Palhano de Sabóia e Expedito Machado, ambos do PSD, substituídos por Euclides Wicar e Francisco Adeodato, respectivamente.

28 A emenda 1 de 1969 estabeleceu que cada Assembleia Legislativa indicaria três delegados entre seus membros, mais um para cada 500 mil eleitores, não podendo nenhum estado ter menos que quatro delegados, com isso diluía a força do Congresso nas eleições. A emenda 8 de 1977, modificou de 500 mil para 1 milhão de habitantes o número de delegados adicionais por estado, enfraquecendo assim a representação dos estados mais populosos que caminhavam para vitórias oposicionistas no pleito de 1978 e poderia afetar a sucessão de Geisel. E para 1982, antecipando a possibilidade dos partidos de oposição ganhar as eleições para governador nos grandes eleitorados (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), a regra mudou novamente e o número de delegados passou a ser o mesmo, independentemente do número de eleitores no estado.

dos legislativos, no colegiado, para eleger o presidente da república em 1985, independentemente, do tamanho do estado ou da maioria nos plenários, garantiu a hegemonia do PDS.

Assim, para as eleições presidenciais de janeiro de 1985, o partido do governo esperava contar com a maioria absoluta dos votos, contabilizando 361 dos 686 eleitores (52%). Consequentemente, uma eventual candidatura oposicionista, para ter chances de sucesso, ademais de garantir a unidade de todos os partidos de oposição, em torno de um mesmo nome, precisaria tirar votos do partido situacionista, revertendo sua condição majoritária.

Ao mesmo tempo, além da necessidade de trabalhar os votos dos parlamentares federais em Brasília, as disputas nas 23 assembleias estaduais, que respondiam por vinte por cento do colégio eleitoral (138 votos) requeriam dos candidatos capacidade de articulação e de negociação para acomodar os diferentes interesses políticos em cada unidade da federação, condição que tendia a favorecer o candidato do executivo, uma vez que levava vantagens no diálogo com os governadores.

Com essa situação o governador de Minas deparava-se. Ainda no início do segundo ano de um mandato de quatro, após uma eleição muito disputada, teria ele até meados de agosto, para decidir se permanecia no cargo ou se renunciava ao governo para embarcar na disputa presidencial, contando com um eleitorado que, em princípio, favorecia o partido governista, sem dispor dos recursos que um candidato, apoiado pelo governo federal, poderia oferecer.

Bom mineiro que era, Tancredo dificilmente se meteria numa aventura de tais proporções, de forma irresponsável. Era necessário um mínimo de possibilidade de vitória para lançar sua candidatura à presidência, e esse foi o papel que desempenhou a Frente Liberal nas eleições indiretas de 1985.

A Frente Liberal na Disputa Eleitoral

Ao cenário de incerteza quanto à viabilidade da candidatura de Tancredo e à necessidade de sua desincompatibilização do governo mineiro até 15 de agosto, somaram-se informações de que o PDS iria cobrar fidelidade partidária de seus filiados no colégio eleitoral, ameaçando os dissidentes com a perda dos mandatos, caso não votassem no candidato do partido. Em se confirmando a posição partidária, maior seria o risco de não se conseguir reverter a maioria pedessista no colegiado.

Diante desse quadro, não restou aos membros da Frente Liberal outro caminho senão, o de resolver o impasse e facilitar a decisão de Tancredo. Em 2 de agosto daquele ano, os 37 parlamentares fundadores da Frente Liberal firmaram o documento de apoio à Aliança Democrática garantindo que "os signatários deste documento, fundadores da Frente Liberal, se comprometem a votar nos candidatos da Aliança Democrática: governador Tancredo Neves, para presidente da república; e, senador José Sarney, para vice-presidente".

Esse grupo de parlamentares, eleitores que eram no colégio eleitoral, teve papel decisivo na viabilização da candidatura de Tancredo Neves à presidência da república, uma vez que, até então, a bancada de oposição era minoritária. Com a formalização do apoio à candidatura oposicionista, o quadro eleitoral se modificou-se. O PDS que até então contava com 361 dos 686 votos, teve a certeza de contar com 324 votos, 20 a menos que os necessários para garantir uma maioria absoluta no colégio eleitoral. Ainda não era uma garantia de vitória para as oposições, mas derrotar o governo tornou-se uma possibilidade.

Dos 37 parlamentares que assinaram o documento, os mineiros de Aureliano formavam a maioria, com 10 participantes. Pernambuco (4), Maranhão (4), Santa Catarina (4) e Paraná (3) somou-se outros 15 parlamentares do grupo, confirmando as lideranças de Sarney (Maranhão), Maciel (Pernambuco) e Bornhausen (Santa Catarina) no rompimento com o governo e com

o projeto pedessista. Do estado do Ceará, apenas, um signatário Paulo Lustosa:²⁹.

Menos de uma semana depois, no dia 7 de agosto, enquanto muitos brasileiros festejavam a vitória do meio-fundista Joaquim Cruz nos 800 metros, quebrando o recorde olímpico e conquistando a primeira medalha de ouro do país nos jogos de Los Angeles, o Auditório Nereu Ramos da câmara dos deputados fervilhava de políticos para assistir ao lançamento oficial da Aliança Democrática.

Superadas as resistências de alguns setores do PMDB ao nome de Sarney e garantida a possibilidade de fazer maioria no colégio eleitoral³⁰, a chapa apresentou, na voz do senador Marco Maciel, o seu "Compromisso com a Nação". A plataforma eleitoral dos candidatos, com propostas que visavam, entre outras coisas, às eleições diretas para presidente, à instalação da assembleia nacional constituinte, promoção da reforma agrária e outras propostas avançadas no campo econômico e social³¹, surpreendeu muitos peemedebistas presentes no evento.

A escolha de um representante da Frente Liberal para ler a plataforma de campanha da Aliança Democrática e a surpresa da corrente progressista do PMDB justificou-se, por um simples fato. O documento tinha como base o manifesto liberal produzido quando da decisão dos dissidentes do PDS de formar a frente, documento esse que teve como um dos seus coordenadores,

29 Assinam o documento: José Lourenço (BA), Navarro Vieira Filho (MG), Norton Macêdo (PR), Wolney Siqueira (GO), Wilmar Palis (RJ), José Moura (PE), Geraldo Melo (PE), Saulo Queiroz (MS), João Alberto Souza (MA), José Jorge (PE), Inocêncio Oliveira (PE), Stélio Dias (ES), Tarcísio Burity (PB), Fernando Bastos (SC), Jayme Santana (MA), Humberto Souto (MG), Paulo Melro (SC), José Carlos Fagundes (MG), Israel Pinheiro (MG), Maurício Campos (MG), Sarney Filho (MA), Paulo Lustosa (CE), Pedro Colim (SC), Jairo Magalhães (MG), Paulino Cícero (MG), Herbert Levy (SP), Alcenir Guerra (PR), Francisco Benjamim (BA), José Tomaz Nonô (AL), Mário Assad (MG), José Ribamar Machado (MA), Aécio Cunha (MG), Antônio Dias (MG), Francisco Erse (RO), Fabiano Braga Cortes (PR), Antônio Pontes (AP), Evaldo Amaral (SC).

30 O Globo, 08.08.84. Aureliano Chaves afirmou que "Quando entro em uma luta, não conto com as defecções dos adversários. Nosso número é suficiente para vencermos no Colégio Eleitoral".

31 O Globo, 08.08.84.

o deputado Paulo Lustosa, que cuidou do programa da Frente Liberal para a economia³².

Com uma agenda intensa no mês de agosto, a sucessão presidencial aguardava as convenções do PMDB, que confirmaria a filiação de Sarney ao partido e homologaria a chapa Tancredo-Sarney; e a do PDS, prevista para o dia 11, que apostava para a vitória do deputado Paulo Maluf, embora a candidatura do ministro Mário Andreazza tivesse ganhado fôlego desde o início do mês.

Os partidários da Aliança Democrática contaram com um crescimento nas defecções no PDS com a provável vitória de Maluf na convenção do partido. O governador Gonzaga Mota, que participou do evento no Nereu Ramos, era um dos que apostava no crescimento da candidatura de Tancredo depois do dia 11, especialmente porque sabia que vários governadores nordestinos, que apoiavam Andreazza, já flertavam com a possibilidade de apoiar a Aliança Democrática.

O Acordo do Ceará, uma resposta à Operação Maranhão.

Passadas as convenções, os candidatos e seus partidos começaram a se movimentar. O presidente Figueiredo, uma vez definida a candidatura Maluf, reuniu-se com os governadores do PDS com o objetivo de promover a união partidária. Tancredo e Sarney dedicaram-se à consolidação dos apoios já obtidos, buscando os demais partidos de oposição³³, enquanto articulavam novas defecções junto ao PDS.

32 Embora não apareça como autor do documento que a Frente Liberal apresentou à Aliança Democrática, sua presença pode ser sentida na composição da equipe que o redigiu: o cearense Nilson Holanda, que foi Presidente do Banco do Nordeste, amigo próximo de Paulo Lustosa e seu chefe de gabinete no Ministério da Desburocratização; José Carlos Ferreira, mineiro de nascimento, cearense de coração, PhD em Economia por Vanderbilt, onde tinha sido colega de mestrado de Paulo Lustosa; Frederico Lustosa, professor e pesquisador da Fundação Getúlio Vargas, irmão de Paulo Lustosa; e, Maria Cilene M. Sales dos Santos, professora da Universidade de Brasília.

33 Os jornais da época noticiavam o apoio do PDT de Leonel Brizola, enquanto que o Senador Nelson Carneiro informava que o PTB definiria sua posição na convenção que estava prevista para setembro. O PT, por sua vez, decidiu não participar do Colégio Eleitoral.

A insatisfação dos apoiadores de Andreazza com o resultado da convenção levou alguns analistas políticos a considerarem, ainda no mês de agosto, que já existia uma "clara vantagem no colégio eleitoral do (...) candidato da Aliança Democrática" (CORRÊA, 2005, p. 38). Acreditaram, ademais, que essa vantagem tenderia a se ampliar, uma vez que novas adesões estavam sendo negociadas, destacando inclusive supostos acordos que estariam sendo costurados com os governadores nordestinos que tinham apoiado a candidatura andreazzista.

Embora fossem muitos os acenos na direção de um eventual apoio à candidatura de Tancredo, entre os governadores do PDS, até aquele momento, apenas Roberto Magalhães, de Pernambuco e Gonzaga Mota, do Ceará tinham se declarado pelo peemedebista. No caso do Ceará, entretanto, o governador não tinha nenhuma influência sobre a bancada federal do partido³⁴, de sorte que, até então, a candidatura de Tancredo, no estado, contava apenas com o "voto solitário do Deputado Paulo Lustosa", entre aqueles do PDS³⁵.

A situação do Ceará no colégio eleitoral merece uma atenção especial, não somente porque Paulo Lustosa a compunha, mas pelo papel importante que o estado teve naquela campanha.

Considerando uma bancada de 22 deputados federais, 3 senadores e 6 representantes da Assembleia Legislativa, o estado contava com 31 votos no colegiado que elegeria o futuro presidente da república. O PMDB, partido de Tancredo, contava apenas com 5 deputados, contra os 17 deputados e 3 senadores do PDS. Ademais, o partido governista tinha a maioria dos assentos na Assembleia cearense, o que significava que daquele partido sairiam os seis delegados para o colégio eleitoral.

Não bastassem essas vantagens, o piauiense Flávio Marcílio, vice escolhido por Maluf para compor sua chapa, além de presidente da câmara, era deputado federal, eleito pelo Ceará, e concunhado do senador Virgílio Távora, uma das principais

34 "Era uma época de Regime forte. O que adiantava a bancada diante disso? Eu, por outro lado, não tinha deputado federal, só tinha deputado estadual". Gonzaga Mota em entrevista ao jornal O Povo.

35 O Globo, 26.08.84.

lideranças políticas do estado. Ou seja, todas as variáveis apontavam para uma vitória expressiva de Maluf no estado.

A filiação partidária, porém, não foi o melhor parâmetro para compreender as relações políticas no Estado. O PMDB era a oposição, mas o PDS não era uma unidade. Cada um dos coronéis comandava uma bancada que lhes devotava fidelidade e elas não se alinhavam de modo automático³⁶, como ficou evidente na difícil negociação para a definição do candidato do partido à sucessão de Távora em 82.

Até aquele momento, o que havia de definição dentro do partido era que os parlamentares ligados aos senadores Virgílio Távora e César Cals estavam engajados na eleição de Maluf. César, que tinha apoiado Andreazza desde o primeiro momento e que ocupava o cargo de ministro das Minas e Energia, não deixou de apoiar o candidato escolhido na convenção do PDS, a partir do momento em que o presidente Figueiredo o reconheceu como candidato governista. VT apoiou, desde o princípio, a candidatura malufista, pois seu grupo participava diretamente da chapa.

O grupo do coronel Aduato, que tinha apoiado o ministro Andreazza até a convenção, ainda não tinha embarcado na candidatura oposicionista. Na verdade, seu primeiro movimento depois do resultado da convenção partidária, foi o de alinhamento com a orientação presidencial.

O senador José Lins, representante do grupo no Senado federal e um dos principais apoiadores de Andreazza, confirmou apoio à candidatura de Paulo Maluf, assim que terminaram de ser apurados os votos dos convencionais "e defendeu a ideia de que todos os partidários da candidatura Andreazza sigam o mesmo caminho para permitir que o PDS vença no Colégio Eleitoral³⁷".

Mais adiante, parcela dos eleitores de Andreazza formou um agrupamento dentro do PDS que se autodenominou "Independentes", tendo José Lins, como um de seus principais ar-

36 "No Ceará, por exemplo, havia três PDS. Havia o PDS do Aduato, o do Virgílio e o do César. Eram três partidos, na verdade (...)". Gonzaga Mota, em entrevista às Páginas Azuis de O Povo.

37 O Globo, 12.08.84.

ticuladores. Entre outras coisas, o grupo propôs uma solução alternativa para a crise política que, na sua avaliação, se avizinhava, em função do risco de eleição de um candidato oposicionista: a adoção do regime parlamentarista. A proposta chegou a ser levada aos dois candidatos, Maluf e Tancredo, mas não angariou muita simpatia e foi logo abandonada.

De volta ao Ceará, embora Gonzaga Mota não tivesse força política para atuar junto aos parlamentares federais, dispunha de capacidade de ação na Assembleia Legislativa. O governador, entretanto, não detinha todos os votos necessários para indicar os seis representantes estaduais, uma vez que contava com o apoio de 14 parlamentares de um total de 46, isso quando se contaram os votos do PMDB.

Paulo Lustosa continuava enfronhado tanto com a organização da Frente Liberal, quanto com a campanha de Tancredo Neves. Enquanto Sarney, Tancredo e Maciel davam sequência às articulações políticas, o cearense propunha que o programa de governo já deveria começar a ser discutido. Sua ideia, que aguardava aprovação do comando de campanha, era de "criar uma comissão para organizar debates sobre as principais questões de interesse nacional em todos os estados³⁸", levando as propostas do governo de Tancredo para as ruas.

A ideia por trás da iniciativa, que foi posteriormente adotada pelo comando da campanha era que, embora as eleições fossem indiretas, o apoio popular seria decisivo para evitar qualquer risco de retrocesso no processo de abertura democrática que vinha sendo conduzido pelo presidente Figueiredo. A organização do plano de governo, entretanto, não o afastou das atividades de campanha, pelo contrário, foi mais uma forma de mobilizar a sociedade e buscar respaldo popular.

No dia 30 de agosto, o Theatro José de Alencar, localizado na região central da capital cearense, foi palco do lançamento do comitê democrático pró-Tancredo Neves no Ceará. O evento, que foi acompanhado por policiais da secretaria de Segurança Pública, ademais de deflagrar a campanha da Aliança Democrática no Estado "selou também a aliança, no Ceará, entre o

38 O Globo, 29.08.84.

PMDB, liberais e o movimento democrático de massa, que vinha crescendo em todo o estado³⁹”.

Participaram do evento, entre outras lideranças políticas, o governador de Minas Gerais, Hélio Garcia⁴⁰, os peemedebistas Mauro Benevides, Iranildo Pereira, Dorian Sampaio e Paes de Andrade; Flávio Torres, pelo PDT; o presidente da aliança suprapartidária no estado, o empresário Beni Veras; e, oriundos do PDS representando a Frente Liberal, o governador Gonzaga Mota e o deputado Paulo Lustosa.

As tratativas para a adesão de Adauto prosseguiram durante os meses de setembro e outubro. A indefinição dos rumos do grupo “adautista” aumentou a incerteza quanto aos resultados, no Ceará, dando margem a especulações as mais variadas. Ainda no início de outubro, os malufistas contabilizavam em seu favor a maioria nos votos dos cearenses, contando, inclusive, com todos os votos que eram da Assembleia Legislativa.

Para os apoiadores da candidatura do paulista, os sete votos dos estaduais ligados a Virgílio, mais cinco daqueles ligados ao ministro César Cals, somados às defecções entre os parlamentares ligados ao governador e ao grupo de Adauto, daria a eles 19 dos 34 votos do PDS na assembleia e, conseqüentemente, o direito de indicar todos os seis delegados do legislativo cearense no colégio eleitoral⁴¹.

Confirmada a delicada situação da candidatura peemedebista no estado, em meados de outubro, o coordenador de pesquisas da Frente Liberal, deputado Saulo Queiroz (MS), concluía um levantamento, por lista nominal, com a tendência de votos pró-Tancredo Neves indicando uma maioria de 133 votos para o candidato da Aliança Democrática. Nesse levantamento, no Ceará, ele contava com apenas seis votos. O de Paulo Lustosa e os cinco do PMDB⁴².

39 Diário do Nordeste, 11.01.05. Policiais Documentaram Lançamento de Comitê.

40 Tancredo já tinha se desincompatibilizado, Hélio Garcia, seu vice, havia assumido o governo.

41 O Globo, 14.10.84. Malufistas Controlam a Assembleia do Ceará.

42 O Globo, 14.10.84. Pesquisa dá 133 votos de vantagem a Tancredo.

Menos de uma semana depois de os malufistas cantarem a vitória no Ceará, a Aliança Democrática foi surpreendida por uma reviravolta inesperada. Uma articulação do grupo malufista no estado natal de Sarney, depois denominada de "Operação Maranhão", conseguiu reverter a posição de alguns parlamentares estaduais ligados ao governador Luiz Rocha⁴³ – apoiador de Tancredo – garantindo para Maluf os seis votos dos delegados do legislativo daquele estado.

Uma surpresa relativa, uma vez que dias antes do ocorrido, o deputado estadual Theóplistes Teixeira havia enviado telegrama ao presidente Figueiredo, transcrito na íntegra no Jornal Hoje, do Senador João Castelo, informando sua adesão à Maluf e virando o placar no legislativo estadual a favor do malufismo⁴⁴. Se até então o placar estava 17 a 16 para Tancredo, com a virada, Maluf invertia o placar. Na sequência, foi a vez do deputado David Alves Silva anunciar a mudança de posição, fazendo com o que os malufistas detivessem 18 votos, contra 15 do candidato do PMDB.

O movimento, coordenado pelo vice governador maranhense, João Rodolfo Ribeiro, e pelos senadores João Castelo e Alexandre Costa, culminou com o anúncio de que o grupo estaria com agenda marcada com o presidente da república "para anunciar que o candidato do PDS conquistou a maioria dos delegados na Assembleia Legislativa do Maranhão⁴⁵". Além deles três, participariam do encontro nove deputados federais e dezessete deputados estaduais. A perspectiva de uma vitória no estado de Sarney reascendeu as esperanças da campanha malufista e acirrou a disputa pelos votos no colégio eleitoral.

Foi nesse momento que Lustosa e a posição do Ceará no colégio eleitoral ganharam relevância e o parlamentar assumiu importante papel na interlocução entre o Coronel Aduino e a

43 O Globo, 22.10.84. A Briga pelos Votos no Maranhão: Malufistas garantem que têm a maioria dos delegados.

44 O Globo, 22.10.84. Luiz Rocha vai à Luta para recuperar vantagem. A vantagem do deputado Paulo Maluf sobre o grupo do governador Luiz Rocha e do Senador José Sarney foi anunciada em manchete de primeira página no jornal do Senador João Castelo: "Maluf disparado, o Maranhão inteiro ao seu lado"

45 A bancada federal maranhense esta composta por 17 deputados, sendo 14 do PDS e 3 do PMDB.

candidatura peemedebista⁴⁶. Na sua versão, foi o próprio Tancredo que o pediu para buscar o diálogo com os coronéis, especialmente, com Aداuto que lhe era mais próximo. Ao assumir essa tarefa, Lustosa começou a construir o caminho que conduziria àquele jantar no apartamento da 302 Norte.

Já há algum tempo Lustosa vinha apelando ao vice governador para que ele não se aliasse aos malufistas no estado, com o intuito de trazê-lo para apoiar a Aliança Democrática. Embora seus apelos tenham surtido algum efeito prático, como quando Bezerra evitou encontrar-se com Maluf na visita que fez ao estado para o casamento da filha do governador Manoel Castro⁴⁷, o desfecho da negociação ainda tardava. A adesão de Bezerra e de seu grupo a Tancredo já vinha sendo especulada entre os analistas políticos há algum tempo⁴⁸, mas não podia ser um processo rápido, nem automático.

Além do histórico de cooperação entre os coronéis, que vinham se revezando no comando da política estadual desde meados dos anos 60, as decisões que foram tomadas naquele momento tiveram forte repercussão sobre o quadro político estadual, com consequências sobre a sucessão de Gonzaga Mota. O apoio à candidatura de Tancredo significava, entre outras coisas que, pela primeira vez em anos, os coronéis não estariam alinhados em uma decisão política de natureza estratégica e, talvez mais grave, sua vitória poderia contribuir para o fortalecimento do PMDB no estado.

Sabendo do respeito que o Coronel Aداuto devotava ao vice-presidente da república, foi de Lustosa a iniciativa de procurar Aureliano Chaves em Belo Horizonte, para instá-lo a

46 "Para Paulo Lustosa, (...), foi dada missão de conquistar apoio no Estado para Tancredo. (...), o candidato pediu-lhe pessoalmente que fosse em busca do apoio dos coronéis do Estado para sua campanha. A perda dos delegados maranhenses, base do candidato a vice José Sarney, para o então governador João Castelo, apoiador de Maluf, teve impacto psicológico grande. "Foi um Deus nos acuda!", relembra. Lustosa conquistou o apoio de Aداuto Bezerra que, de acordo com ele, vinha sendo "muito pressionado pelo Maluf". Ele também contou com o apoio do então governador Gonzaga Mota, o que garantiu o voto de Antônio Câmara". Disponível no sítio: <https://dialogospoliticos.wordpress.com/2015/01/16/o-papel-do-ceara-na-eleicao-de-tancredo-neves-para-presidente-do-pais/>

47 O Globo, 27.09.84. Aداuto evita encontro com Maluf.

48 O Globo, 19.08.84.

atuar, politicamente, na questão cearense. A proposta dele era que o mineiro promovesse o encontro entre governador e vice governador cearenses para dessa conversa produzir algum tipo de acordo que possibilitasse a adesão do grupo "adautista" à Aliança Democrática e, com isto, a vitória na assembleia.

Coube ao próprio Lustosa anunciar que o vice-presidente havia convocado Totó e Adauto para uma audiência em Brasília⁴⁹ a fim de discutir o que depois foi chamado de "Acordo do Ceará". Na visão do parlamentar um desfecho favorável para este acordo seria a melhor resposta que poderia ser dada à "Operação Maranhão". Se Maluf havia derrotado Sarney, vice de Tancredo, em sua terra, nada mais justo que a Aliança Democrática tentar derrotar o vice de Maluf, deputado Flávio Márcilio, em sua base política.

A ação de Aureliano surtiu o efeito esperado por Lustosa. Na tarde do dia 30 de outubro, no escritório da Frente Liberal, em Brasília, em cerimônia com a participação de Tancredo, Sarney, Maciel e Ulysses Guimarães, além de vários parlamentares da Frente Liberal, o Coronel anunciou o apoio de seu grupo político ao candidato da Aliança Democrática, somando aos cinco votos do PMDB, outros doze⁵⁰: os seis da Assembleia; e, os seis dos parlamentares federais ligados ao seu grupo, aí incluído Paulo Lustosa⁵¹.

Em termos numéricos, a articulação Lustosa-Adauto-Gonzaga Mota revolucionou os números do Ceará no colégio eleitoral, dando mais força à candidatura de Tancredo Neves. Ao fim, com os seis votos do legislativo cearense, os cinco votos do PMDB e os seis votos do Partido da Frente Liberal⁵², a bancada cearense no colégio eleitoral deu a Tancredo uma vitória de 17 a 14 votos.

49 O Globo. Aureliano Contra Ataca pelo Ceará. 25.10.84.

50 O Globo, 31.10.84: Adauto traz do Ceará a garantia de 12 votos.

51 O Globo, 30.10.84. A Força de Adauto.

52 Além de Paulo Lustosa, que participara da Frente Liberal desde o início, seguiram a orientação de Adauto Bezerra e votaram em Tancredo Neves: o Senador José Lins e os deputados federais Evandro Ayres de Moura, Lúcio Alcântara, Mauro Sampaio e Orlando Bezerra. Estes parlamentares participaram da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL) no início de 1985.

Já os votos do Maranhão, esses demoraram a chegar. Antes de terminar o ano, o grupo liderado por Sarney e Luiz Rocha conseguiu anular, na justiça local, a primeira seleção de delegados⁵³ e realizar uma nova votação, na qual venceram os nomes que apoiaram a candidatura de Tancredo. Entretanto, a mesa do senado tinha homologado os seis primeiros nomes indicados pela Assembleia Legislativa maranhense a participarem do colégio eleitoral.

No dia 11 de janeiro, quatro dias antes da eleição, enquanto os brasileiros se dividiam entre acompanhar os últimos momentos da campanha que resultaria na eleição de um presidente civil, depois de 20 anos e assistir à abertura da cidade do Rock, na capital carioca, para a realização da primeira edição do Rock in Rio e depois de mais de uma hora de tensas discussões, que a mesa do senado voltou atrás em sua decisão e, por um placar de 4 a 3, reconheceu os novos delegados maranhenses⁵⁴, decretando o fim da "Operação Maranhão".

Juruna muda de ideia e surge o Verbo Malufar⁵⁵.

Se a virada cearense foi especialmente importante porque foi uma resposta imediata à derrota no Maranhão, provocando alívio em Sarney e Tancredo⁵⁶, o processo de escolha dos representantes maranhenses na Assembleia Legislativa evidenciou a atuação nada republicana da chapa pedessista. Segundo os periódicos da época, eram frequentes as denúncias de compras

53 O Globo 21.11.84. TRE decide amanhã se anula chapa do Maranhão no Colégio Eleitoral.

54 O Globo, 12.01.85. Mesa do Senado reconhece novos delegados do Maranhão.

55 Por suas práticas pouco republicanas, o rico empresário deu origem ao verbo "malufar", sinônimo de quem se dedica a subtrair o dinheiro público. <https://www.balaidokotscho.com.br/2017/05/24/rouba-mas-faz-e-malufar-agora-da-cadeia/>

56 O deputado estadual Antônio Câmara (...) contou que "Sarney disse que nunca tinha saído de sua mente aquele momento em que seguia no avião, junto com o Tancredo, (...) e o piloto informou haver recebido pelo rádio a informação de que os deputados do Ceará tinham eleito seis representantes para o Colégio Eleitoral e todos comprometidos com a candidatura de Tancredo Neves." Disponível em: <http://www.blogdowilrismar.com/materia/entrevista-ex-dep-antonio-camara-relembra-fatos-politicos-nas-eras-de-gonzaga-mota-tasso-e-ciro>

de votos dos convencionais, assim como as acusações de malas de dinheiro circulando por todos os lados⁵⁷.

A questão ganhou escala nacional depois que o deputado Mário Juruna (PDT/RJ) foi, a público, denunciar a tentativa de compra de seu voto por um representante da chapa malufista⁵⁸. De acordo com o parlamentar, o coordenador da campanha malufista, Calim Eid, teria lhe oferecido 370 milhões de cruzeiros para votar em Maluf. Ainda segundo o deputado, ele chegou a receber 30 milhões e depositou na poupança, embora não considerasse que o dinheiro fosse seu!

A questão da ajuda financeira oferecida a Juruna, sua aceitação e posterior recusa é, até hoje, um daqueles casos mal explicados da política da época. O cacique era apoiador de Maluf, segundo ele mesmo declarara, por conta de sua relação pessoal com o presidente da câmara e não por conta de qualquer outro tipo de vantagem⁵⁹. Evidência disto é que Juruna era um dos poucos parlamentares de oposição cuja presença era esperada no lançamento da candidatura de Marcílio, no Náutico Atlético Cearense e só não compareceu ao evento porque perdeu o voo de conexão que tomaria em Cuiabá com destino à capital cearense⁶⁰.

Sem nunca ter explicado as razões de seu arrependimento, no dia seguinte ao recebimento da "parcela de entrada", Juruna entrou na agência do Banco do Brasil, na câmara dos deputados, pediu para sacar o dinheiro que havia recebido e mandou depositar de volta na conta do doutor "Calinheiro"⁶¹. Pouco antes do seu ato, Juruna telefonou para o comitê de imprensa da câmara, de sorte que, toda essa confusão recebeu ampla cobertura dos jornalistas que faziam o congresso nacional e que se amontoaram nos guichês da agência para conseguir a melhor foto ou a melhor filmagem do inusitado episódio.

57 O Globo, 26.10.84. Sob acusações de corrupção, malufistas elegem delegados.

58 O Globo, 26.10.84. Juruna acusa Calim de tentar subornar-lo com Cr\$ 370 milhões.

59 Entrevista do Deputado Márcio Santilli, disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/juruna-devolveu-a-grana-do-maluf>

60 O Globo, 17.06.84. Maluf: Só o imponderável me tirará a presidência.

61 Entrevista do Deputado Márcio Santilli (PMDB, 1983-1987), disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/juruna-devolveu-a-grana-do-maluf>

A cena de Juruna, devolvendo uma caixa de dinheiro ao funcionário do banco, passou em todos os telejornais daquele dia, com repercussão nacional e enorme impacto sobre a candidatura malufista⁶². Se até então se desconfiava da existência de práticas de compra de votos na disputa do colégio eleitoral, a denúncia de Juruna confirmou tudo o que se dizia sobre o candidato do PDS. Quase que imediatamente, oposição, parcela significativa da mídia e a população, em geral, passaram a adotar o verbo "malufar" como sinônimo de roubar, corromper ou burlar a lei⁶³.

Rápido nas respostas e incapaz de perder uma frase de efeito, Paulo Lustosa encontrou-se com Maluf no salão verde da câmara dos deputados. De longe o paulista interpela: "Lustosa, quando você vai vir para o meu lado?". Ao que o cearense retrucou: "Quando o senhor chegar a meu preço, governador!". Clima de total constrangimento entre os que acompanhavam um e outro.

Ameaças, Ameaças e mais Ameaças.

Além da campanha agressiva de Maluf, a candidatura de Tancredo ainda vivia sob o risco de algum tipo de intervenção do regime militar que inviabilizasse o avanço da oposição. Em agosto, o ministro do Exército, General Walter Pires, na ordem do dia, no dia do Soldado, fez duras críticas aos membros da Frente Liberal, acusando-os de traidores (CORRÊA, 2006. p. 49). Embora o alvo do ministro fosse, principalmente, o vice-presidente e os senadores José Sarney e Antônio Carlos Magalhães, a agressão atingiu a todos.

Entendendo a ação do ministro como uma provocação e temendo que uma resposta mais veemente por parte dos liberais poderia servir de motivo para que a linha dura do exército questionasse o andamento da abertura democrática, Lustosa foi

62 Entrevista do Deputado Márcio Santilli, disponível em <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/juruna-devolveu-a-grana-do-maluf>

63 Neologismo que significa esperteza, no pior sentido, a malandragem mais descarada, a roubalheira associada ao empreendedorismo do político. <https://www.dicionarioinformal.com.br/malufar/>.

à tribuna da câmara, na semana seguinte, pedir aos companheiros de dissidência que não aceitassem provocações e se dedicassem à campanha⁶⁴, pois, mais que nunca, precisava ganhar as ruas.

Lustosa já tinha proposto isto, como parte de uma estratégia para discutir com a sociedade o programa de governo de Tancredo. Entretanto, foi o receio de ver a candidatura impedida por alguma manobra casuística que levou o comando de campanha da Aliança Liberal às ruas, com a intenção de legitimar a chapa Tancredo-Sarney junto à população.

As eleições eram indiretas, mas os candidatos entendiam que o apoio popular era indispensável para evitar alguma manobra que inviabilizasse o colégio eleitoral. Assim, os comícios, os comitês e as atividades eleitorais começaram a tomar conta das ruas em todo o país, consolidando, a cada vitória nas assembleias legislativas, a vantagem de Tancredo sobre Maluf.

A executiva nacional do PDS reagiu com a retomada dos questionamentos quanto à fidelidade partidária, ameaçando os parlamentares pedessistas com a perda de seus mandatos, caso não votassem na chapa Maluf-Marcílio. Em paralelo, corria entre os jornalistas políticos, a informação de que a mesa do senado federal analisava a possibilidade de impugnar a eleição dos representantes do PDS escolhidos pelas assembleias estaduais que estivessem comprometidos com a candidatura de Tancredo Neves⁶⁵.

Visando proteger a candidatura da Aliança Democrática, o deputado mineiro Gerardo Renault -PDS formulou consulta ao Tribunal Superior Eleitoral -TSE questionando a obrigatoriedade dos membros do colégio eleitoral quanto à fidelidade partidária na escolha do presidente da república. No início de novembro o TSE decidiu contrariamente à fidelidade partidária e formou entendimento de que, como eleitores que eram, os

64 O Globo, 28.08.84.

65 Em 26 de outubro, os jornais noticiaram que a mesa do Senado preparava-se para impugnar a eleição dos representantes pedessistas das assembleias abertamente comprometidos com o candidato opositor. Para tanto, pretendia se utilizar de dispositivo estatutário, investindo-se da prerrogativa de acolher ou não as indicações dos legislativos estaduais.

participantes do colégio eleitoral teriam total liberdade de escolher em quem votar.

Não satisfeito com a decisão da justiça eleitoral e alegando que os mandatos pertenciam ao partido, o PDS realizou uma reunião, no dia 21 de novembro⁶⁶, visando discutir internamente a questão. Presidida pelo terceiro vice-presidente, o deputado pernambucano Antônio Farias, a reunião concluiu pelo fechamento da questão em torno do apoio à candidatura de Maluf e, mais uma vez, ameaçou com a cassação dos mandatos e expulsão dos quadros do partido aqueles que não seguissem a orientação dada⁶⁷, como estabelecia a legislação em vigor à época⁶⁸.

Sendo um dos três dissidentes a falar na reunião do partido, sob as vaias dos malufistas, que eram a maioria no evento, o deputado Paulo Lustosa questionou a legitimidade da decisão tomada, apontando a ausência das principais lideranças partidárias naquele evento e, principalmente, defendendo que como representante do povo brasileiro, era a ele que os parlamentares deviam sua fidelidade⁶⁹ e não às regras partidárias.

A decisão do PDS foi parar na justiça, com os dissidentes questionando a validade da mesma, enquanto que o partido solicitava à justiça eleitoral o arquivamento da cópia da ata da reunião que fechou questão sobre o tema. Em 27 de novembro, o TSE decidiu em favor dos dissidentes, reafirmando o entendimento de que como os parlamentares atuariam como eleitores, eles deveriam ter plena liberdade de manifestação. O mesmo tribunal, também, indeferiu o pedido de arquivamento em função da "incompetência do diretório nacional do PDS para fixar

66 O Globo 22.11.84. PDS fecha questão em reunião secreta. Malufistas querem cassar dissidentes antes da eleição.

67 A imposição foi endossada pelo general Golbery do Couto e Silva, (...), que em entrevista publicada na Folha de São Paulo afirmou: "Só assim os dissidentes votam com o partido".

68 O art. 152, § 5.º, c.c. o art. 35, V, da Emenda Constitucional n.º 1, de 1969, alterado pela Emenda Constitucional n.º 11, de 1978, determinava a perda do mandato ao parlamentar que, por atitude ou por voto, contrariasse as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de direção partidária. Esse preceito também fazia parte da Lei Orgânica dos Partidos Políticos.

69 O Globo 22.11.84. Na reunião, combate entre a Frente e os malufistas.

diretrizes políticas a serem seguidas por seus filiados", posto ser essa uma atribuição da convenção nacional⁷⁰.

Contando os Dias para a Vitória.

Com a decisão do TSE, estava superado o último obstáculo à vitória da Aliança Democrática no colégio eleitoral. A campanha de Tancredo, que vinha ganhando cada vez mais apoiadores, consolidou-se com uma migração em massa de novos dissidentes do PDS. Foi desse período, mais ou menos, que em uma reunião do comando de campanha ocorreu uma história que Paulo Lustosa costuma contar.

Segundo o parlamentar cearense, estavam todos reunidos contabilizando votos quando o deputado Fernando Lyra, pernambucano, futuro ministro da Justiça de Tancredo, começou a reclamar da "qualidade" das adesões de última hora, dos arrivistas, muitos deles que estiveram comprometidos com os governos militares até a undécima hora e, de repente, declaravam seu apoio à Aliança Democrática. Ao que Tancredo teria retrucado: - Fernando, meu filho, o que enche rio é água suja!

No domingo, dia 16 de dezembro, enquanto mais de 153 mil torcedores acorriam ao Maracanã para assistir ao Fla x Flu e ver Assis marcar, aos 30 minutos do segundo tempo, o gol que daria aos tricolores o bicampeonato carioca e Aureliano anunciava que já tinha conseguido as assinaturas necessárias para a criação do Partido da Frente Liberal, mais de 100 mil jovens pernambucanos⁷¹ apertavam diante do palanque de Tancredo Neves, sob o sol da Praia de Boa Viagem. Era o último evento de rua da campanha da Aliança Democrática.

Três dias depois, no auditório Nereu Ramos, em Brasília, foi lançado o manifesto ao povo brasileiro, documento que representava a fundação do Partido da Frente Liberal -PFL. Os signatários do manifesto foram considerados, automaticamen-

70 Disponível em: <http://www.tse.jus.br/jurisprudencia/julgados-historicos/eleicao-de-1985-fidelidade-partidaria-no-colegio-eleitoral>

71 O Globo, 17.01.85. Eram 300 mil participantes, de acordo com a organização do evento, ou 100 mil de acordo com a Polícia Militar.

te, fundadores do novo partido, que no TSE recebeu o número 25. Entre os cearenses assinaram a ata: o governador Gonzaga Mota, o senador José Lins e os deputados Federais Evandro Ayres de Moura, Furtado Leite, Gomes da Silva, Lúcio Alcântara, Orlando Bezerra e Paulo Lustosa.

Depois de mais de seis meses de campanha, com idas, vindas e reviravoltas, enfim o congresso nacional recebia os homens e as mulheres que iriam escolher o homem que presidiria o país nos próximos anos, uma escolha que, passados mais de 20 anos do regime militar, recaiu sobre um civil.

A partir das 9 horas do dia 15 de janeiro, os membros do colegiado começaram a chegar ao plenário da câmara dos deputados. Os 69 senadores, 478 deputados federais e os 138 delegados, representando os legislativos estaduais, totalizavam 685⁷² votos, dos quais o pretense vencedor precisava obter 343. O processo de votação viria de norte a sul e tinha gente apostando quem seria o autor do voto vencedor de Tancredo.

Anunciada e antecipada, até mesmo por Maluf⁷³, a vitória de Tancredo por 480 a 180 votos não surpreendeu ninguém. Poucos dias antes da eleição o responsável, na Frente Liberal, por contabilizar os votos do colégio eleitoral, deputado Saulo Ramos, previu o placar de 481 a 173⁷⁴. Consequentemente, desde meados de dezembro do ano anterior, as articulações para a composição do primeiro governo da nova república iniciaram-se.

O Ministério de Tancredo e o Governo de Sarney

A principal evidência de que bem antes da realização do colégio eleitoral as pressões para a definição da composição do governo já estivessem afligindo o futuro presidente, talvez tenha sido o fato de que, ainda em meados de dezembro, ele

72 Na verdade o Colégio Eleitoral era composto por 686 votos, entretanto, o suplente de Deputado Federal Abdias Nascimento, do PDT do Rio de Janeiro, não conseguiu ser efetivado no cargo a tempo de participar da sessão.

73 O Globo, 11.01.85. Para Maluf a política é uma ceifadora de ilusões.

74 O Globo, 13.01.85. Tancredo 481, Maluf 173: a última contagem da Frente.

anunciou que entre as questões que não seriam tratadas até depois de 15 de janeiro estava, precisamente, a definição do seu gabinete.

Em janeiro mesmo, as pressões e disputas para a composição do governo já ocupavam as páginas dos jornais. Entretanto, esse não era um processo que se dava no vácuo ou isolado de outras disputas políticas. No mesmo período, negociavam-se as presidências das mesas da câmara dos deputados, do Senado Federal, presidências de assembleias legislativas estaduais, assim como os cargos de líderes das bancadas partidárias, entre outros.

Como agente destacado na estruturação do PFL, Lustosa teve seu nome diversas vezes cogitado para ocupar um dos muitos cargos que estavam em disputa. Ainda no mês de janeiro, o deputado Thales Ramalho (PFL-PE), considerado dentro do partido como "pertencente ao grupo pessoalmente ligado a Tancredo Neves" tinha indicado o nome de Paulo Lustosa ao senador Marco Maciel como "uma alternativa para a liderança do PFL" na câmara⁷⁵.

Na reunião que antecedeu a escolha do representante da Bahia, José Lourenço para o cargo de líder, o partido iniciou as negociações para a definição dos nomes dos parlamentares que iriam compor a comissão provisória que estruturaria o Partido da Frente Liberal. Mais uma vez, o nome de Paulo Lustosa frequentava a lista, indicado para presidir a fundação partidária que viria a ser criada⁷⁶, o que acabou sendo confirmado no dia seguinte⁷⁷.

Lustosa sequer chegou a ser formalizado no cargo, pois acabou ocupando espaço no ministério que estava sendo escolhido. A presidência do "think tank" dos liberais, que receberia o nome de Instituto Tancredo Neves permaneceu com espaço do PFL cearense no comando partidário. Em lugar de Lustosa, assumiu o deputado Lúcio Alcântara.

75 O Globo, 24.01.85. Frente escolhe Líder e começa a definir Comissão.

76 O Globo, 22.01.85. Bancada se reúne pela primeira vez, para indicar líderes e dirigentes.

77 O Globo, 23.01.85. Comissão Nacional provisória será conhecida hoje e homologada amanhã.

Enquanto os partidos negociavam as suas vagas na composição das mesas diretoras das casas legislativas, a pressão sobre o presidente eleito para o preenchimento das vagas de primeiro e segundo escalões do governo aumentava, a tal ponto que, no início de fevereiro, o deputado Thales Ramalho, já referido por sua proximidade com Tancredo⁷⁸, fez duras críticas às lideranças partidárias condenando o que ele qualificou de uma "corrida despudorada em busca de cargos⁷⁹".

Dias antes, Lustosa tinha estado com Tancredo, ainda como responsável pela organização do instituto do partido e sugerido o nome de Marco Maciel para ministro do Planejamento. Para ele, era essencial que o Nordeste contribuísse com pelo menos um dos nomes da equipe econômica do novo governo e o pernambucano era a sua aposta. Na sua avaliação, o secretário de Fazenda de São Paulo, João Sayad, seria um nome adequado para assumir a pasta da fazenda da nova república⁸⁰.

O mês de fevereiro avançava e Tancredo adia a decisão. Afirmando que o ministério só seria anunciado em março, juntamente com a reforma administrativa que ele pretendia realizar⁸¹, o presidente ganhava tempo para costurar acordos, acordos que se tornaram cada vez mais complicados. Tentando diminuir a pressão, os governadores do PDS que o apoiavam se reuniram com Aureliano e firmaram um pacto para apoiá-lo nessa transição⁸², pacto que foi reafirmado dias depois, com a participação dos governadores que compunham a Frente Liberal⁸³.

O encontro dos governadores da Frente Liberal com o vice-presidente e demais lideranças partidárias no congresso, também serviu para firmar posições quanto às expectativas do partido para a composição da mesa diretora. No senado, o nome

78 Thales Ramalho foi líder na Câmara dos Deputados do PP, partido criado por Tancredo, durante sua existência.

79 O Globo, 05.05.85. Thales condena "corrida despudorada" em busca de cargos.

80 O Globo, 02.02.85. Lustosa quer Planejamento para o Nordeste e Maciel ocupando o cargo.

81 O Globo, 11.01.85. Tancredo só vai anunciar seu ministério em março.

82 O Globo, 11.01.85. Vice recebe governadores da Frente.

83 O Globo, 06.02.85. PFL garante apoio a Tancredo na escolha da equipe.

de Marco Maciel era cotado para assumir a presidência da casa legislativa, em um acordo que passava pelo apoio a Ulysses para presidir a Câmara. Para a câmara baixa, a pretensão do PFL era por duas vagas na mesa diretora, que já eram disputadas por Humberto Souto (MG), Pedro Collin (SC), José Thomaz Nonô (AL) e Paulo Lustosa⁸⁴. Enquanto o mineiro era o mais cotado para a pretensa vaga da primeira vice, os demais estariam disputando a terceira secretaria.

O acordo firmado entre o PDS e o PMDB visando a composição da Mesa da Câmara deixou a Aliança Democrática numa situação complicada. O bloco ficou com quatro vagas, sendo uma a presidência, ou o PMDB abria mão de uma de suas vagas, ou o PFL teria que fazê-lo⁸⁵. Os jornais já davam como certa a redução na participação da Frente Liberal, que ficaria apenas com uma vaga, a primeira vice, ainda em disputa entre Souto e Lustosa. A disputa teve que ser levada a Aureliano Chaves, como presidente de honra do partido, que findou por aceitar o acordo proposto pelo PMDB⁸⁶.

Ao PMDB, também, coube a presidência do Senado Federal, ficando o partido com a presidência de ambas as casas legislativas no biênio 1985-1987. Ainda assim, importantes lideranças do partido, como o senador Fernando Henrique Cardoso, sentiram-se desassistidos nas composições realizadas, aumentando a pressão sobre a composição ministerial e a distribuição de espaços dentro do governo.

Apesar dos discursos de apoio e garantia de plena liberdade presidencial na escolha dos componentes de sua equipe, nos bastidores, nomes eram cogitados, postulantes ofereciam-se, apoiadores de primeira ou de última hora acharam-se merecedores de um cargo, governadores e bancadas pressionavam, senadores e deputados desejavam e Tancredo ... tergiversava.

Não bastasse a questão partidária na composição do ministério, o presidente era pressionado pelas bancadas e representações estaduais, a tal ponto que, em uma entrevista, Tan-

84 O Globo, 30.01.85. Na Câmara, Frente quer dois cargos pois acredita que empatará com o PDS.

85 O Globo, 06.02.85. PDS e PMDB selam acordo sobre a Mesa da Câmara.

86 O Globo, 10.02.85. Aureliano aceita acordo para Mesa da Câmara.

credo comentou jocosamente que a Constituição deveria ser mudada para garantir a existência de um ministério para cada estado da federação.

O estado do Ceará não estava fora dessas articulações. Gonzaga Mota, um dos primeiros governadores do PDS a apoiar Tancredo, e Adauto Bezerra, cuja importância fora revelada na resposta à Operação Maranhão, cobravam o devido espaço cearense na composição ministerial. Adauto esperava que o presidente eleito criasse o ministério dos Assuntos Regionais⁸⁷, desmembrando-o do ministério do Interior, para entregá-lo a Gonzaga Mota.

Em tese essa solução atenderia duplamente as ambições cearenses: Totó seria ministro da nova república em uma pasta com importância política para a região Nordeste e para o Ceará, enquanto que Adauto governaria o Ceará pelos próximos dois anos, atuando de forma decisiva na sucessão estadual, em 1986.

No final de fevereiro, a imprensa já dava como certa a indicação de Ronaldo Costa Couto, secretário de planejamento de Minas Gerais, para o ministério do Interior, descartando a possibilidade de que Gonzaga Mota ocupasse esse posto⁸⁸. Mas, na reunião realizada pelos governadores do PFL no final do mês, Totó continuava cotado para assumir o ministério da Habitação e Urbanismo, que também seria desmembrado do ministério do Interior.

Contrariando o que vinha sendo dito, o governador cearense tratou de esclarecer que "não foi convidado, não fez acordo com o seu vice Adauto Bezerra para sair do governo, nem tem a pretensão de ser chamado a compor o ministério⁸⁹".

Mais uma vez, Lustosa esteve com o presidente eleito para discutir a questão dos nomes ligados à região Nordeste que poderiam compor o ministério⁹⁰. Tancredo, entretanto, ainda postergava sua decisão. Eram muitos os interesses e os grupos que precisavam ser acomodados no novo governo. Às vésperas

87 O Globo, 09.03.85. Grupo de Bezerra reivindica Assuntos Regionais para o PFL.

88 O Globo, 27.02.85. Gonzaga Mota não irá para o Interior.

89 O Globo, 27.02.85. Governadores debatem cargos para o Nordeste.

90 O Globo, 27.02.85.

da posse, prevista para 15 de março, atender ao compromisso firmado com o estado do Ceará era um dos impedimentos ao anúncio do gabinete ministerial.

Àquela época, o Gonzaga Mota tinha abdicado de qualquer pretensão ministerial, mas a bancada cearense continuava pressionando pela criação da pasta de Assuntos Regionais, que seria desmembrada do Ministério do Interior. Tal possibilidade passou a existir quando Tancredo recebeu em audiência o deputado Paulo Lustosa (PFL-CE), "que estaria em missão delegada por Bezerra⁹¹".

Talvez por ser muito insistente na sua embaixada, talvez porque os ventos já apontavam em seu favor na composição do ministério da nova república, no momento em que Lustosa pleiteava junto ao Presidente eleito uma vaga para o PFL cearense, notinhas circulavam informando que a pressão cearense em torno da questão estava refluindo e que "o movimento que ainda se mantém é residual e se restringe ao deputado Paulo Lustosa, que pleiteia um ministério para si próprio⁹²".

Em lugar de dividir o ministério da Integração e criar uma pasta para o Desenvolvimento Regional, Tancredo ofereceu a Adauto a pasta da Desburocratização, que não mais seria juntada ao DASP para a criação do ministério da Administração. Com isso reeditou-se o tratamento dado ao Programa Nacional de Desburocratização durante o governo Figueiredo, quando seu secretário executivo, Hélio Beltrão, trabalhou diretamente vinculado à presidência da república e tinha status de ministro. Adauto recusou a proposta!⁹³

À recusa de Adauto, Tancredo insistiu no seu intento de atender à bancada do Ceará, certamente, por reconhecer a ação decisiva do estado na composição da Frente Liberal e na viabilização da Aliança Democrática. No dia seguinte, uma solução! Tancredo convidou o cearense da primeira hora. Aquele que junto com o Gonzaga Mota esteve nos primeiros movimentos, nas primeiras ações da Frente Liberal: o deputado Paulo Lustosa.

91 O Globo, 09.03.85. Grupo de Bezerra reivindica Assuntos Regionais para o PFL.

92 O Globo, 09.03.85. Ceará se Recolhe.

93 O Globo, 12.03.85. Reativada, Desburocratização pode ser da Frente.

Assim como a criação da função de líder do governo no congresso foi o caminho adotado por Tancredo para acomodar o senador Fernando Henrique Cardoso, do PMDB de São Paulo, a devolução do status de ministério ao Programa Nacional de Desburocratização foi a solução para a demanda cearense⁹⁴. Com ele completou-se a equipe que comporia o primeiro escalão da nova república, que foi anunciada, em 12 de março, pelo futuro ministro da Casa Civil, José Hugo Castelo Branco.

O que motivou a escolha de Lustosa foi o tema em discussão. Não restaram dúvidas de que por mérito, tendo sido apoiador desde a primeira hora, a escolha estaria justificada. Mas, também, foi necessário levar em consideração, como não poderia deixar de ser, o decisivo apoio do vice-governador Aduino Bezerra neste processo. Também houve quem considerasse que sua escolha foi um reconhecimento ao apoio do governador Gonzaga Mota e da importância dos cearenses na construção da candidatura da Aliança Liberal. A importância dos apoios, tanto de Aduino quanto de Totó, variaram em função do analista e do momento em que se fez a análise, mas não ficou desconhecida (RIBEIRO, 2016).

Enquanto Ribeiro (2016) relacionou a escolha de Lustosa ao fato de ser razoável que os estados do Ceará e Pernambuco, cujos governadores foram os primeiros do PDS a apoiar a candidatura de Tancredo, fossem atendidos com a indicação de ministros (Lustosa e Marco Maciel, no caso). Fraga (2007) afirmou que "Tancredo pediu ao ex-governador do Ceará, Aduino Bezerra, que indicasse o ministro da Desburocratização" e que o presidente teria aceitado o nome de Lustosa "sem conhecê-lo. Não chegaram sequer a se encontrar".

Embora a sugestão de que a vaga para o PFL do Ceará teve por finalidade atender ao governador Gonzaga Mota parecesse fazer sentido, Lustosa e Totó não tinham qualquer alinhamento político, o que contrariou a tese. O próprio ex-governador, que teve seu nome cotado para compor o ministério, ao ser consultado sobre a nomeação de Lustosa, reconheceu que embora o parlamentar fosse "ligado ao grupo do vice-governador Aduino

94 O GLOBO: 13.03.85. NOVIDADES: Função de Fernando Henrique e desburocratização.

Bezerra, sua indicação para o ministério da Desburocratização contemplava as lideranças políticas do Estado⁹⁵.

Já a alegação de Fraga (2007), relacionando a participação de Bezerra na escolha do ministro da Desburocratização fez mais sentido, do ponto de vista do jogo político cearense. Entretanto, o autor errou grosseiramente, na parte final, uma vez que foi Lustosa que aproximou, do ponto de vista político, o grupo de Adauto da candidatura de Tancredo e, por sua proximidade com a coordenação peemedebista, foi a ele que o próprio Coronel entregou a tarefa de negociar junto ao presidente o nome do grupo que comporia o ministério.

O Presidente Tancredo Neves escolheu a equipe, assinou os atos nomeando o ministério, mas não pôde coordená-lo. Na véspera da posse, prevista para 15 de março, a doença e depois a morte lhe tiraram o poder de conduzir a transição do regime militar para a democracia civil. Internado às pressas, o congresso deu posse ao vice, José Sarney e Tancredo não retornou.

Sarney, inesperadamente, viu-se diante do desafio de garantir seu governo e cumprir os compromissos de Tancredo e da Aliança Liberal com a sociedade brasileira. Compromissos que não eram poucos, expectativas que eram enormes e desafios que se mostraram ainda maiores. Entre outras coisas, manteve o gabinete que herdou, empenhou-se em legitimar sua presidência e preparou-se para os embates políticos que se aproximavam: as eleições de 1986 e a instalação de uma assembleia nacional constituinte.

Paulo Lustosa chegou ao ponto mais alto de sua trajetória política. Aos 40 anos de idade, deputado federal, ministro da nova república, nomeado por Tancredo e confirmado por Sarney, representou a renovação conservadora na política do estado. Vinha em um crescendo político-eleitoral e, principalmente, foi o cacife de ser um dos possíveis sucessores ao governo do estado. Mas o jogo só estava começando.

95 O Globo, 15.03.85. Indicação de Lustosa agrada Gonzaga Mota.

OS NOVOS ARENISTAS

Dissidência, talvez, esse seja o substantivo que melhor define a trajetória política de Paulo Lustosa. Seus críticos diziam que se não fosse ele a decidir, ele seria oposição. Bom governo, só o que ele governasse. Os que o conheciam mais de perto sabiam que não tinha relação com o poder. Tinha relação com ser Lustosa: o crítico na essência. Não por maldade, mas por natureza⁹⁶.

Paulo Lustosa sempre foi assim. Um coração grande, uma enorme disposição para o trabalho e uma língua ferina. Esta característica, quando aplicada à política, sempre o colocou em uma posição de dissidência, de divergência e de discordância com o status quo, além de lhe conseguir, desnecessariamente, alguns desafetos. Mas esse foi o seu caminho desde os primeiros passos.

Mal tinha ele chegado à câmara para o seu primeiro mandato, em 1979 e já fazia parte de um grupo de jovens parlamentares arenistas que tentaram realizar uma série de mudanças reformadoras dentro do partido. Conforme ele mesmo descreveu em entrevista a um jornal da época estavam "todos ansiosos por modificações no quadro partidário, ou no comportamento da ARENA⁹⁷".

Na companhia dos novatos Divaldo Suruagy (AL), Arnaldo Schmidt (SC), Edson Vidigal (MA) e Hugo Mardini (RS), o grupo dos novos arenistas chegou a contar com a participação de 60 parlamentares e, entre outras coisas, produziu um documento em que estabeleceu os temas que demandaram um posicionamento por parte da ARENA para aquela legislatura. Temas palpitantes para o momento, a exemplo da prorrogação dos mandatos dos dirigentes partidários que eram contra; a adoção do voto distrital; a anistia aos cassados pelo regime militar e, a reforma partidária com o possível fim dos partidos existentes.

96 Entre as lendas familiares, conta-se que quando Dona Dolores Lustosa terminou o noivado com um rapaz que morava na Paraíba, fugindo aos costumes de então, não pôde devolver as cartas que havia recebido: todas estavam corrigidas e os erros de português estavam destacados em lápis vermelho.

97 O Globo, 23.05.79. Novos Deputados tentam fazer mudanças na ARENA.

Além dos temas citados, a questão das eleições diretas para todos os níveis de governo, especialmente, para governador, que passava por acalorado debate, também, figurava entre as preocupações dos membros do grupo, embora cada participante colocasse sua maior atenção de forma diferenciada na agenda.

Na das diretas para governador, por exemplo, enquanto alguns defendiam uma solução conciliada com a orientação do governo, Lustosa defendia que “somente o voto livre, direto e secreto legitima o poder de decidir sobre os destinos de uma comunidade⁹⁸”, dando uma pista de seu comportamento nos anos que viriam.

E assim foi durante seus dois primeiros mandatos na câmara federal, atuante e combativo, Lustosa manteve-se firme nas suas convicções e posições pessoais, o que frequentemente o colocava em choque com a orientação partidária. A dissidência, entretanto, não veio sem custos ou dilemas. Ao longo dos anos no parlamento, esta sua condição o levou a ser preterido em escolhas partidárias e levantou, nele mesmo, dúvidas quanto à sua relação com o partido a que estava filiado e ao grupo político a que pertencia. Uma faceta do ônus de se fazer oposição dentro da máquina, e que poucos conseguiram enxergar.

Anistia Ampla, Geral e Irrestrita.

Depois de quatro anos como homem forte do governo Aduino Bezerra, à frente da secretaria de Planejamento, Paulo Lustosa conquistou uma vaga na câmara federal pela ARENA, sendo o quinto mais votado do estado, com 57.352 votos. Apesar de eleito pelo mesmo partido do governador Virgílio Távora, rapidamente, o parlamentar adotou uma postura crítica ao governo estadual e antes da metade do seu mandato já era tratado, dentro do governo cearense, como dissidente⁹⁹.

98 O Globo, 23.05.79. Novos Deputados tentam fazer mudanças na ARENA.

99 Jornal de Brasília, 25.3.81. Sarney busca a união do PDS nos estados.

Dentro da bancada arenista da câmara, rapidamente, Lustosa juntou-se a outros novatos para organizar o que foi, inicialmente, chamado de grupo dos "novos arenistas" que, apesar da posição contrária a do líder Nelson Marchezan, organizou alguns encontros que levaram à produção de um documento que criticando a atuação da liderança partidária e apresentando uma série de questionamentos quanto às posições da ARENA, em temas de grande relevância para o momento. Entre eles estava a questão da anistia.

A anistia já vinha mobilizando a sociedade brasileira desde meados dos anos 1970, com o surgimento de movimentos e comitês estaduais em sua defesa. Em 1975, a advogada Therezinha Zerbini, que criou o Movimento Feminino pela Anistia -MFPA-, conseguiu, com o apoio da Igreja católica, inaugurar diversos comitês do movimento em cidades brasileiras, especialmente, nos maiores centros, disseminando a ideia e mobilizando atores políticos relevantes.

Dois anos depois, na esteira de manifestações estudantis, do fortalecimento do movimento sindical e do engajamento de outros movimentos sociais, o movimento em favor da anistia ganhou "expressão nacional com a organização nos estados dos comitês brasileiros pela anistia e a adesão de diferentes organizações, como a Ordem dos Advogados do Brasil -OAB-, a Associação Brasileira de Imprensa -ABI- e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil -CNBB-".

Como resposta às pressões da sociedade e parte de seu compromisso com a abertura política, logo em junho daquele ano, o presidente Figueiredo enviou para o congresso nacional o projeto de lei de anistia do governo federal¹⁰⁰. A proposta do governo gerou reações contrárias da parte da oposição e dos movimentos pró-anistia uma vez que, entre outras coisas, não incluía no benefício os militantes de oposição que já tivessem sido condenados pela prática de "atos terroristas", embora, estendesse este direito para aqueles que, ainda, respondiam a processo pela mesma prática, mas que ainda não tivessem sido condenados.

100 O Globo, 22.05.79. Governo enviará projeto de anistia para o Congresso em junho.

A oposição e segmentos mais "liberais" da base governista, rapidamente, se engajaram no movimento por uma anistia "ampla, geral e irrestrita", tendo à frente o senador Teotônio Vilela, que depois recebeu a alcunha de Menestrel das Alagoas, por conta de sua atuação no movimento.

A campanha ganhou corpo no parlamento e na sociedade e, quando a matéria foi discutida, em agosto de 1979, várias emendas foram apresentadas, visando ampliar o seu escopo para beneficiar maior número de pessoas, enquanto outras procuraram suprimir do texto o perdão aos agentes do Estado que tivessem, porventura, cometido crimes de tortura.

Na manhã do dia 22 de agosto, o congresso nacional reuniu-se para votar a proposta de anistia apresentada pelo governo. Em uma sessão muito tumultuada, que durou praticamente nove horas, governo e oposição enfrentaram-se no plenário com discursos inflamados de parte a parte. As galerias estavam tomadas por populares que não davam ouvidos aos apelos do presidente de congresso, senador Luiz Viana, e pressionaram os parlamentares governistas, enquanto gritavam em apoio aos que defendiam a anistia ampla, geral e irrestrita.

Em várias cidades brasileiras foram organizadas manifestações em favor da anistia irrestrita. No Rio de Janeiro, vários artistas se reuniram na Candelária e realizaram um show para a multidão que se reuniu em frente à câmara de vereadores da cidade, antes de sair em passeata. A música Revelação, interpretada pelo cearense Raimundo Fagner, foi o ponto alto do evento, que contou ainda com a presença de vários atores globais, como Carlos Vereza, Lucélia Santos, Beth Mendes e Nei Latorraca¹⁰¹.

Sentindo que enfrentariam resistências por parte da bancada governista, em ver prosperar quaisquer de suas emendas, depois do pedido de verificação nominal na votação da matéria pelo líder da ARENA, não restou ao deputado Ulysses Guimarães outro caminho a não ser o de negociar um Destaque para Votação em Separado -DVS da emenda do deputado Djalma Marinho (ARENA-RN) que "possibilitaria a anistia irrestrita, beneficiando todos os presos políticos" (OLIVEIRA, 2015. p. 108).

101 O Globo, 23.08.79. Manifestação no Rio tem show e passeata.

Além de um pouco mais branda, sendo uma proposta de um arenista que contava com grande deferência de todos os parlamentares e do próprio governo, ela teve mais chance de ser aprovada. Os oposicionistas conseguiram sucesso e a emenda Djalma Marinho foi destacada para votação nominal em plenário.

Sentindo o risco de ser derrotado, o líder da ARENA subiu à tribuna para anunciar o fechamento de questão, contrariamente à proposta do potiguar. A oposição questionou a orientação da liderança do partido do governo, alegando que só tinha competência para o fechamento de questão a comissão executiva do partido, não seu líder¹⁰². A mesa acatou o recurso, mas, mesmo contando com o apoio de 15 parlamentares da ARENA, entre eles Paulo Lustosa, a emenda Djalma Marinho foi rejeitada por 206 votos contra e 201 favoráveis.

Uma vitória tão apertada por parte do governo provocou crises nas relações dos dissidentes com o partido. Logo depois do resultado, Nelson Marchezan garantiu que não existiriam sanções contra aqueles que não seguiram sua orientação, mas aproveitou para alertá-los de que "embora defenda uma banca livre, com direito a críticas e sem coação, entendo que problemas com as convicções pessoais devem dar lugar aos objetivos prioritários do governo¹⁰³".

Dois dias depois da declaração de Marchezan, as lideranças da ARENA reuniram-se com o presidente Figueiredo para "avaliar a situação depois da escassa margem de votos que derrotou a emenda Djalma Marinho". A proposta era fazer um balanço dos que não seguiram a orientação do partido e posicionaram-se contrariamente ao governo. Dois parlamentares foram objeto de atenção especial na discussão, por terem mantido suas posições "mesmo recebendo apelos do líder e dos governadores de seus estados": o pernambucano Carlos Wilson e Paulo Lustosa¹⁰⁴.

102 O Globo, 23.08.79. O Processo de votação.

103 O Globo, 23.08.79. Marchezan acha resultado normal.

104 O Globo, 25.08.79. Governo avalia situação da ARENA com as lideranças.

Ser ou não ser PDS, eis a questão!

Estar em permanente conflito como o seu partido produziu sérios questionamentos em Lustosa. Conforme Marchezan tinha colocado, embora a agremiação desse algum grau de liberdade para críticas e posições pessoais, a ARENA era o partido de sustentação do governo e, por conseguinte, seus membros deveriam se empenhar em fazer aprovar as leis e propostas encaminhadas pelo executivo, a despeito de suas convicções pessoais.

Ao mesmo tempo, sua militância o havia aproximado de lideranças mais independentes no congresso, como Djalma Marinho e Teotônio Vilela, abrindo possibilidades de caminhos políticos alternativos para uma carreira que, ainda, dava os primeiros passos. Permanecer no partido governista, fazendo oposição de dentro, ou partir para a oposição era uma questão que atormentava o jovem parlamentar. A necessidade de enfrentar tais questionamentos tornou-se mais evidente, quando começaram as discussões para a reforma partidária que levou ao fim do bipartidarismo.

Ainda em maio de 1979, o ministro Petrônio Portela anunciou que o governo entendia que a transição para o pluripartidarismo já podia começar a ser trilhada. Ato contínuo, algumas lideranças políticas começaram a se articular em torno da criação de novas agremiações partidárias. No início do segundo semestre, ainda como parte do processo de abertura política, o presidente encaminhou para o congresso o projeto de lei que permitia a criação de novos partidos, pondo um fim ao bipartidarismo, propondo a extinção dos partidos existentes.

A posição de dissidência dentro da ARENA, tanto na câmara quanto na relação com o governo de Virgílio Távora, levaram Lustosa a questionar a viabilidade de se manter no partido. Em algum momento, as dificuldades em acomodar dentro da mesma agremiação partidária o grupo dos três coronéis levaram o próprio Aduino Bezerra a considerar a possibilidade de

não seguir no partido que sucederia a ARENA que, naquela época, sequer tinha nome¹⁰⁵.

Ao longo do mês de setembro, enquanto Lustosa continuava com dúvidas quanto ao rumo partidário a seguir, seu líder e correligionário convenceu-o de que o melhor para seu grupo era seguir com o governo. Poucos dias depois da matéria em que se aventou a possibilidade de ele seguir outro caminho, o Coronel foi enfático ao afirmar que sequer tinha "pensado em deixar o partido do governo"¹⁰⁶.

Vendo que seu grupo político ia manter-se filiado ao partido do governo, conservando a aliança com os coronéis César Cals e Virgílio Távora, foi em Teotônio que Lustosa se socorreu, na busca por orientação sobre como proceder. Depois de expor ao velho Menestrel suas angústias, especialmente por conta de sua permanente situação de dissidência e tendo anunciado seu interesse em ir para um partido de oposição, ouviu do experiente político a seguinte frase: "o que importa do homem é a sua caminhada, não o animal em que ele está montado".

Mais clara mensagem não podia ouvir. Assim, mesmo em permanente atrito com o governo, tanto no plano nacional quanto estadual, Lustosa acatou a sugestão de Teotônio e juntamente com Bezerra que, à época, também exercia mandato de deputado Federal, decidiu por se filiar ao que viria a ser o PDS.

Não satisfeito em apenas se filiar ao partido, mas também em demonstração do respeito adquirido entre seus pares durante seu primeiro mandato parlamentar, quando em dezembro o deputado Nelson Marchezan anunciou os nomes que comporiam a comissão encarregada de elaborar os anteprojetos do manifesto, do programa e do estatuto do novo partido de governo. Entre os indicados, foi designado relator da subcomissão que trataria do capítulo sobre assuntos econômicos, estava Paulo Lustosa¹⁰⁷.

105 O Globo, 16.09.79. Governo já conhece os quadros que formarão seu futuro partido.

106 O Globo, 21.09.79. Dissidentes da ARENA já começam a vacilar.

107 O Globo, 07.12.79. Marchezan divulga nomes da comissão do programa; e, O Globo, 30.01.80. Subcomissões reúnem-se hoje.

A emenda Flávio Marcílio.

Não é porque tinha participado da elaboração do programa do novo partido governista que Lustosa deixou sua natureza dissidente. Mesmo na função de vice-líder do partido, o parlamentar não mudou sua postura crítica em relação às propostas apresentadas pelo governo, quando com elas não concordava.

Entre os temas de grande repercussão nacional em que Lustosa adotou posicionamento contrário à orientação do governo, foi na discussão da emenda Flávio Marcílio, também, chamada emenda das prerrogativas e que restaurava algumas das competências do congresso nacional suprimidas pelo AI-2.

Embora levasse o nome do presidente da câmara, a proposta, em discussão, era fruto do trabalho de uma comissão suprapartidária, composta por cinco representantes de cada partido, criada por Marcílio e presidida pelo deputado Djalma Marinho (ARENA/RN), tendo sido relator o Deputado Célio Borja (ARENA/RJ). Confiante na boa acolhida e na oportunidade da proposta, Marcílio foi seu principal articulador e, com isto, seu nome passou a ser a ela associado.

Em março de 1980 a emenda foi protocolada por essa comissão, contando com a subscrição de mais de 400 parlamentares¹⁰⁸, apoio mais suficiente para sua aprovação. À época, enquanto o Dr. Djalma defendia a proposta por "livrar o Legislativo de uma punição que recebeu sem merecer", o líder do governo no senado, Jarbas Passarinho, reconhecia que a proposta trazia elementos que constavam no programa do PDS, pois o partido defendia a "importância da harmonização entre os poderes¹⁰⁹".

Entretanto, quando se esperava que a medida avançasse em sua tramitação no Congresso Nacional, ela empacou. Ao contrário do que normalmente aconteceria para uma proposta capitaneada pelo presidente de uma das casas legislativas, o presidente do congresso não enviou a matéria para leitura, eta-

108 Subscreveram a emenda 368 Deputados Federais e 47 Senadores da República (MARINHO, 1980).

109 O Globo, 16.03.80. Congresso busca ponto de equilíbrio com o Executivo.

pa necessária para a criação da comissão responsável por sua análise, fazendo sobrestar o processo.

Interessado em ver prosperar a discussão, Marcílio começou a pressionar o presidente do senado, Luiz Viana, e o próprio governo. A resposta não tardou a vir. Primeiro, o Senador Passarinho, que tinha defendido a harmonização entre os poderes, passou a condenar a pressa com que o presidente da câmara queria ver a matéria avançar, alegando que o governo não fazia objeções à matéria e que estaria disposto a conversar, pois existiam alguns pontos sobre os quais faltava consenso¹¹⁰.

Em seguida, em entrevista ao jornal O Globo, foi a vez do presidente do senado apontar que a proposta não contava com o apoio do executivo. além da restrição à reeleição das mesas diretoras das casas, que fora manifestada por Passarinho, Luiz Viana alertou para o fato de que a emenda, em discussão, não poderia ser usada para “desarmar o Executivo¹¹¹”, enumerando alguns pontos que enfrentavam “restrições por parte do governo (...): o que extinguiu a aprovação de projetos por decurso de prazo; o que restabelecia as imunidades parlamentares, mesmo em crimes contra a segurança nacional; e o que permitia a re-eleição das mesas do Senado e da Câmara¹¹²”.

As pressões de parte a parte continuaram. De um lado, Marcílio, apoiado pelas oposições, pressionava para que a matéria fosse lida e que se iniciassem as tramitações¹¹³, de outro lado, o governo ameaçava retirar do congresso a emenda que restituía as eleições diretas para governador, em resposta às pressões em favor do retorno das prerrogativas.

Depois de mais de dois meses de disputas e contando com a mediação do Senador José Sarney, finalmente Marcílio e Viana chegaram a um acordo sobre o processo legislativo. Enquanto o governo desistiu da ideia de retirar de pauta a discussão sobre as eleições diretas, processo que já se arrastava desde o

110 O Globo, 09.04.80. Passarinho condena pressa na emenda das prerrogativas.

111 O Globo, 16.04.80. Luiz Viana: Prerrogativas não podem desarmar o Executivo.

112 CPDOC – FGV, Verbete: Marcílio, Flávio.

113 O Globo, 30.05.80. Marcílio insiste em apressar a leitura.

ano anterior, governo e oposição chegaram a um acordo¹¹⁴ sobre os procedimentos e prazos para a análise da emenda das prerrogativas, permitindo que a mesma fosse lida antes do recesso legislativo, previsto para julho daquele ano.

No dia 17 de junho a comissão mista designada para analisar a emenda Flávio Márcílio foi finalmente instalada. Contando com o deputado Célio Borja, entre seus membros, a comissão seria presidida pelo peemedebista Pimenta da Veiga, enquanto que a relatoria ficaria sob a responsabilidade do senador paraense Aloisio Chaves, do PDS.

Paulatinamente, o esforço do governo contra a emenda foi surtindo efeito e o apoio dos parlamentares pedessitas à proposta foi se desfazendo. Pouco depois de instalada a comissão, o senador José Sarney, presidente do PDS, recomendava aos seus correligionários de agremiação partidária que tivessem cautela na análise da matéria¹¹⁵.

Da parte do executivo, as manifestações contrárias à imunidade parlamentar e às propostas de mudanças no decurso de prazo eram mais objetivas¹¹⁶. O ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, criticou duramente a proposta de imunidade absoluta defendida pelo líder do PP, deputado Thales Ramalho. Para o ministro, só Deus teria imunidade absoluta!¹¹⁷

Dois eventos adiaram as discussões da emenda e jogaram a questão para o segundo semestre do ano. Por um lado, o fim de junho e o início do mês de julho representavam o começo das festas juninas, muito importantes para os políticos nordestinos, bem como a chegada do recesso parlamentar no meio do ano, oportunidade em que os parlamentares, juntamente com suas famílias, retornavam aos seus respectivos estados para as "visitas às bases".

Não bastasse esse fato, naquele ano, para o final do mês de junho e início de julho estava programada a visita do Papa

114 O Globo, 04.06.80. Governo e oposição fazem acordo para votação de emendas; e, Acordo Governo-Oposição apressa prerrogativas.

115 O Globo, 20.06.80. Sarney recomenda cautela na votação das prerrogativas.

116 O Globo, 24.06.80. Governo rejeita imunidade total e decide manter decurso de prazo.

117 O Globo, 18.06.80. Governo mantém resistência à queda do decurso de prazo.

João Paulo II ao Brasil. Sua programação previa um périplo de mais de dez dias, visitando diversas capitais do país e participando de numerosos eventos. Fortaleza seria a última escala da visita, com um grande evento programado para o estádio Castelão e um desfile em carro aberto por toda a cidade, no dia 9 de julho. No dia seguinte, depois de um encontro com bispos reunidos na capital cearense, ele retornou para o Vaticano.

A parada de meio de ano deu mais prazo para que as partes negociassem suas propostas quanto às prerrogativas e, em meados de setembro, o senador Aloisio Chaves apresentou seu parecer na forma de um substitutivo. O parecer inicial do relator aceitava parcialmente algumas das propostas da emenda original, com os ajustes nos temas mais polêmicos: os da inviolabilidade dos mandatos, da extinção do decreto-lei e da aprovação dos projetos de lei do executivo por decurso de prazos, adotando a orientação do governo¹¹⁸.

O próprio relator, ao apresentar sua proposta, reconheceu que seria difícil, embora não fosse impossível chegar a um acordo com as oposições em torno do seu texto¹¹⁹. As oposições, por seu lado, fincaram pé na defesa da proposta original. Diante da dificuldade de avançar em um acordo mais amplo, o governo endureceu sua posição com relação às negociações realizadas e o relator acabou por voltar atrás em alguns pontos que já estavam parcialmente acordados.

Perto do fim do mês o senador Aloisio Chaves apresentou, formalmente, seu relatório à comissão. O "duro substitutivo" não alterava "uma vírgula do texto constitucional vigente sobre a inviolabilidade dos mandatos parlamentares¹²⁰", provocando reações imediatas dos que defendiam a emenda. Em resposta, o presidente Flávio Márcilio criticou o relatório apresentado¹²¹ e decidiu manter sua posição em defesa do texto original do pro-

118 O Globo, 17.09.80: Prerrogativas: Governo só aceita em parte as propostas da emenda.

119 O Globo, 17.09.80. Relator das prerrogativas acha acordo difícil.

120 O Globo, 29.08.80.

121 O Globo, 01.10.80. Márcilio: Substitutivo contraria programa do PDS.

jeto de Marinho e Borja¹²², alinhando-se com os partidos oposicionistas.

No dia 2 de outubro, o relatório do senador Aloisio Chaves é apreciado pela comissão mista e, por conta dos votos contrários de Célio Borja e do goiano Siqueira Campos, ambos do PDS, é rejeitado por 11 a 10¹²³. A derrota do substitutivo significou, na prática, a aprovação da emenda Flávio Marcílio na íntegra. O texto, então, seguiu para o plenário do congresso para deliberação final. Surpreendidas com a derrota, as lideranças do governo começaram, imediatamente, a traçar suas estratégias para reverter o resultado.

Lustosa, assim como outros colegas pedessistas tinham declarado apoio à emenda Flávio Marcílio. Pressentindo a necessidade de abrir um diálogo dentro da bancada, para construir uma unidade em torno da questão, juntamente com Chiarelli, Lustosa pressionou o líder do partido a fazer uma reunião da bancada na câmara, a fim de construir algum tipo de acordo¹²⁴. Marchezan, entretanto, fez ouvidos de mercador e preferiu postergar o debate.

Em conversa que manteve com o ministro Abi-Ackel antes da votação, Lustosa reiterou que não tinha como abandonar o compromisso assumido com o presidente da câmara. Entretanto, como ele mesmo afirmou, "acima de qualquer outra questão, existia o compromisso com a instituição parlamentar" que o impedia de mudar seu voto. Na ocasião, aproveitou para criticar a postura da liderança do partido na casa que, insensível aos apelos feitos por ele e outros companheiros, só chamou a bancada para discutir "quando não havia mais possibilidade de acordo¹²⁵".

Apesar da pressão, Paulo Lustosa e outros quinze parlamentares pedessistas mantiveram-se firmes em defesa da emenda Flávio Marcílio e votaram a favor, quando ela foi ao plenário em meados de outubro. Embora o apoio pedessista te-

122 O Globo, 29.09.80. Marcílio define posição com Djalma e Célio.

123 O Globo, 02.10.80. Comissão recusa proposta do relator das prerrogativas.

124 O Globo, 29.09.80. Deputados exortam líder a reunir a bancada.

125 O Globo, 15.10.80. Dois deputados do Governo querem a aprovação da emenda.

nha sido considerado minguido¹²⁶, por alguns meios de comunicação, se aos 196 votos a favor da emenda fossem somados os dos 17 opositoristas que não participaram da sessão, ela teria alcançado 213 votos, dois a mais que os 211 necessários para a sua aprovação.

A emenda das prerrogativas aproximou Lustosa, de vez, de um grupo de parlamentares mais experientes e o colocou no centro de mais um embate entre os dissidentes do PDS e o governo, pois, em resposta à derrota na matéria, os dissidentes começaram a trabalhar a candidatura de Djalma Marinho à presidência da câmara, tendo o deputado Célio Borja um dos principais articuladores do movimento.

Djalma Marinho, o Homem que Pintava Cavalos Azuis¹²⁷.

Aqui cabe um parêntesis na trajetória de contestação de Paulo Lustosa dentro da base governista, porque, entre os companheiros de dissidência na votação da emenda das prerrogativas, um teve importante influência na militância política de Paulo Lustosa nos seus primeiros anos no parlamento: o deputado potiguar Djalma Marinho.

Nascido em Nova Cruz no Rio Grande do Norte, em 1908, aos 71 anos de idade, contando 45 anos desde sua primeira eleição para deputado estadual, Djalma Marinho era uma das maiores referências na câmara dos deputados daquela época. Na sua sétima legislatura de deputado federal, ocupou a presidência da importante comissão de constituição e justiça por mais de uma vez, convertendo-se em quase um oráculo do congresso nacional.

Entre os muitos motivos que o colocaram nessa posição, Marinho ganhara o respeito e o reconhecimento dos seus pares como defensor do parlamento, ao rejeitar o pedido dos militares

126 Revista VEJA, 22.10.80. Outro Mito no Porão. Em: <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R05939.pdf>

127 Título dado por Diógenes Cunha Lima à biografia de Djalma Marinho, de sua autoria, publicada em 1982 pela Câmara dos Deputados.

para abertura do processo de cassação do deputado Márcio Moreira Alves, em 1968. Defensor da anistia desde a primeira hora, também, foi relator da reforma da lei orgânica dos partidos, que acabou com o bipartidarismo e presidente da comissão supra-partidária das prerrogativas do congresso nacional.

Derrotada a emenda, o próprio Flávio Marcílio incentivou o lançamento do nome de Djalma para concorrer à presidência da Câmara, empunhando a bandeira do fortalecimento do poder legislativo. Ao contrário do que insinuaram alguns, sua candidatura não fora insuflada “pela Oposição (...) como isca para dividir o partido do governo, (...) significando apenas sua candidatura uma desconfiança para com o governo e o processo de abertura prometido pelo presidente Figueiredo¹²⁸”. Pelo contrário, como o próprio Djalma Marinho declarou ao anunciar sua candidatura, ele não era uma arma da oposição, tão pouco era um cortesão do governo, mas que concorreria como “um homem da instituição¹²⁹”.

Enquanto Marinho e Célio Borja iniciavam as articulações para a candidatura dissidente, os partidos organizavam-se para a definição dos outros nomes que comporiam a chapa para a mesa. Ao PDS, além da presidência, por ser a maior bancada na casa, estavam em jogo outras três vagas¹³⁰. Para o cargo de primeiro secretário, três representantes cearenses estavam na disputa: Lustosa, Furtado Leite e Marcelo Linhares¹³¹. Aos maiores partidos da oposição PMDB e PP caberiam as outras vagas, ficando o PMDB com duas delas e o partido de Tancredo com a outra¹³².

Caso se seguisse a praxe para a eleição da Mesa, enquanto a disputa para a presidência era aberta a candidaturas avulsas de outros partidos que não o majoritário, as outras vagas deveriam ser preenchidas pelos candidatos oficiais dos partidos.

128 Pronunciamento na Câmara dos Deputados do Deputado Florim Coutinho, no dia 6 de março.

129 O Globo, 15.11.80. Candidatura de Marchezan será formalizada perante Figueiredo.

130 A 1ª Vice Presidência, a 1ª Secretaria e a 3ª Secretaria deveriam ficar com o PDS.

131 O Globo, 16.11.80. A bancada do Ceará, acima dos partidos.

132 A 2ª vice presidência e a 4ª Secretaria iriam para o PMDB e a 2ª Secretaria para o PP.

Assim, quando o PDS apontou o nome de Furtado Leite como o candidato oficial na vaga de primeiro secretário, Lustosa afastou-se da disputa.

A eventual não participação direta no pleito, entretanto, não o afastou das discussões em torno da sucessão da presidência da câmara. Para uma pessoa, naturalmente, questionadora e crítica, Djalma Marinho era companhia tentadora e, não foi diferente para Paulo Lustosa. Assim, às vésperas de completar 36 anos de idade, abraçou a candidatura avulsa do Dr. Djalma, desde o seu lançamento, em novembro de 1980, quando deixou de lado sua pretensão de ocupar um cargo na mesa diretora.

Contando com o apoio do presidente Flávio Márcílio e em articulação com a bancada do PMDB, as candidaturas dissidentes prosperaram, fazendo da eleição da mesa diretora de 1981 a “mais intensa campanha realizada no congresso nacional nos últimos anos¹³³”. A sucessão de Flávio Márcílio mobilizou os esforços da oposição e dos dissidentes governistas que se aglutinaram em torno da chapa Marinho, fazendo surgir entre os governistas um sentimento de falta de segurança quanto ao resultado, o que passou a demandar, da parte do governo, um esforço adicional para garantir a disciplina partidária¹³⁴.

Ainda assim as candidaturas oposicionistas cresciam. Logo, ao governo não restou outra opção que entrar de cabeça na campanha de Néelson Marchezan¹³⁵. A estratégia do governo deu-se em duas direções. De um lado, o próprio presidente Figueiredo atuou junto aos parlamentares, instando-os a votar em candidato governista¹³⁶. As lideranças pedessistas estimularam o lançamento de candidaturas avulsas para as vagas reservadas ao PMDB, principal partido de oposição e orientaram seus parlamentares para votarem em tais candidatos.

133 O Globo, 26.02.81. Eleição começará às quinze horas com 420 eleitores.

134 O Globo, 20.02.81. A Crise do PDS vista do Planalto.

135 O Globo, 18.02.81. Cantídio: Todo o empenho na eleição de Marchezan.

136 “Realmente, o Presidente João Figueiredo expôs-se, como é do seu feitio, a uma derrota política. No entanto, saiu triunfante de uma luta eleitoral, com a vitória mais do que expressiva do Deputado Nelson Marchezan. (Discurso do Deputado Nilson Gibson, Sessão de 6 de março de 1981).

Em resposta à movimentação do governo, os partidos de oposição estimularam Lustosa a apresentar seu nome para concorrer, como candidato avulso, à vaga de primeiro secretário, reforçando assim a chapa de Djalma Marinho. Às vésperas da eleição, Lustosa ainda avaliava a viabilidade de apresentar seu nome, deixando para anunciar sua candidatura na própria sessão em que foram escolhidos os membros da mesa¹³⁷.

A ação governamental surtiu efeito e numa eleição movimentada, com a participação de 420 parlamentares, não apenas Marchezan derrotou Djalma Marinho por uma diferença de 37 votos, como o PMDB não conseguiu eleger seus candidatos em primeiro escrutínio¹³⁸. Na condição de candidato avulso, Lustosa obteve uma "expressiva votação¹³⁹", com o melhor desempenho do que Marinho, perdeu para o candidato oficial por apenas 14 votos¹⁴⁰.

Animado com o excelente desempenho no primeiro turno, Lustosa empenhou-se com afincado redobrado em sua campanha oposicionista, na esperança de conseguir reverter a diferença. Entretanto, enquanto ele buscava novos apoios, as lideranças do PDS e do PMDB conversavam sobre o segundo turno. Há menos de uma semana para a votação, o PP denunciou que os dois partidos majoritários costuraram um acordo com vistas à garantia da eleição dos candidatos, oficialmente, indicados pelos partidos e ameaçou retirar sua bancada de plenário no dia da votação¹⁴¹.

Embora às escondidas, as negociações aconteciam. Visando pressionar o PMDB na construção de um acordo, o PDS estimulou o surgimento de boatos em Brasília que se o partido de oposição não procurasse estabelecer este entendimento, o partido governista usaria "sua maioria para deixar o PMDB sem

137 O Globo, 26.02.81. Eleição começará às quinze horas com 420 eleitores.

138 No primeiro turno nenhum dos candidatos indicados pelo partido alcançaram a maioria absoluta dos votos. Assim como não aconteceu com a 1ª Secretaria e a 3ª Secretaria, que cabiam ao PDS.

139 O Globo, 28.02.81. Disputas paralelas.

140 Nas eleições em primeiro turno Nelson Marchezan derrotou Djalma Marinho com 224 votos contra 187, enquanto que Furtado Leite teve 207 votos, contra 193 de Paulo Lustosa.

141 O Globo, 05.03.81. O PP contra ataca.

representantes na Mesa". Essa ameaça serviu para aumentar a tensão dentro dos partidos de oposição, especialmente, por conta de acordos que vinham sendo negociados nos estados, incluindo a eleição da presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.

No início da semana em que ocorreriam as votações, o PDS pareceu voltar atrás¹⁴², com sua liderança afirmando, primeiro, que não mais acreditava na realização de acordo com o PMDB, para depois, em aparente contradição, afirmar que era difícil que qualquer acordo fosse firmado entre os partidos para fins da eleição da mesa, caso estivesse condicionado à aprovação de proposta de convocação de uma assembleia constituinte¹⁴³.

Em meio às especulações em relação ao comportamento dos partidos majoritários, Lustosa foi chamado para uma reunião no palácio do planalto com o ministro Leitão de Abreu, que sugeriu que ele retirasse sua candidatura. **Nas palavras do ministro, se ele Lustosa perdesse, seria ruim para a situação dele junto ao governo; mas, se ele ganhasse, seria ainda pior. Lustosa, alegando não ser candidato das oposições, mas da instituição¹⁴⁴, manteve sua candidatura e foi para o plenário.**

No dia 11 de março, um abatido Paulo Lustosa assistiu à apuração dos votos do segundo turno da Câmara dos Deputados. Para sua decepção, todas as candidaturas dissidentes foram derrotadas, inclusive a dele. Além de seus 193 votos do primeiro turno serem reduzidos para 142, Lustosa e todos os presentes não puderam deixar de notar a coincidência numérica entre os quatro resultados: Lustosa perdeu para Furtado Leite de 239 a 142; Freitas Nobre, candidato oficial do PMDB, teve 246 contra os 151 do pedetista Sérgio Murilo; o malufista José Camargo derrotou Antônio Carlos, do PT, de 235 a 140; enquanto Paes de Andrade, do PMDB, venceu seu adversário, o pedessista Hélio Campos de 240 a 145.

142 O Globo, 09.03.81. PDS não faz acordo para a Mesa.

143 O Globo, 09.03.81. Marchezan: Negociação sem imposição.

144 O Globo, 11.03.81. Lustosa afirma que é o candidato da instituição.

Ainda no momento em que se processaram as votações, líderes dos PDT e PT, que tinham indicado candidaturas avulsas, começaram a denunciar o "acordão" que teria sido pactuado pelos três grandes.

Enquanto os analistas políticos asseveraram que evidentemente, houve um acordo entre PDS, PMDB e PP¹⁴⁵, seus principais líderes negavam tal fato. O peemedebista Roberto Freire, entretanto, chegou a reconhecer que a liberação das bancadas para escolherem os candidatos de sua preferência foi, de certa maneira, um "acordo tácito". Isso permitiu como disse o líder do PDS, Cantídio Sampaio, que vencesse o "bom senso"¹⁴⁶.

Acordo ou não, o que ficou claro para todos foi que, superada a eleição para presidente, o PMDB optou pela via pragmática, acertando com o PDS a eleição dos candidatos oficiais, rifando assim os dissidentes. O próprio Cantídio, em ligação ao governador Paulo Maluf para lhe contar resultados, ao evidenciar a coincidência nas votações, arrematou sorrindo o diálogo, com o seguinte comentário: "Dir-se-ia que houve acordo. Mas isso fica no condicional"¹⁴⁷.

Naquela mesma seção, o líder do PP, Thales Ramalho, que foi acusado de não estar votando com a oposição pelos próprios opositores, para demonstrar sua lealdade com o que foi acordado, pediu a chapa de Ulysses Guimarães para usar como sua. Ao conferir o voto do deputado paulista, Ramalho "constatou que não constavam voto para Antônio Carlos, do PT, (...) nem para o dissidente do PDS, Paulo Lustosa"¹⁴⁸.

Os resultados do segundo escrutínio, também, permitiram que o líder do PDT na Câmara, Alceu Colares, além de protestar contra a manobra peemedebista que levou à derrota do seu correligionário, também, insinuou, da tribuna da câmara no dia seguinte à eleição, que os números de 11 de março demonstra-

145 O Globo, 12.03.81. O bom senso fez o acordo.

146 O Globo, 12.03.81. Observadores divergem sobre resultados.

147 O Globo, 12.03.81. Aparência.

148 O Globo, 13.03.81. O voto de Ulysses.

ram que o PMDB tinha cristianizado a candidatura de Djalma Marinho, já no primeiro turno¹⁴⁹.

Além da derrota, ao se recusar a retirar a candidatura, Lustosa acabou sendo "colocado na geladeira" pelo partido, ficando de fora de posições destacadas durante a sua primeira legislatura. Segundo fontes do palácio do planalto, "sua candidatura foi considerada (...) mais danosa à unidade partidária que a do deputado Djalma Marinho¹⁵⁰" e, por consequência, a punição aplicada serviu, também, como um desestímulo a outras dissidências dentro do PDS.

Independente disso, ao longo do ano de 1981, o Dr. Djalma foi um dos interlocutores favoritos de Lustosa. Como moravam no mesmo bloco da 302 Norte, era comum que o mais jovem fizesse visitas ao colega de parlamento, para trocar ideias e aprender com alguém com tanta experiência. A amizade que nascera do respeito e da admiração mútuos não durou. No dia 26 de dezembro daquele mesmo ano, Dr. Djalma faleceu, aos 73 anos de idade. Perdiu o legislativo brasileiro uma de suas mais destacadas personalidades, perdeu Paulo Lustosa um amigo e guia naqueles tempos tortuosos.

Economista, Desenvolvimentista e... dissidente.

A sólida formação técnica de Paulo Lustosa também o colocou no centro de importantes discussões no parlamento brasileiro. Economista, com mestrado em Desenvolvimento Econômico e experiência no executivo estadual, logo o parlamentar ficou engajado em discussões relacionadas com as questões econômicas do país, participando dos debates sobre a política salarial, ou sugerindo a criação de um conselho de desenvolvimento regional diretamente ligado à presidência da República para "atuar nas áreas mais pobres¹⁵¹" do país.

Sua participação ativa nas discussões das matérias econômicas logo o credenciaram dentro da ARENA, antes mesmo do

149 O Globo, 13.03.81. Collares acusa PMDB de acordo com o PDS.

150 O Globo, 19.03.81. Na Geladeira.

151 O Globo, 11.02.79. Deputado quer conselho para atuar nas áreas mais pobres.

final do seu primeiro ano de mandato, seu nome já era reconhecido pela imprensa que cobria o congresso nacional como "um dos especialistas do partido em questões econômicas¹⁵²", tendo sido reiteradamente cotado para compor comissões e grupos de trabalho que tratassem de matéria legislativa dessa natureza.

A política econômica do governo estava no centro dos debates naquele momento. A crise agravou-se com o segundo choque do petróleo, pressionando os índices de inflação e correndo salários dos trabalhadores. Em uma reação às condições salariais que se deterioraram, greves das mais variadas categorias começaram a pipocar em todo o país. Dois dias antes da posse do presidente Figueiredo, no dia 13 de março, os sindicatos de metalúrgicos da Região do ABC paulista entraram simultaneamente em greve. Além da melhoria nas condições de trabalho, os grevistas reivindicaram um reajuste salarial de 78,1%.

Houve maciça adesão à greve dos trabalhadores de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema. Segundo estimativas da época, "cerca de 200 mil trabalhadores cruzaram os braços, deixando às moscas fábricas importantes como as da Ford, Mercedes-Benz e Volks¹⁵³". A Federação das Indústrias de São Paulo -FIESP- reagiu e apelou para justiça do trabalho que declarou a greve ilegal, mas os trabalhadores mantiveram a paralisação.

O novo ministro do Trabalho, Murilo Macedo, tentou intermediar um acordo com os trabalhadores por meio de suas principais lideranças sindicais. Entretanto, o acordo costurado entre governo, empresários e líderes sindicais, depois de todo um dia de árdua negociação, foi rejeitado no dia seguinte pelos metalúrgicos em assembleia¹⁵⁴. Usando de suas prerrogativas, o Ministro do Trabalho decretou a intervenção nos três sindicatos de metalúrgicos do ABC, destituindo suas diretorias e nomean-

152 O Globo, 14.08.79. Moderados do MDB aceitam o diálogo; O Globo, 06.10.79. Documento repercute na Câmara.

153 DMT em Debate, 13.03.79: "É deflagrada a greve dos metalúrgicos do ABC, que fortalece o sindicalismo e enfraquece a ditadura militar". Disponível em: www.dmt-em-debate.com.br/13-de-marco-de-1979-e-deflagrada-a-greve-dos-metalurgicos-do-abc-que-fortalece-o-sindicalismo-e-enfraquece-a-ditadura-militar/

154 O Globo, 23.03.79. Metalúrgicos rejeitam o acordo e intervenção é iminente.

do, para interventores servidores da Delegacia do Trabalho de São Paulo¹⁵⁵.

A dura medida governamental, em lugar de enfraquecer, fortaleceu o movimento sindical e gerou reações tanto na sociedade, quanto no congresso nacional. Enquanto no ABC, o presidente destituído do Sindicato de São Bernardo do Campo, Luís Inácio da Silva¹⁵⁶, buscava o caminho da conciliação propondo uma trégua de 45 dias¹⁵⁷. Em Brasília, o secretário de comunicação da presidência da república afirmou que o governo esperava que a greve terminasse rapidamente.

Acompanhando de perto as discussões, na câmara dos Deputados, Paulo Lustosa subiu à tribuna para criticar a legislação trabalhista e sindical, propondo que se reformasse a CLT "procurando exumá-la da rigidez e generalidade, no caso da caracterização da ilegalidade dos movimentos paralisantes¹⁵⁸".

Ao contrário do que o porta voz do governo esperava, a greve dos metalúrgicos do ABC não se encerrou logo, pelo contrário. No processo, representantes da Igreja, parlamentares, intelectuais, meios de comunicação e os nascentes movimentos sociais organizados apoiaram a greve, dando-lhe "força simbólica", limitando, assim, a margem para ações repressivas, fortalecendo o movimento a cada dia.

Embora a proposta de revisar a CLT tenha sido ignorada pelo ministério do Trabalho, a trégua proposta por Lula foi acatada e os sindicatos retomaram as negociações. Ao final do prazo concedido, o dia 13 de maio, uma nova assembleia aprovou a mais recente proposta dos empresários, de 63% de reajuste, dando por encerrado o movimento.

Superada a greve, a questão da política salarial ainda continuou em aberto. No discurso em que apontou a necessidade de se reformar a CLT, Lustosa, também propôs uma reformula-

155 O Globo, 24.03.79. Intervenção desarticula parte do movimento em São Caetano.

156 O Globo, 23.03.79. Lula: Decisão não menospreza autoridade.

157 DMT em Debate. 13.03.79: "É deflagrada a greve dos metalúrgicos do ABC, que fortalece o sindicalismo e enfraquece a ditadura militar". Disponível em: www.dmt-em-debate.com.br/13-de-marco-de-1979-e-deflagrada-a-greve-dos-metalurgicos-do-abc-que-fortalece-o-sindicalismo-e-enfraquece-a-ditadura-militar/

158 O Globo, 27.03.79. Farhat: Governo espera que greve seja superada logo.

ção da política salarial, antecipando-se ao que viria em breve para o legislativo. Logo no início de setembro, o governo anunciou que estaria encaminhando o projeto de lei para regulamentar a política salarial ao parlamento.

Lustosa, que no dia anterior manifestou-se na tribuna da câmara em favor dos reajustes semestrais para o salário mínimo¹⁵⁹, em uma época que parcela significativa dos assalariados tinha o salário mínimo como referência, era nome certo para compor a comissão que tratou do tema, juntamente, com o gaúcho Carlos Chiarelli¹⁶⁰. Apesar de sua posição de dissidência em vários temas, ao longo do ano, sua reconhecida competência na temática, garantiu-lhe uma das vagas na comissão mista que tratou do tema.

Em 30 de outubro daquele ano, o congresso nacional aprovou a lei fixando o reajuste automático dos salários dos trabalhadores, estabelecendo, no seu primeiro artigo que o "valor monetário dos salários seria corrigido, semestralmente, de acordo com o índice de preços ao consumidor, variando o fator de aplicação na forma desta lei", encampando a sua proposta.

O Decreto-lei nº 2024 e a Primeira Derrota do Governo.

As derrotas e a "geladeira" depois da eleição da mesa, em 1981, não afastaram Lustosa das polêmicas nem das dissidências. Reeleito para a câmara federal com uma votação muito expressiva, em 1982, ele chegou para o seu segundo mandato, no ano seguinte, mais experiente e igualmente disposto. Com mais de 80 mil votos recebidos nas eleições, o resultado pareceu confirmar que ele estava no caminho certo, não havendo porque mudar sua estratégia no parlamento, nem na política estadual.

Talvez com a intenção de controlar sua insubordinação, ele foi designado vice líder do partido do governo naquele ano. Ainda assim, já no início da legislatura, Lustosa voltou a aparecer nas discussões legislativas sobre as questões salariais, par-

159 O Globo, 03.09.79. Deputado sugere que salário mínimo tenha reajustes semestrais.

160 O Globo, 04.09.79. Projeto salarial só vai ao Congresso na próxima semana.

tipicando do movimento que impôs a primeira grande derrota sobre o governo Figueiredo dentro do congresso nacional.

A crise econômica que se iniciou anos antes, com aumento dos juros internacionais e seus impactos sobre as contas públicas, colocou o Brasil em uma terrível situação. A inflação vinha em uma ascendente que se acelerava ano a ano, as reservas internacionais praticamente não existiam e, para piorar, a economia entrou em um processo recessivo. Era a tal da “estagnação”.

Para conseguir renegociar seus compromissos internacionais, o Brasil viu-se obrigado a recorrer ao Fundo Monetário Internacional -FMI- que, como de praxe, exigiu dos países que buscavam empréstimos junto a ele ou às instituições financeiras que ele representava a adoção uma série de medidas econômicas e fiscais bastante austeras. Chamadas de “pacotes do FMI”, as medidas, normalmente, implicavam em cortes de gastos públicos, aumento de juros, controle da inflação e uma política salarial restritiva. Ou seja, medidas nada populares e nem sempre, justamente, distribuídas entre os diversos segmentos da sociedade.

Logo no início do ano, o governo enviou para o congresso um pacote de medidas que modificaram as regras de reposição salarial dos trabalhadores, quando aplicou redutores nos índices da correção monetária, provocando grandes perdas para os assalariados. A medida gerou grande mal-estar entre os parlamentares e péssima repercussão na sociedade, de sorte que ainda no mês de maio, temendo ver a matéria ser rejeitada, Figueiredo retirou o Decreto-Lei nº 2012 de pauta e o substituiu pelo Decreto-Lei nº 2024.

O Decreto-Lei 2024 alterou a Lei Nº 6.708/79, de cuja comissão Lustosa participou, modificando a política salarial, introduzindo as reduções da reposição da correção monetária e adotando uma série de medidas visando aos empregados das estatais. Assim como aconteceu quatro anos antes, com a inflação em espiral ascendente, ainda, mais acentuada, a proposta do governo promoveu um “arrocho salarial” ainda mais forte.

Além das perdas salariais que atingiriam a todos de modo indiscriminado, o “pacote das estatais”, composto pelas medidas que o decreto trazia para as empresas públicas e para as de economia mista, diminuindo salários e suspendendo benefícios de seus funcionários, provocou fortes reações contrárias desses grupos de trabalhadores¹⁶¹ e, entre outras, estiveram no cerne da insatisfação que levou à greve dos petroleiros (LUCENA e LUCENA, 2014), fazendo daquele ano quase uma repetição dos fatos que tinham agitado o país em 1979.

Ademais da discordância quanto à condução da política salarial do governo que repetia os erros de anos anteriores, Lustosa, também, endureceu suas críticas às políticas de desenvolvimento regional adotadas pelo executivo federal, uma vez que, do seu ponto de vista, continuavam por relegar a região Nordeste a uma condição de inferioridade, especialmente, em relação ao Centro Sul.

Ainda no seu primeiro mandato ele tinha começado a articular um bloco parlamentar do Nordeste¹⁶², envolvendo membros do partido governista e da oposição, com vistas a uma ação coordenada em defesa do desenvolvimento da região. Para ele, a situação de desigualdade em desfavor dos nordestinos devia-se, de um lado, às políticas adotadas pelo governo federal, que claramente privilegiaram os estados do sul do país e de outro lado, por culpa dos próprios nordestinos que, conforme ele mesmo admitiu, adotaram uma postura de subserviência em relação ao poder central¹⁶³.

A crítica também se estendia à atuação dos órgãos federais voltados para a região, tal qual a SUDENE que, em sua opinião, apenas desdobrava “planos feitos em nível de terceiro escalão da secretaria de Planejamento da Presidência da República” como se fosse uma política de desenvolvimento regional. Também na sua avaliação, a imprensa promovia a ideia de que a região estava “abarrotada de recursos”, quan-

161 “Em 21 de julho acontece a grande greve geral unitária que foi efetiva em São Paulo e em muitos outros grandes centros industriais”. Disponível em: <http://fne.org.br/index.php/artigos/3501-as-lutas-sindicaais-em-1983>.

162 O Globo, 10.05.80. Bloco do Nordeste.

163 O Globo, 24.06.80. Deputado diz que Nordeste paga por sua subserviência.

do, na verdade, os nordestinos viram minguar os recursos do FINOR, do Banco do Nordeste e da SUDENE¹⁶⁴, piorando ainda mais a situação.

Em meados de julho daquele ano, o ainda vice líder do PDS reiterou suas críticas à ação do governo para a sua região, ao afirmar que a prioridade que o governo dava ao Nordeste era "apenas retórica¹⁶⁵" e que, na verdade, a maior seca da região não era aquela que viria de Deus, mas sim a seca "da política", argumentos que usava reforçando sua campanha para a mobilização da bancada nordestina em torno de temas de interesse regional¹⁶⁶.

O movimento nordestino dentro da câmara paulatinamente começou a ganhar corpo e a produzir ações coordenadas de, pelo menos, parte da bancada. Quando, três anos depois, a questão salarial colocou o governo na berlinda dentro do plenário da câmara, inclusive a questão regional mobilizou dissidências dentro do PDS.

Na mesma época da discussão da política salarial, dentro do PDS aconteciam os primeiros movimentos da sucessão presidencial que se avizinhava. Tentando participar do comando partidário, um grupo formado ao redor do ex-governador de São Paulo, Paulo Maluf, apresentou na convenção nacional do partido uma chapa de oposição àquela liderada pelo presidente Sarney. A chapa, denominada participação, conquistou cerca de um terço dos votos dos convencionais e, conseqüentemente, pôde indicar um equivalente número de membros no diretório e na executiva do partido. A disputa, entretanto, deixou sequelas nas relações entre os pedessistas.

Assim, quando chegou o momento de votar o Decreto-Lei nº 2024 no congresso nacional, além da unidade da oposição contra a matéria, pela sua natureza claramente impopular, o governo encontrou resistências tanto de pedessistas ligados ao grupo participação, quanto daqueles vinculados à bancada nordestina.

164 O Globo, 24.06.80. Deputado diz que Nordeste paga por sua subserviência.

165 O Globo, 29.07.80. Vice líder do PDS faz críticas ao governo.

166 O Globo, 02.07.80.

Depois de muitas polêmicas, no dia 21 de setembro, com as galerias lotadas por representantes de movimentos sindicais, o plenário da câmara dos deputados derrubou o Decreto-Lei nº 2024 com os votos de onze deputados governistas, sendo oito do grupo Participação e “três deputados nordestinos do PDS que votaram contra, em protesto por falta de medidas concretas para ajudar o nordeste: Paulo Lustosa (CE), Lúcio Alcântara (CE) e Fernando Collor de Melo (AL)¹⁶⁷.

Pela primeira vez, em quase quinze anos, a oposição conseguiu, com o apoio da dissidência do partido governista, derrubar um decreto-lei, tarefa nada fácil, posto que além da força do governo, o instituto era desenhado para não ser derrotado¹⁶⁸. Para Bertonecelo (2007, p. 87) “este fato foi muito significativo naquela conjuntura, pois a última vez que o congresso rejeitara um decreto do executivo, ele foi posto em recesso e o AI-5 decretado”.

Antevendo a derrota, o governo recorreu mais uma vez à estratégia de editar o Decreto-Lei nº 2045, com praticamente o mesmo teor daquele que fora rejeitado. A diferença ocorreu porque em lugar de estabelecer tratamento diferenciado na reposição da correção monetária dos salários, tratou a questão de modo linear, limitando o valor a ser reposto a, no máximo, 80% da inflação do período¹⁶⁹.

Diferentemente do que fizera quando apenas substituiu os decretos anteriores, o governo procurou mudar sua estratégia junto ao legislativo. Visando evitar nova derrota e mais desgastes junto ao congresso, o PDS criou um “grupo de notáveis” do partido, denominado grupo dos 11, que teve por objetivo compilar uma série de propostas para aprimorar o Decreto-Lei nº 2045 e com isso facilitar a sua tramitação.

167 O Globo, 22.09.83: Congresso Rejeita Decreto 2024 com 11 Votos da Bancada do PDS.

168 O Globo, 22.10.83: A difícil rejeição de decreto lei.

169 Foi a primeira vez que a oposição conseguiu derrubar um decreto-lei da ditadura, contando com os votos de 11 deputados do PDS. A política de arrocho, no entanto, continuou em vigor, por causa de outro decreto-lei, o de número 2.045, editado em julho, que limitava os reajustes a 80% da inflação. <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/oposicao-e-a-rua-se-unem-contra-o-arrocho>

A competente atuação de Lustosa, conhecida e reconhecida na câmara, levou o deputado Hélio Duque, falando pela liderança do PMDB, a proferir um discurso questionando se a oposição poderia levar, realmente, a sério as intenções do PDS e do governo com a criação do grupo dos 11, quando nomes da competência de Paulo Lustosa tinham sido deixados de fora. Disse o opositor:

“Não sei, não quero indicar quem deva dele participar, dentro do partido do Governo, insisto. Mas, não sei por que não o integrou o Deputado Paulo Lustosa. Extraordinário talento e competência, um dos Parlamentares que mais respeito nesta Casa, pelo fundamento sério do seu conhecimento das questões econômicas. Só que ele não é um tecnocrata raffiné, não é um tecnocrata que esteja divorciado das razões sociais do processo econômico. Paulo Lustosa está marginalizado do grupo dos notáveis. Alguns jejunos, chegados a esta Casa agora, que ainda ontem prestavam serviços dentro do pacote do arrocho salarial, hoje estão posando como liberais, enquanto um parlamentar como Paulo Lustosa não integra esse Grupo dos 11.”

Deputado Hélio Duque, pela Liderança do PMDB. Sessão de 11.10.1983.

As negociações entre governo e oposição, mesmo tendo em conta as propostas produzidas pelo grupo dos 11, não prosperaram. Em 18 de outubro, prazo final para a votação do decreto, o presidente João Baptista Figueiredo decretou estado de emergência em Brasília, alegando que a cidade estava tomada “por agitadores recrutados de todas as partes do país”, enquanto que as galerias do plenário da câmara foram ocupadas por policiais para evitar a presença dos manifestantes¹⁷⁰.

Era palpável a tensão no plenário. Enquanto alguns parlamentares da oposição protestaram contra a presença de policiais nas galerias, pois para eles era uma forma de intimidar

170 Disponível em <http://m.memorialdademocracia.com.br/card/oposicao-e-a-rua-se-unem-contra-o-arrocho>

a livre manifestação dos deputados, as lideranças do governo tentaram esvaziar o plenário, para garantir a aprovação da matéria por decurso de prazo. Mesmo assim, a oposição conseguiu infligir uma segunda derrota às pretensões governistas, derrubando o Decreto-Lei nº 2045 e outras matérias que estavam na pauta da sessão.

Mais uma vez, o governo teve que recorrer ao expediente de editar novo decreto sobre o tema. Finalmente, depois de amargar duas sonoras derrotas, a política salarial do governo foi aprovada nos últimos dias de novembro, por decurso de prazo e com o voto contrário de Lustosa¹⁷¹.

Essas derrotas fortaleceram a oposição dentro do cngresso, agravaram as divisões dentro do PDS e aproximaram, ainda mais, Paulo Lustosa do grupo de dissidentes pedessistas que se engajou no movimento das Diretas Já no ano seguinte e, logo em seguida, no movimento que levou à criação da Frente Liberal e à eleição do presidente Tancredo Neves, em 1985.

171 O Globo, 28.11.80. Política salarial aprovada por decurso de prazo.

O MOVIMENTO DAS DIRETAS JÁ.

O Movimento das Diretas Já que tomou as ruas brasileiras entre o final de 1983 e ao longo de 1984, foi considerado um marco no processo de democratização do país e, para muitos, foi a demonstração definitiva de que o regime militar instalado, em 1964 não encontrava mais apoio na sociedade brasileira.

Para Paulo Lustosa, entretanto, a defesa do direito dos brasileiros escolherem pelo voto direto seus governantes era bandeira anos antes da chegada ao congresso nacional do deputado Dante de Oliveira. Assim, não foi surpresa para ninguém quando, logo nos primeiros momentos do movimento, seu nome apareceu entre os parlamentares do partido do governo engajados na sua coordenação nacional.

Diretas Já "avant la Lettre".

No final dos anos 1970, chegar e sair de Brasília não era uma tarefa assim tão fácil, nem mesmo para os parlamentares e suas famílias. Três fenômenos, distintos dos que ocorrem atualmente, também decorreram dessa dificuldade: a regra era que os parlamentares transferissem suas famílias para Brasília. Isto levou a que, com alguma frequência, eles passassem o fim de semana na capital; o que permitia, com muito mais regularidade que hoje, que o congresso deliberasse de segunda a sexta-feira, em uma semana.

Para preencher o fim de semana na isolada capital, os parlamentares e seus familiares costumavam frequentar o clube do congresso, no final da península do lago Norte, ou iam a churrascos e reuniões nas casas de amigos. No início de maio de 79, o Dr. Adolpho Bloch, proprietário da Revista Manchete, introduziu uma novidade que animaria os finais de semana da cidade, inaugurando um campo de futebol "society" nos fundos do terreno da sede da revista no setor de indústrias gráficas.

Destaque dos jornais da época, na partida inaugural do campo da Manchete, jogaram representantes da ARENA contra os do MDB, com as equipes formadas, majoritariamente, por parlamentares das duas agremiações políticas. Paulo Lustosa, que sempre gostou do esporte, participou do jogo que terminou com a vitória do time dos governistas por 4 a 3.

Em tom de brincadeira, o jornal O Globo analisou o desempenho de cada um dos atletas que participaram da partida, nos moldes feitos com os atletas que jogavam o campeonato carioca. Lustosa tirou nota 5 e seu desempenho foi assim descrito pelo repórter: "firme na defesa e perigoso no ataque. Deu alguns bons chutes mas perdeu muitos gols¹⁷²". O craque da partida foi o deputado Álvaro Dias, do MDB do Paraná, que marcou os três gols dos emedebistas e tirou uma nota 8 por sua atuação.

Para Lustosa, o mês de maio não trouxe apenas novidades no campo esportivo. Naquele momento, a comissão mista criada para discutir a Emenda Montoro, da qual ele era membro, estava em plena ebulição, pois o relator da matéria, o senador Passos Porto, da ARENA de Sergipe, preparou-se para apresentar parecer contrário à proposta do senador paulista.

Lustosa foi parar na comissão como parte da estratégia do ministro Petrônio Portela de abrir espaços para os novatos do partido, visando a um maior engajamento dos novos parlamentares da ARENA. Em função dela, o líder na câmara, deputado Nelson Marchezan, adotou a prática de indicar vários dos recém-chegados para comissões importantes, dando-lhes oportunidades no processo legislativo. Para Paulo Lustosa, a primeira oportunidade fora, exatamente, a comissão mista da emenda Montoro¹⁷³.

A emenda constitucional, apresentada pelo emedebista no ano anterior, ganhou destaque na mídia por estabelecer a volta das eleições diretas para os governadores de estado e para todos os senadores, revogando os tais senadores biônicos que tinham sido criados pelo Pacote de Abril do presidente Geisel.

172 O Globo, 06.05.79. ARENA inaugura campo com vitória de 4 a 3 sobre o MDB.

173 O Globo, 27.03.79. Comissão começa hoje a estudar emenda Montoro.

A volta das diretas para governador contou com a simpatia de vários arenistas, incluindo membros do executivo. O próprio Figueiredo, em sua posse, anunciou que prosseguiria com os esforços do seu antecessor "até que pudesse expressar as muitas facetas da opinião pública brasileira, purificando o processo das influências desfigurantes e comprometedoras de sua representatividade¹⁷⁴". Para muitos isso significava o compromisso com o retorno das eleições diretas para todos os cargos.

Além da parcela do regime que desconfiava dessas liberdades, as maiores resistências à proposta de Montoro decorreram, nem tanto do fim das eleições de senadores biônicos, ou da volta das eleições diretas, mas pelo fato de que ela estabelecia a cassação dos mandatos biônicos e a convocação de eleições diretas para tais cargos, juntamente com as eleições municipais que estavam previstas para o ano seguinte.

A comissão, que tinha na presidência o deputado do MDB gaúcho Lindovino Fanton, era composta por 21 parlamentares, sendo 13 representantes do partido governista e oito da oposição. A maioria governista, conseqüentemente, apontava para a impossibilidade de aprovação da emenda Montoro na forma como proposta ou enquanto não contasse com a anuência do governo.

Comprometido que estava com o ideal das eleições diretas e pressentindo que o relator, seguindo orientação do líder do governo, senador Jarbas Passarinho, rejeitaria a emenda¹⁷⁵, Lustosa decidiu apoiar o voto, em separado, do colega arenista do Maranhão, Edson Vidigal, que preservava os princípios da emenda Montoro, mas trazia modificações que a tornaram mais palatável para a base governista.

No dia 9 de maio, a comissão reuniu-se para votar o parecer Passos Porto em clima de bastante tensão. A despeito dos apelos das lideranças, como também contrariando pressões vindas do próprio governador do estado, Lustosa manteve sua posição e, juntamente com Vidigal e com o arenista Joacil Pereira,

174 O Globo, 16.03.79. Figueiredo reafirma desejo de reconstruir a democracia.

175 O Globo, 23.05.79. Novos deputados tentam fazer mudanças na ARENA.

votou contra o relatório na expectativa de aprovar, na sequência, o substitutivo que os três tinham subscrito¹⁷⁶.

Com o voto dos três arenistas, o relatório do senador Passos Porto foi rejeitado. Com o tumulto da votação e talvez empolgado com o fato de ter imposto uma fragorosa derrota ao governo, o presidente da comissão não colocou em votação o substitutivo de Vidigal e deu por encerrada a reunião. Do ponto de vista regimental, a rejeição do relatório contrário à emenda, significou a aprovação da Emenda Montoro¹⁷⁷ e como não houve discussão nem votação da emenda Vidigal, esta última acabou prejudicada e seu aproveitamento pelo plenário inviabilizado.

Para tentar corrigir o erro, o presidente da comissão propôs aos parlamentares que assinassem uma lista apoiando o substitutivo. Lustosa recusou-se a fazê-lo, alegando que aquele encaminhamento, por sua fragilidade processual, não resistiria a um futuro questionamento de natureza regimental, colocando em risco todo o trabalho da Comissão, mas apressou-se em ratificar seu compromisso com as eleições diretas. Em nota distribuída à imprensa destacou que "toda vez que for levada a discussão e votação propostas para eleições diretas, em qualquer nível, votaria a favor das mesmas¹⁷⁸".

A derrota do relatório na comissão provocou profunda irritação nos líderes do partido na câmara e no senado, especialmente, com os três dissidentes. O senador Jarbas Passarinho criticou a atitude dos parlamentares arenistas que votaram contra o relatório e qualificou-a de "indisciplina partidária¹⁷⁹". Em resposta à derrota, o vice-líder do governo no senado, Murilo Badaró, asseverou que o governo adotaria uma posição contrária à Emenda Montoro, quando essa fosse para votação do plenário do congresso nacional¹⁸⁰.

176 O Globo, 23.05.79. Novos deputados tentam fazer mudanças na ARENA.

177 O Globo, 10.05.79. Comissão Mista do Congresso aprova a Emenda Montoro.

178 O Globo, 13.05.79. Deputado não assina lista contra eleições diretas.

179 O Globo, 15.05.79. Mesa confirma que emenda substitutiva não passou.

180 O Globo, 15.05.79. Badaró: Governo não vai permitir Emenda Montoro.

No dia da votação, os ânimos governistas ainda não tinham se acalmado. Logo no início da sessão, o senador Badaró ratificou a posição contrária à Emenda Montoro, declarando para que todos ouvissem que a votação foi marcada para o horário em que a bancada da ARENA no senado estaria "mobilizada para derrotar as duas emendas", posição igualmente defendida por Passarinho¹⁸¹. Nem a emenda Montoro nem a emenda Vidigal. A posição do partido era contra as eleições diretas.

Antes do início da votação, a mesa confirmou que a emenda de Vidigal não tinha sido aprovada pela comissão, o que comprometeria sua discussão no Plenário. Isso fez com que alguns parlamentares levantassem questionamentos quanto à lisura do processo de aprovação da emenda por meio da lista de apoio que Lustosa tinha se recusado a assinar. O arenista Brabo de Carvalho, por exemplo, foi à tribuna para afirmar que embora favorável às eleições diretas para governador, iria votar contrariamente à matéria porque "a comissão adulterou os fatos, dando por aprovada por seus membros a Emenda Vidigal" fato que não ocorreu.

O próprio autor da emenda, senador Montoro, saiu em defesa de seu correligionário afirmando que o deputado Fanton tinha agido de forma honesta e leal com seus colegas e que a derrota do relator na comissão deveu-se, não à manipulação, ou qualquer ato fraudulento, mas ao fato de que três deputados da ARENA preferiram "ignorar a orientação das lideranças, contrária ao reestabelecimento agora das eleições diretas, para confirmarem o processo de abertura do presidente Figueiredo, votando a favor da matéria¹⁸²".

Derrotada no senado, a matéria sequer chegou a ser votada pelos deputados federais¹⁸³. Lustosa, entretanto, não se afastou de seu compromisso em defesa do voto livre, direto e secreto. Menos de 20 dias depois, os senadores Orestes Quécia e Franco Montoro apresentaram, cada um, emendas reestabele-

181 O Globo, 18.05.79. Congresso vota hoje emendas que propõem diretas para governador.

182 O Globo, 18.05.79. Congresso vota hoje emendas que propõem diretas para governador.

183 O Globo, 19.05.79. ARENA derrota no Senado emendas das eleições diretas.

cendo eleições diretas, para todos os cargos eletivos, incluindo presidente da república. Entre os apoiadores, apenas três parlamentares da ARENA: o senador Luiz Cavalcanti, de Alagoas, o mineiro Magalhães Pinto e Paulo Lustosa¹⁸⁴.

Em novembro, quando o parlamento discutia a proposta do governo para a reforma partidária, que entre outras coisas reestabeleceria o pluripartidarismo no país, Lustosa ainda mantinha sua posição crítica à proposta governamental, reclamando que a matéria estava sendo levada à diante sem que se "ouvisse a nação" e defendendo que "as eleições diretas para governador já deveriam constar da reforma¹⁸⁵", fato que não ocorreu naquele momento.

Apesar da derrota circunstancial, a semente para a aprovação de uma emenda reestabelecendo as eleições diretas para governador de estado foi lançada e prosperou. Do lado governista, parlamentares apresentavam propostas com teor semelhante, embora distintas na forma e nos prazos. No final do ano, enquanto o executivo discutia uma proposta alternativa à emenda apresentada pelo deputado Edison Lobão¹⁸⁶, os analistas políticos consideraram que a emenda apresentada pelo arenista maranhense, visando à eleição direta para governadores, estaria "fadada ao sucesso¹⁸⁷", pois o ambiente no congresso era, cada vez mais, favorável ao tema.

Depois de muitas idas e vindas, inclusive com a emenda Lobão sendo descartada, por ter sido considerada inoportuna pelo governo, com Lustosa questionando a decisão governamental¹⁸⁸, e cerca de um ano depois, o presidente Figueiredo deu por certas as eleições diretas para governador¹⁸⁹ e, em meados de novembro, encaminhou a proposta do governo para a matéria. Lustosa festejou a decisão do governo, tanto por justificar a rejeição à Emenda Lobão¹⁹⁰, quanto porque entendeu

184 O Globo, 08.06.79. Senadores do mesmo partido apresentam a mesma emenda.

185 O Globo, 04.11.79. Arenista diz que Nação não está sendo ouvida.

186 O Globo, 30.09.79. Governo prepara nova emenda para substituir a de Lobão.

187 O Globo, 15.12.79.

188 O Globo, 26.02.80. Parlamentar quer saber o que é oportunidade.

189 O Globo, 24.09.80. Figueiredo: Eleição direta para governador é um fato.

190 O Globo, 10.03.80. Oposições querem testar PDS com Emenda Lobão.

que o ano seria "definitivo para a consolidação do processo de democratização no país¹⁹¹".

No dia 13 de novembro de 1980, o congresso nacional aprovou, por unanimidade, as eleições diretas para governador. Era a primeira vez que uma matéria era aprovada sem qualquer voto contra, desde o estado novo¹⁹². A subemenda das oposições, que propôs as eleições diretas para presidente, não chegou a ser votada, mas a ideia de eleições diretas para todos os níveis de governo, aí incluindo os prefeitos de capital e, principalmente, presidente da República estava ali, latente, esperando o momento certo em que tomasse corações e mentes em todo o país.

A Emenda Dante de Oliveira.

Era o início da 47^a legislatura da câmara federal, mais precisamente dia 2 de março de 1983, quando um deputado novato e pouco conhecido¹⁹³ protocolou uma Proposta de Emenda Constitucional -PEC-, que recebeu da secretaria geral da mesa o número 05/83 e iria provocar uma revolução na política e na sociedade brasileira. O novato era o mato-grossense Dante de Oliveira, do PMDB e a sua emenda constitucional propôs que nas eleições seguintes, o presidente da república do Brasil deveria ser eleito pelo voto direto dos seus cidadãos e não mais pelo colégio eleitoral.

Apesar de contar com a assinatura de 199 parlamentares em seu apoio¹⁹⁴, incluindo a de Paulo Lustosa¹⁹⁵, a emenda era mais uma iniciativa da oposição em torno da questão das eleições diretas para presidente, mas, como lembra Ricardo Kotscho, jornalista designado pela Folha de São Paulo para acom-

191 O Globo, 02.11.80. Lustosa: Eleições de 82 descentralizarão o poder.

192 Folha de São Paulo, 14.11.80. O Congresso aprova a eleição direta em 82.

193 Folha de São Paulo, 08.09.18. Ricardo Kotscho – Das Diretas Já a Tancredo Neves, a longa transição para a democracia. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/das-diretas-ja-a-tancredo-neves-a-longa-transicao-para-a-democracia.shtml>

194 O Globo, 03.03.83: Proposta Ganha 199 assinaturas.

195 Diário do Congresso Nacional, 19.04.83, pag. 0468. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrivendohistoria/diretas-ja/pec-no-5-de-1983-integra>

panhar toda a campanha das Diretas Já, de princípio a “turma mais antiga do congresso não botou fé na proposta, mas (...) a ideia começou a ganhar corpo.¹⁹⁶”

Em grande parte, esse fenômeno decorreu do processo eleitoral do ano anterior. A demanda por eleições diretas para presidente havia se incorporado à pauta de reivindicações dos partidos de oposição durante a campanha de 1982 e começou a ganhar apoio das ruas. Não por outro motivo, no mesmo dia em que Dante de Oliveira protocolou sua PEC, o vice-líder do PMDB na câmara, deputado Egídio Ferreira Lima (PE), anunciou que uma eventual trégua política, por parte da oposição, dependia do compromisso do presidente com as eleições diretas e com a convocação de uma Constituinte¹⁹⁷.

O pronunciamento do líder da oposição era uma resposta ao pedido de trégua feito pelo presidente da república aos partidos de oposição, em função da grave crise econômica que o Brasil atravessava. Desde o ano anterior, o ministro Delfin Netto vinha negociando com o FMI um acordo de empréstimo e muitas das medidas econômicas demandadas pelo Fundo dependiam da aprovação do Congresso Nacional e já estavam enfrentando severas resistências no legislativo, as previstas no Decreto-Lei nº 2024, do “arrocho salarial”.

A gravidade da crise econômica levou a alguns setores do governo e mesmo da oposição, aventarem a possibilidade de uma prorrogação no mandato de Figueiredo, com o intuito de evitar maior instabilidade no ambiente econômico, em função das incertezas naturais da transição. Assim, a pauta que dominava o noticiário e a vida legislativa naquele início de Legislatura era, fundamentalmente, econômica. Governo e oposição passaram, praticamente, todo o ano às voltas com os embates em torno das medidas acordadas com o FMI.

Apesar do foco na questão econômica, especialmente, na política salarial, algumas organizações da sociedade civil e alguns poucos órgãos de imprensa começaram a se interessar

196 Folha de São Paulo, 08.09.18. Ricardo Kotscho - Das Diretas Já a Tancredo Neves, a longa transição para a democracia.

197 O Globo, 3.3.83: Eleições Diretas e Constituinte, é o que exige a oposição.

pelo tema das eleições diretas. Em 27 de março, a Folha de São Paulo publicou editorial favorável às diretas, começou a cobrir as mobilizações populares em São Paulo e abriu espaços para a manifestação de lideranças, nacionalmente, reconhecidas e que defenderam essa posição¹⁹⁸.

Ainda assim, a discussão ficou em segundo plano ao longo de 1983. Um primeiro evento a favor da ideia chegou a ocorrer na cidade de Abreu e Lima (PE), em março daquele ano, para um público pequeno e com nenhuma repercussão nacional. A emenda Dante de Oliveira foi lida, em plenário, no dia 18 de abril, o que permitiu a instalação da comissão que analisaria a proposta.

Em meados de junho o PMDB lançou formalmente uma campanha nacional em favor das Diretas Já para presidente. Naquele então, a proposta que seria apoiada não seria necessariamente a do parlamentar mato-grossense¹⁹⁹, tão pouco o partido contava com o apoio dos outros partidos de oposição ou mesmo de todos os segmentos da sociedade civil organizada²⁰⁰.

Paralelamente aos ainda incipientes movimentos de rua, em favor da matéria, a comissão mista para analisar a PEC 05 que foi instalada, logo após sua leitura no plenário do Congresso, sob a presidência do senador Itamar Franco (PMDB/MG), realizou audiências e trouxe para o parlamento, a fim de discutir a matéria, figuras proeminentes da política nacional, tais quais os governadores de São Paulo e Rio de Janeiro, Franco Montoro (PMDB) e Leonel Brizola (PDT) e o presidente nacional do PT, Lula.

Participando desde o primeiro momento do movimento pelo retorno às eleições presidenciais, Lustosa e aqueles poucos que estavam atentos à questão assistiram às oposições debatendo-se entre os caminhos mais adequados a seguir. Se de um lado, Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, afirmava que as

198 Folha de São Paulo, 03.04.83. Diretas em todos os níveis, quer D. Paulo. (Arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns).

199 O Globo 12.4.84: "O PMDB lançou um documento à nação em favor da campanha pelas diretas (...) entre elas as propostas dos deputados Aldo Arantes (GO) e Dante de Oliveira (MT)".

200 O Globo, 25.5.83.

eleições diretas eram inegociáveis, de outro, Tancredo Neves, do mesmo partido, não fechava as portas para as conversas em torno de uma possível transição negociada, enquanto os demais partidos de oposição titubeavam em garantir apoio à proposta peemedebista.

O governador Leonel Brizola, por exemplo, defendeu a prorrogação do mandato de Figueiredo, em troca de eleições diretas em 1986, porque não acreditava em eleições diretas em 1985²⁰¹, ou por pretender ser candidato ao final de seu mandato. Mas, no seu depoimento na comissão mista afirmou que não via "outra saída para o Brasil, fora da realização de eleições diretas para a presidência da República", enquanto que Lula, então presidente nacional do PT, alertava que se Brizola insistisse em lançar sua candidatura à presidente, a unidade dos partidos de oposição em torno da questão ficaria complicada.

Foi nesse cenário de incertezas que o PMDB lançou sua campanha pelas eleições diretas na capital goiana no dia 15 de junho. Apesar do apoio do governador Íris Rezende, o evento reuniu cerca de 5 mil pessoas na Praça da Universidade, evidenciando que o tema ainda estava distante da maior parte da população brasileira, preocupada que estava com o avanço da inflação, o recrudescimento da crise econômica e as perspectivas, cada vez mais próximas, de um severo "arrocho salarial".

Paulo Lustosa, por essas alturas, voltou com dois temas que lhe interessaram mais diretamente, as discussões e negociações do Decreto-Lei nº 2024 e a tramitação de uma emenda constitucional de sua autoria que aumentava, de forma significativa, a parcela dos recursos transferidos pela união aos estados e municípios, por meio do FPE e do FPM.

No começo do ano ele apresentou a PEC 22/83 e, desde então, vinha articulando com os governadores e suas bancadas a sua tramitação. Embora, inicialmente, a emenda tivesse enfrentado resistências por parte da equipe econômica do governo, a pressão de prefeitos e governadores tinha feito a matéria prosperar no congresso nacional (ABRUCIO e SAMUELS,

201 O Globo, 16.06.83.

1997) e no início de agosto a proposta foi lida no plenário e, logo em seguida, foi constituída a comissão mista para analisá-la.

Diante do apoio dado à matéria, com ampla articulação de prefeitos e governadores, que marcharam sobre Brasília demandando a modificação no arranjo federativo, o governo Federal capitulou e viu ser aprovado o substitutivo elaborado pela Comissão Mista, que foi denominado de "Emenda Passos Porto²⁰²". A aprovação de sua proposta, de grande impacto sobre a questão federativa (SIMPSON, 2012), aproximou Lustosa dos movimentos municipalistas e federalistas no país, angariando o respeito de importantes segmentos da política nacional e consolidou sua posição como dissidente na bancada pedessista.

Disputava, também, a atenção do parlamentar cearense, da população e da mídia, a sucessão presidencial. Durante o ano de 1983, os principais nomes do PDS apresentaram suas candidaturas e começaram, ainda que timidamente, a articular suas campanhas eleitorais. Em meados de setembro, Maluf, Andreazza, Aureliano, Hélio Beltrão e Marco Maciel já apareceram cotados a candidatos do PDS no colégio-eleitoral, e alguns já pressionavam o presidente Figueiredo e o PDS por definições.

O Grupo ProDiretas e os Movimentos de Rua.

Engajado na candidatura de Aureliano Chaves, Lustosa não descuidou de sua atuação junto ao movimento em favor das eleições diretas dentro do PDS, confirmando sua tendência a dissentir das orientações do partido. Mais uma vez, como aconteceu diante as discussões sobre a Lei de Anistia, o parlamentar optava por "ouvir as vozes das ruas", mantendo-se fiel ao seu perfil liberal e democrático. Foi nesta época, último trimestre de 1983, que o grupo pró Diretas Já do PDS começou a se organizar.

Apesar da importância do movimento dissidente, o evento que realmente agitou as discussões sobre as diretas veio de

202 O Senador Passos Porto (PDS/SE) foi o relator da Comissão Mista que analisou a PEC 22/83 do Deputado Paulo Lustosa tendo seu substitutivo como emenda que levou seu nome.

onde menos se esperava. No dia 16 de novembro, o presidente Figueiredo estava em viagem a Nigéria, quando, durante uma entrevista coletiva, ao ser interpelado por um repórter sobre a possibilidade de eleições diretas para presidente declarou ser favorável à ideia, afirmando que "agora isto é impossível porque o PDS não iria se conformar"²⁰³.

A bombástica declaração presidencial disputou a primeira capa do jornal O Globo com a notícia da morte precoce da famosa autora de novelas Janete Clair e provocou um verdadeiro rebuliço entre os políticos. De um lado, o grupo pró Diretas Já animou-se com as possibilidades que nasciam da declaração e, rapidamente, agendou um jantar com o ministro Leitão de Abreu e com representantes da oposição para discutir a questão (NERY, 2012).

O líder do governo na câmara, Marchezan, reconheceu que se a matéria fosse proposta pelo executivo, ela poderia ser aprovada e o PMDB mostrou disposição em iniciar uma negociação com o partido governista em torno do tema²⁰⁴. Ainda em novembro, Aureliano Chaves, potencial candidato nas eleições que se avizinhavam, pronunciou-se pela primeira vez, favoravelmente à matéria.

Na primeira semana de dezembro, a convenção nacional do PMDB deu o tom do que seria a campanha das "Diretas Já", reconhecendo que somente uma grande mobilização nacional em favor da emenda Dante de Oliveira seria capaz de pressionar o parlamento e reverter a condição minoritária das oposições no plenário das duas casas legislativas. A proposta era de, a partir de janeiro, avançar na realização de comícios, passeatas e eventos em todo o país, levando a população às ruas e fortalecendo o movimento.

Em oposição ao movimento de Aureliano, malufistas e andreazzistas uniram-se e conseguiram que 186 parlamentares do PDS assinassem o manifesto contra as Diretas Já produzido pelo

203 O Globo, 17.11.83. Figueiredo: PDS não quer voto direto. Na Folha de São Paulo: "a impossibilidade está meu partido que não abre mão de eleger o futuro presidente", em Nery (2012).

204 O Globo 18.11.83. PMDB quer negociar eleições diretas com o PDS.

deputado Gerson Peres²⁰⁵, número que inviabilizou a aprovação da emenda (NERY, 2014). A pressão advinda dos parlamentares pedessistas produziu o efeito esperado, primeiro com o PDS abandonando qualquer tratativa sobre o tema²⁰⁶ e depois, no dia 29 de dezembro, em pronunciamento realizado em cadeia nacional de rádio e televisão, o presidente Figueiredo voltou atrás e se posicionou a favor do colégio eleitoral.

Chegou 1984, os brasileiros ignoraram a declaração do presidente. No dia 12 de janeiro aconteceu, em Curitiba, o primeiro daqueles que seriam chamados de "comícios monstro". A mobilização, apoiada pelo governador José Richa, conseguiu juntar 50 mil pessoas. A grande mídia nacional ainda ignorava a força da mobilização popular e a "Rede Globo de Televisão não noticiou o comício de Curitiba, assim como já havia feito ao longo do ano anterior: silêncio absoluto sobre as propostas e manifestações a respeito das eleições diretas" (NERY, 2012).

Àquela altura, o grupo proDiretas Já do PDS, contava com a participação de 39 deputados federais, com representação de praticamente todos os estados da federação. Com 11 participantes, os mineiros formaram a maioria do grupo, seguidos pelos paranaenses, com 5 representantes. Ceará e Pernambuco estavam em situação de igualdade, cada um com três parlamentares participando do grupo. Os cearenses eram: Lúcio Alcântara, Mauro Sampaio e Paulo Lustosa (BERTONCELO, 2007, p. 140).

À medida que o mês avançava, o movimento ganhou "momentum" e visibilidade. O primeiro grande ato em favor das Diretas Já, em São Paulo coincidiu com as comemorações do aniversário da cidade, dia 25 de janeiro. Mais de 300 mil pessoas se dirigiram à Praça da Sé para acompanhar os discursos das principais lideranças de oposição, inclusive do governador Franco Montoro. A dimensão do evento e a importância da data obrigou a "grande mídia" a noticiá-lo, embora a questão das eleições diretas, propriamente dita, tenha ficado em segundo plano.

205 Revista Veja, 1983. Pags. 42 e 43.

206 O Globo 26.12.83. Sarney: PDS não discute mais eleições diretas.

Além dos eventos de grande porte, vários outros estavam acontecendo em todo o Brasil. Em Fortaleza, o evento pró-Diretas Já aconteceu na Praça José de Alencar, três dias depois do paulista, com a presença de aproximadamente 30 mil pessoas. Descrito anos depois como "uma espécie de quermesse ideológica" com "cinco horas de programação, com apresentações artísticas, muitos discursos e avisos de utilidade pública sobre desaparecimento de crianças na multidão. Barracas vendiam, além de picolés e cachorros-quentes, livros e jornais da oposição²⁰⁷". O evento contou com a participação de grandes estrelas da oposição nacional: Tancredo, Ulysses, Montoro e Lula²⁰⁸, assim como dos movimentos sociais e dos partidos oposicionistas do Ceará.

Paulo Lustosa foi o único representante do PDS no palanque das Diretas Já naquela tarde-noite de janeiro (BERTONCELO, 2007). O governador Gonzaga Mota garantiu "apoio velado" ao evento²⁰⁹, pois, embora sempre tenha se mostrado simpático às eleições diretas, nunca acreditou que a proposta fosse adiante, como ele mesmo revelou pouco antes da votação, em abril daquele ano²¹⁰.

Ao avanço do movimento das Diretas Já, o governo militar e o PDS responderam pressionando seus potenciais candidatos na defesa do colégio eleitoral e na manutenção das eleições indiretas no ano seguinte. A manhã do dia 15 de fevereiro do presidente Figueiredo foi dedicada aos quatro pré-candidatos do PDS à sua sucessão, com um único objetivo: a recomendação de que deveria haver coesão dentro do partido em torno das eleições indiretas²¹¹.

Aureliano Chaves, que se manifestou a favor das diretas, desembarcou na Base Aérea na noite anterior, retornando de Fortaleza, na companhia de Lustosa e de Israel Pinheiro Filho.

207 O Povo, 26.01.14. As Diretas Passaram por Fortaleza.

208 O Povo, 26.01.14. As Diretas Passaram por Fortaleza.

209 O Povo, 26.01.14. As Diretas Passaram por Fortaleza. "Iranildo destaca ainda o apoio, ainda velado, do então governador Gonzaga Mota. Discretamente, contribuiu, inclusive, para a estrutura do comício".

210 O Globo 11.04.84. Gonzaga Mota: Rejeição levará a entendimento.

211 O Globo, 15.02.84. Presidente Pedirá Coesão em Torno de Eleição Indireta.

Apesar de reafirmar sua vontade de colaborar e de seu apoio ao presidente da república, afirmou não acreditar que Figueiredo fosse cobrá-lo por sua posição²¹², e também, não via sentido na proposta de que os potenciais candidatos renunciassem às suas pretensões sucessórias, em torno da escolha de um nome de consenso.

Ao final da reunião, o palácio do Planalto produziu uma nota que pôde ser assim sintetizada: as indiretas de 85 fazem parte do projeto de abertura política; o presidente pediu que seja preservada a unidade do PDS; e, todos estão solidários com ele²¹³. O que a nota não disse era que a proposta de Figueiredo de que todos os candidatos renunciassem suas candidaturas para que tentassem encontrar um candidato que unisse o partido, Aureliano e Maciel concordaram, Maluf e Andrezza calaram-se. E, quando Figueiredo cobrou o apoio às eleições indiretas, o vice tomou a palavra e reafirmou sua posição em favor das diretas²¹⁴.

Apesar do otimismo do palácio e de alguns pedessistas de expressão, a reunião não alcançou o objetivo de promover a unidade partidária, pelo contrário. Do ponto de vista da questão das Diretas Já, enquanto a oposição enxergou na atitude do presidente Figueiredo uma tentativa de intimidar o seu vice e os membros do próDiretas Já²¹⁵. Os dissidentes pedessistas reafirmaram seu compromisso com a Emenda Dante de Oliveira, alegando que a reunião em nada mudaria sua estratégia de atuação²¹⁶.

Em 22 de fevereiro, foi oficialmente criada a comissão nacional proDiretas Já, um órgão suprapartidário²¹⁷ do qual participaram representantes dos partidos em favor da emenda Dante Oliveira, assim como diversos representantes de organizações

212 O Globo, 15.02.84. Presidente Pedirá Coesão em Torno de Eleição Indireta.

213 O Globo, 16.02.1984.

214 O Globo, 16.02.1984. Aureliano: "Entreí e saí com o mesmo pensamento".

215 O Globo, 16.02.1984. Repercussão.

216 O Globo, 16.02.1984. Reunião não muda estratégia do Grupo Pro Diretas do PDS.

217 Tribuna Operária, 27.02 a 04.03.84. Campanha das Diretas tem Direção Nacional.

da sociedade civil²¹⁸. A ela cabia a tarefa de definir as estratégias de mobilização e organização dos comícios que aconteceram ao longo dos meses de janeiro a abril, ao tempo em que buscou apoios e votos em favor da emenda Dante de Oliveira.

O grupo próDiretas Já do PDS teve garantida sua participação na comissão, em igualdades de condições com os demais partidos e organizações que a formavam e, segundo estimativa o deputado José Machado (PDS/MG), o grupo dissidente já contava com 50 parlamentares do partido do governo²¹⁹. A atuação de Lustosa, capitaneando as ações pelas diretas no âmbito do PDS, garantiu a ele assento na comissão nacional próDiretas Já.

1, 2, 3... 4, 5 mil... Queremos eleger o presidente do Brasil!

Quando se aproximou a data da votação da emenda, o país estava em polvorosa. A população saía às ruas em todos os lugares e os comícios monstro estavam atingindo proporções antes inimagináveis. O evento de Belo Horizonte, cuidadosamente, organizado por Tancredo Neves, reuniu cerca de 300 mil pessoas no final de fevereiro. Em 21 de março uma passeata em favor das diretas reuniu mais de 200 mil pessoas no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Nos dias 4 e 6 de abril, Recife e Natal reuniram, respectivamente, 80 mil e 50 mil pessoas. Além da população, os jornais, as redes de rádio e televisão e outros meios de comunicação não podiam mais ignorar a onda em favor das eleições diretas que

218 Entidades e seus Representantes na Comissão: PDS-Grupo pró-Diretas: Dep. Albérico Cordeiro e Dep. Paulo Lustosa; PMDB – Dep. Ulysses Guimarães – Presidente Nacional e Sen. Humberto Lucena – Líder no Senado; PDT – Doutel de Andrade – Presidente Nacional, Sen. Saturnino Braga – Líder no Senado e Dep. Bocaiúva Cunha; PT – Luiz Inácio Lula da Silva – Presidente Nacional e Dep. Airton Soares – Líder na Câmara; PTB – Dep. Ricardo Ribeiro – Presidente Nacional; OAB – Dr. Mário Sérgio Garcia – Presidente Nacional; ABI – Jornalista Pompeu de Souza; ANDES – Prof. Luis Pinguelli – presidente Nacional; CUT – Jair Meneguelli e Coordenador Jacó Bittar; CONCLAT – Joaquim Andrade e Coordenador Ivan Pinheiro; UNE – Acildon Pae – Presidente Nacional. Fundação Perseu Abramo, disponível em: <https://fpabramo.org.br/2011/12/06/comissao-suprapartidaria-pro-eleicoes-diretas/>

219 O Globo, 23.02.84. Comissão Suprapartidária organizará ato político em Brasília.

se espalhou por todo o país. "1,2,3... 4,5 mil, queremos eleger o presidente do Brasil!" Era o bordão que se ouvia a todo instante. No dia 10 de abril, aconteceu o comício no Rio de Janeiro.

Com a votação da Emenda Dante de Oliveira marcada para o dia 25 daquele mês, o evento realizado na Candelária assumiu proporções nunca vistas. O Jornal O Globo, que vinha dando uma cobertura discreta ao movimento, estampou na primeira página da edição do dia 11 uma foto evidenciando o mar de gente que se aglomerou no centro da capital carioca e não teve prurido em afirmar: "O comício de ontem na Candelária pelas eleições diretas foi, mesmo pelas estimativas mais conservadoras, a maior manifestação política da história do Rio de Janeiro²²⁰", com cerca de 1 milhão de pessoas²²¹ assistindo às falas dos políticos e às apresentações e aos discursos de artistas, atletas e outras personalidades.

O comício do Rio só foi superado pelo realizado em São Paulo, menos de uma semana depois. Antes disso, eventos em Porto Alegre e em Goiânia reuniram, somados, quase meio milhão de pessoas. No dia 16 de abril, cerca de 1,5 milhão de pessoas se reuniu no Vale do Anhangabaú para demandar eleições diretas para presidente da república. O evento, o maior da história, reuniu políticos, artistas e celebridades em geral²²², e foi um prenúncio da pressão popular que sofreu o congresso Nacional nos dias que antecederam à votação da Emenda Dante de Oliveira.

O palácio do planalto não ficou imune ao movimento que vinha das ruas. Sentindo o risco de uma possível derrota no

220 O Globo 11.04.84. Cidade faz por diretas seu maior comício.

221 O Globo 11.04.84. Quantos foram ao ato? Estimativas variam entre 368 mil e 1,2 milhão.

222 O maior de todos os comícios ocorreu no dia 16 de abril de 1984, no centro da cidade de São Paulo, levando 1,5 milhão a pedirem em uma só voz as eleições diretas para presidência da república. O ato foi liderado pelos políticos Ulysses Guimarães, Tancredo Neves, Franco Montoro, Leonel Brizola, Fernando Henrique Cardoso, João Amazonas, Dante de Oliveira, Miguel Arraes, Orestes Quércia, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva, Joaquim dos Santos Andrade (Joaquinzão), Jair Meneguelli e Pedro Simon, além de artistas e intelectuais Sócrates (futebolista), Christiane Torloni, Mário Lago, Gianfrancesco Guarnieri, Fafá de Belém, Chico Buarque, Martinho da Vila, Osmar Santos, Juca Kfourri entre outros. Disponível em <https://radiopeaobrasil.com.br/diretas-ja-25-anos-a-emenda-dante-de-oliveira-nao-passou-de-um-sonho/>

plenário, o governo partiu para a ofensiva em todos os campos. Foram adotadas medidas para intimidar as oposições e os movimentos sociais, como também se intensificaram as pressões sobre os parlamentares governistas²²³. Em consequência,

“No dia 18 de abril, Figueiredo, utilizando-se do mecanismo constitucional, decretou a adoção das medidas de emergência, para vigorarem em Brasília e mais dez municípios de Goiás pelo prazo de 60 dias. O General Newton Cruz foi designado como executor das medidas, que proibiram reuniões públicas, suspenderam a liberdade de reunião e associação, permitiram intervenção em sindicatos e entidades de classe e a busca e apreensão em domicílio, e autorizaram a censura prévia às emissoras de rádio e televisão, proibindo a transmissão ao vivo das votações no Congresso Nacional, entre outras”.

- Nery, 2012

O presidente Figueiredo, também, mandou tanques para bloquear as rodovias que davam acesso à capital federal²²⁴, com o intuito de conter a chegada de manifestantes e, principalmente, evitar demonstrações populares nas imediações e em frente ao congresso nacional.

No dia 25 de abril de 1984, a partir das nove horas, teve início a sessão conjunta do congresso nacional que votou a emenda Dante de Oliveira. Apesar dos tanques, dos soldados, dos cavalos e dos cães nas ruas, ao longo de todo o dia a população de Brasília e aqueles que conseguiram furar os bloqueios rodoviários começaram a afluir para a esplanada dos ministérios.

223 De acordo com Kotscho, deputados do PDS, que pensavam em votar a favor das diretas, receberam telefonemas de Figueiredo com ameaças de um futuro sombrio para o partido. Fonte: Agência Câmara de Notícias. <https://www.camara.leg.br/noticias/431596-diretas-ja-deputados-lembram-dia-da-votacao-e-pressao-dos-militares-por-rejeicao-da-emenda/>

224 Disponível em <http://memorialdademocracia.com.br/card/contra-diretas-tanques-ameacam-brasilia>

Aos milhares, estudantes, sindicalistas, servidores públicos, a população em geral, carregando bandeiras verde-amarelas e cantando as músicas que viraram hinos da campanha, enfrentavam as bombas de gás, os policiais montados e seus cães de guarda e ocuparam o imenso gramado na frente do congresso. No início da noite, quando se iniciou a votação, a Esplanada estava tomada.

Os próprios militares, depois de algumas escaramuças e confrontos com grupos de manifestantes, vendo a impossibilidade de reprimir aquela massa de pessoas e sentindo o caráter pacífico do movimento, findaram por reconhecer a inutilidade da sua ação. O povo ocupou a rampa em frente ao parlamento, uma grande bandeira nacional foi desfraldada. Em vigília, milhares de manifestantes acompanharam, voto a voto, o processo.

As galerias do plenário da câmara, também, estavam tomadas. Desde cedo, sob um rígido controle da segurança do legislativo, parentes de parlamentares, convidados e outras autoridades foram ocupando os espaços a eles reservados. Quando a votação se iniciou, não cabia mais ninguém nem nas galerias nem no plenário.

A cada voto favorável, a plateia explodiu em aplausos, assovios e gritos pelas Diretas Já. Vaias aos votos contrários e aos ausentes. Temendo a reação dos parlamentares diante da pressão popular, o PDS e o governo orientaram aos seus parlamentares que se ausentassem do plenário. A obrigação de conquistar os 320 votos necessários para aprovação da emenda era dos partidários das eleições diretas, aos governistas, bastava não votar.

Foi só na madrugada do dia 26 de abril, depois de dezoito horas de sessão, que os brasileiros souberam que teriam que adiar seu intento de escolher diretamente o presidente da república. Faltaram míseros 22 votos para que a Emenda Dante de Oliveira fosse aprovada²²⁵. Coube ao presidente do congresso nacional, senador Moacir Dalla, o anúncio do resultado:

225 Veja, 1984. Páginas 26-31.

“A proposta foi rejeitada pela Câmara, deixando assim de ser admitida pelo Senado, ficando prejudicadas as emendas de número 6, 8, 20, 93, constante dos itens 2 e 3 da pauta. A mesa quer silêncio [muitas vaias da galeria]. Esgotado o tempo regimental para duração. Está encerrada a sessão. Um, dois, três, quatro, cinco mil, queremos eleger o presidente do Brasil”.

Disponível em: <https://www.camara.leg.br/radio/programas/431737-direitas-ja-rejeicao-da-emenda-dante-de-oliveira-marca-a-historia-do-pais/>

Nas galerias da câmara, nos gramados da esplanada dos ministérios e nas ruas de todas as cidades do Brasil, o clima era um só: tristeza e decepção.

Fortemente ligada ao governo federal e composta majoritariamente por parlamentares do PDS, a bancada cearense posicionou-se contra a Emenda Dante de Oliveira. A maior parcela dos representantes cearenses na câmara, dez deputados²²⁶, preferiu se ausentar do plenário, ajudando a rejeitar a proposta; quatro foram ao plenário e se manifestaram contrariamente à emenda; e oito deputados ficaram a favor: cinco do PMDB e do PDS, Lúcio Alcântara, Manuel Gonçalves e Paulo Lustosa.

O engajamento no movimento próDiretas Já consolidou a aproximação de Lustosa com o grupo de Aureliano Chaves e com as principais lideranças dos movimentos de oposição no Congresso Nacional. Dali para o engajamento na campanha de Tancredo Neves foi mais um passo na sua consolidação para liderança independente na política do Ceará. Independência essa que o colocou como forte candidato ao governo do estado nas eleições que se avizinhavam, mas que cobrou seu preço nos momentos decisivos que estavam por vir.

226 Ausentes: Aécio de Borba, Carlos Virgílio, Cláudio Philomeno, Evandro Ayres de Moura, Flávio Marcílio, Gomes da Silva, Haroldo Sanford, Leonor Belém, Mauro Sampaio, Sérgio Philomeno. Votaram Não: Furtado Leite, Marcelo Linhares, Orlando Bezerra e Ossian Araripe. Sim pelo PMDB: Antônio Moraes, Paes de Andrade, Chagas Vasconcelos, Moisés Pimentel e Tomás Coelho.

2 Aprendendo a Perder

A PRIMEIRA DISPUTA PARA O SENADO.

No começo de 1985, já empossado ministro de estado, Lustosa assumiu status de liderança dentro do Partido da Frente Liberal e se posicionou como ator relevante para a sucessão política no estado do Ceará. Sua postura política nos últimos eventos aproximou-o de grupos oposicionistas do Estado, e de setores mais "modernos" da economia cearense, porém suas bases políticas continuaram atreladas ao grupo do Coronel Aduino Bezerra.

Sua relação com Aduino, entretanto, não o impediu de ver que o tempo dos coronéis, assim como o regime militar que os apoiara, caminhava para o seu fim. Em certo sentido, o rompimento do governador Gonzaga Mota com seu padrinho político, o senador Virgílio Távora e o seu afastamento dos coronéis serviram de prenúncio aos tempos que chegavam.

Em análise que fez sobre as tendências do cenário político do Ceará²²⁷, Lustosa não descartou a possibilidade de repetir, no Ceará, uma solução similar àquela adotada no plano nacional, replicando a aliança entre o PFL e o PMDB nas eleições de 1986, certamente na expectativa de ser ele o nome capaz de unir os dois grupos e conduzir a renovação no estado.

Àquela altura, Aduino estava afastado de César e de Virgílio, por conta dos embates da sucessão presidencial e Gonzaga Mota, depois de rápida passagem pelo PFL, estava filiado ao PMDB. O partido no Ceará, cuja principal liderança havia sido derrotada nas eleições de 1982, tentava se reorganizar para melhor aproveitar o cenário nacional que lhe era favorável, mas para chegar ao governo, precisou compor com os setores libe-

227 Em matéria de O Globo de 11.11.84 Paulo Lustosa "uma das lideranças do PFL no Ceará" ao analisar o futuro do partido no estado não descartou a possibilidade de uma aliança com o PMDB no Estado.

rais da sociedade. Dentro da Frente Liberal apenas dois nomes se ajustavam a esse perfil: Paulo Lustosa e Lúcio Alcântara.

Mas, o caminho até o 15 de novembro de 1986 não foi assim tão retilíneo. Além da ida do governador para o PMDB, aconteceram as eleições para Prefeito de Fortaleza e os jovens empresários cearenses assumiram o protagonismo na política estadual, movimentando as peças no tabuleiro e colocaram Lustosa em uma posição que o levou para sua primeira derrota político-eleitoral. Antes de chegar lá, é fundamental conhecer as peças desse jogo e sua distribuição no tabuleiro do xadrez político cearense.

A Arena Política Cearense nos Anos 80.

Não há como falar da política cearense da segunda metade do século XX, sem reconhecer a importância dos três coronéis, Adauto, César e Virgílio, nesse jogo. Isso, especialmente, quando o analista se concentra no período imediatamente posterior ao golpe de 1964 e aos 21 anos de regime militar que o seguiram.

Virgílio, César e Adauto eram, de fato, coronéis. Não coronéis por sua condição de liderança política, ou em função de práticas, tradicionalmente, relacionadas ao coronelismo²²⁸, embora as adotassem, mas eram coronéis reformados do exército brasileiro. Os dois primeiros frequentaram a Escola Militar de Realengo, enquanto o último foi aluno da Academia Militar das Agulhas Negras. Os três, também, foram governadores do estado do Ceará, nomeados pelo regime militar, depois de 1970. Mas as semelhanças nas suas trajetórias políticas pararam aí.

Mais velho dos três, Virgílio Távora tinha uma trajetória política mais convencional. Seu pai e tios foram políticos impor-

228 Nos embates políticos estaduais, em especial a partir dos anos 1970, preponderavam os discursos que apresentavam a figura do coronel como aquele que teria acesso ao poder através da compra de votos, do aliciamento eleitoral pela troca de favores, em especial pela concessão de empregos do setor público a afilhados políticos e do preenchimento de cargos públicos sem observância de critérios que valorizassem o mérito. Nessa percepção, os coronéis seriam políticos tradicionais, preocupados unicamente com seus espaços de influência direta e com o favorecimento de seus grupos familiares e de correligionários. (ALENCAR JUNIOR, 2006, p. 17)

tantes no Ceará e no país, durante a primeira metade do século XX, especialmente, no período Vargas. Da sua parte, VT, desde 1950 até a sua morte, em 3 de junho de 1988, esteve ocupando algum cargo político²²⁹. Deputado federal por três mandatos, senador da república, governador do Estado por duas vezes e ministro de Estado, seu currículo é, sem dúvida, um dos mais lustrosos da política cearense.

Filho de uma família tradicional do Cariri cearense, os antecessores de Adatao não tiveram a mesma visibilidade política que os de VT, mas os Bezerra de Menezes, sempre, tiveram importância e força na geopolítica do estado, seja pela importância da política na região, seja em função do seu poder econômico. Isso não quer dizer que Adatao fosse estranho à política, eleito deputado estadual por quatro mandatos e por duas vezes presidente da assembleia legislativa, antes de se nomeado governador pelo presidente Geisel em 1974. Depois, foi ainda, deputado federal, vice-governador e superintendente da SUDENE.

Dos três, César foi um único que não se enquadrou na categoria de político tradicional. Como destacou Alencar Junior (2006, p.18) "a origem familiar e a história profissional do coronel César Cais não indicam nada que lembre o típico político interiorano". Filho de médico, sua família era composta, sobretudo, por proprietários urbanos, comerciantes e funcionários públicos. Formado em engenharia pelo Instituto Militar de Engenharia - IME, "Cals dirigiu a construção da usina hidrelétrica de Boa Esperança e por não dispor de bases eleitorais relevantes, foi nomeado governador do Ceará com o apoio do Comando do IV Exército (ALENCAR JUNIOR, 2006, p.18)."

Depois, foi nomeado senador biônico, representando o Ceará, entre 1979 e 1987 na câmara alta do parlamento Brasileiro, embora a maior parte do mandato (1979 a 1985) tenha ocupado o cargo de ministro de Minas e Energia no governo Figueiredo.

229 Deputado federal de 1950 a 1958. Em 1958 perdeu a eleição para governador. Em 1961 foi ministro de Viação e Obras Públicas de João Goulart (Tancredo Neves como primeiro ministro). Em 1962 se elegeu governador. Entre 1967 e 1970 foi deputado federal. Entre 1971 e 1978 Senador, em 1979 assumiu pela segunda vez o governo do estado e em 1982 novamente Senador, cargo que exerceu até sua morte.

Quando chegou o 31 de março de 1964, Virgílio Távora era o governador do estado do Ceará, depois de uma eleição em que conseguiu unir o PSD e a UDN, naquilo que foi chamada de "União pelo Ceará". Ao término de seu mandato, em 1966, ele foi substituído pelo deputado estadual Plácido Castelo e depois, conforme o acordo dos coronéis, sucederam-se à frente do executivo estadual: César (1971-1975), Adauto (1975-1979) e Virgílio (1979-1983). À oposição, organizada no MDB, poucas vitórias puderam ser contabilizadas, além da surpreendente eleição de Mauro Benevides para o senado em 1974.

A relação de Lustosa e Adauto tinha nascido e se consolidado durante o período em que o coronel governou o estado. Técnico do Banco do Nordeste, em 1974, Lustosa tinha acabado de retornar ao Brasil com o título de mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos. Adauto, sabendo de sua indicação para o cargo de governador pelo presidente Geisel, recorreu ao presidente do Banco, Nilson Holanda, para que ele indicasse técnicos qualificados para elaboração de seu plano de governo.

Ao assim proceder, Adauto inaugurou uma era em que o BNB assumiu importante papel no desenvolvimento econômico da região Nordeste, ao "estimular uma cultura modernizante" (NOBRE, 2008, pg. 113) no seio da elite local e de seus governantes. Além de contribuir para o processo de modernização das empresas, o Banco do Nordeste teve importante papel na modernização do estado, quando passou a atender às requisições dos governadores por técnicos qualificados a fim de apoiar suas gestões²³⁰.

230 O resultado desta marca do banco se reflete diretamente na modernização do Estado do Ceará, o estado mais beneficiado por esse processo. Não por acaso, o efeito dessa formação da elite dirigente estimulada pelo BNB se refletiu, diretamente, nos quadros político-administrativos (...) quando a gestão do coronel Adauto Bezerra nomeia Paulo Lustosa da Costa como secretário de Planejamento. Posteriormente, esses quadros técnicos formados no BNB serão também requisitados por Virgílio Távora (Gonzaga Mota, para secretário de Planejamento, e Firmo de Castro, para secretário da Fazenda e, depois, para Indústria e Comércio), Gonzaga Mota (Wladimir Spenelli Chagas, para a Fazenda), Tasso Jereissati (José Lima Matos, para a Fazenda, João Castro Silva, para subsecretário, e João Batista Ramos e Antônio de Pádua F. Ramos, para a administração do BEC) e Ciro Gomes (João de Castro Silva, para secretário da Fazenda). (NOBRE, 2008, p. 113).

Paulo Lustosa foi o nome indicado para coordenar a equipe técnica responsável pela elaboração do plano de governo e, pouco antes de sua eleição para assembleia legislativa, o trabalho foi entregue ao futuro governador. Satisfeito com o resultado apresentado pela equipe, Adauto convidou Lustosa para assumir a secretaria de planejamento do Estado.

Rapidamente, Lustosa ganhou a confiança do governador e passou a assumir missões, cada vez mais relevantes, dentro do governo, de sorte que, em 1978, quando chegaram as eleições, Lustosa e Adauto foram eleitos, conjuntamente, para seus primeiros mandatos de deputado federal. Em fevereiro de 1979, líder e liderado chegaram juntos à câmara, em Brasília, dando sequência a uma relação de muitos anos, ora mais próxima, ora mais afastada, mas sempre pautada no respeito mútuo e na amizade.

A Sucessão de VT.

Um ano antes do término do mandato de Virgílio, as dificuldades para encontrar uma posição de consenso entre os três coronéis passou a chamar a atenção da direção nacional do partido. No dia 28 de março, o senador Sarney, presidente nacional do PDS, veio ao Ceará com a missão de tentar "acomodar as alas de Távora e de Bezerra²³¹", que eram as mais expressivas dentro do partido²³².

A esta altura dos acontecimentos, Lustosa já era agente destacado na política estadual. Depois das desavenças com o governador Virgílio e com seu sucessor, Manoel Castro, Lustosa participava, ativamente, das discussões quanto à sucessão estadual, defendendo o nome de Adauto para o governo e criticando a postura autoritária de VT²³³, que se recusava a abrir mão de indicar o próximo governador.

231 Jornal de Brasília, 25.03.81. Sarney busca a união do PDS nos estados. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/232414/PS%20jan_mar1981%20%200012.pdf?sequence=1

232 Jornal de Brasília, 25.03.81. "Àquela época, as forças governistas no estado estavam assim distribuídas: VT conta com o apoio de 9 deputados federais, 22 estaduais e a maioria dos prefeitos e vereadores; Adauto Bezerra conta com 4 deputados federais, 12 estaduais e controla cerca de 50 Câmaras de vereadores; enquanto o Ministro César Cals, conta com o apoio de três deputados federais e três estaduais".

233 Jornal de Brasília, 25.03.81. Sarney busca a união do PDS nos Estados.

Apesar da intervenção do senador Sarney, o PDS cearense continuou dividido entre os três grupos e não se avistava possibilidade de acordo. Logo, cada corrente partidária começou a se organizar para disputar a convenção que se avizinhava. O grupo bezerrista, além do nome de Adauto para governador, propunha o deputado estadual Aquiles Peres Mota para vice e Paulo Lustosa para senador. Virgílio e César, também, tinham seus candidatos e não concordavam em retirá-los²³⁴.

Coube ao ministro Leitão de Abreu, em nome do presidente Figueiredo, convidar os três coronéis a comparecer a capital da república e, diante dele, fechar o acordo de Brasília. O secretário de Planejamento de VT, Gonzaga Mota, que contava com o apoio da primeira dama do estado²³⁵, foi o nome escolhido para disputar o governo. Virgílio seria o candidato a senador, Adauto o candidato a vice, enquanto o filho de César Cals, o deputado Federal César Neto, foi apontado Prefeito de Fortaleza.

Conforme prognosticado por Lustosa²³⁶, a união dos três coronéis em torno da candidatura de Totó garantiu-lhe uma vitória tranquila contra o candidato do PMDB, o senador Mauro Benevides, que encerrava o seu mandato: 70% a 29%. O Partido dos Trabalhadores, também, apresentou candidato naquele ano, Américo Barreira, que obteve menos de 1% dos votos válidos do estado. A vitória de Gonzaga Mota foi a última grande demonstração de força dos três coronéis na política cearense. Era o início do ocaso político dessas lideranças.

234 O Globo, 19.03.82. PDS do Ceará não chega a consenso e três chapas disputarão a convenção.

235 Sobre esse evento, é interessante uma versão apresentada por Amarelino Macêdo: "... Gonzaga Mota não foi uma escolha dos coronéis. Foi uma escolha da dona Luíza Távora". (NOBRE, 2008, p. 121). Também afirmam Nobre et al. (2013) que "No início da trajetória política de Virgílio Távora, Luíza compartilhou do espaço da política como grande articuladora, exercendo influência nas tomadas de decisão de seu marido, sendo a ela atribuída a escolha de Gonzaga Mota como o candidato ao governo do Ceará em 1982, em meio à crise que os "coronéis" vivenciavam".

236 Jornal de Brasília, 25.03.81. Sarney busca a união do PDS nos estados.

Eleições em Fortaleza: surpresa e consequências.

Em 1982, como parte da abertura política lenta e gradual adotada pelo regime, estabeleceu-se o fim do bipartidarismo e foram estabelecidas as eleições diretas para governador. Entretanto, os cidadãos residentes nas capitais de estado, nas estâncias hidrominerais e nos municípios em área de segurança nacional continuaram privados de escolher os seus governantes. Os prefeitos desses municípios continuaram sendo nomeados pelos governadores.

Em junho de 1985, o congresso nacional aprovou a proposta do mineiro Navarro Vieira Filho (PFL), fixando para 15 de novembro daquele ano eleições diretas para prefeito dos municípios, com gestores nomeados para os municípios criados até 15 de maio daquele ano. A medida, também, prorrogava o mandato dos prefeitos eleitos em 1982 até 1988.

Embora alguns governadores e parlamentares do PFL tivessem defendido deixar as eleições municipais para o ano seguinte, quando se renovariam os mandatos de prefeitos, governadores e seria eleita a Constituinte, diante da decisão de antecipar o pleito nas capitais para aquele ano, a cúpula do partido, imediatamente, começou sua mobilização para a disputa²³⁷.

Em Brasília, lideranças da Aliança Liberal, ainda, discutiram as possibilidades de replicar nas capitais a coligação que levou Tancredo e Sarney à vitória em março. Entretanto, as disputas locais tornaram essa solução um sonho cada vez mais distante²³⁸ e, em muitas capitais, PFL e PMDB disputaram voto a voto as chefias dos executivos municipais.

Quase como um prenúncio do que aconteceu em 1986, o pleito apontou uma vitória expressiva do PMDB, que ganhou em 19 das 25 capitais²³⁹. O Ceará, mais uma vez, foi diferente e com repercussão para a estratégia política de Lustosa.

237 O Globo, 22.05.85.

238 O Globo, 29.05.85. PFL critica PMDB mas está otimista com o crescimento.

239 O PMDB ganhou em Aracaju, Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Campo Grande, Cuiabá, Curitiba, Florianópolis, Goiânia, João Pessoa, Macapá, Maceió, Natal, Porto Velho, Rio Branco, Salvador, Teresina e Vitória. O PDT elegeu os prefeitos de Porto Alegre e Rio de Janeiro, enquanto que o PT ganhou em Fortaleza, o PDS em São Luiz, o PSB no Recife e o PTB em São Paulo.

As eleições, na capital cearense, contrariaram a expectativa de Lustosa de que, no plano estadual, a Aliança Democrática poderia ser repetida e mantida para a sucessão do governador no ano seguinte. Logo no início do ano, o governador Gonzaga Mota, que chegou a assinar o manifesto de filiação ao PFL, reclamando da falta de espaço dentro da agremiação partidária, optou por se juntar ao PMDB, apoiando a candidatura do deputado federal Paes de Andrade a prefeito de Fortaleza²⁴⁰.

Como um dos primeiros movimentos preparatórios para a campanha, Totó afastou o Deputado César Neto da Prefeitura de Fortaleza nomeando o peemedebista Barros Pinho para o lugar. O filho de Cals, não se conformando com a decisão do governador, recorreu à justiça contra a decisão e, entre a data de seu afastamento, em 24 de junho, e a efetivação de Barros Pinho em 11 de julho²⁴¹, a capital cearense teve três prefeitos diferentes²⁴².

Com a saída de Mota do partido, a Frente Liberal passou a abrigar apenas o grupo político ligado a Adauto Bezerra. Naquele momento, duas jovens lideranças em ascensão disputaram espaço esperando "herdar" o patrimônio político do Coronel: os deputados federais Paulo Lustosa e Lúcio Alcântara. Quando chegaram as eleições municipais, Lúcio apresentou-se como candidato do PFL ao Palácio do Bispo.

Os outros dois coronéis mantiveram-se filiados ao PDS e nas eleições municipais apoiaram a candidatura do Deputado federal Antônio Moraes, do PTB. O Partido dos Trabalhadores lançou a deputada estadual Maria Luiza Fontenele, enquanto que o PDT, o PSC e o PL, também lançaram nomes para concorrer ao governo municipal.

No início da campanha, os analistas apostavam em uma disputa entre os candidatos do PMDB e do PFL, com vantagem para o deputado Paes de Andrade. Faltando poucos dias para as eleições, a vitória do peemedebista estava praticamente decidida. As intenções de votos de Lúcio, Maria Luiza e Moraes mal passaram de 30 pontos percentuais, enquanto Paes tinha

240 O Globo, 26.05.85. Disputa das prefeituras ameaça Aliança Democrática no Nordeste.

241 O Globo, 11.07.85. Em Fortaleza, Pinho reassume com festa.

242 O Globo, 12.07.85. No Ceará, real imita fantasia.

mais da metade da preferência declarada dos eleitores de Fortaleza²⁴³.

No plano nacional, Lustosa assumiu seu papel de liderança do partido, participando ativamente da organização das candidaturas da Frente Liberal, em várias capitais, seguindo a orientação do presidente Jorge Bornhausen que estabeleceu que "os ministros de estado indicados pelo partido deveriam participar da campanha eleitoral, subindo em palanques somente quando o partido lançar candidato próprio ou fizesse coligação com o PMDB²⁴⁴".

Assim, Lustosa engajou-se, ativamente, da organização do partido para as eleições municipais²⁴⁵, tanto participando dos vários encontros de planejamento promovidos pela executiva nacional, como viajando pelo país, distribuindo apoios e subindo nos palanques dos candidatos da Frente Liberal, em várias capitais. Visando eleger prefeitos em até seis capitais²⁴⁶, entre junho e setembro, Lustosa participou de eventos dos candidatos do PFL em Recife²⁴⁷, Porto Velho²⁴⁸, Goiânia²⁴⁹ e Rio de Janeiro²⁵⁰. Fortaleza, talvez, tenha sido um dos lugares que ele menos frequentou durante a campanha.

A candidatura do partido na capital cearense foi homologada, no dia 15 de agosto, e no dia seguinte Lustosa participou do evento de lançamento da campanha de Lúcio Alcântara, na companhia de Aureliano Chaves, Jorge Bornhausen, do senador Carlos Chiarelli e do deputado José Lourenço²⁵¹. Depois, se dedicou às candidaturas pefelistas em outros estados²⁵², ge-

243 Quinze dias antes das eleições, o DN publicou o resultado da última pesquisa antes do pleito, realizada pelo Ibope. Paes, Lúcio, Maria Luiza e Moraes apareciam com 53,3%, 22,3%, 7,3% e 4,2%, respectivamente.

244 O Globo, 31.07.85. PFL examina amanhã suas possibilidades no pleito.

245 O Globo, 20.08.85. PFL reúne direção para avaliar chance na eleição.

246 O Globo, 21.08.85. PFL acha que vai vencer em seis capitais.

247 O Globo, 08.06.85.

248 O Globo, 10.11.85. PMDB x PFL em Porto Velho.

249 O Globo, 09.07.85.

250 O Globo, 29.07.85. Convenção do PFL homologa a candidatura de Medina.

251 O Globo, 17.08.85.

252 O Globo, 20.10.85. (Capa). Três ministros fortalecem no Rio, a campanha de Medina.

rando especulações de que sua ausência no estado, devia-se à provável derrota²⁵³ de Lúcio no pleito em questão²⁵⁴.

As lideranças partidárias no estado vinham cobrando um maior engajamento de Lustosa na campanha pefelista. O ministro não se recusava a apoiar o candidato, mas também não engajou na campanha. Duas eram suas principais motivações: de um lado, no processo sucessório interno do PFL, Lúcio foi o seu principal adversário e rival, o que o tornava reticente em fortalecer sua posição política; e, no plano pessoal, havia a amizade que devotava ao deputado Paes de Andrade²⁵⁵.

Depois de muito pressionado, Lustosa enfim capitula e, no final de outubro, veio a Fortaleza participar de um evento do pefelista. No discurso, fez elogios ao candidato do partido e críticas aos adversários, especialmente, ao candidato do PMDB que, na sua avaliação, estava utilizando-se das máquinas municipal e estadual para alavancar a sua campanha.

Paes repeliu com veemência a acusação e atacou Lustosa. O peemedebista chamou-o de mentiroso e afirmou que "quem entende de máquina é o ministro Lustosa mesmo, que se elegeu deputado federal montado na Secretaria de Planejamento" e, por conta disto, "não tinha autoridade moral nem política para agredir o governador Gonzaga Mota²⁵⁶".

Para Lustosa, as respostas de Paes às críticas foram desproporcionais e, por alguns dias, ele aguardou uma retratação do companheiro de parlamento. Não havendo, Lustosa voltou à capital cearense, onde fez duras críticas a Paes de Andrade e à sua candidatura. Sentindo-se atingido, pessoalmente, revidou na mesma moeda, acusando-o de ser preguiçoso e professor biônico da Universidade Estadual do Ceará²⁵⁷.

253 O Globo, 09.11.85. Definições e Surpresas.

254 O Globo, 03.11.85. "Ainda pelo PFL, o Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, contorna uma derrota certa na sua capital, Fortaleza, preferindo investir em comícios em outras capitais nordestinas".

255 Além da convivência em Brasília, nas eleições de 1982, Paes e Lustosa fizeram um "aval cruzado" para levantar empréstimos junto ao banco para financiar suas reeleições para deputado federal, por exemplo.

256 O Globo, 30.10.85. Paes acusa Lustosa de mentir.

257 O Globo, 01.11.85. Lustosa ataca Paes: É preguiçoso e biônico.

O bate boca entre os dois deputados federais animou a campanha. No dia seguinte às declarações do ministro, vereadores de Fortaleza que apoiavam a candidatura peemedebista usaram a tribuna da câmara para defender Paes²⁵⁸. Não obstante tais reações, as críticas de Lustosa repercutiram "intensamente por todos os meios de comunicação" (BRAGA NETO, 2011, p. 110), colocando Paes de Andrade em uma "situação desconfortável", sendo "bombardeado pelos outros candidatos" (BRAGA NETO, 2011, p. 110).

Embora negando se importar com as críticas recebidas²⁵⁹, o peemedebista acusou o golpe e mobilizou todos os seus aliados para responderem às críticas de Paulo Lustosa²⁶⁰, o que fez com que sua campanha perdesse foco e passasse a hostilizar um adversário com quem ele não disputava coisa alguma.

A briga entre dois deputados importantes dos partidos que compunham a Aliança Democrática, além dos efeitos na disputa local, teve repercussão em Brasília. Segundo foi destacado por um colunista político da época, por conta desse problema Sarney cancelou seu fim de semana no sítio do Pericumã e voltado às pressas para a capital federal, o que estimulou "especulações sobre a demissão do Ministro Paulo Lustosa, alvo de desgastante noticiário²⁶¹" naqueles dias.

Ao longo da última semana de campanha, uma eleição que parecia tranquila para Paes começou a embolar. Na semana seguinte à briga com Lustosa, o prefeito Barros Pinho acusou o candidato do PFL de estar trazendo prefeitos do interior para interferirem no resultado das eleições em Fortaleza²⁶² e, às vésperas do pleito, foi a vez do vereador Marcus Fernandes,

258 Diário do Nordeste, 06.11. 85. Vereadores defendem Paes diante das críticas de Paulo Lustosa.

259 Diário do Nordeste, 02.11. 85. Paes de Andrade Dispensa o Julgamento de Lustosa.

260 No dia 02 de novembro, trinta entidades, entre elas os DCEs da UFC, UECE e UNIFOR, a UMES, a Federação de Bairros e Favelas, muitas associações de moradores e vários sindicatos lançaram nota em defesa de Paes de Andrade, publicada no DN, com o título Paes de Andrade Dispensa Julgamento de Lustosa. (BRAGA NETO, 2011, p. 111).

261 O Globo, 04.11.85. Lustosa no Caldeirão.

262 No dia 06 de novembro, o DN publicou que o prefeito Barros Pinho convocara a imprensa e denunciara que o Partido da Frente Liberal traria a Fortaleza, no "dia 15, 82 prefeitos e 300 vereadores do Interior para tentar desestabilizar a candidatura do deputado Paes de Andrade". (Braga Neto, p. 111).

coordenador da campanha de Paes, acusar Lustosa de estar utilizando-se de recursos do ministério da Desburocratização em favor dos candidatos da Frente²⁶³.

Enquanto Lúcio Alcântara recorria as estratégias "convencionais" para tentar reverter sua posição de inferioridade eleitoral, o PT e Maria Luiza foram às ruas, envergando a bandeira da verdadeira oposição e apresentando sua candidatura como uma alternativa à política tradicional. Os eventos de Maria Luiza ganharam força e, por mais conservadora que fosse, a estratégia pefelista, também, surtiu algum efeito, já que muitas eram as comunidades oriundas do interior do estado que residiam na capital. Paes perdia votos em todo o espectro do eleitorado.

Ainda assim, as pesquisas imediatamente anteriores ao pleito davam vitória ao peemedebista, embora indicassem uma tendência de queda na sua vantagem em relação aos outros candidatos. No dia seguinte às eleições, o Instituto Gallup de pesquisas confirmava a vitória de Paes de Andrade nas eleições de Fortaleza, com 53,6% dos votos²⁶⁴.

Para a surpresa de todos e para perplexidade nacional, terminada a apuração, a cidade de Fortaleza foi a primeira capital do Brasil a eleger uma mulher para conduzir os seus destinos e a primeira gestora do Partido dos Trabalhadores, Maria Luiza Fontenele. Naquelas eleições, o PT elegeu dois prefeitos em todo o país, os dois no Ceará: Fortaleza e Icapuí²⁶⁵.

O Jornal do Brasil, órgão tradicional da imprensa brasileira, foi vítima de uma "barrigada homérica" naquele dia, ao anunciar que "Paes de Andrade e Mota derrotaram coronéis do Ceará". O texto da matéria era incisivo: "O deputado Paes de Andrade, do PMDB, será o novo prefeito de Fortaleza, com grande diferença sobre os demais candidatos, segundo o prog-

263 O Globo, 14.11.85. Lustosa sofre acusação de usar Ministério.

264 O Globo, 16.11.85.

265 Em 1985, no Ceará, além de Fortaleza, foram eleitos prefeitos de 10 municípios: Amontada, Cruz, Forquilha, Icapuí, Itarema, Milhã, Paraipaba, Quixelô, Umirim e Varjota. O PFL ganhou em 5, o PMDB em 4 e o PT em 1.

nóstico eleitoral da última pesquisa JB-Ibope. Os resultados da pesquisa dão 39,5% dos votos a Paes de Andrade²⁶⁶."

Na semana seguinte, enquanto Paulo Lustosa tratou de desmentir a denúncia de uso dos recursos do ministério, comprovando que os Cr\$ 2.748.000,00 gastos na produção do panfleto "Fortaleza tem nos candidatos da Frente Liberal alternativa para o governo com o povo" saíram de seu bolso²⁶⁷, a prefeita eleita, reconhecendo que as estocadas dadas por Lustosa no candidato do PMDB tinham ajudado a sua campanha, e ele acalentava a esperança de o "PT perder o ranço de partido de classe para se abrir a coligações com outras agremiações partidárias²⁶⁸".

Nem os coronéis, nem o governador Gonzaga Mota, o PMDB, e nem o PFL. A vitória do PT acabou com a possibilidade de uma reedição local da Aliança Democrática, com conseqüências para as pretensões políticas de Paulo Lustosa, nos anos vindouros. Os resultados do interior, também, mostraram a força do governo do estado nas eleições e o fortalecimento do PMDB, em regiões, antes dominadas pelos coronéis. O cenário, no Brasil, mudou e, pelo que parecia, era hora do Ceará começar a mudar.

O CIC e os jovens empresários na política estadual.

Desde meados dos anos 1970 o processo de modernização econômica do Ceará vinha provocando transformações entre as lideranças empresariais do estado, transformações essas que tiveram impactos significativos sobre a política cearense, a partir de 1986, e estava associada a um movimento de jovens empresários cearenses que, a partir do Centro Industrial do Ceará - CIC, que acabou assumindo protagonismo político e tomando em suas mãos o governo do estado.

266 Luis Sérgio Santos, disponível em: <https://www.focus.jor.br/paes-de-andrade-prefeito-de-fortaleza/>

267 O Globo, 20.11.85. Lustosa reage: não usou verba do Ministério.

268 O Globo, 21.11.85.

Fundado em 1919, o CIC é uma das organizações que compõem o Sistema da Federação das Indústrias do Ceará, reunindo pessoas físicas e jurídicas que, de alguma forma, têm interesse em contribuir para o desenvolvimento do setor no estado. A partir da segunda metade dos anos 1970, quando Beni Veras assumiu sua presidência, o Centro converteu-se em um importante fórum, voltado para o debate, para o desenvolvimento estadual, ao se desatrelar do controle direto da FIEC (MARTIN, 2002).

O novo ímpeto do jovem empresariado cearense estava associado aos sinais de que o modelo desenvolvimentista, engendrado pelo primeiro governo de Virgílio Távora, que permitira a inserção dos grupos empresariais do estado em âmbito nacional, começou a mostrar sinais de enfraquecimento e, conseqüentemente, careceu de um repensar. Como traduziram Deák e Schiffer (2008), ao analisar a dinâmica do desenvolvimento industrial na região metropolitana de Fortaleza,

“Todo esse esforço resulta no fortalecimento do grupo de industriais locais. Com este polo, passa a ocorrer um interessante fenômeno, parte da burguesia industrial local passa a projetar seus capitais para o âmbito nacional (SANTOS, 1997). Paralelamente a esta movimentação, consolida-se politicamente um grupo de “jovens empresários” organizados através do CIC (Centro Industrial Cearense), que transforma-se em importante fórum de debate propondo ruptura profunda com as práticas políticas até então vigentes”.

Apesar dos jovens empresários terem assumido o CIC a convite do presidente da FIEC, José Flávio Lima Costa, a postura por eles adotada antagonizou aquela da indústria tradicional do Ceará, que era emblematizada pela própria Federação das Indústrias, em grande parte, porque se dispôs a enfrentar uma reflexão mais ampla sobre a questão da democracia, suas relações com a economia e os rumos do estado. Para Martin (2002, p. 52) “os jovens empresários discordavam das ideias e das estratégias tradicionais da FIEC, mas tais discordâncias não significavam, obviamente, uma ruptura estrutural”.

Aspirando a uma ação transformadora, a ação do CIC entre a sua separação do controle direto da Federação e as eleições de 1986 pôde ser compreendida em fases sucessivas, assim propostas por Martin (2002): a fase inaugural, que representou a retomada da autonomia do Centro; a fase conceitual, caracterizada pelos seminários, debates e pelas discussões que a entidade promoveu; a fase mercadológica quando a entidade mirou a mídia como "aliada na construção de uma imagem política positiva" (MARTIN, 2002. p. 17); e a fase político-eleitoral e institucional, quando os jovens empresários entram para a política partidária.

Lustosa sempre esteve perto do grupo do CIC, fosse porque estavam mais ou menos na mesma faixa de idade (entre 35 e 45 anos), sendo igualmente jovem, fosse porque o momento em que Beni assumiu a presidência do CIC foi o momento em que Lustosa se elege deputado federal para seu primeiro mandato. Mas, a principal razão foi porque eles comungavam de uma visão para a política nacional e para o desenvolvimento estadual semelhante.

Não por outro motivo, durante boa parte da fase conceitual do CIC, Paulo Lustosa foi "habitué" dos eventos e discussões promovidas pelo grupo de empresários. Na posição de secretário de Planejamento do estado, ele já havia participado do primeiro fórum temático promovido pelo CIC, sendo um dos debatedores em um painel sobre o papel da SUDENE no desenvolvimento industrial da região, que teve como expositor o presidente do Banco do Nordeste, Rômulo de Almeida (Muniz, 2007, p. 123).

Nos anos que se seguiram, o Centro Industrial continuou a promover os fóruns de debate²⁶⁹ e em janeiro de 1983, a diretoria promove, em conjunto com o Jornal do Brasil, um evento de

269 Na gestão de Amarílio, os fóruns de debate continuaram com a mesma estratégia dos anteriores. (...) A programação de 1980 começou no dia 11 de janeiro, com Luis Carlos Brechert, diretor administrativo do Grupo Pão de Açúcar; em 15 de fevereiro, o deputado federal Paulo Lustosa (PDS-CE); (...) 08 de abril, Dom Aloísio Lorscheider, Cardeal Arcebispo de Fortaleza; 14 de agosto, foi a vez de Abílio Diniz; em 02 de outubro, Maria da Conceição Tavares, (...); 07 de novembro, Afonso Celso Pastore, então Secretário da Fazenda de São Paulo; no dia 05 de setembro, Antônio Ermírio de Moraes. Em 1981, no dia 23 de janeiro, Oliveiros da Silva, diretor do jornal O Estado de São Paulo, (...); 18 de fevereiro, o jornalista Dorian Sampaio, (...); em 29 de outubro, Leonel Brizola, que acabou não havendo, devido a uma sabotagem no transformador elétrico do prédio do CIC. (Muniz, 2007. pg. 123)

proporções nacionais, trazendo todos os governadores eleitos da região nordeste para discutir uma proposta de reforma tributária na perspectiva dos interesses regionais. Lustosa, claro, foi um dos participantes, pois naquela época ele era o vice-líder do governo na câmara, para assuntos econômicos e financeiros (MUNIZ, 2007).

No final de 1983, os membros do CIC reuniram-se com representantes da imprensa em um almoço de confraternização de fim de ano e decidiram fazer uma avaliação da atuação dos políticos cearenses, por meio de uma votação livre e direta, cujo resultado desagradou a muitos (MUNIZ, 2007). A crítica aos políticos tradicionais ficou evidente, notadamente, quando o senador Virgílio Távora, o homem responsável pela industrialização do Ceará, obteve apenas três votos, empatando com o "Senador Vieira²⁷⁰" e ficando atrás de José Lins que obteve cinco votos. Como melhores deputados federais, Paulo Lustosa teve a unanimidade dos votantes, seguido de Lúcio Alcântara com 13" (MUNIZ, 2007, pg. 177) de um total de 21 presentes.

Assim, não foi surpresa para ninguém quando, em 1984, Lustosa e Beni se encontraram no lançamento do Comitê Pró-Tancredo no estado do Ceará, Lustosa como único dissidente do PDS e Beni, figura de proa do movimento dos jovens empresários cearenses, como presidente da aliança suprapartidária que coordenou a campanha. Houve uma clara proximidade político-ideológica entre o parlamentar e o pensamento da maior parte dos empresários que compunham o grupo.

Em que pese tal proximidade, já estava cristalizada, entre os membros do grupo, a convicção de que a classe empresarial cearense, os jovens empresários em especial, tinha um relevante papel a assumir na política, confirmando o que Tasso havia vaticinado em seu discurso de posse na presidência do CIC em 1981. No evento, o futuro governador do estado antecipara sua visão quanto ao papel que aquele grupo de empresários poderia ter

270 Senador Vieira era o codinome do jornalista Francisco Vieira Filho, que atuava na imprensa cearense nas décadas de 40 e 50, como colunista social. Era irreverente, zombeteiro e debochado, mas fazia tanto sucesso que políticos como Martins Rodrigues incluíam-no nas caravanas eleitorais, para rir de suas piadas. (GIRÃO, 1998, p. 254. apud MUNIZ, 2007)

nos destinos nacionais. Para, ele o CIC deveria ter “um compromisso em nível estadual, regional e nacional com a formação, o mais rápido possível, de uma classe política competente e forte, capaz de influenciar e até assumir o poder”. (Martin, 2002. p. 56)

A consolidação, enquanto grupo político relevante, do movimento iniciado pelos jovens empresários do CIC foi um dos principais elementos para compreender as transformações na política estadual daquele período, como também para entender a súbita mudança na trajetória política de Lustosa, passando de estrela em ascensão do partido governista para principal nome da oposição no estado.

Lustosa, candidato ao Governo do Estado em 86.

O ano de 1986 começou animado para Paulo Lustosa. Enquanto a maior parte da mídia deu destaque à irreverência de Jânio Quadro, ao desinfetar a cadeira de prefeito na qual Fernando Henrique Cardoso sentou-se em antecipação à sua vitória, que não ocorreu; os jornais do Rio de Janeiro destacaram a espetacular fuga de Escadinha do presídio da Ilha Grande usando um helicóptero; o Ministro fazia primeira página d'O Globo quando anunciou o anteprojeto de lei que levou a Sarney, garantindo indenização aos consumidores que recebessem produtos estragados.

A matéria trazia outra informação de grande importância para aqueles que acompanhavam sua trajetória política. De acordo com a reportagem daquele dia, o ministro estaria entregando “ao presidente Sarney mais cinco anteprojetos, com os quais devia se despedir do ministério, pois era candidato ao governo do Ceará²⁷¹”. Candidatura que foi reafirmada em várias outras ocasiões ao longo do mês de janeiro²⁷².

271 O Globo, 02.01.86. Consumidor terá indenização por produto estragado.

272 O Globo, 09.01.86. Lustosa “comunicou ao Presidente (...) sua intenção de disputar o governo do estado ou uma vaga para o Congresso Constituinte”. N'O Globo, 16.01, “Dos cinco do PFL, Lustosa e Setúbal já decidiram concorrer às eleições”, (...) “Paulo Lustosa, para concorrer ao Governo do Ceará” (...). Em entrevista coletiva no Ministério da Fazenda (23.01) Lustosa afirmou ser candidato “caso (...) Adauto Bezerra não queira se candidatar”.

Sua atuação desenvolve-se como ministro e sua destacada liderança no PFL o tinham cacificado para aspirar à candidatura. Ainda em maio de 85, quando participou do lançamento do partido na cidade do Recife, Lustosa confidenciou a alguns interlocutores que reunia "boas condições de ser candidato ao governo do Ceará em 1986" e que estaria procurando "estreitar os laços com todas as lideranças políticas do estado, independentemente de cor partidária²⁷³".

Apesar das sequelas da eleição de Fortaleza, o que era uma aspiração, no início do ano, foi ganhando força e nos últimos dias de 1985, ao receber o apoio para sua candidatura ao governo de dezoito prefeitos da região do Cariri, no Sul do Estado, Lustosa declarou-se candidato, desde que Aduino Bezerra não fosse²⁷⁴. Dias antes, o prefeito de Barbalha, João Hilário²⁷⁵, tinha lhe telefonado para garantir este apoio condicionado, uma vez que, praticamente todos os prefeitos, em questão, eram eleitores do vice-governador.

Tão precoce manifestação decorreu do movimento, encabeçado pelo ministro Chefe do Gabinete Civil, o mineiro José Hugo Castelo Branco e incentivado pelo próprio presidente, que propunha uma renúncia coletiva de todo o ministério, uma vez que muitos que o compunham seriam candidatos e teriam que se desincompatibilizar até o dia 15 de maio. A proposta do ministro era que a antecipação da renúncia abrisse a possibilidade do presidente começar o ano com um ministério novo, que o acompanharia por todo o período.

A proposta enfrentou resistência de alguns membros do gabinete²⁷⁶ que esperavam ficar nos cargos até a data da desincompatibilização eleitoral. A ideia também abriu a temporada de negociações em torno da formação do novo ministério, com o PMDB e o PFL disputando mais espaços de poder. Lustosa já estava em campanha.

273 O Globo, 11.05.85. Candidato em Campanha.

274 O Globo, 28.12.85. Lustosa só será candidato se Aduino não for.

275 O Globo, 28.12.85. Presente Aceito.

276 O Globo, 15.01.86. Resistência de alguns ministros constrange Sarney.

No domingo, dia 19 de janeiro, o Partido da Frente Liberal realizou as suas primeiras convenções municipais, em nível nacional. As convenções transcorreram na maior tranquilidade em todos os municípios do estado e, atuando como garoto propaganda do PFL, a televisão trouxe, ao longo de todo o dia, inserções com o ministro Paulo Lustosa conclamando seus correligionários a participarem dos eventos, em suas cidades, com o bordão: "Agora é a hora, agora é com a gente".

Mostrando como estava em evidência no plano nacional, no início de fevereiro, o ministro recebeu a ilustre visita do sanfoneiro Luiz Gonzaga. Segundo o músico, na conversa com Lustosa ele teria ficado tentado a entrar na política, chegando a consultá-lo sobre o que fazer para se tornar Constituinte²⁷⁷. Depois, alegando que seus 73 anos de idade seriam um peso muito grande, disse preferir deixar a tarefa para os mais jovens.

Paulo Lustosa lutava para consolidar seu nome como possível candidato ao governo do estado, respeitando a palavra final de Adauto, pois sabia que além do vice-governador disputava a indicação com o deputado Lúcio Alcântara²⁷⁸. Ademais, ele sentiu certa resistência a seu nome por parte da ala mais conservadora do partido.

Para ele, "as restrições à sua candidatura ao Governo do Ceará derivam de sua independência e autonomia política, que fogem ao modelo dos coronéis do estado", embora ressaltasse sua lealdade ao grupo, "enquanto candidatos tidos como dóceis no passado criaram asas definitivas, como o Governador Gonzaga Mota²⁷⁹".

O mês de janeiro chegou ao fim e não houve definição da data da saída dos ministros. No plano internacional, o mundo assistiu estarecido à explosão do ônibus espacial Challenger, pouco depois de decolar da base americana em Cabo Canaveral. No Brasil, além das pressões políticas, a inflação continuava sendo o principal desafio do governo e o ministro da Fazenda e

277 O Globo, 08.02.86.

278 O Globo, 06.01.86. "O Ministro Paulo Lustosa é o único candidato já trabalhando para ser Governador do Ceará (...) Se bem que seu partido pode vir a lançar o Deputado Lúcio Alcântara. Adauto Bezerra parece ser o fiel da balança (...)".

279 O Globo, 30.01.86. Passado Recente.

do Planejamento, Dilson Funaro e João Sayad, discutiram com o presidente uma solução heterodoxa para a crise.

Independentemente das resistências e das pressões, Sarney fixou para o dia 15 de fevereiro a data que iria empossar o novo ministério, definindo assim o dia em que Lustosa e seus colegas de governo deveriam retornar aos seus mandatos, no legislativo e, em certo sentido, liberando-os para se dedicarem às suas campanhas, em seus estados. Em reunião da SUDENE, realizada no início do mês, Lustosa e Fernando Lyra, então ministro da justiça, despediram-se e anunciaram a entrega dos cargos na data fixada pelo presidente e, mais uma vez, confirmaram ser "potenciais candidatos aos governos do Ceará e Pernambuco ou à Constituinte"²⁸⁰.

No dia 15 de fevereiro, Lustosa entregou seu cargo ao presidente e retomou o mandato na câmara federal. Faltavam nove meses para as eleições daquele ano e muita costura ainda precisava ser feita, embora os jornais já considerassem sua eleição para a futura Assembleia Nacional Constituinte, como favas contadas²⁸¹.

O Plano Cruzado.

No final do mês de fevereiro, com a inflação ainda em escalada, o presidente Sarney lançou o Plano Cruzado. Um plano econômico de natureza heterodoxa que, entre outras coisas, procurou parar a dinâmica inercial da inflação com uma estratégia de congelamento de preços que, conforme ficou evidente mais adiante, era condenada ao fracasso. Mas, nos primeiros momentos, angariou a simpatia e o apoio da população.

No plano estadual, o mês de março começou com a realização da convenção estadual do PFL que, à época era presidido pelo deputado Lúcio Alcântara. Evidenciando as resistências que sua candidatura vinha enfrentando, no seio do partido, Lustosa só conseguiu ter direito de falar no evento, depois de muita briga²⁸². Enquanto Paulo e Lúcio disputavam uma possível indi-

280 O Globo, 01.02.86. SUDENE faz reunião marcada por despedidas.

281 Jornal da Tarde (OESP), 29.08.85.

282 O Globo, 03.03.86. Coluna Política: Condenado ao Silêncio.

cação para governador, o nome de Adauto ficava, cada vez mais forte, nas bases partidárias.

Do lado das oposições, o ex-Senador Mauro Benevides, que estava ocupando a presidência do Banco do Nordeste, havia se desincompatibilizado do cargo e circulava entre Fortaleza e Brasília, anunciando sua candidatura ao governo do estado, com o apoio do governador. Em evento público realizado na primeira semana de março²⁸³, Totó tinha anunciado seu apoio ao adversário de quatro anos antes. Nos bastidores, entretanto, continuavam as tratativas para manter a aliança entre PFL e PMDB no âmbito estadual.

Talvez, em função do resultado da eleição de Fortaleza, quando as disputas entre PFL e PMDB acabaram por entregar ao Partido dos Trabalhadores não apenas o comando da capital, mas também, a primazia de condutores da modernidade, PMDB, PFL e mesmo o PDS começaram a negociar em torno da construção de uma nova "união pelo Ceará", repetindo a proeza do início dos anos 60, quando "várias forças políticas, venceram divergências e se uniram contra o PTB de Carlos Jereissati, em 1962, conseguindo, assim, a eleição de Virgílio Távora para governar o estado" (MUNIZ, 2007, p. 204).

O discurso de união e a necessidade de encontrar, entre os partidos, um candidato, que representasse a Aliança Democrática e que conseguisse, ao mesmo tempo, não representar uma ruptura com a política tradicional e trazer o sopro de renovação que a população cearense ansiava. Manteve-se acesa a esperança de Lustosa e Lúcio. Definidos por Muniz (2007, p. 205) como "políticos joviais (...) que militavam nos partidos tradicionais" e que buscavam "capitalizar a onda mudancista apresentando-se como renovação no cenário político cearense", os dois, entretanto, dependiam da decisão de Adauto para construir essa estratégia de unidade.

Além da decisão de Adauto, dois outros pontos dificultaram que o acordo entre PMDB e PFL avançasse. De um lado, nenhum dos partidos abria mão de ser cabeça de chapa. No fim de fevereiro, a executiva do PMDB tinha aprovado uma resolu-

283 O Globo, 10.03.86.

ção que possibilitava a replicação, em nível estadual, da Aliança Democrática, desde que o PFL se contentasse em indicar o vice. De outro, o PFL de Adauto fechou um acordo com o PDS. Assim, esperaram que a nova "união pelo Ceará" envolvesse os três coronéis, coisa que nem o PMDB nem Gonzaga Mota estavam dispostos a aceitar (Martin, 2002, p. 82).

No início do mês de abril, Totó foi a Brasília conversar com o presidente Sarney. Conforme noticiaram os jornais, o governador foi ao Planalto informar que não seria possível manter a Aliança Democrática no Ceará, uma vez que ele não poderia abrir mão de indicar o candidato ao governo, tão pouco poderia concordar com a participação do PDS na coligação. Segundo o governador, Sarney teria concordado com ele²⁸⁴.

Pouco antes da viagem de Gonzaga Mota, uma nota veiculada pelo jornal O Globo causou constrangimento entre os peemedebistas, pois informou que a candidatura de Tasso Jereissati, ao cargo máximo no estado, estaria sendo considerada pelo governador. A candidatura seria o caminho para recompor a Aliança Democrática no estado, replicando a "solução paulista" que vinha sendo construída em torno do nome de Antônio Ermírio de Moraes (MUNIZ, 2007, p. 211). Informação que foi imediatamente negada, tanto por Tasso quanto por Mota.

No dia 13 de abril, depois de dura negociação com os históricos do PMDB²⁸⁵, o governador e o presidente estadual do partido, Mauro Benevides, anunciaram a candidatura de Tasso, pegando de surpresa muitos analistas políticos²⁸⁶ assim como os

284 O Globo, 04.04.86. Gonzaga avisa para Palácio: Aliança acabou no Ceará.

285 Em entrevista ao jornal O Povo, o ex-deputado Iranildo Pereira declarou: "Esse processo foi meio doloroso pelo seguinte. Ninguém sabia quem era Tasso Jereissati em termos políticos. Sabia que tinha o empresário. E o nosso candidato a governador era Mauro Benevides. (...) O primeiro ato, assim, de confronto com o Tasso foi no dia da definição do candidato. Nós fomos até para a casa do Expedito Machado (...) Aí chegaram com a proposta: "Não, o candidato não vai ser Mauro, não. Vai ser o Tasso". O Mauro abriu mão para ele. Eita porra, rolou um cacete lascado meu, dessa turma toda. Mas prevaleceu o Tasso".

286 Com a aproximação das eleições estaduais de 1986 o governador Gonzaga Mota, (...), começou ensaiar o seu apoio ao vice-governador Adauto Bezerra (...), entretanto, estranhamente anunciou depois que apoiaria não mais Adauto e sim Mauro Benevides do PMDB. Mais estranho ainda foi quando em poucos dias, Mota deixou de lado o nome de Mauro Benevides e lançou a candidatura de Tasso (...). Em <http://maurilofreitas.blogspot.com/2009/03/>.

próprios peemedebistas (MUNIZ, 2007), que contavam com o nome de Mauro na cabeça da chapa. Prevaleceu o pragmatismo político, Tasso tinha estrutura: recursos para financiar a campanha; apoio do governador²⁸⁷ e do principal grupo de comunicação do estado, Verdes Mares, controlado por sua sogra. Mauro não.

Para alguns, a visita de Gonzaga Mota ao presidente no início do mês, também, serviu para consultá-lo quanto à candidatura de Tasso (JAWDAT, 2003). Já a algum tempo, os jovens empresários cearenses eram conhecidos do governo federal e de sua equipe econômica. Tasso, em especial, era bem conhecido, pois era convidado a participar de conselhos, comitês e fóruns de debate sobre economia e desenvolvimento, promovidos pelo governo federal.

A reação de Adauto ao anúncio da candidatura de Jereisati veio na forma de duras críticas ao governo Gonzaga Mota. Segundo o governador, por meio de parlamentares mais ligados a ele, Bezerra vinha usando a tribuna da assembleia para atacá-lo. O que era previsível se tornou inevitável: antes do final de abril, os dois estavam rompidos, com acusações de traição de parte a parte²⁸⁸.

A definição do PMDB, entretanto, não resolveu a situação no PFL. O mês de maio se aproximava e os caciques da Frente Liberal e do PDS ainda não tinham definido a chapa para as eleições²⁸⁹. Isso ajudou a campanha de Jereisati, dando-lhe tempo para enfrentar aquilo que era considerado o principal desafio de sua caminhada até novembro: tornar-se conhecido do eleitorado (Muniz, 2007, p. 224). De acordo com as primeiras pesquisas realizadas, qualquer que fosse o candidato do PFL, Adauto, Lúcio ou Lustosa, Tasso não superava 1% das intenções de voto (Martin, 2002, p.87).

287 Em entrevista a O Povo, 25.10.10, o ex-deputado Iranildo Pereira, questionado sobre o que teria feito Mauro recuar de sua candidatura, respondeu: "Acho que é o poder econômico. Ele não tinha estrutura financeira". Ademais (...) o "Gonzaga foi quem criou a infraestrutura governamental para o Tasso". Disponível em <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2010/10/25/noticiasjornalpaginasazuis,2056403/confira-a-integra-da-entrevista.shtml>

288 O Globo 25.04.86. Gonzaga e Adauto rompem de vez e se acusam em público.

289 O Globo 29.04.86. Aliança Estática.

Uma das estratégias adotadas pelos coordenadores da campanha peemedebista foi tentar colar a imagem do candidato à de Sarney, que estava com grande popularidade, devido ao cruzado. Para tanto, produziram uma imagem de "amigo do presidente" (Muniz, 2007, p. 224) e organizaram uma missão oficial a Portugal, para a qual Tasso foi convidado, evidenciando a proximidade.

Isso foi no início de maio e Lustosa, que ainda tinha remotas esperanças de ser o nome do partido, reagiu pressionando o Itamaraty para que o PFL cearense recebesse igual tratamento por parte do governo. Sua atuação rendeu notinhas críticas na imprensa, não conseguiu apagar a impressão de que Tasso e Sarney estavam próximos, mas também rendeu-lhe um convite ao banqueiro Humberto Bezerra, irmão de Adauto, para acompanhar a missão presidencial²⁹⁰.

Maio chegou no seu final e a coligação PFL-PDS, ainda, não tinha definido seus nomes. Em uma das últimas reuniões em que se discutiram os nomes para a sucessão, da qual Adauto não participou, uma das lideranças mais tradicionais do partido definiu, de forma muito objetiva, a situação da candidatura de Lustosa ao governo: "Com o Paulo a gente ganha, mas não leva...".

As Eleições de 1986: Preliminares.

A definição de que o candidato da Frente Liberal seria mesmo o vice-governador ganhou ainda mais força, quando as primeiras pesquisas de intenção de votos foram realizadas e indicaram folgada maioria para Adauto Bezerra. Na verdade, as pesquisas colocavam o ex-governador em posição confortável, qualquer que fosse o adversário apoiado pelo PMDB²⁹¹.

Para Lustosa, que teve seu nome, inicialmente, indicado para concorrer a uma das vagas do senado, a opção mais sensata foi candidatar-se a deputado constituinte, conforme

290 O Globo, 05.05.86. Coluna Política: Interferências.

291 De Gonzaga Mota para O Povo: "Eu fiz as pesquisas empíricas e nelas o Adauto tinha 70% enquanto o Mauro aparecia com 10%, 5%. O Adauto era muito forte, especialmente no Interior", e também, "Quando lancei o Tasso foi com a certeza de que ganharia, mesmo que no começo ele tivesse 1%, contra 40% do Adauto".

ele mesmo afirmou no início de junho. A posição de Lustosa, naquele momento, indicou um correto pragmatismo. Sendo o menos conhecido dos três candidatos, as pesquisas o colocaram atrás, tanto de Mauro Benevides, que era o melhor posicionado, quanto de César.

Embora as convenções, ainda, não tivessem homologado os nomes dos futuros candidatos, a campanha já estava nas ruas. Enquanto do lado da coligação PFL-PDS a maior parte do esforço estava na organização das chapas, tanto a majoritária, quanto a de deputados federais e estaduais, o PMDB fez movimentos com o objetivo de expor seu candidato e preocupou-se com sua associação à figura do governador.

A grave situação econômica que o estado do Ceará vinha atravessando, com atrasos dos salários do funcionalismo público e sérias dificuldades de financiamento, somada ao fraco desempenho das políticas estaduais²⁹², estavam provocando turbulências na campanha peemedebista, produzindo as primeiras críticas dos jovens empresários do CIC à forma como Gonzaga Mota conduzia o governo.

Na convenção do PMDB, realizada no plenário da Assembleia Legislativa, cujo prédio é denominado Aduato Bezerra, as galerias estavam lotadas de funcionários públicos, protestando contra o atraso nos salários e fazendo duras críticas ao governador. Visando evitar constrangimentos, alguém da organização do evento teve a ideia de cobrir o nome do prédio com uma faixa, escondendo, assim o nome do adversário de Tasso nas eleições, mas, principalmente, torciam para que o governador aparecesse o mínimo possível.

Membros do CIC mostraram-se preocupados com o fato de que a aparição de Totó nos eventos e programas eleitorais poderia prejudicar a evolução da campanha e, diante de mais críticas, o governador desgostou-se, principalmente depois das insinuações de que ele estava atrapalhando o candidato peemedebista. Confirmando sua insatisfação, declarou ao Jornal do Brasil: "Estão dizendo por aí que eu sou um fardo pesado. En-

292 Tribuna do Ceará, 07.12.16. Disponível em: <https://tribunadoceara.com.br/noticias/politica/ha-30-anos-eleicao-de-tasso-marcava-entrada-do-ceara-na-era-da-modernidade/>

tão, se pensam assim, por que vou me oferecer? Caso não queiram a minha participação, ficarei afastado da campanha²⁹³".

O governador, também, fez duras críticas ao plano cruzado e ao governo federal, imputando à crise econômica nacional e à falta de apoio que vinha recebendo da União as dificuldades que o estado vinha atravessando. Àquela altura, o cruzado já começou a enfrentar problemas com o desabastecimento de insumos nos supermercados e pressões para o fim do congelamento de preços. Mas, ainda, contava com forte apoio da população, especialmente, dos "fiscais do Sarney".

Tasso, cuja estratégia de campanha dependeu de seu alinhamento com o governo Sarney, reagiu na hora criticando as falas de Gonzaga Mota, agravando, ainda mais, a crise dentro do PMDB. Totó não se fez de rogado e respondeu a seu candidato com palavras fortes afirmando, entre outras coisas, que não era nem subordinado ao presidente, nem bajulador e que como governador dos cearenses procurou "dizer sempre a verdade, que não é inimiga de ninguém²⁹⁴".

A briga entre o governador e seu candidato ameaçou a campanha peemedebista e a querela só foi resolvida, após intervenção do próprio presidente da república. Segundo Muniz (2007, p. 238) o "reatamento entre Tasso e Totó só ocorreu após reunião com o presidente Sarney, no dia 21 de julho. Dois dias depois, na residência oficial do governador, as arestas foram aparadas e, no fim, posaram abraçados para a imprensa. Até o fim da campanha, não houve maiores atritos, embora as críticas veladas às posturas do chefe do Executivo continuassem".

Julho caminhava para o final e, no dia 27, o Partido da Frente Liberal realizou sua convenção, no mesmo plenário 13 de maio de assembleia Legislativa do Ceará. Contrariando o que inicialmente havia afirmado, Lustosa voltou atrás de sua posição de concorrer a sua certa reeleição, e aceitando disputar uma das duas vagas para o senado da república. Além dos candidatos a deputado dos três partidos que formavam a coligação, na chapa majoritária caberia ao PDS uma vaga para o senado e a vice-governador.

293 Em <http://maurilofreitas.blogspot.com/2009/03/>

294 O Povo, 20.07.86.

Candidatos definidos, convenção realizada, a coligação PFL-PDS-PTB homologou os seguintes nomes: Adauto para governador, com o deputado estadual Aquiles Peres Mota na vice; César Cals e Paulo Lustosa para senador. Com uma pitada de veneno, a edição d'O Globo de 17 de agosto daquele ano, assim anunciou o acordo: "Pelo Poder, os Coronéis do Ceará se unem de novo²⁹⁵".

A Campanha vai às ruas.

A campanha era oficial. Os candidatos estavam nas ruas com números, nomes, santinhos, ativistas e a disputa iniciou-se formalmente. No dia 4 de agosto, o IBOPE divulgou a primeira pesquisa de intenção de votos, colocando Adauto à frente de Tasso Jereissati (44% a 24%), entretanto, a pesquisa já apontava empate técnico em Fortaleza, evidenciando a força dos coronéis no interior²⁹⁶. Para o senado, Mauro Benevides liderava com 42%, enquanto César e Paulo empatavam, tecnicamente, com 22% e 21% das intenções de voto, respectivamente.

Para os analistas políticos a maior surpresa nos resultados da pesquisa tinha sido o fraco desempenho do Partido dos Trabalhadores na capital. Tendo surpreendido o país no ano anterior com a eleição de Maria Luiza, houve alguma expectativa em torno do desempenho do candidato petista na capital, mas com Tasso capturando 37% das intenções de votos dos fortalezenses e Adauto abocanhando outros 35%, os votos petistas na cidade desapareceram.

A campanha avançou e o problema dos atrasos no pagamento do funcionalismo persistiu. No final de 1985, o secretário da Fazenda, Firmo de Castro, lançou mão das muito criticadas "gonzaguetas" para conseguir pagar o décimo terceiro salário, bem como os salários de novembro e dezembro do funcionalismo estadual que estavam atrasados. Apesar desse subterfúgio, o governo continuava enfrentando dificuldades de manter a pontualidade nos seus compromissos.

295 O Globo, 17.08.86.

296 O Globo, 04.08.86. No Ceará, interior sustenta Adauto. O PT some.

Em meados de agosto, o deputado Paulo Lustosa foi recebido, em audiência, pelo presidente Sarney com a finalidade de apresentar ao governo federal uma proposta de recuperação financeira do estado do Ceará, especialmente, com o intuito de solucionar os atrasos no pagamento dos funcionários estaduais²⁹⁷. Era uma forma nada sutil de criticar a administração de Gonzaga Mota e de fortalecer o discurso crítico que a sua coligação sustentava.

Ao longo do mês, a campanha avançou com os candidatos realizando suas tradicionais incursões nos municípios do interior para comícios, carreatas e encontros. Para surpresa da coligação PFL-PDS, a campanha de Tasso Jereissati mostrou-se inovadora em todos os sentidos.

Baseando seu discurso em algumas frases centrais²⁹⁸, inovando no uso de músicas, imagens e conceitos, o programa eleitoral do PMDB revolucionou o uso da televisão no marketing eleitoral e abalou a campanha adversária. Ao comparar a estratégia de comunicação e marketing com as outras campanhas do período, inclusive, da vitoriosa campanha do PT em Fortaleza no ano anterior, Barbalho (2007) destacou:

“Bem diferentes foram as condições de Tasso Jereissati. Desde o início se criou uma estrutura profissional e cara de marketing onde não importava a filiação partidária dos profissionais envolvidos. A sofisticação da campanha incluía desde a pesquisa sistemática de opinião para acompanhar o humor do eleitorado até a produção dos programas eleitorais gratuitos utilizando-se dos mais avançados recursos audiovisuais existentes”.

- Barbalho, 2007, p. 29

Cerca de um mês e meio depois da primeira, nova pesquisa apontava a virada de Tasso sobre Adatao. Na disputa para o senado, Lustosa havia passado para a segunda colocação, enquanto César viu sua candidatura cair na preferência do elei-

297 O Globo, 15.08.86. Sarney dedica a manhã a conversas com políticos.

298 Vamos acabar com a miséria; O Brasil mudou, o Ceará tem que mudar; Vamos acabar com os coronéis.

torado. Quem também passou a merecer atenção dos concorrentes foi o segundo nome do PMDB, Cid Carvalho, advogado, radialista e histórico do partido²⁹⁹, que parecia estar ganhando fôlego com o crescimento campanha peemedebista.

No fim de setembro, a virada de Tasso sobre Adauto deixou de ser surpreendente para ser "espetacular"³⁰⁰. As pesquisas apontaram a redução do número de indecisos e o crescimento da vantagem de Jereissati. Se no início do mês, dez pontos percentuais separavam os dois candidatos, nas pesquisas realizadas no final de setembro essa vantagem praticamente dobrou e o peemedebista tinha a preferência de, praticamente, a metade do eleitorado³⁰¹. Mesmo nos tradicionais currais eleitorais dos coronéis, a candidatura do "galeguim dos zói azul" avançou e o ambiente dentro da coligação PFL-PDS azedava.

No plano nacional, o cruzado começou a fazer água com os problemas de abastecimento. Entretanto, em lugar de promover os ajustes necessários, o governo agiu com firmeza, ameaçando apreender os bois no campo para garantir o abastecimento de carne nos supermercados e endureceu os mecanismos de controle da inflação, medida que a população apoiou³⁰². Nas ruas do Ceará, a chapa Tasso-Mauro-Paulo ganhou a preferência dos eleitores, com efeitos muito negativos dentro da coligação pefelista.

Vendo o seu companheiro de chapa ganhar a dianteira, César começou a se estranhar com Lustosa, até mesmo em público³⁰³. Para complicar ainda mais o clima na coligação, logo depois de sair o resultado da "espetacular virada", o comando da campanha pefelista resolveu mudar a estratégia do progra-

299 O Globo, 15.09.86. Pesquisa IBOPE: Tasso com 36% das intenções de voto, Adauto 26%. Entre os senadores, Mauro 34%, Lustosa 20%, César tinha caído para 15% e Cid Carvalho aparecia em empate técnico, com 13%.

300 O Globo, 29.09.86. Jereissati aumenta a diferença sobre Adauto. Com a "espetacular virada", Tasso 49% contra 31% de Adauto. Entre os Senadores, Mauro tinha 38%, Paulo 22%, César 19% e Cid 15%.

301 Pesquisa do Instituto da UFC, de 04.10, apontava: Tasso 47,8% e Adauto, 31,5%. Para o Senado, a metodologia era diferente, mas os resultados similares: Mauro, 24%, Paulo 14,8%, César, 9% e Cid 8,6%.

302 O Globo, 07.10.86. Governo dá último prazo para que os bois apareçam.

303 O Globo, 30.09.86. Fatos Combinados.

ma eleitoral, atacando, pessoalmente, o candidato opositor. A recusa de Paulo Lustosa em proferir ataques pessoais a Tasso teria gerado mal-estar junto ao próprio Coronel Adauto³⁰⁴ e piorado ainda mais a relação entre os companheiros de chapa.

A estratégia de contrapor Lustosa a Jereissati deveu-se, entre outras coisas, ao tardio reconhecimento, por parte das bases partidárias, que desde o princípio, talvez, fosse ele a alternativa que efetivamente conseguiria concorrer com o discurso da modernidade e da mudança apresentado pelo PMDB³⁰⁵.

Lustosa, tanto quanto Tasso, era jovem, tinha um discurso que falava à classe média do estado, participou destacadamente, nas Diretas Já e na eleição de Tancredo Neves e foi ministro de Sarney, ou seja, poderia ter se associado ao sucesso do governo com o plano cruzado. Mas, já era tarde demais para qualquer mudança de estratégia.

O acirramento da disputa entre Lustosa e Cals, com o último ameaçando divulgar documentos contra o primeiro³⁰⁶, foi a senha para que o PMDB começasse a trabalhar com a possibilidade de eleger os dois senadores, uma vez que a eleição de Mauro Benevides já parecia assegurada. Além da briga entre os opositores, Cid Carvalho pegou carona na consolidação da candidatura de Tasso e, assim, o PMDB, em todo o país, aproveitou-se da onda eleitoral a favor do cruzado que levaria à eleição, pelo partido, de 22 dos 23 governadores de estado³⁰⁷.

Com a aproximação das eleições, marcadas para 15 de novembro, a liderança de Tasso nas pesquisas de intenção de votos manteve-se firme e em ascensão³⁰⁸. Na última rodada de pesquisas, no mês de outubro, o peemedebista tinha mais da metade das intenções de votos, enquanto que a candidatura pefelista patinava em torno dos 30%.

304 O Globo, 04.10.86. Coluna Política, Desacertos. "Adauto brigou também com o ex-Ministro Paulo Lustosa, candidato ao senado, que se recusou a fazer ataques pessoais a Tasso Jereissati".

305 O Globo, 07.10.86. Saiu do Muro. "Na coligação já se fez uma autocrítica: o quadro poderia ser outro se o candidato fosse o ex-Ministro Paulo Lustosa".

306 O Globo, 10.10.86. Caldeirão.

307 O Globo, 21.11.86. A vitória graças ao cruzado.

308 O Globo, 25.10.86. Liderança de Jereissati continua firme no Ceará.

Na disputa para o senado, a corrida pela segunda vaga estava, realmente, emolada, pois Cid Carvalho vinha começando a associar sua candidatura à chapa peemedebista. Em 25 de outubro as pesquisas já lhe deram 25% das intenções de voto, três pontos à frente de César e três atrás de Paulo Lustosa. Tanto Lustosa quanto Cid apresentaram uma tendência ascendente nas intenções de voto, só que a candidatura do peemedebista cresceu com muito mais vigor.

Sentindo que estava se descolando do companheiro de chapa, César Cals aumentou a tensão sobre a coligação. Começaram a surgir boatos que o senador Virgílio Távora estava liberando suas lideranças para apoiarem a candidatura oposicionista, enquanto que Cals afirmou que o PFL de Aduato Bezerra estava "cristianizando sua candidatura e pedindo votos, apenas, para o deputado e ex-ministro Paulo Lustosa"³⁰⁹.

Aos trancos e barrancos, a campanha pefelista seguiu assistindo novas adesões à chapa opositora. No dia 11 de novembro, Aduato, Paulo, César e Aquiles fizeram o último comício na capital do estado. Para o encerramento da campanha os candidatos se separaram e rumaram para o interior: enquanto Aduato e César seguiram rumo a Juazeiro do Norte para o comício de encerramento, Paulo Lustosa e Aquiles Peres Mota tomaram o rumo de Sobral. No mesmo dia 12 de novembro, o PMDB fez um grande comício de encerramento de sua campanha em Fortaleza.

No sábado, dia 15 de novembro, as votações transcorreram em relativa normalidade em todo o estado. Quase 2,7 milhões de cearenses compareceram às urnas para eleger governador, senadores, deputados federais e estaduais. As pesquisas de boca de urna confirmaram as tendências que vinham sendo observadas e a apuração dos votos, concluída cerca de uma semana depois, confirmou a indiscutível vitória do PMDB: elegeu o governador, os dois senadores, 12 dos 22 deputados federais e 24 dos 46 deputados estaduais. Em quatro anos, o PMDB converteu-se no maior partido do Ceará.

309 O Globo, 26.10.86. Aliança de Aduato, Virgílio e César Cals está desmoronando.

Paulo Lustosa amargou sua primeira derrota nas urnas. Com pouco mais de 730 mil votos tinha ficado em terceiro lugar, sendo superado pelo segundo nome do PMDB nas duas últimas semanas da campanha, coisa que poucos esperavam. Conforme a imprensa nacional destacou nas semanas que se seguiram, dos ministros de Tancredo Neves que concorreram às eleições de 1986, apenas Lustosa não tinha sido eleito³¹⁰.

A derrota não o abalou. Lustosa passou os quatro anos seguintes trabalhando e, em 1990, mais uma vez, apresentou seu nome como alternativa eleitoral para o povo cearense. Mas este é outro capítulo dessa história.

310 O Globo, 21.11.86.

UM CEARÁ DE VERDADE: PROJETO PARA 1990.

A derrota dos coronéis nas eleições de 1986 provocou uma transformação importante no cenário político do estado. Pela primeira vez depois de anos, as principais lideranças políticas do último quartel de século estavam na oposição, afastados da máquina administrativa e, a exceção de Virgílio Távora, não ocupavam qualquer cargo político.

O espaço de liderança nos grupos ligados aos coronéis, que já vinha sendo cobiçado por Lúcio e Paulo, quando da sucessão de Gonzaga Mota, se abriu de forma definitiva com a inesperada morte do senador Virgílio Távora, em junho de 1988, meses antes de completar os 70 anos de idade.

Embora parte dos antigos aliados dos coronéis tenham rapidamente aderido ao projeto mudancista de Tasso, mantendo sua lealdade ao governo, qualquer que fosse ele, a aproximação das eleições municipais e as consequentes disputas locais, preservaram o espaço daqueles que optaram por se manter na oposição, como foi o caso de Paulo Lustosa.

Tendo feito a opção de permanecer na vida pública, assumindo a presidência do Centro Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa -CEBRAE-, Lustosa manteve-se à frente daqueles que criticavam a política do governo do estado e, quando chegaram as eleições de 1990, mais uma vez, o seu nome despontava na lista dos prováveis candidatos ao governo do estado.

O Governo Tasso.

O primeiro governo de Tasso Jereissati foi, sem sombra de dúvidas, um governo de mudanças. Ancorado no discurso da modernização do estado, associado à proximidade que tinha com o governo federal e livre das amarras de compromissos com as elites políticas tradicionais do Ceará, ele pôde realizar significativas transformações na gestão pública estadual, alcançando, no final do período, reconhecimento. Mas é claro, esse processo não foi simples nem sem contestações.

Logo depois da espetacular vitória do PMDB, em nível nacional, aconteceu o inevitável: o governo teve que reconhecer o fracasso do Plano Cruzado. A inflação voltou galopante. As contas públicas que, desde o final do período militar, vinham combalidas, estavam em frangalhos. As reservas internacionais estavam em um patamar que mal conseguiam cumprir os compromissos das importações para um mês³¹¹. Então, no dia 20 de fevereiro, pouco depois de instalada a Constituinte, o presidente Sarney decretou a moratória da dívida externa do país.

A Assembleia Nacional Constituinte, presidida pelo deputado peemedebista Ulysses Guimarães, bem como a imprensa e o público, em geral, repercutiram os efeitos da crise econômica e da insatisfação generalizada, pressionando o governo. Em todos os cantos, crescia o movimento popular que pedia "Fora Sarney!".

Em dado momento, começou um movimento, entre os políticos e sociedade, em geral, pela convocação de eleições presidenciais para o final de 1988, antecipando o término do mandato presidencial. No esforço de garantir seu mandato, Sarney gastou seus últimos recursos políticos. Ainda assim, em lugar dos seis anos de mandato igual ao de Figueiredo, Sarney teve que se contentar com cinco e as eleições diretas para presidente ficaram marcadas para 1989.

Os muitos do PMDB que tinham sido vitoriosos, em 1986, começaram a mostrar suas diferenças. Diferenças que logo se transformaram em ácidas disputas. O PMDB de Ulysses não era o PMDB de Quércia, que não era o PMDB de Jarbas, nem de Covas. Os neófitos no partido estavam em permanente embate com os históricos e o que era dissidência virou ruptura e a ruptura transformou-se no Partido da Social Democracia Brasileira -PSDB.

As divergências entre as alas que compunham o PMDB no plano nacional, também, se reproduziram em nível estadual. Os primeiros esforços do governo Tasso visando à modernização do aparelho do estado sofreram dura resistência por parte da Assembleia Legislativa. "Os conflitos internos no partido tor-

311 Revista Veja, 20.02.17. "Foi um erro (a moratória), um erro extraordinário. Não fizemos a moratória por razões políticas, mas por questões técnicas. Posso revelar, agora, o patamar de nossas reservas na época: apenas 3,2 bilhões, dinheiro que não dava para um mês de importações". Em: <https://veja.abril.com.br/blog/reveja/moratoria-ha-trinta-anos-o-pais-mergulhava-no-escuro/>

naram-se públicos durante sua gestão (...), quando houve em-
bate entre o Legislativo e o Executivo estaduais. Embora tivesse
mais da metade dos deputados estaduais filiados ao seu parti-
do, o governador enfrentou dificuldades para aprovar projetos,
sobretudo os que envolviam medidas de austeridade fiscal".
(PESSOA JUNIOR, 2018, p. 9)

A modernização da Administração Pública defendida por
Jereissati previu a configuração de um "novo paradigma nas re-
lações entre Estado, economia e sociedade" (GONDIM, 1995. p.
6) que se fundamentou na busca do equilíbrio orçamentário, da
eficiência da máquina e da probidade no trato com a coisa pública.
Para Gondim (1995), isto implicou no rompimento com o neopa-
triamonialismo, até então vigente na política estadual, provocando
reações adversas dos grupos que se sentiram prejudicados.

Para os que se opuseram às medidas, a resistência às mu-
danças propostas pelo governo tinha conotação diversa, espe-
cialmente, nas discussões sobre as medidas que afetaram dire-
tamente os servidores públicos. O deputado Antônio Câmara,
peemedebista que presidia a Assembleia no primeiro ano do
governo, assim explicou a crise com o governo:

"Eu me indispus com o governador Tasso Jereissati exatamente na
defesa destes servidores, evitei a demissão de pelo menos 40, 50 mil
servidores, quando foi encaminhada uma mensagem à Assembleia que
criava 60 mil argos, concedia abono ao invés de salário e, o mais grave,
pedia para realizar concurso. Ora, servidores admitidos, na época do
governador Plácido Castelo, depois Adauto etc, esse pessoal todo deveria
ser submetido a um concurso. Seria um concurso-guilhotina, porque
estavam todos afastados dos livros, das atividades culturais, muitos eram
servidores modestos etc, e foi então que a Assembleia suprimiu o artigo
que criava as vagas, sem as quais não podia haver concurso. Além disso,
transformamos o abono em aumento, porque assim incidiriam todas
as vantagens dos servidores e o governador, então, ficou extremamente
chateado com tudo. Extremamente irritado. E passou a nos tratar como
adversários mesmo, ou seja, declarou que a Assembleia era coordenada
por forças do atraso, por clientelistas que estavam torpedeando o plano
de mudanças dele, governador".

A reação de Tasso e de sua equipe também não ajudava a acalmar a situação, pelo contrário. Adotando uma atitude de distanciamento que a classe política, na sua imensa maioria, traduziu como prepotência e autoritarismo, rapidamente o governador se viu em posição de conflito com diversos segmentos da sociedade. Antes do final de seu primeiro ano de mandato, além de políticos do próprio PMDB, estavam se indispondo com o governo servidores públicos e diversos setores da imprensa estadual. "Além disto, Tasso Jereissati rompe com o PC do B, desentende-se politicamente com Ministros de Estado, com o Presidente da Câmara dos Deputados, Paes de Andrade, com os promotores, com os professores" (GONDIM, 1995. p. 7), ou seja, com quase todo mundo.

Apesar das divisões internas e dos rompimentos com outros partidos para as eleições municipais de 1988, o PMDB cearense conseguiu manter sua unidade, apresentando uma chapa que reuniu os dois lados mais fortes da agremiação: o governador indicou para a cabeça da chapa seu líder na Assembleia Legislativa, o deputado estadual Ciro Gomes, enquanto que o PMDB histórico apontou o nome do vice, o Dr. Juraci Magalhães, secretário geral do partido e homem da confiança do senador Mauro Benevides.

Ciro, Prefeito de Fortaleza.

Dois dos mais famosos sobralenses no último quartel do século XX tinham uma característica em comum: não nasceram em Sobral. Assim como o jornalista e escritor Lustosa da Costa, sobralense de Cajazeiras na Paraíba, Ciro Gomes é sobralense nascido em Pindamonhangaba, no estado de São Paulo, no ano de 1957.

Ciro fez-se político a partir de Sobral. Seu pai, José Euclides, defensor público, foi eleito prefeito de Sobral nas eleições de 1976, com apoio do então prefeito José Prado. Vinculado ao coronel César Cals, José Euclides manteve boa relação com o governo Adauto Bezerra e com o também sobralense Paulo Lustosa que, à época, era secretário de Planejamento.

Nas eleições de 1982, com o apoio do pai e filiado ao PDS, Ciro lançou-se candidato a deputado estadual, obtendo mais de

11 mil votos só em Sobral, ficando na segunda suplência, mas conseguiu assumir o mandato naquela legislatura. Nas eleições seguintes, em 1986, filiado ao PMDB, conseguiu se eleger, embora com a votação total um pouco menor que aquela obtida quatro anos antes³¹². Eleito pelo PMDB e com forte identidade com a proposta mudancista de Jereissati, Ciro assumiu a liderança do governo na Assembleia, enfrentando todas as críticas e dificuldades do início turbulento da gestão, que ele mesmo assim descreveu:

“Houve uma ocasião em que passei 365 dias sendo vaiado todos os dias, pelo mero fato de entrar na Assembleia. Não precisava falar nada, a vaia acontecia (...). Passamos três anos sem ler os jornais do Estado, tivemos que deixar de ir aos bares, aos restaurantes”. - Ciro Gomes, em GONDIM, 1995, p. 7

Em contrapartida, se a gestão Jereissati sofria resistências, a gestão petista à frente do Paço Municipal mostrou-se completamente perdida. Além das dificuldades naturais da gestão de uma cidade complexa como Fortaleza³¹³, Maria Luiza sentia-se boicotada pelos governos federal e estadual, os quais negaram apoio às demandas da municipalidade³¹⁴ e não conseguiu administrar nem mesmo as disputas internas do Partido dos Trabalhadores³¹⁵.

Em 1988, começou a administração municipal que está um caos. Funcionários em greve, fornecedores atrasados e dificuldades de toda ordem. Já nos primeiros meses de gestão, Maria Luiza enfrentou a primeira greve de servidores. Ao longo de seu mandato de três anos, principalmente, por conta do atraso nos baixos salários, os rodoviários entraram em greve por

312 Nas eleições de 1982 Ciro teve 17.841 votos, 11.606 em Sobral. Em 1986 foram 17.602 votos e 9.044 em Sobral.

313 O candidato que vencesse as eleições de 1985 encontraria a capital cearense com problemas característicos das cidades médias e grandes do país, como: desemprego, problemas de infraestrutura urbana, analfabetismo, mortalidade infantil. Assim, com um total de 1,7 milhões de habitante, Fortaleza tinha 55 mil desempregados; o analfabetismo chegava a um total de 514 mil; a mortalidade infantil atingia 107 dos nascidos por mil; quanto ao abastecimento de água, 38,1% da população não dispunha desse serviço; a malha viária danificada. (BRILHANTE, 2012, p. 6)

314 O Povo, 02.01.19.

315 Em 1987, no segundo ano de mandato, o Partido dos Trabalhadores rompeu com a administração e expulsou a prefeita e os secretários dos quadros do partido.

sete vezes, os servidores da saúde, também, e os garis fizeram outras quatro greves. Da metade para o final do ano de 1988, a cidade era um lixão a céu aberto, com monturos acumulando-se em cada esquina³¹⁶.

No plano político partidário, as ranhuras e os conflitos que ocorreram entre o governador e o PMDB, especialmente, com a bancada do partido na Assembleia Legislativa, foram temporariamente colocadas de lado e o partido conseguiu construir uma chapa de consenso para as eleições de Fortaleza. O governador indicou o seu líder na Assembleia, Ciro Gomes, para prefeito e o senador Mauro Benevides apontou o secretário geral do partido, o médico Juraci Magalhães para vice.

Depois da experiência de três anos antes, Lustosa decidiu se envolver, pouco, na campanha da capital. Em lugar disso, preferiu dedicar seus esforços para as sucessões nos municípios onde era votado. Especialmente, investiu nas eleições de sua terra natal, Sobral, onde os "tassistas" se organizaram em torno da candidatura a prefeito do Padre Zé Linhares.

Em Fortaleza, além do candidato do governo, outros oito partidos e coligações indicaram nomes para disputar a cadeira do Paço Municipal. O Partido dos Trabalhadores, já rompido com a prefeita, apontou Mário Mamede Filho para candidato, assim como o PFL, o PDS e o PDT. Partidos de menor expressão, como o PH, o PL, o PSD e o PJ também concorreram naquele pleito.

Embora rompido com a administração municipal, a caótica da gestão de Maria Luiza, pesou sobre o desempenho do candidato do PT que ficou em quinto lugar, com pouco mais de 5% dos votos. A disputa, acérrima, foi entre Ciro Gomes e o candidato do PDT, o radialista e também deputado estadual Edson Silva. Convertendo-se na mais disputada eleição da capital do estado, a vitória do candidato de Tasso foi apertadíssima, com Ciro obtendo 30,5% dos votos, contra 29,6% obtidos pelo seu adversário. Em termos nominais, 5.184 votos separaram os dois candidatos.

316 "Em 3 de janeiro, as promessas passaram para a ação. Logo após a edição do primeiro decreto do governo, exigindo explicações para todas as movimentações de cargos na prefeitura, foi lançado um plano emergencial para "livrar a cidade" do excesso de lixo, à época calculado em 102 mil toneladas pela Prefeitura". Disponível em <https://especiais.opovo.com.br/30anosdaposdedecironaprefeitura/>

Os resultados das eleições de 1988 trouxeram preocupações para o governador e seu agrupamento político, não apenas por conta do "sufoco" que foi a vitória em Fortaleza. Tasso afirmou em entrevista ao Informe JB, os números daquelas eleições apontaram para o fato de que a "elite brasileira e os políticos não souberam operar a transição política. Temos que fazer uma profunda reflexão sobre essa eleição³¹⁷".

Nas eleições municipais daquele ano, o PFL, principal partido da oposição, elegeu 60 prefeitos, contra 57 do PMDB. Aos eleitos pelo PFL somaram-se os eleitos pelo PDS e os comparou com o somatório dos vitoriosos pelo Partido Municipalista Brasileiro -PMB³¹⁸-, com os do PMDB, os resultados foram ainda piores para o governo: 87 prefeitos para a oposição contra 72 dos governistas³¹⁹.

Mesmo ganhando em municípios importantes, a exemplo do Crajubar³²⁰, base eleitoral de Adauto Bezerra, em várias outras regiões do estado a oposição prevaleceu. Na região metropolitana, o PMDB ganhou em Fortaleza e Maracanaú, mas perdeu em Caucaia, Maranguape, São Gonçalo e Aquiraz. No Vale do Jaguaribe, o PMB ganhou em Russas, mas a oposição elegeu os prefeitos de Morada Nova, Limoeiro, Jaguaribe e Aracati. Em Quixeramobim, Quixadá, e Camocim, também, foram derrotas para o PMDB.

Embora tenha apoiado candidatos do PFL, em várias cidades, Lustosa envolveu-se mais diretamente na disputa de Sobral, sua terra natal e principal reduto eleitoral. Enquanto ele se empenhou em articular a candidatura de seu correligionário mais tradicional, o ex-prefeito Zé Prado com o apoio do grupo dos Barreto, que foram seus adversários ao longo das últimas

317 Jornal do Brasil, 22.11.88. Informe JB, Reflexão.

318 Isto foi feito também quando criaram o Partido Municipalista Brasileiro (PMB) para dar suporte a políticos tradicionais que não se abrigavam no PMDB. (NOBRE, 2008, pg. 166)

319 "Ainda levando em conta o levantamento feito por Parente, vale lembrar o desempenho do Partido Municipalista Brasileiro (PMB), cujo resultado alcançou 15,42% dos municípios. Esse partido, articulado em nível nacional pelo governador de São Paulo, Orestes Quéricia do PMDB, contava com o respaldo do governo Tasso". (Nobre, 2008, pag. 84)

320 Naquelas eleições o PMDB elegeu os prefeitos do Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha.

disputas eleitorais. O engajamento de Ciro na campanha de Fortaleza comprometeu sua atuação em Sobral, apesar de participar diretamente da disputa com a indicação de seu irmão, Cid, para vice-prefeito na chapa do Padre Zé.

Em certo sentido, reproduziu-se no plano local o mesmo embate estadual de 1986. Se a chapa Zé Linhares-Cid Gomes emulou, no município, o governo das mudanças e o "tassismo" que começou a se estruturar no estado, a chapa Zé Prado-Ricardo Barreto uniu duas das mais tradicionais lideranças no município, reeditando a união dos coronéis, posto que, historicamente, os Prado eram ligados ao grupo do Coronel Adauto, enquanto que os Barreto tinham ligação com Virgílio.

Em uma eleição muito tensa e tão acirrada quanto a de Fortaleza, a principal cidade da zona Norte elegeu o ex-prefeito Zé Prado (PFL) por uma diferença de menos de 1500 votos para o candidato peemedebista, em um colégio eleitoral com cerca de 50 mil eleitores. Ciro ganhou em Fortaleza, mas perdeu em casa.

A derrota local, entretanto, não comprometeu o projeto mudancista. Eleito para governar a capital do estado, Ciro empenhou-se em enfrentar a situação caótica que a gestão anterior havia deixado. Contando com o apoio do governo estadual³²¹, a nova administração municipal começava o ano com duas grandes metas: limpar a cidade e melhorar suas condições de trafegabilidade, com uma grande operação tapa-buracos, como foi destacado pela imprensa

“Nos dias seguintes, era comum ver o prefeito circulando pela cidade, acompanhando de perto o investimento de mais de 600 milhões de cruzados (cerca de R\$ 200 mil, valor alto para a época) e duas mil pessoas. Até o Exército entrou no plano, cedendo cerca de 50 soldados para as ações de limpeza. “São ações de retirada de acúmulos de areia, remoções de rampas de lixo, desratização e manutenções de meio-fio, praças e monumentos”, explicava Ciro”

O Povo, 02.01.19. A Ordem é Limpar a Cidade: 30 Anos do Governo Ciro Gomes..

321 O Povo, 02.01.19. A Ordem é Limpar a Cidade: 30 Anos do Governo Ciro Gomes.

Em que pese o empenho da nova administração e o apoio recebido do governo estadual, os desafios que precisaram ser superados se mostraram bem maiores do que o inicialmente esperado e, ao final dos primeiros 90 dias de governo, embora a cidade estivesse bem mais limpa, "a gestão avaliava ter tapado apenas 10% dos buracos de vias da cidade e várias rampas de lixo continuaram a estampar as páginas de jornais³²²".

No início de 1990, o governo Ciro Gomes, ainda, se empenhou em cumprir com as metas estabelecidas, durante a campanha e nos primeiros dias de governo. Conforme pesquisa de opinião realizada pelo Datafolha, a conservação das vias públicas e a limpeza, ainda, eram os maiores problemas da cidade. Em terceiro lugar, vinha a falta de serviços de saneamento básico. Ainda assim, a mesma pesquisa mostrava que a população avaliava, positivamente, o desempenho de Ciro Gomes, sendo ele um dos três únicos prefeitos de capital com avaliação positiva em todo o país, o que o cacifou para as eleições do final do ano³²³.

A Fundação do PSDB e seus Reflexos no Cenário Estadual.

A decisão de descascar as eleições municipais das estaduais e federais trouxe outras consequências na política cearense, além da ascensão de Ciro Gomes na cena estadual. Se no plano estadual os diferentes grupos que compunham o PMDB conseguiram construir um arranjo de tolerância com a composição da chapa, nas eleições de Fortaleza, e a acomodação de grupos antagonistas entre o PMDB e o PMB, no plano nacional a situação deteriorou-se rapidamente.

As diferenças que se manifestaram logo depois da vitoriosa eleição de 1986 ficaram ainda mais evidentes durante a Assembleia Nacional Constituinte. À medida que as discussões avançaram, parcela significativa de parlamentares eleitos pelo PMDB se aproximou do Centrão e se distanciou da liderança do partido, que estava nas mãos do senador Mário Covas. Ade-

322 O Povo, 02.01.19. A Ordem é Limpar a Cidade: 30 Anos do Governo Ciro Gomes.

323 O Povo, 02.01.19. A Ordem é Limpar a Cidade: 30 Anos do Governo Ciro Gomes.

mais, as disputas entre o PMDB de Ulysses, o PFL e o PMDB de Sarney por espaços no governo acirraram-se, com repercussões tanto nas votações da constituinte, quanto nas questões internas do partido.

Do ponto de vista das relações entre o PMDB do Ceará, especialmente, do grupo ligado ao governador Tasso Jereissati, e o PMDB nacional, um evento foi decisivo para azedar de vez a relação: a sucessão do ministro Dilson Funaro, no ministério da Fazenda.

Funaro alcançou os píncaros da glória nacional, sendo o ministro responsável pelo Plano Cruzado e caído nas graças de todo o PMDB por, ao sustentar o Cruzado durante todo o segundo semestre de 1986, ter garantido a espetacular vitória do partido. Porém, em 1987, os ajustes não realizados e as medidas não adotadas cobraram seu preço e o Plano Cruzado começou a fazer água.

O Brasil já começou o ano em "moratória técnica", conforme o próprio presidente Sarney depois reconheceu, com enormes dificuldades para cumprir seus compromissos junto aos credores internacionais e com dificuldades crescentes para pagar e rolar a dívida externa. A falta de reservas cambiais pressionou o dólar que, por sua vez, pressionou os preços que já estavam reprimidos por conta do congelamento forçado do ano anterior. O fantasma do desabastecimento começou a desaparecer, mas o da inflação voltou com força total.

A duras penas, o ministro e sua equipe tentavam retomar as rédeas da inflação e colocar a economia nacional nos eixos, mas sem sucesso. O governo perdeu apoio político e viu sua base de sustentação no Congresso se desfazer, não restou a Sarney outra saída que aceitar o pedido de demissão de Funaro.

Para sucedê-lo o presidente tinha um nome que, na sua visão, encaixou como uma luva para a situação, pois, era do PMDB, era respeitado nos círculos empresariais, por ser ele também empresário, além de representar o espírito modernizador defendido pela Nova República: Tasso Jereissati.

A reação contrária ao nome de Tasso veio de onde Sarney menos esperava: do próprio PMDB. O multipresidente³²⁴ Ulysses Guimarães vetou o nome de Tasso e demandou do presidente a nomeação do nome de sua preferência, Bresser Pereira, no que foi atendido. Tasso não perdoou a interferência do presidente da agremiação e passou a lhe fazer oposição dentro do partido (PESSOA JUNIOR, 2019, p. 100).

Ulysses, que também presidiu a Constituinte, tentou a duras penas manter a unidade partidária. Mas, enquanto as discussões e votações para a elaboração da Carta Magna avançaram, mais claras ficaram as dissidências. Até que no fim do ano, quando das votações do Regimento Interno da Constituinte, o "colapso da unidade interna do PMDB" ficou demonstrado em números: 125 dos 302 pemedebistas votaram com o Centrão, contrariando a orientação da liderança³²⁵.

Na semana seguinte, mais uma votação e mais uma vez o Centrão derrotou a posição do líder do PMDB, senador Covas³²⁶, com o apoio de muitos peemedebistas. Para a maior parte dos analistas políticos, o partido enfrentou uma séria crise de identidade e as sucessivas derrotas impostas ao líder suscitaram "sérias dúvidas quanto à possibilidade de recuperação"³²⁷ da unidade partidária, enquanto que os mais progressistas do partido cogitaram a criação de uma nova sigla partidária³²⁸.

Com o recesso parlamentar do fim do ano, as tensões entre os peemedebistas até que se amenizaram, mas com o início da sessão legislativa e com o retorno das discussões da Constituinte as disputas entre os progressistas históricos e os governistas retornaram, intensificadas pela perspectiva das eleições municipais previstas para outubro daquele ano. Diferentemente do que aconteceu no Ceará, no PMDB de São Paulo, os grupos de Ulysses, Covas e Quércia estranharam-se e em março, os senadores Covas e Fernando Henrique Cardoso falaram aberta-

324 Ulysses Guimarães chegou a acumular as presidências do PMDB, da Câmara dos Deputados e da Assembleia Nacional Constituinte.

325 O Globo, 06.12.87. O Colapso da Unidade do PMDB.

326 O Globo, 10.12.87. Centrão derrota Covas de novo.

327 O Globo, 06.12.88. O Colapso da Unidade PMDB.

328 O Globo, 10.12.87. Progressistas se dispõem a sair.

mente na formalização de uma dissidência partidária³²⁹, que resultou na criação de um novo partido para as eleições de 1990.

As disputas paulistas anteciparam os planos de FHC. Com a aprovação das regras eleitorais para o pleito de 1988 que, entre outras coisas, simplificou o processo de criação de novos partidos, o grupo dissidente resolveu criar uma nova agremiação partidária para a disputa municipal. No final de junho foi fundado o Partido da Social Democracia Brasileira o PSDB e na sua primeira convenção nacional, o senador Mário Covas foi aclamado como seu presidente. A festa também oficializou a escolha do nome do partido, derrotando o alternativo Partido Democrático Popular -PDP-, mas "a maior estrela da festa foi o tucano de papo amarelo, escolhido símbolo da agremiação"³³⁰.

Desnecessário dizer que a mera possibilidade de participar de uma nova dissidência animou Paulo Lustosa a ingressar no novo partido que se formou. Empolgou-lhe tanto a ideia da dissidência, bem como lhe animou a identidade ideológica que ele acreditava ter com a maior parte dos membros do partido em formação. Entretanto, as movimentações, em nível estadual, representaram um obstáculo às suas pretensões.

No estado, o novo partido acabou sendo o destino do grupo político ligado ao governador Tasso Jereissati. Em fevereiro de 1989, quando o PMDB realizou sua convenção nacional, já se preparando para o lançamento da candidatura de Ulysses à presidente da república, nas primeiras eleições diretas depois de quase 30 anos de espera, Jereissati não escondeu sua insatisfação com o "rumo das coisas em seu partido", nem disfarçou seu ressentimento do veto imposto ao seu nome dois anos antes, dando todas as pistas de que sairia do partido³³¹.

No plano estadual, as movimentações de Tasso para garantir o controle da legenda tucana, também, provocaram reações dos políticos que tinham um perfil próximo do PSDB e enxergaram a possibilidade de assumir a legenda no estado, abrindo espaços para alçarem voos mais independentes. O deputado Lúcio

329 O Globo, 26.03.88.

330 O Globo, 26.06.88. Por aclamação, PSDB elege Covas seu presidente.

331 O Globo, 27.02.89. Ausente.

Alcântara, por exemplo, acusou o governador de estar fundando “uma holding para administrar os seus partidos³³²”.

Nem a holding, ironicamente, proposta por Lúcio, nem o PMDB. Em meados daquele ano, Tasso, Ciro Gomes e toda a turma adotaram as cores azuis e amarelas do tucano, assumindo o controle da legenda que dominou a política cearense em quatro eleições estaduais, elegendo governadores, senadores e grandes bancadas de deputados em 1990, 1994, 1998 e 2002.

Primeiros Movimentos para 1990.

O resultado das eleições de 1988, quando o governo Tasso viu testada a sua força política no interior do estado, com o PMDB elegendo menos prefeitos que o PFL e sofrendo derrotas em cidades, politicamente relevantes, obrigou os jovens empresários do CIC a refletirem sobre sua estratégia político-eleitoral.

Embora o governo tivesse conseguindo arregimentar forças políticas em torno do seu projeto de mudanças, o grupo dos jovens empresários, ainda não tinha a hegemonia política pretendida, de sorte que os esforços nas eleições de 1990 ficaram “canalizados para a conquista de novos apoios entre aquelas forças políticas conservadoras” (NOBRE, 2008, p. 167), o que os obrigou a repensar suas estratégias eleitorais e suas relações com a classe política.

Depois da vitória de Ciro, em Fortaleza, a estratégia inicial do grupo apontou para a indicação de um dos jovens empresários para candidato a governador. Beni Veras, o primeiro presidente do CIC na fase moderna da instituição, foi um dos nomes possíveis, uma vez que teve seu nome cogitado como alternativa nas eleições de 1986³³³. O outro nome foi o do, também,

332 O Globo, 10.03.89. Fartura.

333 O CIC queria a candidatura de outro associado, o Beni Veras, e o Tasso foi um nome escolhido por Gonzaga Mota. Gosto muito do Beni, mas eu queria ganhar a eleição do Adauto, qual o governador que não quer ganhar uma eleição, fazer o sucessor”. Gonzaga Mota em entrevista ao O Povo. Como também: “O nome de Tasso Jereissati foi recentemente apontado como uma alternativa para sanar a crise de dissolução da Aliança Democrática e ontem os partidos de esquerda, PDT e PSB, sugeriram o nome de Beni Veras como a opção bem aceita para concorrer ao Governo numa coligação dos pequenos partidos” (O POVO, 10.04.86, in Nobre, 2008, p. 150)

empresário Sérgio Machado, que exercia a importante função de secretário de governo e começou o ano de 1990 trabalhando mais ostensivamente por sua candidatura.

Inicialmente, Machado foi o nome da preferência de Je-reissati, entretanto, seu estilo à frente da SEGOV atraíu "para si a antipatia de muitos", fazendo com que ele carecesse de aceitação entre seus pares. A decisão de buscar outro candidato, entretanto, foi traumática para os aliados e levou a desentendimentos entre o governador, Sérgio Machado e seu pai, o ex-ministro Expedito Machado.

O imperativo de buscar uma candidatura que conciliasse o alinhamento com o pensamento político do grupo de jovens empresários, e a lealdade política ao governador, e a capacidade de penetração no interior levou a escolha do nome de Ciro Gomes, em detrimento dos empresários que se apresentaram para ser potenciais candidatos³³⁴. Como o próprio Beni depois reconheceu, Ciro era "político, não era empresário (...) podia se imaginar que nós tínhamos medo de perder o comando, mas, de fato, Ciro era parte do nosso grupo" (Nobre, 2008, p. 20). Com esta definição, Beni findou candidato ao senado federal, enquanto que Machado disputou uma vaga para a câmara federal.

Enquanto o PSDB buscou o nome mais adequado para encabeçar a disputa dentro do partido, também, enviou esforços para construir um arco de alianças partidárias que fortalecesse sua posição no estado. O PMDB, depois do rompimento com o governo e com a migração dos representantes do Cambeba para o PSDB, aproximou-se do PFL e entabulou negociações em torno de uma coligação visando as eleições que se aproximavam.

A decisão de Tasso de não se afastar do governo para disputar uma vaga para o senado fez com que os nomes mais destacados da oposição entusiasmassem-se com a possibilidade, uma vez que, àquela altura, o partido do governador não disputava de nomes que fossem capazes de intimidar a competição,

334 De forma geral, as eleições de 1990 se caracterizaram pela necessidade de se fazer um arranjo entre as forças político-partidárias que se reuniram naquela aliança, bem como entre as diversas lideranças municipais e estaduais que disputavam o poder local em suas regiões. Neste sentido, a experiência política de Ciro Gomes foi decisiva, o que dificilmente poderia ter ocorrido em relação ao líder empresarial Sérgio Machado que pretendeu se candidatar naquele momento. (Nobre, 2008, p. 172).

no caso do próprio Jereissati que, segundo pesquisas da época, tinha 78% das intenções de voto, contra 14% de Lustosa e 15% de Gonzaga Mota.

As negociações durante os meses iniciais do ano e a definição do nome do PSDB consolidaram a coligação entre o PFL, o PDS, repetindo a união da eleição anterior e contou agora com a participação do PMDB, que havia rompido com o governo. Ao final do mês de abril, dois dos três nomes da chapa foram definidos: Paulo Lustosa, do PFL, disputaria o governo, enquanto o deputado Paes de Andrade (PMDB), presidente da câmara dos deputados, buscou a vaga no senado Federal. Coube ao PDS a indicação do vice.

Nas convenções dos partidos de oposição coligados, o PDS apresentou o nome da viúva de Virgílio Távora, Dona Luíza, como candidata a vice. Luíza, que em duas ocasiões foi primeira dama do estado, tinha se destacado por sua atuação junto aos pobres, representava, ao mesmo tempo, a política tradicional do Ceará (NOBRE et al. 2013), era uma pessoa benquista pelas populações das periferias de Fortaleza³³⁵ e a face feminina na chapa majoritária da coligação.

Entre os partidos do autodenominado "campo popular e democrático", a migração do deputado Lúcio Alcântara do PFL para o PDT, visando ser candidato a governador, gerou dificuldades para uma coligação de esquerda, pois esses "não aceitavam o seu nome como cabeça de chapa" (NOBRE, 2008, p. 177).

A impossibilidade de ser o candidato das esquerdas acabou por levar Lúcio a buscar um entendimento com o partido governista. A indicação de Lúcio para vice gerou insatisfações dentro do partido, especialmente, junto aos vereadores que tinham passado os últimos dois anos fazendo oposição a Ciro Gomes na prefeitura (NOBRE, 2008).

335 "Dona Luíza foi, sem dúvida, a mais atuante primeira-dama que a população cearense conheceu. Ela soube cativar milhares de pessoas humildes tanto na periferia de Fortaleza quanto no interior do Estado, com seu espírito público, generosidade e dedicação". Depoimento do Deputado Paulo Lustosa ao Diário do Nordeste em matéria intitulada "Morre a ex-primeira dama do Ceará Luíza Távora", de 14.02.1992. (MEDEIROS, 2012)

Apesar do afastamento do PDT, os partidos de esquerda uniram-se em coligação, para o pleito que se avizinhava. A Frente Ceará Popular, formada pelo PT, PSB, PCB, PCdoB e PV, apresentou como candidato ao governo o petista João Alfredo e para o senado Durval Ferraz, cabendo ao PSB a definição do nome do candidato a vice.

Quando maio chegou, os principais candidatos à sucessão de Tasso Jereissati foram apontados. Lustosa, Ciro e João Alfredo, começaram suas campanhas, praticamente, ao mesmo tempo em que Fernando Collor, presidente eleito, diretamente, em novembro do ano anterior, iniciava seu governo. Uma situação atípica, que teve influência nos primeiros movimentos do processo sucessório.

Collor de Mello e as Eleições de 1990.

Em 1989, os brasileiros puderam, depois de anos de espera, eleger diretamente o presidente da república. Depois de uma campanha com dezenas de candidatos, alguns desconhecidos outros figurinhas carimbadas da política brasileira, a disputa foi decidida no segundo turno, com a vitória do ex-governador de Alagoas, Fernando Collor, do nanico PRN, sobre o deputado federal Luís Inácio Lula da Silva, do PT.

Em 15 de março do ano seguinte, Collor tomou posse no momento em que, nos estados, partidos e candidato começaram a se organizar para as eleições programadas para outubro, quando seriam eleitos governadores, senadores, deputados estaduais e deputados federais. Era um governo novo e popular, assumindo o poder no momento em que os mandatos dos demais chegavam ao fim, com seus desgastes e dificuldades.

Além do apoio popular, o governo que assumiu encontrou um cenário de completa desorganização da economia nacional. O ano anterior, a inflação oficial tinha superado os 1500% ao ano. As pessoas, quando receberam seus salários corriam às compras, pois os preços variavam, literalmente, de uma hora para a outra. Tão severa era a crise que o país atravessava que

no dia seguinte à sua posse, o presidente anunciou o lançamento do Plano Brasil Novo, depois renomeado para Plano Collor.

Entre outras medidas extremamente duras³³⁶, o plano previu o bloqueio de depósitos, aplicações financeiras, saldos de poupanças ou investimentos no "overnight" que excedessem os 50 mil cruzados novos. Repetindo os choques heterodoxos já experimentados, sem sucesso, pelo governo Sarney, o plano, também, trocou de moeda e congelou preços e salários.

Escaldados pelo impacto do Plano Cruzado sobre as eleições de 1986, vários candidatos, especialmente os majoritários, apressaram-se em tentar associar sua imagem à do presidente recém empossado, o que não foi diferente para os dois principais concorrentes ao governo do estado do Ceará. Entre o final de abril e início de maio, tanto Lustosa quanto Ciro Gomes foram recebidos por Collor e informaram de sua intenção de concorrer ao pleito de outubro daquele ano e, quem sabe, garantir o apoio "colorido".

Já acertado que seria o candidato pela coligação PFL-PMDB-PDS, Lustosa esteve com Fernando Collor antes do final de abril, na companhia do deputado Paes de Andrade (PMDB), que ocupava a presidência da câmara dos deputados, e seria candidato a senador pela coligação e do senador Afonso Sancho do PDS. De acordo com os participantes, o objetivo do encontro foi pedir recursos da união para ajudar o estado no enfrentamento da forte seca que atravessava.

Na realidade, a ideia foi buscar essa associação da candidatura de Lustosa ao governo e seu plano, tanto assim que, naquele momento, a coligação que estava sendo negociada iria se chamar "Coligação Ceará Novo", em alusão ao plano Brasil

336 As medidas do Plano Collor incluíam: 80% de todos os depósitos do overnight, das contas correntes ou das cadernetas de poupança que excedessem a NCz\$50mil foram congelados por 18 meses; Substituição da moeda corrente, o Cruzado Novo, pelo Cruzeiro; Alargamento da base de incidência do IOF; Congelamento de preços e salários; Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais e criação de um imposto sobre as grandes fortunas; Indexação dos impostos aplicados no dia posterior a transação, seguindo a inflação do período; Aumento de preços dos serviços públicos, como gás, energia elétrica, serviços postais, etc; Liberação do câmbio e várias medidas para promover uma gradual abertura na economia brasileira em relação à concorrência externa; Extinção de vários institutos governamentais e anúncio de intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos, para redução de gastos administrativos.

novo. Ao fim, o grupo saiu do palácio do planalto com a garantia do presidente de que o governo iria liberar recursos para o combate à seca³³⁷, mas Collor não o deixou fotografar ao lado do candidato a governador, conforme solicitou o senador Sancho.

Uma semana depois foi a vez do candidato do PSDB ir ao presidente quando anunciou sua candidatura e evidenciou o seu alinhamento com o governo federal, também, mirando as eleições que se aproximavam. Ciro teve mais sorte do que Lustosa. Não apenas Collor concordou em tirar fotos ao lado do ex-prefeito de Fortaleza, mas declarou sua preferência ao candidato, uma vez que aquela candidatura representava "a renovação que defendemos" e aproveitou para desejar-lhe "muito sucesso" na empreitada³³⁸.

Em contraste com a declaração de apoio e preferência, antes de terminar o mês de maio, o presidente Collor surpreendeu muitos tucanos cearenses pela indicação do ex-governador Aduino Bezerra para o cargo de superintendente da SUDENE. O que no primeiro momento foi compreendido, tanto por um lado quanto pelo outro, como um sinal de que o governo federal ia apoiar a candidatura pefelista no estado, foi na verdade, o cumprimento de um acordo firmado na campanha presidencial, quando Aduino e seu grupo apoiaram Collor no Ceará³³⁹.

Com o avançar da campanha, a falta de qualquer tipo de apoio por parte do Governo Federal e as sinalizações de que o Presidente não se engajaria na campanha pefelista, fez com que a coligação abandonasse a estratégia de associação ao presidente e avançasse em uma linha mais crítica ao governo estadual. Entre outras coisas, logo no início do mês de junho, a coligação abandonou o nome Ceará Novo e passou a adotar o slogan "Ceará Verdade", em crítica ao que eles consideravam um "governo de propaganda"³⁴⁰.

337 O Globo, 27.04.90. Collor Promete Verba para Seca no Ceará.

338 O Globo, 05.05.90. A Estratégia do Planalto para as Eleições.

339 Todavia, a aliança de Collor com Aduino Bezerra e o PFL no Ceará acabou inviabilizando a adesão de Tasso a essa candidatura presidencial. (Nobre, 2008, p. 163)

340 Na eleição de 1992 o PMDB repetiu este discurso, desta vez com sucesso. A campanha peemedebista dizia que se alguém quisesse ver as obras de Juraci, abrisse a janela, se quisesse ver as do Governo, "abrisse" a televisão.

Diferentemente do que aconteceu com o Plano Cruzado, muito antes da campanha entrar na sua fase mais competitiva, o Plano Collor já começou a apresentar dificuldades e sofria com a volta da inflação, que deveria ter sido abatida “com um só tiro” e com as dificuldades da economia. Logo, as duas principais candidaturas empenharam-se em mostrarem-se independentes do governo federal, embora a campanha do PSDB tivesse insistido em vincular a candidatura de Lustosa à imagem de Collor, inclusive, na imprensa nacional³⁴¹.

Essa discussão estendeu-se por todo o mês de julho, nas fases iniciais da campanha, mas quando o mês de agosto chegou, as pesquisas já indicaram que o candidato peessedebista havia aberto uma boa dianteira em relação aos demais candidatos e que a relação com o governo Collor não pareceu ser tema relevante para o eleitorado cearense. A partir daí, as discussões tornaram-se muito mais locais, com o alvo dos opositores sendo o governo Tasso Jereissati.

Um Ceará de Verdade?

No dia 2 de abril de 1990, Ciro renunciou à prefeitura de Fortaleza para concorrer ao cargo de governador do estado pelo PSDB, com o apoio de Tasso Jereissati. Na mesma data, entretanto, Jereissati não renunciou ao cargo, condição necessária para uma eventual, e até então esperada, candidatura ao senado da república. Em ambos os casos, tanto na prefeitura, como no governo, os vices eram nomes do PMDB que não tinham seguido o grupo do CIC no movimento para o ninho dos tucanos.

Ademais, o rompimento com o PMDB ocorreu tanto local quanto nacionalmente, indicando que o partido se coligaria com os partidos de oposição ao governo, com negociações já avançadas. Assim, a renúncia do prefeito ou do governador significou entregar a máquina para a oposição. A situação era,

341 O Globo, 05.07.90. “A coligação pro Collor no Ceará, encabeçada pelo ex-Ministro Paulo Lustosa, candidato a governador, começa a “desidentificar-se” com o Governo Federal”. O Globo, 02.08.90. “No Ceará, o candidato que se proclama colorido, segundo o Governador Tasso Jereissati, é o ex-Ministro Paulo Lustosa (PFL-PMDB-PDS) mas já não tem o mesmo entusiasmo de três meses atrás”.

especialmente, delicada no caso do vice governador, pois as relações entre Ciro e Juraci, na capital, eram bem mais tranquilas³⁴² que aquela entre Tasso e seu vice³⁴³.

A partir de julho, a campanha começou "pra valer". Depois das querelas e discussões sobre as relações dos candidatos com o governo federal, a campanha orientou-se, prioritariamente, para as discussões locais, com o discurso dos opositores procurando evidenciar que o governo das mudanças pouco tinha realizado em termos de transformações da realidade que tanto eles criticaram durante a campanha de quatro anos antes.

A campanha de Lustosa adotou o slogan Ceará Verdade numa crítica explícita ao que consideravam a verdadeira face do governo Jereissati: um governo que pouco realizou, mas que, apoiado por uma forte ação de marketing e de comunicação, vendia para a população cearense que vinha cumprindo seus compromissos de mudança e de superação da miséria, assumidos em 1986.

Ancorado em uma elevada aprovação³⁴⁴, a estratégia dos governistas foi a de sustentar o discurso da mudança, notadamente o do fim do governo dos coronéis e da entrada do Ceará em uma nova era na política, na administração pública e na economia, procurando reforçar a associação da chapa oposicio-

342 O Povo, 12.11.06. Confissões de um Amador. "(...) quando o Ciro chegou e disse que ia ser candidato a prefeito, tudo ótimo. Eu fui para os comícios, ele era do meu partido, era do PMDB, tudo certo. (...) quando ele foi candidato ao Governo, aí sim. Eu assumi aqui e houve uma reunião aqui, veio até o doutor Mário Covas (...), veio aqui o Serra, o Franco Montoro. E eu fui lá e disse (ao Ciro): Olhe, o doutor Tasso não me convidou para vir para cá, porque sabe que eu não saio do meu partido por ninguém. Gosto muito de você. Ele pensou que ia apoiá-lo. Mas meu partido fez uma coligação com o Paulo Lustosa e eu fui com o Paulo Lustosa. (...)". Juraci Magalhães em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/paginasazuis/2006/11/12/noticiasjornalpaginasazuis,647064/confissoes-de-um-amador.shtml>

343 Castelo de Castro era o vice governador do estado. Histórico do MDB, tinha sido prefeito de Mombaça, terra de Paes de Andrade e deputado estadual por 6 legislaturas, sempre no mesmo partido.

344 Decerto que contribuiu para a afirmação dessa realidade não apenas a força da ideologia projetada pelos recursos do marketing, mas também aquelas alterações realizadas na estrutura burocrática estatal, com maior controle dos gastos e de racionalização das políticas públicas, sugerindo mesmo o fim do clientelismo e de influências políticas na administração pública cearense. (...) Tudo isto gerou amplo reconhecimento da sociedade e foi determinante da hegemonia político-cultural da elite empresarial do CIC. (NOBRE, 2008, p. 145)

nista às práticas tradicionais da política e, especialmente, ao “tempo dos coronéis”.

Como bem traduziu Lamounier (1991. P. 51) ao analisar o pleito de 1990 no estado: “a clivagem básica da campanha foi muito mais do tipo moderno/arcaico do que esquerda/direita ou contra/a favor de Collor. Na verdade, Ciro Gomes (...) conseguiu reeditar a façanha de Tasso Jereissati nas eleições de 1986, pondo-se como porta-voz da modernidade e confiando Paulo Lustosa (...) ao papel de representante tardio do coronelismo”.

Passadas as convenções, a campanha foi para a rua e logo nas primeiras pesquisas ficou evidente a preferência do eleitorado pelo candidato governista. O principal efeito desses resultados foi o impacto sobre a estrutura de campanha dos oposicionistas. Em um período em que o financiamento das campanhas dependeu, fundamentalmente, das contribuições e doações de agentes privados e da capacidade de alavancar recursos dos próprios candidatos, uma chapa formada por servidores públicos, que saíram em situação de clara desvantagem, não tinha como competir com uma que teve apoio do governo e da maior parte do empresariado do estado.

Naqueles anos, as campanhas eleitorais permitiram a distribuição de bonés, camisetas e outros brindes aos eleitores. Além disso, uma campanha majoritária precisava de recursos para permitir aos candidatos se deslocarem rapidamente, pelo estado para visitarem o maior número possível de municípios, juntamente, com suas equipes e as equipes que realizavam o programa de televisão, outro custo elevado. Por fim, havia os “showmícios”.

No início dos anos 1990, com um crescente sentimento de insatisfação do eleitorado com a política e os políticos, atrair um elevado número de pessoas para ouvir os candidatos tornou tarefa desafiadora. Para enfrentar a restrição, os candidatos passaram a contratar shows de artistas de renome nacional e estadual para animarem os eventos políticos, onerando ainda mais as campanhas políticas.

Logo ficou evidente que a campanha da Coligação Ceará Verdade seria franciscana³⁴⁵. Tão franciscana que em uma das raras ocasiões que conseguiram alugar um avião para realizar vários eventos em um mesmo dia, quando os candidatos retornavam cansados, depois de uma maratona de reuniões, discursos e apertos de mãos, o candidato a senador, Paes de Andrade, que cochilou no assento da aeronave, acordou de um pulo e, olhando seriamente para Lustosa disse: Paulo, eu pensava que você era pobre. Mas você é um indigente! Todos no avião caíram na gargalhada.

Se de um lado a disputa colocava uma campanha rica versus uma franciscana, por outro lado as eleições colocaram a cidade de Sobral nos holofotes, ao antepor dois filhos daquela terra no páreo. Depois anos de pouca representatividade política, os sobralenses foram às urnas com a certeza de que, independentemente do resultado, a partir de 1991, o Ceará seria governado por um político sobralense³⁴⁶. O último daquela cidade que governou o estado foi o engenheiro João Tomé Sabóia e Silva, entre 1916 e 1919, ou seja, mais de 70 anos antes.

A campanha avançou e, a cada pesquisa que era divulgada, um baque para a coligação Ceará Verdade. No dia 2 de setembro, um mês antes das eleições, o IBOPE divulgou os resultados das pesquisas no estado, apontando o Ceará como um dos dezesseis estados que projetavam que as eleições para governador seriam definidas no primeiro turno. O Jornal O Globo repercutiu a análise, informando que no Ceará "Ciro Gomes, com 52% deve ganhar no primeiro turno, Paulo Lustosa está em segundo, com 22%" das intenções de voto³⁴⁷.

Além da dificuldade de apoio financeiro para a campanha, os resultados apontando para uma vitória cada vez mais certa do candidato tucano deixaram a candidatura de Lustosa

345 O Estado do Ceará, 18.02.16. Disputas eleitorais no Ceará (1990).

346 Sobral tem duas histórias, antes de Dom José e depois, só que antes, Sobral tinha gabarito político, e homens que amavam seu torrão natal, hoje em dia o descrédito é absoluto na classe política, que vaga no ostracismo de voto, e na demagogia de encher os seus bolsos às custas da pobreza já morta. (...). Já está na hora da virada, Ciro ou Paulo, serão o sal de nossa terra prometida de progresso, a princesa do norte, de Região já quase falida de homens e promettimentos demagógicos. (CORREIO DA SEMANA, 12/05/90). (SILVEIRA, 2013)

347 O Globo, 02.09.90. IBOPE: 16 Estados podem não ter 2º Turno.

fragilizada do ponto de vista político. Mesmo naqueles municípios em que o PFL e o PDS ganharam as eleições municipais de 1988, o apoio das lideranças migrou para o provável vencedor, até o ponto em que muitos antigos correligionários dos coronéis apoiavam abertamente o peessedebista³⁴⁸, sendo que Fortaleza foi, certamente, a situação mais delicada.

Com a saída de Ciro para a campanha, a prefeitura da capital passou para o comando do PMDB, partido que compunha a coligação e que, como o próprio prefeito Juraci Magalhães declarou, desde logo ele assumiu o apoio às candidaturas de Lustosa e Paes de Andrade³⁴⁹. A expectativa da Coligação Ceará Verdade era que, com apoio da administração municipal e de um contingente expressivo de vereadores³⁵⁰, a campanha oposicionista tivesse a possibilidade de rivalizar com a candidatura do tucano em Fortaleza, obtendo o apoio de parcela significativa do eleitorado da capital. Expectativa que foi flagrantemente frustrada³⁵¹.

As boas relações entre Juraci e Ciro, notadamente, com a equipe que ele havia montado, não permitiram que o prefeito entrante fizesse grandes mudanças nos quadros da prefeitura, de modo que, diretores de escolas, gestores de unidades de saúde, assistentes sociais e outros profissionais do município trabalharam a favor de Ciro Gomes de modo explícito, sem receio de qualquer retaliação por parte da gestão municipal.

Para agravar a situação, conforme aconteceu nas eleições para prefeito de dois anos antes, o desempenho do candidato do partido dos trabalhadores, em Fortaleza, ficou abaixo das expectativas iniciais. A união dos partidos de esquerda em torno

348 O baixo teor plebiscitário da campanha decorreu não apenas da continuidade dessa clivagem especificamente cearense, mas também das frágeis credenciais de Paulo Lustosa como representante das lideranças tradicionais (alguns que o apoiavam no início de fato o abandonaram no decorrer da campanha). (LAMOUNIER, 1991. p.51)

349 Folha de São Paulo, 12.08.96. Tocador de obras desbanca os tucanos.

350 Mais da metade – 21 dos 41 vereadores – apoia a candidatura de Paulo Lustosa (...); 11 a de CG (...) cinco estão com João Alfredo (...); dois ‘apoiam’ Aguiar Júnior, do PRN e dois declaram que ainda não têm candidato, no caso Samuel Braga e Heitor Férrer, ambos do PDT (...). (DIÁRIO DO NORDESTE, 08.07.1990. apud Nobre, 2008, p. 170)

351 Ciro tirou 367 mil votos, contra 162 mil de Paulo Lustosa, enquanto que o candidato ao Senado do PSDB, Beni Veras obteve quase 295 mil votos, contra os pouco mais de 150 mil de Paes de Andrade. João Alfredo teve 83.254 votos e Durval Ferraz quase 78 mil (Fonte: TRE/CE).

de um único candidato, inicialmente, projetou um bom resultado para João Alfredo na capital³⁵², mas tal desempenho acabou sendo frustrado.

O resultado das eleições, em Fortaleza, foi decisivo para a vitória em primeiro turno do candidato tucano. A capital, que sozinha representava um quarto do eleitorado do estado, deu a Ciro Gomes 60% dos votos válidos, o que em termos absolutos, representou quase 205 mil dos 408 mil votos de vantagem que o candidato do PSDB aplicou sobre Lustosa. A situação foi mais devastadora, quando se levou em consideração o potencial irradiador que uma campanha bem sucedida na capital tem sobre os demais municípios do estado, especialmente os da Região Metropolitana.

A atuação isenta da gestão municipal contrastou com a atuação do executivo estadual³⁵³ que investia, pesadamente, sobre as lideranças do interior do estado e repetiu as práticas da política tradicional que o movimento mudancista tinha criticado. Um a um, prefeitos de oposição³⁵⁴ e outros filiados aos partidos³⁵⁵ da Coligação Ceará Verdade foram cooptados para a

352 Nas eleições de 1988, o PDT, coligado com o PCdoB, teve 174 mil votos, enquanto o candidato do PT, coligado com PSB, PCB e PV, superou os 33 mil votos. Para Governador, João Alfredo, teve pouco mais de 83 mil votos.

353 "Certamente, contava para esse ritmo de adesões o fato de Ciro Gomes ser um candidato governista, o que foi reforçado, em vários momentos, quando ele acompanhava Tasso Jereissati em eventos de inauguração de obras, situações amplamente divulgadas nos jornais. A circunstância de ser governo, por sua vez, impôs a Ciro Gomes o esforço de resolver insatisfações que existiam nas bases aliadas, decorrentes do processo de modernização da máquina estatal". (Nobre, 2008, p. 169)

354 Ciro (...) recebeu (...) durante comício em Morada Nova as adesões da prefeita Auxiliadora Damasceno Girão, do PFL; Isaías Castro, irmão do ex-governador Manoel de Castro e de Xavier Andrade Girão e José Ossian Nântua – ambos disputam vagas na Assembleia. (...) 'A minha vida toda votei nos coronéis, mas hoje estou convencido de que não dá mais para continuar com eles', acrescentou Franciné Girão, candidato a deputado estadual. (DIÁRIO DO NORDESTE, 28.06.90. Apud Nobre, 2008, 167)

355 Gilberto Moita (...) trouxe consigo dez vereadores de Tianguá e o presidente municipal do PFL, Audir Nunes. João Nunes, por sua vez, outros sete vereadores (...) Líder político da região, João Nunes congrega as forças políticas de Américo Nunes e José Bia que, nas eleições de 1988, disputaram as eleições pelo PMDB, concorrendo com o atual prefeito Gilberto Moita (...) Admitiu ainda: 'Essa admiração estendeu-se ao governador TJ, que faz um governo sério, levando aos nossos municípios obras da maior importância (...) João Nunes, ressaltando ser pensamento da sua família, disse (...) 'CG tem a melhor proposta de governo e representa a sequência de um trabalho que venceu velhos vícios da nossa política, garantindo competência, moralização e visão social para o Estado'. (DIÁRIO DO NORDESTE, 13.07.90, apud Nobre, 2008, pg. 168)

base governista e passaram a apoiar a candidatura Ciro Gomes, fazendo com que as eleições de 1990 fossem definidas como "a primeira e última investida de representantes de grupos políticos tradicionais em se organizar como força de oposição ao tassismo" (Vasconcelos, 2004).

No dia 3 de outubro, os dois principais candidatos fizeram o mesmo percurso, embora com sentido inverso. Enquanto Lustosa começou o dia em Sobral onde voltou e depois voltou para Fortaleza para acompanhar o resultado das eleições, Ciro votou em Fortaleza e depois seguiu para a zona norte. As pesquisas de boca de urna já apontavam para a vitória do tucano no primeiro turno, com 54% a favor do candidato do PSDB, contra 30% das intenções de voto para Paulo Lustosa.

Mesmo reconhecendo a superioridade da candidatura governista, Lustosa e seus correligionários mantiveram a esperança de conseguir levar a disputa para o segundo turno. Quando se consideravam os votos totais, incluindo os brancos e nulos, Ciro Gomes tinha entre 40% e 45% da intenção dos eleitores, além de uma pequena parcela de indecisos que permitiu aos opositores sonharem com uma disputa mano a mano no segundo turno.

A esperança não resistiu aos primeiros anúncios de resultados da eleição. A primeira urna aberta, de Guaramiranga, um pequeno município da região do Maciço do Baturité, apontou um resultado tão favorável a Ferreira Gomes que, como uma ducha de água fria, acabou com a resistência dos adversários do governo das mudanças. Ciro Gomes obteve 54% dos votos válidos, contra 37% de Paulo Lustosa, consagrando sua vitória no primeiro turno. O PSDB também elegeu com facilidade o senador Beni Veras, com 53% dos votos válidos, contra 38% de Paes de Andrade.

A vitória do governo, porém, não foi tão esmagadora: a Coligação Ceará Verdade conseguiu eleger 10 deputados federais³⁵⁶ e 17 deputados estaduais, enquanto que a coligação

356 O PFL e o PMDB elegeram quatro deputados federais cada, enquanto que o PDS elegeu dois. O PSDB elegeu sete, o PDT, dois, e o PDC, um. Os outros dois deputados foram eleitos pelo PSB, da coligação Frente Ceará Popular. O PSDB também formou a maior bancada de estaduais, com 18 parlamentares eleitos. O PFL fez a segunda bancada, legendando seis estaduais.

de Ciro elegeu o mesmo número de federais e 25 estaduais, o que, pelo menos em tese, garantiu representatividade política às oposições e obrigando o governo Ciro a dialogar com a assembleia.

O desempenho de Lustosa, também, foi o melhor desempenho de todos os candidatos opositores ao governo da mudança, iniciado por Tasso Jereissati em 1986. Apesar da derrota em primeiro turno, Lustosa venceu Ciro em 45 municípios, ou quase 25% das cidades do Ceará, incluindo Juazeiro do Norte e Crato³⁵⁷. Entre 1986 e 1998, apenas Aduino teve desempenho melhor que o dele, no percentual de municípios em que venceu, sendo o mais votado em 28,3% dos municípios do estado (Nobre, 2008, p. 85). Entretanto, entre 1986 e 1990 vários municípios foram criados, em termos absolutos, o Coronel foi vencedor em 41 cidades, quatro a menos que Lustosa.

Nas quatro eleições, Lustosa foi o candidato de oposição que perdeu por menor diferença entre aqueles que se opuseram ao "tassismo". Em pontos percentuais, a diferença entre Tasso e Aduino (1986) foi de 26,2 pontos percentuais. Nas eleições de 1994, Juraci perdeu para Tasso por 17,7 pontos e em 1998 Totó perdeu por 40,8 pontos para Tasso, que buscava a reeleição. Lustosa perdeu para Ciro por 17,4 pontos percentuais.

Em Sobral, terra dos dois candidatos, foi prevista, uma eleição acirrada. Lustosa encerrou sua campanha em enorme showmício, em frente ao arco do triunfo para uma multidão de sobralenses que tinham a certeza de que o próximo governador seria de lá. A tensão e a disputa fizeram com que a Princesa do Norte fosse a única cidade do estado a receber o apoio de tropas federais para as eleições de 1990³⁵⁸. Ao final, Ciro saiu vencedor, derrotando Lustosa por 970 votos, ou seja, pouco mais que 1,8% dos votos válidos do município.

357 Aduino venceu em 41 municípios, Lustosa em 45, Gonzaga Mota em 28 e Juraci Magalhães, em apenas 3, sendo que um deles foi Fortaleza.

358 O Globo, 21.09.90.

Rescaldos da Eleição.

Em que pesassem as declarações de afastamento do presidente, por parte dos membros da Coligação Ceará Melhor, a vitória de Ciro foi considerada pela mídia nacional uma vitória de Collor³⁵⁹. Na verdade, como apontou Bolívar Lamounier, o posicionamento a favor ou contra o governo federal teve pouca relevância na disputa estadual, ainda que, no final, a candidatura de Ciro fosse aquela “menos rejeitada” pelo palácio do planalto³⁶⁰.

A vitória do projeto mudancista determinou o início da hegemonia do grupo ligado ao governador Tasso Jereissati na política estadual, entretanto, esta eleição, também, representou o momento em que o grupo de jovens empresários reconheceu a necessidade de adotar práticas tradicionais da política cearense, visando de manter sua hegemonia³⁶¹, consolidando as relações com grupos conservadores da política cearense com o custo de se afastarem daqueles mais modernos, inclusive, de membros do próprio CIC e do movimento pró-mudanças, como o empresário Amálio Macêdo (AQUINO, 2000).

Derrotado, Lustosa assistiu ao Partido da Frente Liberal do Ceará ir, pouco a pouco, minguando, com muitas de suas lideranças aderindo ao governo e abandonando a legenda, embora o partido tenha se mantido na oposição³⁶². No plano nacional, o PFL aproximou-se cada vez mais, do PSDB, especialmente, depois do impeachment do presidente Collor e a ascensão do

359 O Globo, 04.10.90. Governo Comemora Vitórias nas Urnas.

360 Em 1990, Ciro Gomes não chegava a ser o candidato de Fernando Collor, mas era mais próximo que o opositor Paulo Lustosa então no PMDB, que dirá do então petista João Alfredo. <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/politica/2018/01/veto-de-tasso-a-bolsonaro-pode-ser-pretex-to-que-wagner-queria.html>

361 “(...) o ponto mais importante para aquela vitória eleitoral, além das referidas divergências internas que ocorreram entre os setores conservadores e os de esquerda, estava relacionado ao caráter governista do candidato Ciro Gomes. Naquela altura, o grupo do CIC já havia encampado diversas lideranças oriundas de outros partidos no PSDB, o que corrobora com a tradição histórica da política no Brasil”. (Nobre, 2008, p. 171).

362 O PFL e PMDB mantiveram a aliança oposicionista nas eleições de 1994 (PMDB, PFL, PPR, PP e PSD), em 1998 (PMDB, PFL, PRN, PSC, PST, PSL, PAN e PSDC) e 2002 (PMDB e PFL). Somente nas eleições de 2006 esses partidos seguiram caminhos separados: o PFL apoiou o candidato do PSDB à reeleição, Lúcio Alcântara, enquanto o PMDB apoiou o candidato do PSB, Cid Gomes.

partido tucano no poder com o apoio dado ao governo Itamar Franco, o que constituiu risco de eventual intervenção nacional nas iniciativas locais.

Lustosa sendo uma das principais referências da oposição do estado e buscando preservar sua posição de distanciamento com o PSDB e o tassismo, em 1991, ele saiu do partido que ajudara a criar sete anos antes e filiou-se ao PMDB, sendo candidato por esse partido por mais três oportunidades. Em 1994 e 1998 candidatou-se a deputado federal, tendo ficado na suplência, nas duas ocasiões. Em 1995, assumiu a vaga na Câmara Federal, onde cumpriu seu terceiro mandato. Nas eleições de 2002, aceitou concorrer, mais uma vez, ao senado federal, numa disputa que também não teve sucesso.

Naquele ano, mais uma vez repetiu-se a coligação PMDB-PFL em torno da candidatura do senador Sérgio Machado, que rompeu com Tasso Jereissati. Os candidatos naturais da coligação às duas vagas ao senado foram Eunício Oliveira (PMDB) e Moroni Torgan (PFL), mas ambos preferiram a segurança da eleição à Câmara dos deputados, considerando que enfrentariam Tasso Jereissati e Patrícia Sabóia para o senado.

Depois de dezesseis anos de domínio, a hegemonia da geração CIC viu-se ameaçada nas eleições para governador e, por muito pouco, o candidato do grupo, o senador Lúcio Alcântara, não foi derrotado pelo petista José Airton Cirilo, apoiado no segundo turno pelo PMDB. Como esperado, Lustosa não se elegeu, mas nem por isso abandonou a política.

Membro ativo do PMDB, Lustosa presidiu a Fundação Pedroso Horta³⁶³ entre 1997 e 1999, participando de momentos decisivos da vida partidária, tanto no plano nacional quanto no estadual. As eleições, de 2002, aproximaram o PMDB do Ceará do governo Lula, pois o apoio do partido ao candidato petista no plano estadual e a atuação de sua bancada federal no congresso abriram espaços para o PMDB cearense no governo federal.

363 A Fundação Pedroso Horta é órgão responsável pelo pensamento e pela formação política dos quadros do PMDB. Atualmente é chamada de Fundação Ulysses Guimarães.

No início de 2004, assumiu a secretaria executiva do ministério das Comunicações em função da indicação, pelo PMDB, do deputado cearense Eunício Oliveira para ocupar o cargo de ministro. No ano seguinte, também, por indicação do partido, tornou-se presidente da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA-, de onde participou, pela última vez, de uma campanha eleitoral. Em 2006, lançou seu filho mais velho a candidatura para deputado federal pelo PMDB e apoiou a candidatura de Cid Gomes (PSB) para governador, em oposição ao PSDB, ajudando a eleger os dois.

3 Promoção da Cidadania

A AGENDA ERA A MESMA: PROMOÇÃO DA CIDADANIA, MAS SEMPRE SE REINVENTANDO

Dentre as características que mais se destacaram na vida profissional de Lustosa, duas foram fundamentais para entender seu sucesso e suas decepções. De um lado, uma disposição obsessiva para o trabalho, dedicando-se sempre, de modo obstinado aos seus projetos e objetivos. Decidido, impositivo, dedicado, capaz de "tratorar" os obstáculos, foram suas marcas.

A outra era a inventividade. Por menor ou aparentemente menos importante que fosse o cargo, ou as condições de trabalho que lhe foram ofertadas, Paulo Lustosa foi capaz de se reinventar, identificar oportunidades, enxergar espaços políticos que ninguém tinha reconhecido por valorosos e ocupá-los, aproveitando-se dessas oportunidades para aparecer. Como uma vez disse Dona Luíza Távora, deem ao Paulo um telefone e um birô, que ele transforma em um ministério.

Somado à inquietude que, muitas vezes o transformou em dissidente e contestador, essas outras duas características resumem, de forma essencial, sua trajetória profissional e política. Criado nos assentos da tecnocracia do Banco do Nordeste, experimentado nas disputas eleitorais, atuante nos colegiados do Legislativo Nacional, além de Secretário de Planejamento e Ministro da Desburocratização. Lustosa foi presidente do CEBRAE, secretário de Indústria e Comércio do Maranhão, secretário executivo do ministério da Integração Regional e do ministério das Comunicações e presidente da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA.

Como poucos, ele soube aproveitar cada centímetro de espaço político, cada pequena oportunidade que lhe era dada, para se reinventar e se reconstruir profissional e politicamente, explicando a longa vida pública em um estado onde, para a grande maioria, escolher ficar oposição foi sinônimo de ser descartado da vida política.

A longevidade política, também, pôde ser associada à sua capacidade de identificar, em qualquer cargo que ocupasse, a possibilidade de orientar sua estratégia de ação a uma agenda muito coerente, embora diversificada. Desde sua atuação parlamentar, suas posições estiveram orientadas pelo reconhecimento da importância estratégica que o fortalecimento da cidadania teve para o momento que o País atravessava.

Fosse quando dos debates, no plenário, em favor de melhores condições salariais, antagonizando o governo militar; fosse na adesão às Diretas e no apoio à candidatura de Tancredo; ou ainda quando propôs a criação da Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara, sua ação girava em torno de uma proposta de "Brasil cidadão". Não à toa, quando convidado para ocupar os postos e cargos que ocupou, ao longo de sua vida pública, foi essa a lógica que sempre presidiu suas escolhas.

Entre os muitos cargos que ocupou, talvez, em três deles, seja por sua importância relativa, seja por sua projeção nacional, a opção preferencial pela promoção da cidadania teve ampla divulgação e visibilidade: o período à frente do ministério da Desburocratização e as presidências do CEBRAE e da FUNASA.

A REVOLUÇÃO DA CIDADANIA NA REPÚBLICA DOS ALVARÁS³⁶⁴.

Ativo participante da vitoriosa campanha de Tancredo Neves, Paulo Lustosa foi escolhido pelo presidente para compor a equipe ministerial, sendo indicado para ocupar a pasta da Desburocratização e Desestatização, e recuperou o seu status de ministério³⁶⁵, depois que, ainda durante o governo Figueiredo, o órgão tinha perdido essa condição com a saída do ministro Hélio Beltrão.

Inicialmente, o programa e o seu status de ministro foram unidos ao DASP, transformando-se no Ministério da Administração, que foi prometido para Aluizio Alves, do Rio Grande do Norte. Depois de festejar a solução proposta por Tancredo³⁶⁶, coube ao próprio futuro ministro anunciar que o presidente eleito admitiu a possibilidade de "reativar o Ministério da Desburocratização atribuindo-lhe a tarefa de descentralização e desestatização³⁶⁷".

Lustosa assumiu um ministério sem pasta. E, em que pese à necessidade de aprimoramento do aparelho do Estado, por meio de medidas que reduzissem a burocracia estatal e que diminuíssem o tamanho da estrutura governamental, tais atividades talvez não justificaram a criação de um ministério, parecendo mais um esforço para a acomodação de diferentes correntes políticas (Piquet Carneiro, 1994, p. 21).

Ademais, naquele momento o DASP que, assim como a chefia do Programa Nacional de Desburocratização, era um cargo de assessoramento direto à presidência da república, também ganhou status de ministério, o que aumentou o risco de superposição de tarefas e, conforme se mostrou mais adiante, conflitos de competências entre seus titulares.

364 Título do livro publicado por Lustosa em 1989 em que explicita sua visão das relações entre a burocracia e os obstáculos ao exercício da cidadania.

365 Decreto 83.740 de 1979 criou o Programa Nacional de Desburocratização.

366 O Globo, 09.03.85. Aluizio Emplaca.

367 O Globo, 12.03.85. Reativada, Desburocratização pode ser da Frente.

Além da condição adversa para a organização de um Ministério sem qualquer estrutura, os problemas de saúde do presidente Tancredo Neves o obrigaram a se submeter a uma cirurgia em caráter de emergência, e o impediram de tomar posse no dia 15 de março³⁶⁸, complicando o quadro político da nova república e deixando toda a administração federal sem norte, naqueles momentos iniciais.

José Sarney, vice presidente eleito, foi quem prestou juramento perante o Congresso Nacional e, a partir de então, no exercício interino da presidência, conduziu a transição democrática com extrema cautela, estabeleceu as primeiras diretrizes para o novo governo, com uma equipe que não foi escolhida por ele, enquanto aguardava a recuperação e o retorno do presidente eleito.

Os dias que se seguiram à posse foram dedicados ao acompanhamento da evolução do quadro de saúde de Tancredo³⁶⁹. Sua posse e a retomada das atividades foram anunciadas pelos médicos mais de uma vez ao longo do mês de março³⁷⁰ e, mais de uma vez, a equipe médica voltou atrás provocando, além da consternação de toda uma Nação, uma falta de definição administrativa que, obviamente, provocou uma grande paralisia no governo federal.

Lustosa, entretanto, não se intimidou. No dia 8 de abril, esteve com Sarney no Palácio do Jaburu e, mesmo com as limitadas condições do ministério que assumiu, aproveitou-se das iniciativas herdadas de seu antecessor e confirmou com o presidente, em exercício, a agenda para a sua pasta.

Em entrevista dada na saída do encontro, Paulo Lustosa destacou os programas de ação de sua pasta: discussão da implantação do Juizado de Pequenas Causas, implantação de delegacias de Economia Popular em todos os estados, reordenamento da ação dos órgãos federais em defesa do consumidor, descentralização administrativa do país, incluindo a municipa-

368 O Globo, 15.03.85. Tancredo, operado de emergência, passa bem; Sarney tomará posse.

369 O Globo, 21.03.85. Tancredo é novamente operado e médicos se declaram satisfeitos.

370 O Globo, 23.03.85. Cirurgião: Tancredo pode tomar posse na sexta feira.

lização e valorização das ações do parlamento, implantação do Estatuto da Microempresa em todo País e ação para libertar a atividade econômica de pressões e Portarias, a fim de obter melhor funcionamento da estrutura econômica³⁷¹”.

Paralelamente, Lustosa procurou dar sentido prático às iniciativas da desburocratização por meio de ações articuladas com seus companheiros de partido no ministério, Aureliano³⁷² e Marco Maciel³⁷³.

Mas, a atenção de todos continuou voltada para a saúde de Tancredo. Na medida em que o mês de abril avançava, mais claro ficou que eram vãs as esperanças de retorno do presidente³⁷⁴. No dia 21 de abril, um país em choque recebeu a notícia da morte de Tancredo. Os dias que se seguiram foram de dor³⁷⁵ pela perda e de apreensão pelas incertezas e desafios que Sarney e a nova república precisariam superar³⁷⁶. Por dolorida que foi, a morte de Tancredo obrigou que a equipe assumisse suas pastas, colocando o governo para funcionar.

Ao ser instado a definir qual seria a sua estratégia de ação à frente da pasta da Desburocratização, Lustosa teria afirmado que estava ali “comprando abacaxis”, por entender que o ministério que acabava de assumir, deveria avocar para si temas que pela sua natureza e “por serem de todos”, correram o risco de não serem de ninguém: defesa das microempresas, desregulamentação da economia, reforma tributária, autonomia dos municípios, recadastramento eleitoral e defesa do consumidor.

Analisando retrospectivamente, é possível deduzir que os abacaxis, em questão, eram de todos porque tratavam das relações entre o Estado e a cidadania. A defesa do tratamento diferenciado às empresas de pequeno porte; a gestação de uma política que defendesse os direitos dos consumidores e os embates em prol de uma maior descentralização das políticas públicas

371 O Globo, 08.04.85.

372 O Globo, 30.03.85. Protótipo da Desburocratização.

373 O Globo, 11.04.85. Lustosa quer uniformes e livros mais duradouros.

374 O Globo, 19.04.85. Não há mais esperança.

375 O Globo, 23.04.85. No adeus a Tancredo, dois milhões de paulistas.

376 O Globo, 23.04.85. No Congresso, o sentimento dos brasileiros: tristeza e desalento.

com engajamento nos movimentos municipalistas³⁷⁷ tiveram como premissa um Estado mais transparente e mais próximo da população era condição necessária para fortalecer a cidadania e consolidar a democracia no país.

No quesito municipalismo, a experiência de Lustosa com a máquina pública e levantamentos realizados pelo ministério evidenciavam que a maior parte dos recursos aplicados pelo governo federal nos municípios não chegava aos destinatários das políticas públicas por se perderem nos "caminhos obscuros e na burocracia³⁷⁸". Isto só reforçava seu entendimento de que a descentralização de atribuições e de recursos era fundamental para o desenvolvimento equilibrado do país³⁷⁹.

Serviços mais próximos do cidadão tenderam a ampliar o controle das políticas públicas pela sociedade, contribuindo para reduzir desperdícios e aumentar a eficiência do gasto. Para tanto, reconheceu o ministro, que era importante associar aos processos de descentralização, políticas voltadas para o fortalecimento da estrutura municipal³⁸⁰, capacitando-os para o desempenho de tais atribuições.

Com esse espírito, quando os órgãos da área econômica começaram a discutir uma reforma tributária, Lustosa propôs que os recursos que os ministérios aportavam, para os municípios fossem transferidos, diretamente, sem necessidade de intermediação burocrática. A proposta não foi aceita. Entretanto, anos depois, com a estruturação dos fundos setoriais, a educação, a saúde e assistência social passaram a repassar a maior parcela dos recursos aos municípios nesse formato.

Esse caso é apenas um exemplo da diversidade de temas que a natureza inquieta de Lustosa trouxe para a pasta da Desburocratização. Inquietude essa que, no período à frente do ministério, levou-o a entrar em choque com colegas de Ministério e ser sujeito de críticas por posicionamentos que, na visão de

377 O Globo, 07.10.85. Reforma Tributária.

378 O Globo, 09.08.85. Lustosa: Verbas não chegam aos municípios.

379 O Globo, 24.09.85. Representando o Presidente Sarney no 27º Congresso Mundial de Municípios, Lustosa defendeu que descentralização do Poder é forma de Desenvolvimento.

380 O Globo, 12.04.85. Identidade.

seus antagonistas, extrapolaram a competência da pasta³⁸¹, a exemplo de, quando defendeu que, na reforma tributária, fosse estabelecido uma tributação mais alta sobre heranças e doações³⁸².

Lustosa, também avançou em áreas concorrentes às de seus colegas quando propôs a simplificação e desburocratização dos pagamentos de pensão para "pessoas inválidas, carentes ou com mais de 60 anos³⁸³"; na implantação do projeto Fala Cidadão; na defesa do recadastramento eleitoral; ou ainda quando tentou "descomplicar" o formulário para a declaração do Imposto de Renda³⁸⁴. Muitas dessas ideias não prosperaram naquele momento, às vezes por serem inovadoras e muito à frente do seu tempo, mas deixaram sementes que depois frutificaram e se converteram em bem sucedidas políticas públicas.

Fala Cidadão e Recadastramento Eleitoral, o cidadão em primeiro lugar.

O caso do Fala Cidadão, talvez, tenha sido um dos mais emblemáticos exemplos de iniciativas de promoção da cidadania que, se no primeiro momento, enfrentaram resistências e sofreram para se consolidar dentro do aparelho do Estado. Com o tempo foram institucionalizados, passaram a representar um mecanismo efetivo de exercício da cidadania e se converteram em elementos indispensáveis relações entre estado e sociedade.

Lançado em setembro de 1985, pelo ministério da Desburocratização, em 19 cidades³⁸⁵, o programa visava à criação de um canal de comunicação direta entre a população e o governo federal. A iniciativa, rapidamente, atraiu a atenção de "brasileiros e brasileiras" e o balanço realizado em dezembro daquele ano, apontou que em três meses de existência o programa re-

381 O Globo, 19.09.85. Além dos Sapatos.

382 O Globo, 17.09.85. Lustosa propõe a Sarney aumento da alíquota para heranças e doações.

383 O Globo, 10.09.85. Lustosa quer simplificar o pagamento de pensões.

384 O Globo, 20.09.85. Lustosa estuda nova fórmula para facilitar formulário do Imposto de Renda em 86.

385 O Globo, 03.09.85. Fala Cidadão chega a 19 cidades a partir de amanhã.

cebeu 5.222 reclamações, em um país onde boa parte da população só teve acesso aos serviços de telefonia fixa, usando os famosos "orelhões".

O mesmo balanço indicou que no quesito "compromisso dos órgãos governamentais em responder prontamente aos cidadãos", o programa chegou ao final do ano sem alcançar os resultados esperados. De acordo com o levantamento realizado pelo ministério da Desburocratização, pouco mais de 20% das reclamações encaminhadas aos ministérios foram respondidas³⁸⁶. Apesar do baixo grau de adesão dos demais ministérios à iniciativa, a proposta por trás do Fala Cidadão lançou as bases para discussões que levaram à criação das ouvidorias no setor público brasileiro.

Dez anos depois do programa Fala Cidadão, a ouvidoria Geral da República foi criada vinculada ao ministério da Justiça³⁸⁷. Foram necessários outros 20 anos para que a Lei nº 13.460/17 fosse aprovada, reconhecendo os direitos dos cidadãos como usuários dos serviços prestados pelo governo federal e instituindo o sistema de ouvidoria do governo federal.

Destino similar teve a proposta do ministério da Desburocratização relativa à reorganização dos mecanismos de alistamento eleitoral, com a sugestão de Lustosa de extinguir o título eleitoral.

Lustosa propõe a extinção do título de eleitor.

Logo no início do governo, diante de uma série de denúncias de fraudes nas eleições anteriores, Lustosa levou ao presidente Sarney a proposta de realizar um recadastramento eleito-

386 O Globo, 13.12.85. Ministros não atendem os apelos do Fala Cidadão.

387 No Brasil, o surgimento da ouvidoria remete à administração colonial, quando foi nomeado o primeiro Ouvidor Geral. Com a Independência do país, em 1822, esse instituto foi extinto. A palavra Ouvidoria viria a ressurgir no movimento pela redemocratização na década de 1980, com um novo significado: para caracterizar um órgão público responsável por acolher as expectativas sociais e tentar introduzi-las junto ao Estado. A primeira ouvidoria pública brasileira foi criada em 1986, no município de Curitiba. Em 1995, foi criada a Ouvidoria Geral da República no Ministério da Justiça. Disponível em <https://ouvidorias.gov.br/cidadao/conheca-a-ouvidoria/historia-das-ouvidorias>

ral³⁸⁸, com sistemas informatizados, com o objetivo de “limpar o quadro votante de eleitores fantasmas³⁸⁹”.

Originalmente, a proposta era trocar os antigos títulos em papel por cartões magnéticos. Entretanto, ao perceberem-se as possibilidades dos sistemas informatizados e a forma como Lustosa passou a conceber o recadastramento dos eleitores brasileiros modificou-se e, como interpretou um jornal de circulação nacional, para o Ministro o título de eleitor estaria “com os dias contados³⁹⁰”.

Tomando contato com as novas tecnologias disponíveis, Lustosa passou a defender uma proposta de recadastramento eleitoral que permitisse, entre outras coisas, que o eleitor, munido de qualquer documento de identificação com foto, pudesse se apresentar para votar no dia da eleição sem, necessariamente, dispor do título.

A proposta de recadastramento, logo encampada por Sarney, desencadeou uma enorme disputa com o ministério da Justiça e com o SERPRO, por variadas razões. De um lado, o ministro Fernando Lyra entendeu que esta deveria ser atribuição da sua pasta³⁹¹, em função de sua interseção com a justiça eleitoral e, logo encampou a proposta do SERPRO³⁹², que vindo no serviço, mais uma possibilidade de negócio apresentou-se para realizar o recadastramento eleitoral e gerenciar o banco de dados que dali nasceria.

Lustosa defendeu o recadastramento eleitoral como um esforço para facilitar o acesso dos cidadãos ao direito de votar, conseqüentemente, atribuição indiscutível do programa nacional de Desburocratização e, por achar a proposta do SERPRO, extremamente, cara e concentradora, propôs uma estratégia descentralizada, com a participação de empresas estaduais e

388 O Globo, 10.05.85. Eleitorado será Recadastrado.

389 O Globo, 05.04.86. Degola do Fantasma.

390 O Globo, 20.09.85. Fim do Título.

391 O Globo, 03.08.85. Lyra não briga, mas ainda acha que cadastro eleitoral é com a Justiça.

392 O Globo, 26.05.85. SERPRO vai recadastrar eleitores.

municipais de processamento de dados³⁹³ para dar mais eficiência e maior agilidade ao processo de implantação e gestão do serviço.

Temendo por atrasos na solução da questão e tentando superar a disputa entre os dois ministros³⁹⁴, Sarney criou uma comissão encarregada de realizar os estudos para o projeto, presidida por Lustosa, mas com membros dos dois ministérios e representantes de outros setores interessados³⁹⁵. O colegiado não produziu o resultado esperado. Lyra jamais indicou o representante do seu ministério para a comissão³⁹⁶ e, em conjunto com o SERPRO, deu sequência aos estudos e à elaboração do projeto do MJ, independentemente, daquilo que foi discutido pela desburocratização.

Àquela altura, qualquer esforço de recadastramento de eleitores só seria viável às eleições previstas para 1986, uma vez que para as eleições das capitais para novembro daquele ano, mesmo que Justiça e Desburocratização tivessem chegado a um acordo, não havia prazo factível. Preocupada com o andamento dos trabalhos, a comissão interpartidária para as reformas eleitoral e partidária do congresso nacional se posicionou, favoravelmente ao recadastramento para o 1986³⁹⁷ e passou a demandar do executivo a sua proposta.

Atento à estratégia protelatória adotada por Lyra, Lustosa decidiu que a comissão iria funcionar com ou sem a representação do Ministério da Justiça³⁹⁸ e também elaborou o projeto do Ministério da Desburocratização, que foi apresentado ao Presidente, que garantiu os recursos necessários para a sua realização³⁹⁹. Na reunião, a possibilidade de substituição do título pela carteira de identidade foi discutida, mas não se chegou a uma definição sobre tal encaminhamento.

393 O Globo, 31.07.85. Lustosa já prepara ofensiva contra o recadastramento eleitoral pelo SERPRO.

394 O Globo, 21.07.85. Disputa entre Ministérios faz Cadastro Eleitoral atrasar.

395 O Globo, 17.07.85.

396 O Globo, 25.07.85. Cadastro Eleitoral.

397 O Globo, 18.09.85. Interpartidária é por Recadastramento para 86.

398 O Globo, 04.08.85. Quebra do Monopólio.

399

Vendo que não saia acordo entre seus ministros e querendo evitar um desgaste desnecessário para o poder executivo, em reunião com o ministro Nery da Silveira, Sarney convidou o Tribunal Superior Eleitoral -TSE- para assumir a tarefa⁴⁰⁰, alegando, entre outras coisas, isenção política da Corte, visto que os ministros, em disputa, tinham suas lealdades partidárias, o que poderia ser objeto de futuros questionamentos, quaisquer que fossem as escolhas.

Em meados de novembro, falando em nome do presidente Sarney, Lustosa foi ao ministro Nery da Silveira, presidente do Tribunal Eleitoral, para discutir sua proposta⁴⁰¹. Dias depois, foi a vez de Fernando Lyra buscar o presidente do TSE para apresentar a sua. No final, coube a Silveira definir a estratégia que foi adotada.

Descartando a possibilidade de extinção do título de eleitor e afirmando que o processo se iniciaria pelas cidades, onde as denúncias de fraude tinham sido maiores⁴⁰², o ministro disse que o TSE pretendia apropriar-se de elementos das duas propostas, aproveitando os serviços de todas as empresas públicas, em condições de garantir qualidade e segurança no serviço de processamento de dados, o que obviamente, colocou o SERPRO em "primeiro plano".

No caso do título eleitoral, o tempo e a evolução da tecnologia de processamento de dados e de comunicação acabaram por viabilizar a proposta de Lustosa. Não se pode esquecer que, em 1985, nem o gabinete da presidência dispunha de ferramentas informatizadas para, por exemplo, ajudar o presidente a acompanhar a execução das ações do governo⁴⁰³. Duas décadas, ou mais depois, o eleitor, sabendo sua zona e seção, pode se apresentar para votar munido, apenas, de seu RG ou carteira de motorista.

400 O Globo, 08.11.85. Sarney decide que TSE fará o recadastramento eleitoral.

401 O Globo, 13.11.85. Lustosa apresenta projeto de recadastramento ao TSE.

402 O Globo, 12.11.85. Recadastramento vai começar por onde denúncias são maiores.

403 O Globo, 12.12.85. "Ontem o Ministro Paulo Lustosa, sugeriu ao Presidente Sarney que instale um computador em seu gabinete para acompanhar os programas de governo".

Na Desburocratização, a invenção da defesa do consumidor.

Com a intenção de definir esferas distintas de atuação em relação ao Ministério da Administração, logo nas primeiras entrevistas, depois de ter seu nome confirmado para compor o ministério, Paulo Lustosa apressou-se em definir, objetivamente, os principais focos de atuação de sua pasta, e apontou, em primeiro lugar, a defesa do consumidor⁴⁰⁴, estabelecendo entre outras ações o apoio à disseminação dos juizados de pequenas causas o país, especialmente, nas regiões Norte e Nordeste⁴⁰⁵.

Ainda, em 1981, Lustosa aproximado-se do tema da defesa do consumidor, articulando a estruturação de órgãos voltados a tratar da matéria, tanto no partido como na Câmara. Do lado partidário, Lustosa propôs a Sarney, então presidente do PDS, a criação de um departamento de Economia e Defesa do Consumidor⁴⁰⁶, para atuar de modo similar ao do já existente departamento trabalhista do partido. Na câmara, Lustosa articulou a criação de uma comissão permanente de defesa do consumidor.

Se do lado do partido a proposta não avançou, no Legislativo a ideia foi bem acolhida e, ainda, em maio daquele ano começou a funcionar a comissão de Defesa do Consumidor⁴⁰⁷, inicialmente, presidida pelo baiano Stoessel Dourado. No ano seguinte, o último de sua primeira legislatura, Lustosa assumiu a presidência da dita comissão.

Ao chegar ao ministério, três anos depois, foi-lhe recomendado pelo próprio Tancredo Neves que levasse a questão para o escopo de sua pasta (AMARAL, 2010) e, apoiado no status ministerial, desse maior visibilidade e efetividade à temática. A morte do presidente poderá significar um retrocesso nessa diretriz, pois Sarney apontou outras prioridades para a Desburocratização.

404 O Globo, 13.03.85. Lustosa agirá em defesa do consumidor.

405 O Globo, 22.03.85. Pequenas Causas: Norte e Nordeste ganham juizados.

406 O Globo, 09.04.81. Lustosa quer órgão do PDS para defesa do consumidor.

407 O Globo, 09.04.81. Funciona em maio a Comissão de Defesa do Consumidor.

Não apenas o presidente endossou a agenda, e 1985 foi marcado pelo fortalecimento do movimento internacional em defesa dos consumidores, a Organização das Nações Unidas -ONU- aprovou uma resolução que estabeleceu um conjunto de diretrizes voltadas para a implementação, em escala global, de políticas garantidoras dos direitos dos consumidores e apelou aos governos que atuassem de forma decisiva na consecução dessa meta⁴⁰⁸.

Com uma atuação voltada a estruturar o aparelho do estado para a proteção dos direitos do consumidor, Lustosa investiu na articulação junto a governos estaduais e municipais, visando estimular a criação de juizados de pequenas causas e demais estruturas necessárias para atuar na defesa dos consumidores⁴⁰⁹.

Ele também orientou suas baterias para o governo federal. Entre outras propostas, o ministério da Desburocratização, depois de identificar a existência de 21 organismos na estrutura federal relacionados com direitos do consumidor, passou a defender a necessidade de uma melhor coordenação entre suas ações, garantindo que os consumidores estivessem efetivamente protegidos⁴¹⁰.

Buscando criar um aparato capaz de dar suporte aos consumidores, Lustosa foi em busca de experiências que pudessem ganhar escala nacional. Entre outras, a atuação do Serviço Especial de Defesa Comunitária -DECOM- do Ministério Público de Santa Catarina, que ganhou visibilidade nacional em função de sua atuação na repressão aos especuladores, durante a tragédia provocada pelas enchentes no vale do Itajaí chamou sua atenção. Lustosa recomendou a todos os governadores que apoiassem a criação de serviços especializados de defesa do consumidor, nos moldes do catarinense, surgindo aí o embrião

408 Resolução nº 39-248 de 1985 que estabelece Diretrizes para a Proteção do Consumidor.

409 O Globo, 08.05.85. Até julho, Desburocratização criará programa para atuação no País todo.

410 O Globo, 20.04.85. Lado do Consumidor.

dos futuros PROCONs. O Ceará foi o primeiro estado da federação a seguir sua sugestão⁴¹¹.

A mera disseminação do modelo catarinense não era suficiente. No início de maio, ficou claro que ademais criação das estruturas (juizados, delegacias⁴¹², DECONs, PROCONs), conforme Lustosa defendeu em encontro realizado na OAB, no Rio de Janeiro, houve a necessidade de formular uma política nacional voltada para a defesa do consumidor⁴¹³, que desse o respaldo legal e institucional à atuação dos órgãos e das estruturas que estavam sendo implantados.

No mesmo evento, Lustosa apontou como “primeira tarefa, dentro do Plano Nacional de Desburocratização, a consolidação da legislação existente e a criação de um conselho nacional”, pois, não fazia sentido avançar no desenho da política sem que se abrisse espaço para a participação de representações dos consumidores e sem a existência de uma instância colegiada que possibilitasse a participação dos diferentes grupos de interesse na condução da política.

Ainda em junho, Lustosa submeteu ao presidente Sarney uma proposta de criação do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor -CNDC-, medida que foi prontamente aprovada⁴¹⁴. Como parte da estratégia do ministério em fortalecer a participação da sociedade, o ministro esclareceu que o trabalho seria “iniciado com um processo de conscientização da sociedade, a partir de uma campanha de estímulo à formação de associações de consumidores⁴¹⁵”.

411 (...) em meados de 1985, em evento em que se discutia defesa do consumidor, realizado no Rio de Janeiro, tivemos a oportunidade de apresentar o modelo catarinense. (...) dele participava o então Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, que, depois de ouvir nossa explanação e de perquirir acerca do seu funcionamento, (...) expediu para todos os governadores do país o Aviso 251/81, de 29.7.1985, sugerindo a “oficialização de um serviço especializado dentro do Ministério Público, a exemplo do que já funciona em Santa Catarina”, e argumentando ainda que “a medida assumia caráter de real relevo no contexto da política nacional de defesa do consumidor”. O primeiro estado a instalar foi o Ceará (...). (ALBERTON, 2012, p. 34)

412 O Globo, 08.05.85. Governo criará delegacias para a defesa do comprador.

413 O Globo, 07.05.85. Ministro anuncia criação de uma Política Nacional.

414 O Globo, 13.06.85. Sarney aprova Conselho do Consumidor.

415 O Globo, 12.06.85. Na reta final a criação do Conselho Consumidor.

Antes do final do mês, o palácio do planalto já anunciava que o presidente estava pronto para assinar o decreto que criaria o CNDC, com a previsão de que até dezembro daquele ano estariam funcionando todas as delegacias de proteção especial⁴¹⁶. A data de criação do Conselho, inicialmente, prevista para julho⁴¹⁷, acabou sendo adiada e, em 22 de agosto, em reunião solene, o conselho foi instalado com a presença de Sarney⁴¹⁸.

Dias antes da reunião de instalação, em artigo publicado no Jornal O Globo, Paulo Lustosa apresentou como o ministério concebia a política de promoção dos direitos dos consumidores, alegando que ela deveria contemplar a conscientização dos cidadãos, a necessidade de apoio legal e institucional na garantia desses direitos⁴¹⁹. Adotando igual linha de raciocínio, em seu discurso, o presidente da república reconheceu a importância do conselho nas ações "contra os abusos e as fraudes" e, convalidando a estratégia proposta pelo ministério da Desburocratização, defendeu o papel do novo órgão na condução da política de defesa dos direitos do consumidor que, na sua visão, deveria "buscar três níveis de orientação: o pedagógico, o de coordenação administrativa e o jurídico⁴²⁰".

No Combate à Especulação nascem os Fiscais do Sarney.

Enquanto Lustosa articulava a criação do conselho, no plano da economia, o governo perdeu o controle da inflação, que se acelerava, apontando para um novo recorde em relação aos anos anteriores e ameaçando transformar-se em uma hiperinflação. As previsões de que a inflação de agosto chegaria aos dois dígitos e de que alcançaria⁴²¹ o mais alto nível do governo

416 O Globo, 26.06.85. Delegacias e Juizados vão defender os consumidores.

417 O Globo, 25.07.85. Sarney sanciona conselho de defesa do consumidor.

418 O Globo, 20.08.85. Sarney instala o Conselho do Consumidor na próxima 5ª feira.

419 O Globo, 17.08.85. Em Defesa do Consumidor.

420 O Globo, 23.08.85. Governo vai criar tribunais para a defesa do consumidor.

421 O Globo, 19.08.85. Técnicos da FGV: inflação não passará de 9,9%.

Sarney aumentavam a insatisfação do presidente com o Ministério da Fazenda.

A gota d'água foi a declaração do ministro interino da Fazenda, Sebastião Vital, em reunião com a FEBRABAN, de que era necessária uma revisão da política de combate à inflação que soou para muitos, inclusive para o próprio Sarney, como uma crítica à política econômica do governo. Sem esperar Dornelles regressar de Paris, o presidente da república demitiu sumariamente o secretário geral da Fazenda⁴²².

Pressionado pelo fracasso da política econômica, tanto em termos do controle da inflação quanto da redução do déficit público, e com a demissão sumária de um assessor direto sem que fosse sequer consultado, não restou a Dornelles outro caminho que o de entregar o cargo ao presidente no seu regresso da Europa. Sarney o substituiu pelo empresário Dílson Funaro, que já compunha a equipe do governo como presidente do BNDE.

Entre as iniciativas defendidas pela equipe econômica do governo, estava um bloco de medidas voltadas para um maior controle da política de abastecimento⁴²³, especialmente, ações que aumentassem a eficiência do controle de preços ao consumidor. Algumas delas, voltadas para o combate à especulação por parte de produtores e comerciantes, dependiam da cooperação da própria sociedade. Logo, para aumentar as chances de sucesso da estratégia, foi evidente que o governo precisou contar com a ajuda dos consumidores.

A atuação do ministério da Desburocratização na estruturação do CNDC e na mobilização das associações de consumidores, apesar de algumas críticas eventuais⁴²⁴, credenciou-o a participar do grupo ministerial organizado por Sarney, a fim de implementar a estratégia de controle de preços⁴²⁵. Segundo o presidente, a participação dos consumidores neste esforço era

422 O Globo, 24.08.85. (Capa). Sarney demite Secretário Geral da Fazenda.

423 O Globo, 09.11.85. Sarney vai controlar a política de abastecimento para deter a inflação.

424 O Globo, 24.10.85. Reúnem-se no Rio entidades de defesa do consumidor.

425 O Globo, 09.11.85. "Na reunião ministerial de segunda feira, além do Ministro da Fazenda, Dílson Funaro, do Planejamento, João Sayad, da Indústria e Comércio, Roberto Gusmão; da Agricultura, Pedro Simon; participará também o Ministro da Desburocratização, Paulo Lustosa, que tem atuação na área de defesa do consumidor".

necessária porque, na sua visão, seria importante não apenas controlar preços⁴²⁶, mas também aferir a qualidade dos produtos que estavam sendo comercializados⁴²⁷.

Em resposta ao desafio proposto pelo presidente Sarney, o ministério da Desburocratização apresentou o projeto de uma campanha voltada para a educação do consumidor no combate à inflação, de modo a "envolver toda a sociedade no sentido de conter a especulação, "mobilizando" as associações para que montem esquemas próprios de fiscalização junto a supermercados, açougues e farmácias⁴²⁸". O respeito aos direitos do consumidor era o argumento por trás da ofensiva contra a especulação que se desenhava.

Tendo como slogan "Nem um Tostão a Mais⁴²⁹", a campanha de esclarecimento aos consumidores definida pelas equipes de comunicação do governo, alertava o consumidores para que não pagassem o preço da especulação e os convidava a fiscalizar e denunciar os abusos que fossem observados.

Lustosa, também, se encarregou de levar a discussão para o conselho e instou seus membros a buscarem "fórmulas para consolidar a estratégia do governo de combate à especulação dos preços de alimentos básicos⁴³⁰". As propostas logo encontraram apoio entre a sociedade, especialmente, as donas de casa que, rapidamente, assumiram a tarefa de fiscalizar preços⁴³¹ e, à falta de resposta por parte dos comerciantes, organizar boicotes a produtos e supermercados, contando com o apoio do governo nessa iniciativa⁴³².

Sem saber, o ministério da Desburocratização estava lançando as bases de um movimento de consumidores que ganhou

426 O Globo, 13.11.85. Preços dos produtos industriais em supermercados vão ser vigiados.

427 O Globo, 11.11.85. É hoje reunião de Sarney para combate à inflação.

428 O Globo, 12.11.85. Sarney recebe amanhã projeto de campanha para educar consumidor.

429 O Globo, 14.11.85. Nem um Tostão a Mais. Campanha de esclarecimento ao consumidor.

430 O Globo, 18.11.85. Consumidores lutam contra a especulação.

431 O Globo, 19.11.85. Consumidor Opinará sobre a margem de lucro e atuará na fiscalização.

432 O Globo, 13.11.85. Lustosa pede que polícia estadual proteja boicote.

força no ano seguinte quando do lançamento do plano cruzado, em apoio às medidas de controle de preços do pacote econômico capitaneado pelo ministro Funaro. Em resposta à convocação, pelo do presidente da república, de uma "cruzada cívica de consumidores em defesa do programa de governo", as associações e os movimentos de consumidores fomentados ao longo de 1985, deram lugar aos autodenominados "Fiscais do Sarney"⁴³³.

O Legado do Ministério da Desburocratização para a Política de Defesa do Consumidor.

Quando se aproximou o final do ano, o noticiário político de Brasília agitou-se com as perspectivas eleitorais para o ano seguinte e seus impactos sobre a composição ministerial, uma vez que parcela significativa do ministério de Sarney era composta por parlamentares que iriam se desincompatibilizar para as eleições de 1986.

Antes do fim de novembro, o presidente Sarney recebeu para um almoço no sítio do Pericumã o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen, os ministros Aureliano Chaves, Marco Maciel e Paulo Lustosa, além dos líderes do partido na câmara e no senado, dando início às tratativas do novo ministério⁴³⁴. Embora houvesse prazo para o afastamento dos potenciais candidatos, a ideia do presidente era antecipar a reforma ministerial e vê-la concluída em fevereiro⁴³⁵.

A única saída dada como certa era a de Lustosa, que já se anunciava candidato nas eleições vindouras. Maciel estava no meio do mandato e Aureliano não se apresentava como candidato. Talvez por conta disso e da própria forma como o ministério tinha sido criado, começaram as especulações sobre a provável

433 (...) no primeiro dia do Plano foi convocada uma "cruzada cívica de consumidores em defesa do programa de governo". Segundo Sarney: "Cada brasileiro e brasileira deverá ser um fiscal dos preços, um fiscal do presidente para a execução fiel desse programa em todos os cantos desse país." Nos dias seguintes, milhares de pessoas, de fato, passaram a vigiar os preços no comércio e denunciar as remarcações. Eram os "fiscais do Sarney" (...). <https://memoriaglobo.globo.com/jornalismo/coberturas/plano-cruzado/fiscais-do-sarney/>

434 O Globo, 23.11.85. Sarney começa com PFL discussão do futuro Ministério.

435 O Globo, 26.11.85. Ministério Mudará todo em 15 de Fevereiro.

extinção da Desburocratização, no bojo de uma reestruturação administrativa que seria levada a cabo, de forma simultânea, com a troca dos ministros⁴³⁶.

Lustosa reagiu à perspectiva de saída e à possibilidade de extinção de sua pasta de duas maneiras. Em audiência com o presidente Sarney apresentou suas realizações e defendeu a manutenção da condição ministerial do programa, alegando que subordinado a outra pasta, era impossível dar continuidade às ações que vinham sendo desenvolvidas, uma vez que, na sua visão, "não existe uma burocracia desburocratizadora"⁴³⁷". Antevendo o interesse do Ministério da Administração em absorver sua pasta, à saída do encontro, Lustosa aproveitou para responsabilizar o ministro Aluizio Alves pela disseminação do boato de extinção da pasta⁴³⁸.

Ao mesmo tempo em que procurou defender o ministério, Lustosa acelerou as atividades voltadas para a consolidação da política de defesa do consumidor, numa forma de garantir o cumprimento de suas metas e compromissos. Na última reunião do CNDC daquele ano, empenhou-se em garantir a aprovação de uma série de propostas e projetos que apresentou ao presidente da república antes de sua desincompatibilização⁴³⁹.

Entre outras iniciativas, o conselho aprovou uma proposta de projeto de lei que responsabilizava o produtor industrial por eventuais danos causados aos consumidores⁴⁴⁰; uma medida que regulamentou o uso de anfetaminas em produtos dietéticos; além de uma moção aos governadores de estado, pedindo maior empenho na criação dos órgãos de defesa do consumidor em seus respectivos estados.

Em janeiro de 1986, enquanto o ministério apoiou a realização da primeira feira da fraude, com o intuito de orientar e

436 O Globo, 23.11.85. "Sarney aproveitará a ocasião também para reestruturar a administração federal. (...) o Presidente concluiu que os ministérios da Desburocratização e do Meio Ambiente e Habitação, são dispensáveis".

437 Jornal do Brasil, 12.12.85. Lustosa mostra 3 Kg de papel para salvar a Desburocratização.

438 O Globo, 12.12.85. Lustosa atribui boato a Aluizio Alves.

439 Pauta da quarta reunião do CNDC, em 12.12.85.

440 O Globo, 12.12.85. Conselho sugere medidas para punir industriais.

educar os consumidores, demonstrando, na prática, produtos, contratos e aparelhos que lesaram o consumidor⁴⁴¹, representações das empresas e de consumidores protestaram contra a sua atuação recente. Enquanto os últimos reclamaram sido aliçados da discussão dos projetos de lei⁴⁴² propostos pelo ministro ao presidente, os primeiros, representados pelo presidente da Associação Nacional das Associações Comerciais, Amaury Temporal, criticaram por entender que o projeto, do jeito que estava, partia da "presunção de que o produtor estará sempre lesando o público⁴⁴³".

Parte das queixas e protestos decorreram do fato de que, ao se preparar para deixar o Ministério da Desburocratização, Lustosa acelerou o envio do pacote de projetos de lei que estruturariam a política nacional de defesa dos direitos dos consumidores, atropelando algumas negociações e ampliando o número de partes que deviam ter sido envolvidas nos debates.

Além das propostas discutidas no CNDC, no final do ano, o conselho propôs, adicionalmente, uma legislação específica para regular os aluguéis de imóveis⁴⁴⁴, simplificando os contratos entre as partes e trazendo-os para o bojo das relações de consumo e uma lei que garantia a indenização ao consumidor, no caso dos produtos estragados⁴⁴⁵. Eram muitos interesses envolvidos e pouco tempo para composições.

Apesar das críticas, a atuação do Ministério da Desburocratização, em torno do tema, não apenas levou à consolidação do CNDC como espaço institucional de reconhecida importância política na defesa dos consumidores, mas já que a pasta detinha sua presidência⁴⁴⁶ as ações, no período, colocaram-na à frente de uma pauta que deu ao ministério e ao ministro muita

441 O Globo 09.01.86. Feira da Fraude tem aparelhos e até contratos.

442 O Globo, 27.01.86. Oswaldo Duarte de Souza, presidente da Associação de Proteção do Consumidor do Estado do Rio de Janeiro, em carta ao jornal, reclamava que Lustosa havia aliçado sua entidade das discussões das medidas apresentadas a Sarney.

443 O Globo, 07.01.86. Temporal critica Lustosa.

444 Pauta da quarta reunião do CNDC, em 12.12.85.

445 O Globo, 02.01.86. Consumidor terá indenização por produto estragado.

446 **Art. 4º do** Decreto nº 91.469, de 24.07.85 que Cria o Conselho Nacional de Defesa do Consumidor.

visibilidade⁴⁴⁷, preparando o conselho para uma participação ativa nas discussões na Assembleia Nacional Constituinte, que se instalou dois anos depois.

Em que pesem os resultados obtidos, a saída de Lustosa, somada à necessidade de enxugamento da máquina e às pressões oriundas do Ministério da Administração que, em vários momentos, competiu em termos de atribuições com a desburocratização, favoreceu a proposta de retirar do programa o status de Ministério. Em disputa aberta com Alves, o que depois lhe rendeu críticas e notinhas pouco amistosas nos jornais⁴⁴⁸, Paulo Lustosa passou a defender uma solução alternativa.

Em audiência com o presidente, quando mais uma vez apelou pela manutenção do ministério, Lustosa disse que saiu "convicto de que o presidente ainda não tem uma decisão sobre o futuro da pasta" e defendeu que, como o ministério tinha atribuições variadas, em caso de extinção, os seus diferentes programas deveriam ser engajados em áreas mais específicas, não, necessariamente, na Administração⁴⁴⁹.

Ao fim, o Programa Nacional de Desburocratização perdeu seu status ministerial⁴⁵⁰ e foi incorporado à pasta da Administração. Entretanto, como durante seu período à frente do Ministério, Lustosa deu-lhe um escopo bem mais amplo que o de desburocratização da máquina governamental, muitas das ações e das estruturas por ele patrocinadas foram absorvidas por outros ministérios, que lhes tinham maior afinidade.

447 Nessa época o CNDC (...), fazia campanha pública sem recursos (...) gerando fatos jornalísticos, despertando o interesse da imprensa em geral (...). Também editava cartilhas de orientação, manual de criação e organização de entidade (associação defesa do consumidor), documentos esclarecedores aos constituintes (...), gerava a necessidade e a exigência popular do Procon, da Promotoria e da Delegacia policial específicas e do, então, juizado de pequenas causas (...). A Feira da Fraude, a estatística das reclamações pelo "Fala cidadão" da Presidência da República bem repercutido na grande imprensa local, dentre outros instrumentos de conscientização e exigências, eis a força do CNDC (...). (AMARAL, 2010)

448 O Globo, 13.09.86. Aluizio Alves diz que em dois meses Paulo Lustosa gastou todo o orçamento do Programa Nacional de Desburocratização. Antes disso, saíra nota informando que o TCU questionara os convênios firmados entre o Ministério da Desburocratização e algumas organizações da sociedade civil e que o Secretário Executivo do Programa, Pedro Demo, informava que auditoria realizada a pedido de Aluizio Alves não teria encontrado quaisquer irregularidades na gestão de Lustosa.

449 O Globo, 06.02.86.

450 O Globo, 14.02.86. Lustosa é o único a sair sem deixar sucessor: o cargo será extinto.

As iniciativas do ministério ajudaram na disseminação, em escala nacional, dos juizados de pequenas causas⁴⁵¹, das delegacias de defesa do consumidor e dos serviços de proteção ao consumidor, os PROCONs⁴⁵², muitos deles ligados aos legislativos estaduais e municipais. O CNDC e a coordenação da política foram assumidos pelo Ministério da Justiça, onde até hoje se encontram, e as associações, organizações e os movimentos de proteção e defesa dos consumidores e de seus direitos, há alguns anos, fazem parte da vida social e política brasileira.

451 O Juizado Especial de Pequenas Causas foi aprovado em 07.11.84, também um legado da gestão de Hélio Beltrão, mas sua implementação ganhou efetividade durante a gestão de Lustosa à frente do Ministério.

452 O Globo 25.02.86.

PEQUENAS EMPRESAS, GRANDES NEGÓCIOS E A CRIAÇÃO DO SEBRAE.

Depois do inesperado resultado eleitoral de 1986, Lustosa voltou às suas atividades parlamentares na Câmara e preparou-se para se despedir do mandato, que encerraria em 31 de janeiro. Entre outras coisas, precisou organizar a sua vida profissional, uma vez que, de comum acordo com sua mulher, Angélica, tinha decidido fixar residência na capital federal, agora que os filhos começaram a chegar na idade de ingressar na Universidade.

Embora não descartasse a possibilidade de retornar a Fortaleza e assumir seu trabalho no BNB e na Universidade, em uma visita ao Palácio do Planalto, o presidente Sarney convidou-o para permanecer na sua equipe e apresentou-lhe duas alternativas: um convite para assumir uma cadeira de representante do governo brasileiro na Organização dos Estados Americanos -OEA- em Washington; e a presidência do Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa -CEBRAE-.

O cargo em Washington era mais interessante do ponto de vista financeiro, além de abrir todo um universo de possibilidades profissionais, entretanto, para Lustosa a opção de se mudar para os Estados Unidos pareceu-lhe mais um exílio do que uma alternativa para sua carreira política.

Por outro lado, desde seu período na Câmara, a questão das pequenas empresas o atraía, e o período à frente do ministério da Desburocratização tiveram firme atuação na consolidação do estatuto da microempresa⁴⁵³, que foi aprovado no final de 1984.

Além de sua proximidade com a temática, no início do governo Sarney, o Centro tinha perdido sua vinculação ao Ministério do Planejamento e passara para a esfera do ministério da Indústria e Comércio, cujo ministro, era o mineiro José Hugo Castelo Branco, pessoa da confiança de Tancredo, de quem Lus-

453 Durante a gestão de Paulo Lustosa no Ministério da Desburocratização (1985-1986) (...), foi implementado o Estatuto da Microempresa. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-brasileiro-de-apoio-as-micros-e-pequenas-empresas-sebrae>

tosa se aproximou, durante a campanha, no colégio eleitoral e de quem tinha sido colega de Ministério. Assim, a escolha recaiu sobre o CEBRAE⁴⁵⁴.

A Pequena Empresa como agenda, antes mesmo do CEBRAE.

A militância de Paulo Lustosa em prol das micro e pequenas empresas antecedeu o convite para assumir a presidência do CEBRAE. Na câmara dos deputados, apresentou projetos de lei voltados para promover tratamento diferenciado às MPME, como o que mudava a base de cálculo para os encargos sociais pagos por essas empresas⁴⁵⁵. Foi ele, também, o responsável pelo pedido de urgência para o primeiro estatuto da microempresa (MELO, 2008, p. 51).

Quando assumiu o Ministério da Desburocratização, no início de 1985, Lustosa trouxe para a pasta a temática das MPME, partindo do princípio de que desburocratizar e simplificar as relações dessas empresas foi elemento central para o seu desenvolvimento e sua consolidação. Entre outras coisas, o ministro assumiu a função de acompanhar a adoção, por estados e municípios, das diretrizes de natureza tributária, fixadas no estatuto da microempresa, com "deadline" para 10 de junho daquele ano⁴⁵⁶.

Ao final do prazo fixado, os estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Paraná acataram os parâmetros previstos no estatuto e mantiveram, para fins de tratamento diferenciado do ICM e do ISS, o limite de 10 mil ORTNs⁴⁵⁷ de faturamento anual. Ainda assim, Lustosa entendeu que os estados poderiam aprimorar as estratégias de apoio às MPME, e

454 Foi Presidente do SEBRAE e Secretário Geral do Conselho Nacional de Micro e Pequena Empresa – CONAMPE, de Março de 1987 a Abril de 1990. Estava diretamente envolvido na instituição quando passou pela grande mudança, em 1990, de CEBRAE para SEBRAE. (RALIO, 2015. p. 119).

455 O Globo, 02.08.85. Lustosa propõe encargos sobre o faturamento.

456 O Globo, 23.05.85. Legislação deve Mudar até o dia 10.

457 O Globo, 11.05.85. Micros, fim do prazo de ajuste.

também reconheceu que o estatuto da microempresa aprovado, no ano anterior estava longe do ideal para o setor⁴⁵⁸.

Àquela altura, o ministro já reconhecia a necessidade de se aperfeiçoar "o mecanismo de conceituação de microempresas" que estabelecia como critério para o seu enquadramento o faturamento não superior a 10.000 ORTNs ao ano, com valores calculados com base na ORTN, em janeiro de cada ano. Considerando a inflação do período, que vinha em ascensão, esse critério teve duas consequências prováveis: ou as empresas perdiam o enquadramento ao final do ano e tinham que pagar o tributo como qualquer outra empresa, ou elas sonegavam sua receita.

Também por iniciativa sua iniciaram-se tratativas junto à previdência para avaliar a possibilidade de rever a incidência das contribuições sociais sobre a folha de pagamento das empresas, passando a calculá-las em função do seu faturamento. Na visão do ministério, isso diminuiria o peso dos encargos sociais sobre as MPE e, por consequência, possibilitaria formalizar um grande número de empregos que, por conta dos elevados custos, permaneciam na informalidade.

Paralelamente, ao fortalecimento da atuação do estado na promoção das empresas de pequeno porte, Lustosa, também, entendeu a importância de que os empresários, os empreendedores, organizassem-se para atuar, politicamente, em torno da temática e melhor defenderem seus interesses e darem visibilidade à luta do setor.

Em evento de associações de micro e pequenas empresas, realizado no primeiro semestre daquele ano, Lustosa estimulou as associações existentes a se organizarem em uma federação nacional, para qualificar o seu diálogo em uma perspectiva nacional⁴⁵⁹. Quando, em setembro de 1985, os representantes de empresários do setor reuniram-se em Curitiba para o Congresso Nacional da Pequena Empresa, a criação da Federação Nacional foi o principal item da pauta.

458 O Globo, 24.07.85. Lustosa admite que Estatuto da Microempresa está longe do Ideal.

459 O Globo, 02.05.85. Ministro sugere criar Federação Nacional das Microempresas.

Naquele momento, o ministério da Desburocratização finalizou o projeto de lei, que reformulou o estatuto da microempresa, pois, pretendia encaminhá-lo ao congresso nacional antes do final do ano, uma vez que havia disposição, por parte do ministro, de discuti-lo com representações do setor⁴⁶⁰. Entre outras coisas, a proposta alterou o critério de cálculo para o enquadramento de pequena empresa e, mesmo no caso que a empresa extrapolasse o limite, o tributo adicional incidiria, apenas, sobre a parcela do faturamento que excedesse o limite estabelecido⁴⁶¹.

Lustosa deixou o ministério sem ter conseguido levar a termos todas as propostas que tinha desenhado para o setor. O conhecimento adquirido em função da militância anterior com a temática; a capacidade de diálogo com as organizações representativas do setor e a sua competência para reinventar no setor público foram a base para a verdadeira transformação que Lustosa iria realizar no CEBRAE que deixaria de ser uma entidade de apoio técnico e gerencial de MPME, para converter-se no principal agente de ação técnica e política na promoção do empreendedorismo e no fortalecimento das empresas de pequeno porte do país.

Transformando o CEBRAE em agente político em prol da Micro e Pequena Empresa.

Criado no início dos anos 1970, com iniciativa do BNDE e do Ministério do Planejamento, o CEBRAE tinha natureza autárquica e coordenava uma rede de organizações estaduais que prestavam um serviço de natureza, eminentemente, técnica, orientando as pequenas empresas, no intuito de qualificar sua gestão, atuando na capacitação de empreendedores e na formação de consultores⁴⁶² para as empresas do setor.

460 O Globo, 09.10.85. Debate.

461 O Globo, 17.09.85. Projeto prevê novo Estatuto para as Micro.

462 Em 1979, havia formado 1 mil e 200 consultores especializados em micro, pequenas e médias empresas. No final dos anos 70, programas como o PROMICRO, PRONAGRO e PROPEC levaram aos empresários o atendimento de que necessitavam nas áreas de tecnologia, crédito e mercado. Disponível em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos

No início dos anos 1980 o CEBRAE começou a ter, também, uma atuação política⁴⁶³, buscando levar a temática das micro e pequenas empresas para a agenda nacional, mas foi com a chegada de Paulo Lustosa que o Centro reorientou a sua atuação, buscando uma ação mais destacada em termos políticos.

Para tanto, Lustosa dedicou sua experiência e as relações estabelecidas durante seus dois mandatos na câmara dos deputados e o período como ministro de Estado, para melhor posicionar politicamente a entidade. Depois reconheceu Melo (2008, p. 51): "Lustosa se utilizou do capital político anteriormente adquirido em sua trajetória de vida para conseguir concessões do então Presidente Sarney em prol do CEBRAE. Ao mesmo tempo, este adquiriu com a gestão de Lustosa esta disposição e os vínculos para atuar politicamente".

Para Lopes (2001), sua atuação converteu o Centro em uma "entidade que demandava políticas para o segmento das micro e pequenas empresas". Ao analisar o banco de dados da Folha de São Paulo, o autor identificou as principais bandeiras defendidas por ele, à época, destacando: a renegociação da dívida dos pequenos empresários oriundas do Plano Cruzado; a admissão do CEBRAE no Conselho Monetário Nacional; a isenção da correção monetária sobre as dívidas contraídas pelos pequenos empreendedores rurais e urbanos, durante o Plano Cruzado, e a inclusão do artigo 179 da Constituição estabelecendo que a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios dispensassem às microempresas e às empresas de pequeno porte (...) tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução dessas. (RALIO, 2015)

A essas bandeiras, também, podia ser somada a defesa, por parte do órgão, da garantia de que as MPME teriam tratamento diferenciado nas compras governamentais, abrindo para o setor um mercado que, historicamente, esteve reservado para

463 A partir de 1982, o CEBRAE passou a ter também uma atuação política. Nessa época, surgem as associações de empresários com força junto ao governo e as micro e pequenas empresas passam a reivindicar mais atenção governamental. Em https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos

grandes fornecedores; a consolidação do estatuto da microempresa em todas as unidades da federação; e ainda, a institucionalização das práticas de factoring e franchising no país (RALLIO, 2015, p. 128).

A participação do CEBRAE, em todas essas pautas, ajudou a caracterizá-lo, de modo definitivo, como paladino das empresas de pequeno porte e do espírito empreendedor do povo brasileiro, pois as ações desencadeadas por Lustosa, desde o início de sua gestão, foram decisivas para imprimir essa nova face à organização. Como depois reconheceu Melo (2008) em estudo sobre o órgão:

“A administração de Lustosa marca a passagem de uma atuação essencialmente técnica para uma atuação que incluiu políticas públicas. Em outras palavras, o CEBRAE se envolve em formular e propor políticas aos órgãos públicos, em especial, para questões de simplificação da legislação destinada às MPE's.”

- Melo, 2008, p. 51

Lustosa, também, entendeu a importância de dar maior visibilidade para a causa das empresas de pequeno porte, buscando se apoiar nas suas relações com a imprensa, e na abertura de canais alternativos de difusão da questão das MPMEs e na promoção do empreendedorismo. Neste período nasceram a revista e o programa de televisão “Pequenas Empresas, Grandes Negócios”, e também a decisão de escrever, com regularidade, artigos sobre a temática nos principais jornais em circulação no país⁴⁶⁴.

Desse esforço um caso mereceu ser mencionado por hi-lário. No início de fevereiro de 88, com o lançamento do Ano Nacional da Micro, Pequena e Média Empresa, o CEBRAE negociou com o Jornal O Globo uma página inteira de matérias tratando da questão. Além de uma longa entrevista com Paulo

464 No primeiro semestre de 1988, Lustosa publicou em O Globo, pelo menos, seis artigos: As Safenas da Crise; Só na Terapia do Susto; O Fim dos Desequilíbrios; Processo de Degradação, a Classe Média e Tributação; Vícios do Capitalismo; e, Anistia não, alforria sim.

Lustosa, o jornal trazia artigos e matérias que enfatizavam a importância do setor para a economia nacional, alertando para o fato de que a crise do crédito que tinha sido aliviada, no ano anterior, persistia e reforçava o imperativo do governo em garantir o tratamento diferenciado às MPMEs.

Publicada no dia 3 de fevereiro⁴⁶⁵, a matéria foi perfeita, não fosse por um detalhe. Em lugar da foto de Paulo Lustosa, o jornal publicou fotos do presidente da DURATEX, o empresário Paulo Setúbal Neto! Imaginem a confusão!

No dia 5 do mesmo mês o jornal publicou nota reconhecendo o erro e, no dia 9⁴⁶⁶, o CEBRAE ganhou uma nova página, reproduzindo algumas das matérias que tinham sido veiculadas na semana anterior e acrescentou outras. Ou seja, em menos de uma semana, as micro e pequenas empresas ganharam duas páginas inteiras em um jornal de circulação nacional.

Numa dessas entrevistas, Lustosa deixou claro que a decisão de mudar a estratégia de atuação do CEBRAE, enfatizando a atuação política no seu primeiro ano à frente da entidade, foi deliberada. Conforme ele explicou, em resposta ao quadro de crise enfrentada pelo setor, "(...) a primeira coisa que fez ao assumir ao assumir o CEBRAE foi diminuir o ritmo das funções tradicionais do órgão e partir para um trabalho político, em cima da realidade do momento".

Primeiro Desafio: o endividamento das MPME depois do cruzado.

Uma melhor compreensão dessa guinada nas diretrizes estratégicas do órgão e o papel que Lustosa desempenhou requer uma contextualização do difícil momento que a economia nacional atravessava e, conseqüentemente, de seus impactos na situação das empresas de micro, pequeno e médio porte.

Durante todo o ano de 1987, com o propósito de garantir a impressionante vitória obtida pelo PMDB nas eleições de

465 O Globo, 03.02.88. CEBRAE tenta salvar microempresas.

466 O Globo, 09.02.88. Lustosa: por uma consciência de cidadania.

1986, o governo federal protelou a adoção das medidas necessárias para dar sustentação, de longo prazo, ao plano cruzado. Tal decisão comprometeu, severamente, a condição econômica do país e quando as medidas foram implementadas, a economia nacional sentiu o baque. O ano de 1987 iniciou-se com uma forte crise econômica, com a inflação acelerando, indícios de recessão, retração no consumo e com dificuldades no acesso ao crédito.

Os efeitos da crise logo foram sentidos por trabalhadores, consumidores e, de forma muito especial, pelas micro e pequenas empresas que, àquela época já eram cerca de 2,5 milhões de empresas e geravam mais de 80% dos empregos formais do país⁴⁶⁷. O caso era, especialmente, grave para aquelas que tinham sido criadas, ou se expandido em função das promessas de estabilidade e crescimento do plano cruzado.

Assim, dias depois de ter assumido a presidência do Centro, de posse de um breve diagnóstico das principais dificuldades enfrentadas pelo segmento, Lustosa conseguiu ser recebido pelos presidentes do BNDES⁴⁶⁸, Banco do Brasil e Caixa Econômica, para discutir a criação de linhas de crédito com tratamento diferenciado para atender às micro e pequenas empresas.

A atitude de Lustosa apontou para a necessidade de mudar na lógica de ação do CEBRAE, em relação ao setor. Se até então, o Centro olhava para a questão do crédito das MPME visando organizar as empresas e orientá-las nas negociações com os agentes financeiros, atendendo cada empresário em suas necessidades particulares, com a chegada de Lustosa à presidência, o desafio passou a ser o de mobilizar recursos políticos para resolver os gargalos que o setor vinha enfrentando de modo generalizado.

Essa guinada no pensamento estratégico da organização gerou resistências dentro do sistema CEBRAE⁴⁶⁹, especialmen-

467 Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-brasileiro-de-apoio-as-micros-e-pequenas-empresas-sebrae>

468 O Globo, 28.02.87. CEBRAE pleiteia facilidade de empréstimos no BNDES.

469 O Sistema CEBRAE compreende o Centro Brasileiro e a rede de Centros Estaduais de Apoio à Gestão das Pequenas e Médias Empresas (CEAG) em cada Unidade da Federação.

te, de sua diretoria e dos quadros técnicos superiores, por receio de que ela implicasse no abandono da qualidade técnica da atuação do CEBRAE, fosse pelo redirecionamento do foco da ação institucional, fosse pelo receio de que uma atuação mais ostensiva e de maior visibilidade poderia produzir um aumento na demanda pelos serviços, em uma escala, para qual o sistema não estava preparado (MELO, 2008. p.50).

Lustosa manteve sua agenda política e, além da questão da oferta de linhas de crédito, agregou à discussão sua preocupação com o crescente número de empresas de pequeno porte que estavam fechando suas portas. Além das dificuldades de acesso às linhas de crédito diferenciadas, agravava-se o problema do endividamento das MPME que passaram a enfrentar dificuldades para cumprir com os empréstimos que tinham sido contraídos durante o período sem inflação.

Já no final do mês, os esforços do CEBRAE começaram a produzir resultados positivos com a definição, por parte dos bancos oficiais, de linhas de crédito, especialmente, voltadas para as micro e pequenas empresas. Contando com o apoio do presidente Sarney, Lustosa viu o Banco Central⁴⁷⁰, o Banco do Brasil⁴⁷¹ e a Caixa Econômica abrirem oportunidades de financiamento voltadas para esse segmento empresarial. Porém, a questão do endividamento persistiu e comprometeu a capacidade das empresas recuperarem sua condição de produzir.

A discussão quanto à necessidade de favorecer as empresas de pequeno porte ganhou espaço na mídia nacional. Na direta medida que o tema ganhou a simpatia e o apoio popular, o CEBRAE ganhou legitimidade (MELO, 2008, p.50) como vocalizador das demandas do setor da economia e Lustosa abriu novos espaços na arena política⁴⁷². Em meados de abril, o presidente da república recebeu representantes das micro e pequenas empresas para discutir a questão⁴⁷³.

470 O Globo 27.03.87. Recursos para microempresas chegam aos bancos segunda feira.

471 O Globo 29.03.87. BB define crédito à pequena empresa; CEBRAE: Urgência em novos financiamentos de Cz\$ 50 bilhões.

472 O Globo 20.05.87. Microempresas têm 45 dias de moratória nos bancos oficiais.

473 O Globo 06.06.87.

Apesar do sucesso da iniciativa, rapidamente, começaram a chegar ao CEBRAE queixas de que o acesso ao crédito continuava sendo dificultado pela burocracia e pelas exigências dos agentes financeiros⁴⁷⁴. O CEBRAE atuou, prontamente, apresentando aos órgãos responsáveis denúncias referentes a tais condutas demandando maior clareza e transparência na operação das linhas de crédito que tinham sido autorizadas⁴⁷⁵.

Em paralelo, do lado da economia, a crise vinha agravando-se complicando mais a situação das pequenas empresas. Antes de chegar no meio do ano, além da inflação que avançava impiedosamente, o país entrou em recessão⁴⁷⁶, levando o CEBRAE a propor o refinanciamento das dívidas junto à rede bancária⁴⁷⁷, em condições diferenciadas. Logo, o Centro passou a defender uma espécie de moratória da dívida das MPME, a partir da definição de um "plano de saneamento financeiro"⁴⁷⁸ para todo o setor.

O CEBRAE defendia a ideia de que a oferta de crédito subsidiado para o segmento seria a melhor saída para a crise, pois com essa estratégia seriam preservados empregos e se manteria a atividade econômica em um custo econômico e social menor, ou deixar que todas essas empresas fechassem⁴⁷⁹.

Desse período, talvez a principal vitória alcançada por Lustosa, foi decidida em reunião realizada no palácio do planalto, com toda a equipe econômica do governo federal, que contou com a participação do CEBRAE, representando o setor. Nela ficou definido que "as execuções judiciais das dívidas que as empresas de pequeno porte têm com os bancos oficiais" estariam suspensas por 45 dias e o Banco Central iria negociar, com os bancos privados, que eles adotassem igual medida⁴⁸⁰.

474 O Globo 30.04.87. CEBRAE denuncia boicote a crédito à microempresa; e, O Globo 03.05.87. Pequena empresa impedida de utilizar Cz\$ 80 bilhões.

475 O Globo 25.04.87. CEBRAE pede clareza para crédito especial.

476 O Globo 26.05.87. "No Rio o ex-Ministro Mário Henrique Simonsen disse que o Brasil já está em plena recessão, apesar de o país estar tentando, a todo custo, escondê-la embaixo da mesa".

477 O Globo 16.04.87. Protesto de Títulos aumenta 60% no Rio.

478 O Globo 31.05.87. Execução de Pequenas Empresas pode parar indefinidamente.

479 O Globo 24.05.87. Lustosa garante que dar subsídio a microempresa é saída de custo menor.

480 O Globo 20.05.87 (Capa). Microempresas têm 45 dias de moratória nos bancos oficiais.

Durante os meses de maio e junho, o CEBRAE e várias associações representativas das MPME trabalharam, intensamente, junto, à equipe econômica do governo e à FEBRABAN, com vistas a estruturar alternativas de curto prazo para o enfrentamento do problema⁴⁸¹. O presidente Sarney havia estabelecido um prazo de vinte dias para que a equipe econômica trouxesse uma solução, mas o prazo fatal aproximava-se e ainda não havia nada de definitivo⁴⁸².

Supreendentemente, foi um banco privado, o Bamerindus, a primeira instituição financeira, de porte nacional, a aderir à moratória e iniciar as negociações com as pequenas empresas, com perdas estimadas em Cz\$ 200 milhões. O CEBRAE, imediatamente, cobrou igual posição dos bancos oficiais, destacou Lustosa, com sua conhecida ironia "por que motivo o governo não pode fazer o que um banco particular sozinho está fazendo?"⁴⁸³

No início de junho, o governo anunciou a criação de um fundo de Cz\$ 60 bilhões⁴⁸⁴, voltado para financiar as MPME, com condições favorecidas nos juros e na correção monetária. Ao anunciar a medida, o presidente Sarney considerou-a "o resgate de uma dívida"⁴⁸⁵ com o setor. Alguns bancos anunciaram medidas de apoio às MPME⁴⁸⁶, antes mesmo do anúncio presidencial; e a FLUPEME mostrou desconfiança com relação à efetividade da proposta, embora a considerasse um avanço⁴⁸⁷.

Depois da inflação de maio ter batido seu recorde histórico, superando os 23% ao mês, a equipe econômica do governo anunciou mais um pacote econômico, batizado de plano Bresser. Repetindo a estratégia de congelamento de preços, o pacote

481 O Globo 10.06.87. A Causa Mortis.

482 O Globo 09.06.87.

483 O Globo 09.06.87. "A afirmação foi feita em tom irônico pelo Presidente do CEBRAE".

484 O Globo 10.06.87. Novo fundo vai financiar pequenas empresas com juros baixos e meia correção; e, Fundo de Cz\$ 60 bi vai subsidiar pequena empresa.

485 O Globo 10.06.87.

486 O Globo 06.06.87. (Capa) Bancos privados também vão ajudar as microempresas; Bamerindus reduz em 50%% correção para micros; e, BB anuncia crédito de Cz\$ 3,8 bi para auxiliar pequenas empresas.

487 O Globo 10.06.87.

estabeleceu que, nos 1990 dias seguintes ao anúncio, os preços dos produtos estariam congelados pelo pico, os salários seriam congelados pela média do período e o câmbio seria congelado com uma desvalorização de 10%. O lançamento do pacote afetou as negociações que vinham sendo travadas, até porque seu efeito imediato foi uma queda brusca na inflação (em junho ficou em 2%), com consequências para todos os contratos, especialmente, àqueles indexados.

Àquela altura, Lustosa atuava com tanta desenvoltura entre os membros da equipe econômica que seu nome começou a ser cogitado para assumir a presidência da Caixa. Escaldado, foi dele a iniciativa de desmentir os boatos, revelando ter recebido o seguinte recado do presidente Sarney: "nomes que muito circulam na imprensa, tem pouco futuro no Diário Oficial"⁴⁸⁸.

A desconfiança da associação fluminense teve suas razões. Menos de quinze dias depois do anúncio das medidas, o CEBRAE denunciou que os bancos privados estavam fazendo exigências despropositadas e excessivas para que as pequenas empresas tivessem acesso às linhas de crédito subsidiado⁴⁸⁹. Em julho, foi a vez do próprio Sarney exigir que o presidente do CEBRAE atuasse junto ao Banco Central e ao ministério da Fazenda em relação ao tema pois "as queixas contra os banqueiros são as que mais espaço tomam nas cartas que ele recebe diariamente no palácio do planalto"⁴⁹⁰.

Em São Paulo, uma articulação entre o CEAG/SP e a FEBRABAN possibilitou que cerca de 15 mil pequenas e médias empresas refinanciassem suas dívidas, envolvendo recursos da ordem dos Cz\$ 4,5 bilhões. Mas, como reconheceu o presidente do órgão, Roberto Della Manna, "a integração empresarial de São Paulo não ocorre em outros estados, concordando com as reclamações do presidente do CEBRAE, Paulo Lustosa, dirigida aos bancos"⁴⁹¹.

488 O Globo 18.06.87. Recado.

489 O Globo 20.06.87. CEBRAE denuncia exigências de bancos privados.

490 O Globo 24.07.87. Providências.

491 O Globo 20.06.87. Paulistas usam a FEBRABAN em acordo.

Nos meses que se seguiram ao lançamento do plano Bresser, não apenas a inflação baixou, facilitando a situação das empresas, e as instituições financeiras seguiram oferecendo opções de refinanciamento e renegociação das dívidas para as MPME⁴⁹². Entretanto, as queixas quanto ao montante alocado nessas linhas de crédito permaneceram.

O presidente da Confederação Nacional das Associações das Micro e Pequenas Empresas, Pedro Cascaes, "considerou ridículo o montante de 8 bilhões diante de uma necessidade estimada entre 200 e 300 bi". Para ele, seriam necessários, pelo menos, de 60 a 70 bilhões⁴⁹³. Apesar de serem consideradas insuficientes diante da dimensão do problema, as medidas adotadas contribuíram para mitigar a crise.

Com a aproximação do fim do ano, os efeitos da redução da inflação, somados pacotes de refinanciamento das dívidas, com carência de seis meses, permitiram que o CEBRAE avaliasse, positivamente, os resultados naquele ano. De acordo com o órgão, a inadimplência caiu de 17% em junho para 6% em outubro, 27% dos empresários pesquisados tinham ampliado seus negócios e 60% deles tinham a intenção de fazer novos investimentos⁴⁹⁴.

Entretanto, conforme alertou o presidente da Associação Comercial de São Paulo, Romeu Trussardi Filho, a queda da inflação e a carência de seis meses tinham, efetivamente, melhorado a situação das MPME, mas não se podia considerar o problema resolvido. Quando 1988 se iniciou, o problema voltou com força redobrada e a discussão quanto ao tratamento diferenciado para as pequenas empresas acabou virando importante tema na Assembleia Nacional Constituinte.

492 O Globo 24.06.87. BNDES refinancia dívidas de 10 mil microempresários. O Globo, 01.08.87. Bancos Oficiais têm mais verba para as micro.

493 O Globo 08.08.87. Micro tem mais Cz\$ 8 bi para financiar a dívida.

494 O Globo 12.11.87. CEBRAE acha que crise não atingiu pequenas empresas.

Compras Governamentais e Outras Agendas Inovadoras para o Setor.

A questão do crédito foi uma das pautas que o CEBRAE encampou, de modo bem sucedido, depois da chegada de Lustosa. O tratamento favorecido às MPME nas compras governamentais foi outra bandeira defendida pelo sistema CEBRAE desde o primeiro momento⁴⁹⁵.

Para aqueles engajados nas discussões políticas para o setor, estava claro que a superação da questão do endividamento, embora importante, era conjuntural. A criação de um ambiente que favorecesse às pequenas empresas requereu iniciativas estruturantes, especialmente, na ampliação do acesso a mercados historicamente controlados por grandes fornecedores.

Sendo o Estado um dos maiores compradores da economia brasileira, era fundamental abrir espaços para que esse segmento empresarial pudesse fornecer bens e serviços para os governos. Assim, Lustosa começou a articular junto a alguns órgãos federais mecanismos que viabilizaram o tratamento diferenciado e preferencial às MPME, em suas compras, conseguindo, de pronto, a adesão do INPS⁴⁹⁶ e na sequência, do ministério da Previdência, com resultados positivos tanto para fornecedores quanto para o comprador⁴⁹⁷.

Esses resultados levam o CEBRAE a apresentar, ao presidente da república, projeto de lei que obrigava a todos os órgãos federais reservassem, pelo menos, 30% de suas compras para as empresas de pequeno porte⁴⁹⁸. Mas nem a adesão dos outros ministérios, nem a tramitação do projeto de lei de compras governamentais seguiu ritmo assim tão célere. Mais de seis meses depois, a proposta ainda dormitava nos escaninhos do palácio do planalto⁴⁹⁹.

495 O Globo 16.04.87.

496 Instituto Nacional de Previdência Social, antecessor do atual INSS.

497 O Globo, 14.08.87. Somente o INPS cumpre a determinação de compras às MPE de Sarney.

498 O Globo, 24.08.87. Boa Ideia.

499 O Globo, 26.03.88.

A atuação do CEBRAE e de Lustosa em torno da questão mantiveram-se. Com a aprovação, pela Constituinte, do tratamento preferencial e diferenciado às MPME, a proposta de garantir essa condição nas contratações públicas ganhou força e foi recepcionada pela Lei de Licitações (Lei nº 8.666/93), cinco anos depois.

Passados mais de 30 anos dos movimentos iniciais em torno da garantia de compras para as pequenas empresas, 30%, ainda, é o número mágico. De acordo com estudo feito pelo IPEA em 2018, permaneça efetiva a participação das pequenas empresas, nas compras realizadas por órgãos governamentais no país, colocando o Brasil à frente dos EUA nesse quesito⁵⁰⁰, mostrando quão relevante e antecipadora foi a atuação do órgão nessa temática.

Ao inovar na defesa de favorecimento nas compras do governo, a regulamentação do factoring, das cooperativas de crédito e do franchising⁵⁰¹, Lustosa também, se antecipou quando defendeu a mudança no cálculo dos encargos sociais devidos pelas pequenas empresas. Sua proposta foi a de transferir a incidência dos encargos da folha de pagamentos para o faturamento⁵⁰², iniciativa que, rapidamente, começou a ser discutida com o ministério da Previdência e demais ministérios da área econômica do governo.

Essa medida tinha o condão de transformar um custo fixo, que pesava sobre as pequenas empresas e aumentava a dificuldade de formalizarem as relações de trabalho com seus empregados, em um custo variável, associado às receitas efetivamente realizadas. Essa proposta, também, teve que esperar um bom tempo para se converter em lei. Só em 1996, com a aprovação da Lei do Simples⁵⁰³, os encargos sociais para as MPME passa-

500 "(...) Estudo do Banco Mundial (...) revela (...) que nos Estados Unidos, apesar da elevada participação das MPMEs no total de empresas e da tradição em apoiá-las, elas respondem por apenas 23% do valor das compras governamentais. No Brasil, a realidade é semelhante e cerca de 30% do valor total das compras governamentais é destinado às MPMEs". (ARAÚJO JUNIOR, 2018, p. 10)

501 A Lei que regulamentou o sistema de franquias é de 1994.

502 O Globo, 08.08.87. CEBRAE quer reduzir o ônus dos encargos.

503 Lei 9.317 de 05.12.1996.

ram a ser calculados sobre a receita bruta das empresas, desburocratizando-os e facilitando a vida dos empresários.

Independentemente do prazo para a efetivação das propostas mais inovadoras defendidas pelo órgão, a forte atuação do CEBRAE, ao longo 1987, não apenas o legitimou como intermediário dos interesses das micro e pequenas empresas nas discussões sobre políticas públicas para o setor, estimulou a ação política das associações representativas do segmento empresarial e colocou a questão na agenda política nacional. O ano seguinte foi decretado como o Ano Nacional da Micro, Pequena e Média Empresa (BÁRCIA, 1999, p. 54).

Lustosa reconheceu, em artigo no qual defendia a importância das MPME para a superação da crise econômica que o país atravessava. O decreto que ele anunciava, em primeira mão, era “o ponto de partida para uma caminhada que revolucionava hábitos, costumes e indicadores de nosso processo econômico⁵⁰⁴”, sendo necessária uma firme atuação governamental, pois os problemas vividos pelas empresas no ano anterior, ainda, persistiam⁵⁰⁵.

Se por um lado, a gestão de Lustosa promoveu transformação no papel do órgão que passou a atuar, politicamente, na defesa de uma agenda inovadora para o setor, por outro lado, essa mesma agenda demandava que internamente o Centro e seus profissionais se aprimorassem, de forma a preservar a qualidade técnica de sua atuação e a sua credibilidade junto aos empresários que buscavam apoio e orientação gerencial do sistema CEBRAE.

O Lado técnico do CEBRAE.

Ao tempo que investiu em uma articulação mais ampla para garantir uma agenda política para o setor, o CEBRAE não se desvirtuou de seu papel de apoio gerencial e técnico às microempresas e seus empresários. Tanto assim que, no início de

504 O Globo, 15.01.88. Safenas da Crise.

505 O Globo, 27.01.88. CEBRAE discute débito.

seu segundo ano à frente do órgão, Lustosa anunciou que o CEBRAE estava se “preparando para lançar em abril, um programa de gerenciamento para orientar as pequenas e médias empresas na manutenção de seu negócio” para fazer frente à descoberta de “que 40% dos 600 mil empresários do país quebraram no último ano, vítimas das altas taxas de juros, da inflação e da falta de experiência gerencial”⁵⁰⁶.

Desse esforço nasceu a ideia de criar um serviço de orientação ao empresário que lhe garantiu acesso fácil às informações sobre crédito, questões gerenciais, aspectos tributários e outras bases de dados que ajudassem a qualificar a gestão das micro e pequenas empresas⁵⁰⁷. Denominado “Balcão do Empresário⁵⁰⁸”, o serviço, inovador em sua concepção, ao reconhecer a importância da informação de qualidade para a boa gestão, foi lançado, inicialmente, no CEAG do Rio de Janeiro, tendo depois se expandido para todas as unidades da federação.

Nesse período, o sistema CEBRAE passou a investir ainda mais na questão da inovação e das contribuições que os investimentos, em ciência e tecnologia, podiam trazer para a sustentabilidade das empresas de pequeno porte⁵⁰⁹. Em plena era do “small is beautiful”, o CEBRAE buscou estimular o potencial inovador das MPME, tanto por meio da realização de acordos de cooperação com centros de pesquisa, quanto pela disseminação de conhecimento dentro do setor.

Em 1988, o CEBRAE lançou o primeiro edital para as “incubadoras de empresas”, antecipando as aceleradoras de “startups” da atualidade. Essa iniciativa procurou estimular a “criação e o fortalecimento de empresas inovadoras, tanto de base tecnológica como de setores tradicionais”. O desafio era apoiar o surgimento de ambientes controlados que favorecessem os novos negócios, contando adicionalmente “com compar-

506 O Globo 05.05.85. Salva Vidas.

507 O Globo 01.05.87. Microempresas usarão sistema de informações do CEAG.

508 Em 1987, foi criado o Balcão do Empresário, um serviço de informação e orientação aos empresários já constituídos e àqueles que desejavam montar seu próprio negócio. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/servico-brasileiro-de-apoio-as-micros-e-pequenas-empresas-sebrae>

509 O Globo 08.03.88. Abrindo o Leque.

tilhamento de recursos para a criação e o desenvolvimento de pequenas empresas⁵¹⁰, em parceria com universidades.

O CEBRAE, também, avançou nas ações voltadas para a abertura do mercado externo para as MPME, tanto por meio de acordos de cooperação técnica com outros países, quanto o que fora feito com a Áustria, cujo era o desenvolvimento da participação das MPE na indústria do turismo⁵¹¹, como pelo apoio e incentivo à participação de pequenas empresas em feiras internacionais. Em meados de 1988, Lustosa anunciou o lançamento de dois programas de cooperação internacional entre pequenas e médias empresas, visando à formação de joint-ventures com aporte de capital estrangeiro⁵¹².

Nas ações voltadas para a divulgação dos produtos e serviços das MPME nacionais, o CEBRAE instituiu as caravanas de negócio, iniciativa que invertia a lógica tradicional das feiras e outras formas de apresentação de produtos e marcas ao criar uma oportunidade para que, de forma itinerante e conjunta, várias pequenas empresas de um mesmo setor ou região pudessem levar seus produtos e marcas aos diferentes mercados.

As feiras, também, foram potencializadas durante aqueles anos, uma vez que o papel do CEBRAE orientava-se por uma articulação política e a mobilização dos empresários para uma participação mais efetiva nesses eventos. Para ficar em apenas um exemplo do importante papel desempenhado pelo CEBRAE nesse processo, pôde-se destacar a participação do país na Feira Industrial de Hannover.

Essa feira, realizada anualmente na Alemanha, foi na época, a maior feira de produtos industriais do mundo, com a participação de empresas dos mais variados setores da indústria mundial. Naquele ano de 1988, das 106 empresas brasileiras que participaram do evento, 78 eram empresas de pequeno e médio porte, ou seja, praticamente três quartos dos participantes, eram PME assistidas pelo CEBRAE⁵¹³.

510 Disponível em: <https://memorial.sebrae.com.br/historia/?ano=1988>.

511 O Globo, 12.04.88. Cooperação.

512 O Globo, 08.06.88. CEBRAE que estímulo à formação de joints.

513 O Globo, 23.04.88.

Tamanha participação foi consequência da atuação direta de Paulo Lustosa que, em articulação com o responsável por promover a feira no Brasil, fez ampla mobilização dos empreendedores brasileiros. conforme divulgado pela imprensa, enquanto o último cuidava de vender a feira para os empresários, a Lustosa cabia a tarefa de "mobilizar os canais do CEBRAE para disseminar a ideia do exportar também está ao alcance das pequenas empresas⁵¹⁴", garantindo uma participação, em bloco, das indústrias de pequeno e médio porte, reduzindo custos e dando mais eficiência nas negociações.

Além dessas questões, as mobilizações políticas produziam novas demandas sobre o sistema CEBRAE e obrigavam que suas equipes buscassem se qualificar para assistir aos empresários nessas temáticas. Entre outras, discussões sobre as dificuldades de acesso ao crédito levaram Lustosa a colocar na agenda política do órgão a regulamentação das cooperativas de crédito e das operações de factoring no País.

Reafirmando a escolha estratégica adotada para o Sistema, Lustosa militou, intensamente, em favor da regulamentação do fomento mercantil junto ao congresso nacional, ao conselho monetário e à imprensa⁵¹⁵. Bem reconhecimento por parte do setor, em 12 de maio de 1988, Paulo Lustosa foi homenageado pela Associação Nacional de Factoring⁵¹⁶.

O engajamento do CEBRAE, na temática, teve consequências óbvias sobre a parte técnica do sistema. O mesmo aconteceu com outras questões que o órgão assumiu como pauta, a sua equipe precisou se preparar para prestar informações e orientar os empresários. Logo, o sistema ofereceu, nos balcões do empresário espalhados pelo país, cartilhas e orientações sobre a gestão de cooperativas de crédito, de centrais de compras e sobre transacionar seus recebíveis com empresas de factoring.

Igual situação ocorreu com o "franchising". Embora já existissem, há alguns anos, as franquias de marcas e empresas ainda eram novidade para a maioria dos brasileiros. Alguns

514 O Globo, 20.04.88.

515 O Globo, 29.06.88.

516 O Globo, 01.05.87.

cursos de inglês já vinham experimentando o modelo desde os finais dos anos 1970, mas, foi o plano cruzado e as oportunidades nascidas do estímulo ao potencial empreendedor dos brasileiros que possibilitaram o grande salto, em termos nacionais⁵¹⁷. No período ganhando força a ideia do “franchising” numa alternativa de empreendimentos menos arriscados, uma vez que traziam, associados ao investimento, um produto ou serviço que já fora testado com sucesso.

As franquias, também, apareceram como uma alternativa interessante para que pequenas e médias empresas que dispunham de marca e de produtos já consolidados no mercado, mas que não tinham capacidade de investimento para expandir suas redes de comercialização e de distribuição, pudessem ganhar capilaridade e atingir mercados que, de outra forma, não estavam ao seu alcance.

Em 1987, ano em que Lustosa assumiu a presidência do CEBRAE, um grupo de empresários e consultores que atuavam no setor de franquias criou a Associação Brasileira de Franchising -ABF- que passou a atuar técnica e politicamente na consolidação do modelo. Percebendo o leque de possibilidades que esse modelo de negócios trazia, o sistema CEBRAE passou a investir no desenvolvimento de cursos e assessorias, preparando os empreendedores a tirar máximo proveito da oportunidade, para granjear, rapidamente, o respeito do setor pela qualidade dos serviços prestados⁵¹⁸.

Ao somar-se a um momento em que o brasileiro buscava as mais variadas alternativas para sobreviver à crise econômica da chamada “década perdida” e às oportunidades que nasceram da estruturação de uma política nacional de apoio às micro e pequenas empresas, a atuação do CEBRAE ajudou a consolidar

517 “Havia os pioneiros como as escolas de idiomas – Yazigi, CCAA e FISK, por exemplo – mas o grande salto das franquias aconteceu mesmo na década de 1980. O Plano Cruzado, junto com o Estatuto da Microempresa criou um cenário muito propício para este modelo de negócio (...).” Disponível em: www.livroabf.com.br/

518 Marcelo Cherto, um dos principais consultores de franchising da época e um dos fundadores da ABF, em seu livro *Franchising: Revolução no Marketing* (São Paulo: McGraw-Hill, 1988) ao apresentar algumas recomendações básicas para o sucesso do franchising sugere ao empreendedor “9. Buscar assessorias sobre o sistema em instituições como a Associação Brasileira de Franchising, o Instituto Franchising e o CEBRAE”.

o sistema de franquias e a disseminá-lo em todo o país. Durante o período em que Lustosa esteve à frente do órgão, o número de unidades franqueadas, praticamente, dobrou no país⁵¹⁹ e o número de empresas franqueadoras e os ramos de atividade que adotavam o sistema expandiram-se de forma impressionante⁵²⁰.

Nesse mesmo período, quando o CEBRAE estimulava e apoiava o empreendedorismo inato em centenas de milhares de brasileiros, surgiu a ideia de um programa de televisão, que dava uma imensa visibilidade ao sistema CEBRAE e as suas ações. Trouxe, também, informação confiável e orientação prática para aquelas pessoas que queriam montar o seu próprio negócio: o Pequenas Empresas, Grandes Negócios.

Antes disso, a atuação política do CEBRAE e a defesa de uma agenda de enorme importância para o setor estava voltada para o congresso nacional pois era o momento em que o Legislativo brasileiro se reunia para elaborar uma nova Constituição para a república. Nem o CEBRAE, nem Lustosa ficaram fora dessa empreitada.

Ação Política na Constituinte.

Além da crise do endividamento, que voltava a se abater sobre as MPME, exigindo atuação decisiva do CEBRAE⁵²¹, a realidade do momento trouxe outra oportunidade para a estratégia adotada para o órgão: a possibilidade de levar a questão do tratamento favorecido ao setor para dentro das discussões que foram travadas na assembleia nacional constituinte. Como bem anotou Ralio (2015, p. 119), "(...) com a (...) Constituinte, o CEBRAE intensificou sua atuação política, configurando-se agora como lobista".

A assembleia nacional constituinte estava reunida desde o início de 1987, mas até então, pouco tinha avançado. A cada

519 Em 1986 eram 4.200 lojas franqueadas no Brasil, em 1990 este número era de 8.005 unidades. (Monteiro, 1999)

520 O Brasil tinha, apenas, 11 marcas operando em sistema de franquias, quando a ABF foi fundada. Em 1991, o Brasil já contabilizava mais de 350 empresas franqueadoras. Disponível em: www.livroabf.com.br/

521 O Globo, 09.02.88. CEBRAE quer nova carência para as micro.

novo prazo estabelecido por Ulysses Guimarães para sua conclusão, os impasses e as obstruções evidenciaram sua impossibilidade, obrigando o Senhor Diretas a fixar nova data. Após meses de pouco avanço, finalmente, os blocos partidários chegaram a um acordo sobre procedimentos e começaram a trabalhar na elaboração da nova Constituição Brasileira.

Em paralelo com as articulações junto ao executivo, o CEBRAE e as associações de MPME começaram a organizar uma ação de lobby junto aos constituintes. O argumento era sempre o mesmo, como Lustosa destacou em entrevista a Joelmir Betting: "as empresas de pequeno porte deveriam receber um tratamento favorecido da autoridade econômica. Esse segmento carrega o Brasil no colo: 74% do emprego geral; 58% da receita fiscal; 52% do produto industrial; e, mais de 90% da atividade comercial"⁵²². Essa foi a importância do setor.

Tendo tais números por fundamento, no início do mês de abril, o CEBRAE encaminhou aos constituintes "para reflexão, uma lista de cobranças que vem executando nos gabinetes de Brasília"⁵²³. Ademais de uma pauta específica, a proposta apresentada reafirmou a posição da entidade em garantir um tratamento diferenciado e favorecido às MPMEs (GROF, 2017, p. 44) e que o mesmo deveria ser consignado na Carga Magna.

Ainda no início de abril, depois de uma reunião de Lustosa com o presidente da Confederação Nacional da Indústria, o senador alagoano Albano Franco, a CNI anunciou a realização de uma "grande campanha nacional para conseguir a aprovação na Constituinte, de uma emenda que garantisse tratamento preferencial às pequenas e médias empresas nacionais"⁵²⁴.

O apoio da CNI fortalecia a posição do CEBRAE no diálogo com os constituintes, mas não lhes garantia a exclusividade na interlocução com o setor, pelo contrário. O fortalecimento das organizações de representação das empresas de pequeno porte permitiu que tais entidades tivessem firme atuação nas

522 O Globo, 23.04.88.

523 O Globo, 23.04.88.

524 O Globo, 10.04.88.

discussões que aconteceram no âmbito do legislativo, fazendo com que o CEBRAE não fosse o único lobista do setor.

No primeiro trimestre do ano, a situação da economia nacional deteriorou-se e a inflação, que tinha sido amenizada com o Plano Bresser, voltou com força total⁵²⁵, no exato momento em que venciam as carências das renegociações das dívidas que foram conseguidas, a duras penas, em meados do ano anterior. Mais uma vez, a maior parte dos empresários se encontrava sem condições de cumprir com suas obrigações junto aos agentes financeiros.

Da sua parte, o CEBRAE pressionou o ministério da Fazenda e as autoridades econômicas para adotarem medidas que permitissem nova rolagem das dívidas das MPMEs em condições adequadas à sua capacidade de pagamento. Por outro lado, muitas organizações de classe e parlamentares se articularam em torno de uma proposta de anistia de todas as dívidas das pequenas empresas e dos pequenos produtores rurais, contraídas no plano cruzado.

Ainda no início das discussões, o senador Mansueto de Lavor (PMDB/PE) e o deputado Humberto Souto (PFL/MG) apresentaram emendas visando anistiar os débitos contraídos por microempresários e pequenos agricultores, durante o plano cruzado, sem que a matéria tivesse despertado maior preocupação da parte da equipe econômica do governo. O agravamento da crise econômica e a inação do governo, associado à atuação das associações de classe fizeram a proposta prosperar e ganhar muitos adeptos entre os constituintes⁵²⁶.

Falando em nome do CEBRAE, Lustosa posicionou-se, contrariamente, à anistia, "por não acreditar que soluções magnânimas, como o perdão da correção monetária" seriam o caminho mais adequado para o enfrentamento da crise. Sua posição foi acompanhada pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura, deputado Alysso Paulinelli, pelo deputado Afif Domingos e pelo senador Roberto Campos⁵²⁷, entre outros.

525 O Globo, 05.04.88. Multinacionais projetam inflação de 560%.

526 O Globo, 05.06.88. Perdão das Dívidas, um tema polêmico.

527 O Globo, 11.06.88.

Para Lustosa, a simples renegociação das dívidas não era condição suficiente para as empresas, de pequeno porte, superar a difícil situação em que se encontravam. Era necessário criar um ambiente que favorecesse e promovesse suas atividades. Além das linhas de financiamento e das condições de renegociação das dívidas, o CEBRAE manteve a defesa de temas, igualmente, importantes: as compras governamentais; a regulamentação das cooperativas de crédito e do factoring e a regulamentação das centrais de compra e de venda dando maior eficiência às empresas⁵²⁸.

Finalmente, a equipe econômica do governo atentou para as consequências econômicas de uma anistia generalizada⁵²⁹ para todas as empresas e os produtores rurais que tivessem contraído dívidas durante o plano cruzado e estivessem com dificuldades para pagá-las. Além de uma reação tardia⁵³⁰, o governo não estava em uma posição política muito confortável dentro da Constituinte⁵³¹.

Em vão, a equipe econômica empenhou-se em buscar uma solução negociada que evitasse a aprovação pelos constituintes, de uma anistia ampla, geral e irrestrita para os devedores do cruzado⁵³². Tentando minimizar o estrago, o líder do PFL no senado, o paraibano Marcondes Gadelha defendeu "o encaminhamento ao congresso de um projeto de lei incorporando uma solução negociada para as dívidas dos micro, pequenos e médios empresários⁵³³". Mas, o governo vacilou e Gadelha informou que não havia mais possibilidade de reverter a tendência de aprovação das emendas de anistia.

528 A pauta apresentada pelo CEBRAE envolvia: 1) extensão da política industrial para as MPME; 2) projeto de lei permitindo o funcionamento das centrais de compras e de venda; 3) projeto de lei que cria as cooperativas de crédito; 4) garantia de 30% das compras governamentais para as MPMEs; 5) reformulação do estatuto da microempresa; 6) regulamentação das operações de factoring; 7) prioridade dos empréstimos do Banco Mundial e do BID para projetos de interesse do setor; e, 8) dar assento ao CEBRAE no Conselho Monetário Nacional.

529 O Globo, 11.06.88. Dormiram no Ponto.

530 O Globo, 08.06.88.

531 O Globo, 18.05.88. Placar.

532 O Globo, 08.06.88. Governo já aceita anistia parcial a empresários.

533 O Globo, 08.06.88.

Enquanto a equipe econômica do governo ameaçava os constituintes com argumentos de que a aprovação da anistia traria total desordem econômica ao país⁵³⁴, Lustosa e o CEBRAE insistiram na busca de um caminho alternativo. Reconhecendo quão inviável era a alternativa de simplesmente anistiar os devedores, Lustosa afirmou que o que se pretendia não era "transferir os tormentos dos pequenos para os cofres da união, ou para o bolso do contribuinte. Queremos, antes de mais nada, justiça. Isto é: recolocar os pequenos diante dos débitos que efetivamente contraíram e que a ciranda inflacionária elevou a níveis estratosféricos⁵³⁵".

Nem os esforços do CEBRAE e de Lustosa, que se sentiu boicotado pela equipe econômica do governo⁵³⁶, nem as ameaças do ministério da Fazenda foram suficientes para alterar o resultado previsto pelo líder do PFL. A anistia aos pequenos empresários e produtores rurais foi aprovada por larga maioria dos constituintes, nas últimas votações do primeiro turno, sendo considerada uma das principais derrotas do governo Sarney no processo constituinte⁵³⁷.

O governo acusou o golpe: de imediato o presidente Sarney anunciou que ordenaria "a suspensão dos programas de benefícios às PMEs para salvaguardar o programa social, colocado em risco pela Constituinte, que anistiou as dívidas contraídas durante o cruzado"⁵³⁸. O Banco do Brasil anunciou que a anistia comprometeria a distribuição de dividendos para os seus acionistas⁵³⁹ e começaram as discussões em torno da suspensão das operações de crédito rural.

Um dos melhores frasistas do congresso nacional, o senador Roberto Campos, que se opunha à anistia, decretou em tom de blague: "Já tínhamos o habeas corpus e o habeas data. Agora, a Constituinte criou também o habeas debitum". A derrota só não foi completa, porque havia o segundo turno das votações,

534 O Globo, 21.06.88 (Capa). Maílson adverte que anistia trará desordem econômica.

535 O Globo, 21.06.88. Anistia não, alforria sim.

536 O Globo, 04.07.88. Obstruídos.

537 O Globo, 30.06.88.

538 O Globo, 01.07.88. Sarney suspenderá benefícios dados às pequenas empresas.

539 O Globo, 03.07.88. Anistia ameaça dividendos do BB.

previsto para 20 de julho e o governo estabeleceu a derrubada da anistia como uma de suas prioridades⁵⁴⁰.

No início de julho, de volta de uma viagem da Europa e preocupado com as possíveis repercussões negativas da aprovação da anistia para as MPMEs, Lustosa insistiu na possibilidade de se construir um acordo em torno de uma solução alternativa⁵⁴¹ antes da votação em segundo turno. De imediato, pôs as mãos na massa, retomou os contatos políticos e apresentou uma proposta elaborada pelo CEBRAE, que era um meio termo para as alternativas até então discutidas⁵⁴².

As negociações se arrastaram-se por dias, enquanto as votações de outras matérias avançaram. No dia 7 de agosto, quando a Constituinte se preparava para votar as disposições transitórias da Constituição, entre elas a emenda da anistia, Lustosa apresentou ao senador Mansueto de Lavor "uma proposta conciliatória para a anistia das dívidas do plano cruzado" e o senador declarou acreditar "em acordo, antes da votação"⁵⁴³.

A equipe econômica do governo, julgando que conseguiria reverter a situação no segundo turno, preferiu ignorar os acenos dos constituintes e foi para a disputa⁵⁴⁴, apoiando o destaque apresentado pelo deputado carioca Ronaldo César Coelho, dono de banco⁵⁴⁵, que suprimiu todo o texto aprovado em primeiro turno. Resultado: o governo foi novamente derrotado, com 325 votos a favor da manutenção do texto e 106 pela sua supressão⁵⁴⁶.

A derrota do governo, entretanto, não foi derrota para o CEBRAE nem para o empenho de Lustosa, em colocar a pauta da micro, pequenas e médias empresas na agenda política nacional.

540 O Globo, 10.07.88.

541 O Globo, 07.07.88. Alternativas ao Perdão.

542 O Globo, 15.07.88. "O Presidente do CEBRAE, Paulo Lustosa, começou ontem, pelo Deputado Carlos Santana, sua peregrinação junto às lideranças parlamentares para encontrar uma saída no caso do perdão das dívidas dos pequenos empresários".

543 O Globo, 08.08.88.

544 Jornal de Brasília, 02.09.88. Governo Fugiu à Negociação.

545 Jornal de Brasília, 02.09.88. Aberrações.

546 Jornal de Brasília, 02.09.88. Mantida a anistia de dividas do Cruzado. Folha de São Paulo, 02.09.88. Constituintes confirmam a anistia para devedores do Plano Cruzado.

Ao contrário, além da aprovação do dispositivo constitucional que garantiu o tratamento diferenciado e favorecido ao setor (artigo 179 da CF), a acachapante derrota do governo, na questão da anistia, evidenciou que a Constituinte tomou “partido de milhares (talvez milhões) de microempresários...”⁵⁴⁷.

Pequenas Empresas, Grandes Negócios, o CEBRAE vai ao público.

Como parte de sua estratégia de dar visibilidade e posicionar, politicamente, o CEBRAE, Lustosa identificou na vocação empreendedora do povo brasileiro um nicho de mercado no qual o sistema poderia atuar. Para tanto, foi preciso fazer que a mensagem chegasse ao número, significativamente, maior de pessoas. Conforme ele mesmo definiu, era necessário promover “uma cruzada para despertar o empreendedorismo no Brasil que fiz, de maneira ousada, quando criei o programa Pequenas Empresas, Grandes Negócios, contra o pensamento da diretoria do CEBRAE!” (RALIO, 2015, p. 118)

O desafio não era fazer o CEBRAE conhecido pelos empresários, mas fazê-lo chegar àquelas pessoas que sonhavam em ter uma empresa própria, queriam tornarem-se empresários. Como ele mesmo depois definiu, seu propósito era “dar uma balançada no órgão, pois ele vivia para dentro de si sem considerar a demanda crescente dos pequenos por consultoria e assistência técnica”. (RALIO, 2015. p. 128).

Em um período em que a internet ainda engatinhava, o caminho natural para alcançar esse público foi o da televisão. Assim, em um movimento ousado, Lustosa propôs à Rede Globo a criação de um programa de TV voltado, especificamente, para esses dois segmentos: o dos proprietários de pequenas e médias empresas; e o das pessoas que tinham vontade de empreender, mas não sabiam por onde começar.

A ideia não foi bem recebida pelo corpo dirigente do CEBRAE. Ainda persistiu o temor de que uma exposição excessiva

⁵⁴⁷ Jornal da Constituinte, 13 a 19 de Junho de 1988. Anistia. Sempre um tema explosivo.

podia gerar uma demanda para a qual ele não estava preparado, comprometendo a qualidade dos serviços e, por consequência, “queimando” sua imagem. Entretanto, isto não se observou, pelo contrário, segundo o ex-presidente

“Houve uma substancial ampliação na demanda no período em que estive na Diretoria e, diante da pressão dos demandantes, um significativo crescimento na oferta de serviços, acompanhado de uma melhoria significativa da qualidade aquilatada por pesquisas de satisfação dos pequenos empreendedores. Ademais, a partir desse novo momento quando o programa de TV e a Revista Pequenas Empresas Grandes Negócios, começaram a ser apresentados e circular, o SEBRAE se preocupou em melhorar a qualidade do atendimento de suas demandas por assistência técnica (...)”.

- RALIO, 2015. p. 119

Por outro lado, o CEBRAE enfrentava um sério problema de subfinanciamento e esse era, efetivamente, o maior obstáculo por fazer avançar a ideia de patrocinar um programa de televisão. Por conta do congelamento do orçamento do órgão, o volume de recursos disponível, para o ano de 1988 representava menos de um quinto do orçamento do ano anterior⁵⁴⁸, comprometendo qualquer nova iniciativa. Apesar desse cenário, a matéria foi para deliberação do conselho diretor do CEBRAE e Lustosa saiu vencedor por apenas um voto.

Em função da enorme restrição orçamentária, o máximo que se conseguiu aprovar foi um contrato com a emissora que, apenas, garantia a produção e veiculação de treze programas. Como o programa tinha edições semanais, essa quantidade representava apenas três meses de exibição. Se até lá não aparecessem patrocinadores, o projeto naufragaria em curto prazo.

Enquanto tentou negociar a aprovação do projeto e definir sua estrutura e seu conteúdo, o programa televisivo sequer

548 O Globo 23.04.88. Seu orçamento para 1988, congelado em Cz\$ 1,3 bilhão mal passa de 1.400 OTNs. Ano passado a entidade trabalhou com 7.500 OTNs.

tinha um nome. O problema foi resolvido em um churrasco de domingo, na casa de Lustosa no Lago Sul em Brasília. Já era fim do dia e depois de algumas cervejas, Lustosa, empolgado, contava aos presentes as suas ideias para o programa. Foi quando seu cunhado Bebeto, saiu com o nome: Pequenas Empresas, Grandes Negócios!

No começo de março o PEGN fez sua estreia numa manhã de domingo⁵⁴⁹, em um programa apresentado pela atriz Cristina Prochaska. Mesclando reportagens sobre temas de interesse específicos do setor, com depoimentos e histórias de sucesso de pequenas e médias empresas nacionais, além de noticiário sobre políticas e linhas de crédito voltadas para as MPME, o programa logo caiu no gosto popular, conseguindo os patrocínios e os apoios necessários para sua continuação.

O sucesso rendeu frutos, e no final do mesmo ano, com apoio do CEBRAE e o entusiasmo de Lustosa⁵⁵⁰, o Pequenas Empresas, Grandes Negócios, também, foi lançado na forma de uma revista mensal, replicando, com maior profundidade, os temas e conteúdos tratados no programa. A marca logo estava associada ao CEBRAE e o sonho do próprio negócio ganhou status equivalente ao sonho da casa própria. Mês a mês, a revista e o programa ganhavam mais adeptos e mais de trinta anos depois, continuaram fazendo sucesso.

No auge da crise, CEBRAE vira SEBRAE.

O sucesso do CEBRAE, em termos de ganho de visibilidade e de legitimação perante à sociedade, não o afastou dos problemas causados pela grave crise econômica que o país atravessava. Entre 1986 e 1990, o país assistiu ao fracasso dos diversos planos econômicos, adotados com o intuito de controlar a inflação e de recolocar a economia brasileira nos eixos.

549 O Globo 08.03.88.

550 Em 1988, por sugestão do então presidente da instituição, Paulo Lustosa, chega ao mercado a primeira revista especializada em pequenos negócios. <https://sebraers.com.br/sebrae-completa-40-anos-nesta-terca-feira/>

Da perspectiva do governo federal, as pressões estavam voltadas para o enxugamento da máquina, com a redução do número de cargos comissionados e da folha de pagamento, também, da privatização e da extinção de alguns órgãos e empresas públicas. O próprio Lustosa, quando à frente do ministério da Desburocratização, tinha proposto o fechamento de alguns⁵⁵¹.

Passados mais de dois anos, vendo o seu o orçamento minguando ano a ano, quem agora estava na berlinda era o CEBRAE. Lustosa empenhou-se junto aos ministérios da área econômica e ao presidente Sarney, buscando aumentar os recursos destinados ao órgão⁵⁵², mas a crise fiscal impediu qualquer aporte mais significativo e, logo, sua extinção começou a ser considerada em alguns setores do governo (BÁRCIA, 1999).

Preocupado com a possibilidade de extinção do sistema CEBRAE e escaldado com a experiência do ministério da Desburocratização, "Lustosa teve que intervir junto a Sarney para evitar que o CEBRAE fosse extinto" (MELO, 2008, p. 51), evitando igual desfecho. Contando com o apoio das associações de classe e outras organizações representativas do setor, ele conseguiu estancar o movimento de extinção, mas comprometeu-se com Sarney em apresentar, no prazo de até um ano, um projeto visando transferir o sistema CEBRAE para o setor privado⁵⁵³.

Entretanto, a crise fiscal do Estado brasileiro continuava a pressionar a situação financeira do órgão. O ano de 1989 começou com o agravamento da crise econômica e com os brasileiros preocupados com a aproximação das eleições presidenciais, cujo primeiro turno estava programado para acontecer em outubro daquele ano, com consequências para o funcionamento da máquina federal e das suas relações com o congresso nacional.

No meio do ano, a inflação já alcançava índices estratosféricos. Só nas três primeiras semanas de agosto o índice superou os 28%. A hiperinflação chegara e o ministro Mailson da Nóbrega reconheceu não enxergar solução para a crise econômica na-

551 O Globo, 24.01.86. Lustosa pede que Governo feche SUNAB, SUDEPE E SUDEVEA.

552 O Globo, 25.05.88. Inflação.

553 O Globo, 26.08.88.

quele ano⁵⁵⁴. Do ponto de vista do CEBRAE, o principal impacto foi nas suas finanças: se no ano anterior o orçamento tinha sido achatado por conta da inflação galopante, naquele ano a situação se agravou pois o governo federal simplesmente parou de repassar os recursos necessário para a sua manutenção⁵⁵⁵.

A enorme dificuldade de financiar suas atividades produziu uma série de consequências sobre o funcionamento do órgão. De um lado, os CEAGs, que ficaram praticamente sem receber quaisquer repasses do CEBRAE, viram-se obrigados a buscar fontes alternativas de receitas para a sua manutenção, passando a se envolver em projetos específicos com governos locais e empresas. De outro, a dificuldade de manter a remuneração dos técnicos compatível com a praticada pelo mercado, provocou uma evasão sem precedentes no quadro de profissionais do Sistema, situação que ficou ainda mais grave no ano seguinte, no governo Collor⁵⁵⁶.

Apesar das dificuldades enfrentadas ao longo do ano, 1989 foi um marco em termos da consolidação da vocação empreendedora dos brasileiros, apresentando números recordes de criação de MPME. De acordo com o IBGE "houve uma explosão de novas microempresas" e conforme destacou Lustosa, no primeiro semestre daquele ano, 234 mil novas empresas tinham sido criadas no país, das quais 174 mil eram microempresas, ou seja, 74,3% do total⁵⁵⁷, superando os números do plano cruzado.

O início do governo Collor não trouxe alívio para a luta do Sistema CEBRAE pela sua sobrevivência. Imediatamente depois de sua posse, o novo presidente, além de lançar o pacote econômico que seria "a última bala" de que dispunha para matar a inflação, avançou com seu projeto de redução do Estado e propôs a extinção, fusão e privatização de uma série de autarquias, empresas e órgãos federais, entre eles o CEBRAE.

554 O Globo, 12.08.89. "Ministro: solução só no próximo governo".

555 O Globo, 30.04.89. Queixa.

556 Nos governos Sarney e Collor (1985-1990), o CEBRAE enfrentou uma série de crises que enfraqueceu a instituição. Em 1990, foram demitidos 110 profissionais, o que correspondia a 40% do seu pessoal. https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos

557 O Globo, 04.08.89. Microempresas são 174 mil só em 1989.

Lustosa, que tinha permanecido à frente do órgão até seu afastamento para concorrer nas eleições de 1990, conseguiu indicar seu procurador jurídico como sucessor na presidência, o advogado Flávio Ramos, e acompanhou “pari passu” as negociações no congresso nacional relativas ao processo de privatização do CEBRAE. Ele mesmo descreveu, anos depois:

“No SEBRAE, registro quatro grandes transformações que ali empreendemos. Sem ordem cronológica, mas considerando a importância relativa foi, contra tudo e contra todos, colocar o SEBRAE com C no Sistema S. Isto porque as Confederações da Indústria, do Comércio, da Agricultura e Transportes, não queriam dividir os recursos com uma outra fonte, por mais que, no discurso, tecessem loas aos pequenos negócios! Fui para dentro do Plenário do Senado e, a partir das ligações com vários senadores que haviam sido colegas deputados quando fui por dez anos e, o fato de ter sido ministro de Estado, consegui, com persistência e determinação aprovar a matéria. Isto daria ao SEBRAE, não apenas recursos mais que suficientes para cumprir o seu papel institucional como lhe daria a necessária autonomia orçamentaria, administrativa e financeira para atender um número crescente de empreendedores.”

- RALIO, 2015.

Em abril de 1990, o CEBRAE foi desvinculado da Administração pública federal e, quase seis meses depois, saiu o decreto regulamentando sua transformação em instituição privada, sem fins de lucro, incorporada ao sistema. Em sua última contribuição, Lustosa, apoiando-se na legitimidade e na representatividade que o ajudou a construir o órgão, contribuiu decisivamente para a transformação do CEBRAE em SEBRAE (DIASI, 2009. p. 18), garantindo os recursos necessários para consolidar seu papel de agente transformador da economia brasileira, a partir do fortalecimento das empresas de micro, pequeno e médio portes.

NA FUNASA, COMO UMA FÊNIX.

Depois de fracassar na tentativa de reeleição em 1998, Lustosa voltou para Brasília e passou a dedicar-se à organização partidária, na presidência da fundação Pedroso Horta, cargo que tinha assumido em dezembro de 1997. À frente do “think tank” do PMDB, partido ao qual havia se vinculado depois das eleições para governador, Lustosa continuou enfronhado na política nacional, deixando as disputas no Ceará para as novas lideranças que surgiam.

Nos quatro anos que se seguiram à derrota, o quadro político sofreu significativas transformações, tanto no plano nacional, quanto no estadual. Enquanto alianças e disputas entre os partidos majoritários no congresso, PSDB, PMDB e PFL – davam o tom do segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, os partidos de oposição e, principalmente, o Partido dos Trabalhadores ganhou terreno na preferência do eleitorado.

No Ceará, a vitória de Tasso nas eleições de 1998, qualificou-o para o terceiro mandato de governador do estado, em um período de dezesseis anos, consolidando-o na principal liderança política do estado, depois do ocaso dos coronéis. Dentro de seu grupo que cresceu absorvendo os mais variados agrupamentos políticos do Ceará, as disputas eram evidentes e a aproximação das eleições de 2002 acirraram-se.

Nas eleições de 2002, o Partido dos Trabalhadores acabou ganhando as eleições presidenciais, iniciando um novo ciclo na política brasileira. No Ceará, a duras penas, o PSDB conseguiu manter sua hegemonia, derrotando o candidato do PT no segundo turno por uma margem ínfima de votos. Nesse arranjo, contrariando a diretriz nacional, o PMDB cearense, que não conseguiu levar seu candidato ao segundo turno, decidiu explicitar seu apoio às candidaturas do PT, apoiando Lula e José Aírton.

De volta a Brasília, enquanto o presidente Lula tenta organizar uma base partidária que lhe desse sustentação no congresso nacional, o PMDB, que tinha a maior bancada na câmara e no senado, digladiava-se entre apoiar o governo ou manter-se

na condição de partido de oposição. Enquanto as bancadas do Centro-Sul rejeitaram o governo petista, os eleitos pelo norte e nordeste defenderam a aliança com o governo, provocando enorme racha no partido, especialmente na sua bancada na câmara federal.

À frente desse movimento, o PMDB cearense com Eunício, Paes, Sérgio Machado e Lustosa. Depois de muitas idas e vindas, o partido resolveu apoiar o governo, e em reconhecimento à importante atuação dos cearenses, Lula nomeia Eunício para o ministério das Comunicações, Machado para a presidência da TRANSPETRO e Paes de Andrade para a embaixada do Brasil em Portugal.

Convidado pelo novo ministro, Lustosa o acompanha como secretário executivo das comunicações e, no ano seguinte, por indicação do partido, assumiu a presidência da Fundação Nacional de Saúde, a FUNASA. À frente da Fundação, Lustosa se reinventou-se, revigorou o órgão e o devolveu a musculatura política perdida ao longo dos anos anteriores.

Ciro Gomes, que havia concorrido à presidência pelo PPS, aceitou o convite de Lula para compor seu ministério, em um movimento que o afasta das lideranças do seu partido, criando dificuldades nas relações entre seu grupo político e o PSDB no estado do Ceará. Pressionado pelo presidente do partido, deputado Roberto Freire, Ciro e seu grupo se transferiu para o PSB, deixando-os mais próximos do PT, em Brasília e no Ceará.

Ao final de 2004 o PSB do Ceará rompeu com o governador Lúcio Alcântara e iniciou um processo de afastamento do PSDB e aproximando-se do PT. Quando chegaram as eleições de 2006, PSB, PT e PMDB estavam, cada vez mais próximos e Lustosa, ainda, à frente da FUNASA teve importante participação na disputa.

Depois de vinte anos à frente do governo do estado, o PSDB do Ceará perdeu uma eleição majoritária, com Cid Gomes derrotando o governador Lúcio Alcântara no primeiro turno das eleições. Contando com o apoio de Lustosa, o PMDB do Ceará elegeu seis deputados federais, entre eles o seu filho mais velho.

Com a campanha vitoriosa de 2006, Lustosa completou um ciclo de quase 30 anos participando, ativamente, da política cearense. Intercalando vitórias e derrotas, foram 7 eleições em que foi candidato a deputado federal, governador e senador e outras tantas que apoiou prefeitos e vereadores, em diversos municípios do estado, consolidando uma carreira política respeitada por correligionários e adversários.

As Eleições de 2002.

Com a aproximação das eleições de 2002, importantes transformações políticas estavam acontecendo, tanto no plano federal, quanto no estadual. Em nível nacional, depois de três eleições "batendo na trave", o candidato do PT apareceu com chances reais de vitória, embora as boas avaliações do governo de FHC fizessem com que os tucanos acreditassem na eleição do candidato a ser apoiado pelo presidente.

No plano estadual, o grupo de Jereissati, depois de quatro vitórias sucessivas, havia inchado em função das inúmeras adesões recebidas, o que teria servido para acirrar as disputas internas. Tasso concluía seu terceiro período à frente do governo do estado, bem avaliado, mas as dissensões internas já eram evidentes e aumentava o risco de divisões no processo sucessório.

Insatisfeito com a provável indicação de Lúcio Alcântara para candidato do tucanato cearense, o senador Sérgio Machado, que já se sentiu preterido nas eleições de 1990, quando Ciro Gomes e não ele foi o candidato do grupo, abandonou o barco do PSDB e migrou para o PMDB, onde teve a garantia da vaga para concorrer à chefia do executivo estadual.

Outro nome ligado ao grupo governista e que também ambicionava concorrer ao cargo de governador, foi o presidente da assembleia legislativa, Wellington Landim. Como parte da estratégia para tentar viabilizar seu nome ou de se colocar em condições de disputar o governo ou de, eventualmente, pleitear

a posição de candidato a vice-governador na chapa tucana, Landim transferiu-se para o Partido Socialista Brasileiro -PSB⁵⁵⁸.

Ao mesmo tempo, o ex-governador Ciro Gomes, antevendo a possibilidade de voos mais altos, certo de que os tucanos paulistas jamais abririam mão da indicação do cabeça de chapa na disputa federal, em um movimento combinado com o próprio Tasso, a quem continuava vinculado, mudou-se para o PPS, o antigo PCB, para poder se apresentar como candidato à presidência.

O PMDB do Ceará, também, passava por um processo de renovação e com muita turbulência. Em um movimento depois das eleições de 1998, o deputado Federal Eunício Oliveira, genro de Paes de Andrade, assumiu a presidência estadual do partido, em substituição a Mauro Benevides. No município, o grupo histórico do partido, sob a liderança de Juraci Magalhães, prefeito da capital, continuou controlando a executiva e o diretório municipal, numa quase reprodução do acordo que Benevides e Paes tinham, tradicionalmente, preservado.

O Partido da Frente Liberal, que tinha se aliado ao PSDB, ao longo dos últimos anos, havia se reaproximado do PMDB cearense, e suas principais lideranças articulavam uma candidatura comum, ao tempo que tentavam atrair para a sua coligação outras agremiações partidárias.

O Partido dos Trabalhadores seguindo orientação nacional, trabalhava para articular as candidaturas do "campo popular e democrático", em torno de uma coligação oposicionista que oferecesse o necessário palanque para Lula no estado, não sem alguma dificuldade, porque PDT, PPS e PSB estavam nas mãos de lideranças que tinham bom diálogo com o governador.

Mantendo a tradição brasileira de alterar as regras do jogo, às vésperas de cada pleito, prática que nunca foi exclusi-

558 O PSDB havia sofrido duas defecções. Sérgio Machado, premier no primeiro mandato de Tasso, migrou para a oposição instalando-se no PMDB, que deu suporte à sua candidatura governamental. O deputado estadual Wellington Landim, à época presidente da Assembleia, rompeu com o status quo local e saiu atirando nos antigos companheiros de sigla, escolhendo o PSB para entrar no jogo eleitoral. Disponível em: "História das Eleições no Ceará – 4 – Azarão surfa na onda vermelha, mas morre na praia em cenário de Hitchcock", de Francisco Bezerra. Em blogdoeliomar.com.br/2014/09/25/historia-das-eleicoes-ceara-azarao-surfa-na-onda-vermelha-mas-morre-na-praia/

vidade do regime militar, em fevereiro de 2002, uma interpretação dada pelo TSE à Lei nº 9.504/97 estabeleceu a obrigatoriedade de verticalização naquele pleito, determinando que os partidos políticos que se coligassem a uma determinada chapa para as eleições presidenciais, deveriam manter a mesma coligação para a disputa de outros mandatos: governador, senador, deputado federal e deputado estadual ou distrital⁵⁵⁹.

Essa decisão provocou importante impacto no alinhamento das forças políticas no Ceará, tanto porque várias lideranças tinham se transferido do PSDB para outros partidos, a fim de ganharem maior autonomia e independência, quanto da negociação das coligações, mas porque, com a candidatura de Ciro Gomes à presidência pelo PPS e o lançamento da candidatura do paulista José Serra ao mesmo cargo pelo PSDB. Em teoria, estava inviabilizada a aliança partidária entre os Ferreira Gomes e Tasso Jereissati.

Além disso, os partidos que apresentaram candidatos à presidência passaram a cobrar de suas lideranças regionais que "abrissem palanques", nos estados, com o lançamento de candidaturas próprias ao governo.

Os efeitos práticos da verticalização, no Ceará, foram: o PMDB e o PFL que, no plano nacional, apoiavam o PSDB, ficaram juntos apoiando Sérgio Machado; com a candidatura de Garotinho⁵⁶⁰ a presidente pelo PSB. O partido no Ceará apresentou Landim para seu candidato, sem coligação nenhuma; e o PPS, coligado com o PDT apresentaram apenas o nome de Patrícia Sabóia para o senado, firmando uma "coligação branca" ou informal com o PSDB, que apresentou os nomes de Lúcio e Tasso, para governo e senado.

O expressivo número de candidatos a governador, somado ao fato de que naquele ano se disputavam duas vagas para senador, levou, praticamente, todas as coligações a adotarem a mesma estratégia de apontar, apenas, um nome para o senado,

559 <https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/6547/A-polemica-da-verticalizacao-das-coligacoes-partidarias>.

560 Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro entre 1999-2002.

deixando ao eleitor a tarefa de escolher, entre as coligações rivais, o segundo nome da chapa.

Na coligação que apoiou Sérgio Machado, faltando poucos dias para as convenções, os nomes favoritos às duas vagas de senador eram o do presidente estadual do PMDB, deputado Eunício Oliveira e da mais expressiva liderança, em termos eleitorais, da Frente Liberal, o também deputado Moroni Torgan.

Na sexta-feira antes da convenção, Sérgio Machado recebeu, em sua residência, nas vizinhanças do Parque do Cocó, as principais lideranças dos dois partidos para fechar a chapa majoritária, e definir as listas de candidatos a deputado federal e estadual. Lustosa, membro da executiva nacional e pré-candidato a deputado federal, foi um dos participantes da reunião.

Àquela altura dos fatos, já não era segredo a aliança informal que Ciro e Tasso tinham firmado. A coligação que, informalmente, estabeleceram colocou nas ruas uma chapa quase que imbatível: o senador Lúcio Alcântara seria o nome do PSDB para governador, enquanto que Tasso Jereissati e Patrícia seriam os nomes indicados para as duas vagas de senador. Também não foi segredo que, no Ceará, o candidato do PSDB para presidente não teria qualquer apoio das lideranças tucanas.

Se o grande número de palanques para governador aumentou a possibilidade de um segundo turno, na disputa para o governo do estado, algo que nunca tinha acontecido em terras alencarinhas, a coligação branca entre PPS/PDT-PSDB extinguiu qualquer chance de vitória das oposições no senado. Em consequência desse diagnóstico, Eunício e Moroni decidiram renovar seus mandatos para a câmara federal, e sobrou para Lustosa, cuja eleição para a câmara não era garantida, a tarefa de ir para o sacrifício compondo a chapa majoritária para candidato ao senado federal pelo PMDB.

Em uma das eleições mais disputadas da história, com sete candidatos a governador e oito concorrentes às vagas, no senado federal, os cenários desenhados quando da reunião na casa de Machado se confirmaram. Depois de apuradas as urnas, Tasso e Patrícia estavam eleitos senadores, com cerca de

um milhão de votos de diferença para o terceiro colocado. Lustosa ficou em quinto lugar, com pouco mais de 415 mil votos.

Conforme como previsto, a disputa para o governo foi muito acirrada. Entretanto, em lugar do avanço da candidatura de Sérgio Machado, que ao final teve pouco menos de 400 mil votos e ficou em terceiro, o que se assistiu foi o crescimento da candidatura petista na reta final da campanha. Na “onda vermelha” que varreu o país, José Airton conseguiu associar sua candidatura à de Lula⁵⁶¹ e arrebanhou 28,33% dos votos válidos. Lúcio Alcântara terminou o primeiro turno com 49,8% dos votos válidos. Faltaram menos de sete mil votos para a vitória em primeiro turno, provocando, pela primeira vez, uma disputa em segundo turno para governador do Ceará.

No segundo turno, o PMDB cearense engajou-se integralmente, nas campanhas de Lula e Zé Airton, iniciando um relacionamento com o Partido dos Trabalhadores que se estendeu ao mandato do presidente Lula. Ao fim, Lúcio conseguiu assegurar sua maioria com uma diferença mínima de 3 mil votos, conduzindo o PSDB para, mais uma vez ficar à frente do executivo estadual.

No plano nacional, o PMDB, que tinha rachado nas convenções partidárias para a definição do apoio à candidatura de José Serra, com a indicação da deputada Rita Camata para vice, voltou das eleições ainda mais dividido. Enquanto na câmara dos deputados a disputa pela liderança do partido parecia um revezamento, com os concorrentes alternando-se no cargo, ao sabor das mudanças nas listas de apoio. Na relação com o executivo, essa disputa repetia-se, com parte dos peemedebistas querendo apoiar o governo Lula, enquanto outra parcela preferiu se manter na oposição.

No início de 2004, o escândalo do mensalão evidenciou a dificuldade que o governo estava enfrentando para manter

561 Naquele 2002 em que o ex-metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva conseguiu finalmente chegar ao Palácio do Planalto após três tentativas frustradas, registrou-se fenômeno eleitoral denominado de onda vermelha. (...) Como o petista desembarcou no segundo round da peleja eleitoral como franco favorito, isso impulsionou candidaturas petistas em vários estados. O Ceará foi um exemplo. Disponível em: blogdoeliomar.com.br/2014/09/25/historia-das-eleicoes-ceara-azarao-surfia-na-onda-vermelha-mas-morre-na-praia/

uma base de sustentação no congresso nacional, entre outras coisas, por não contar com o apoio das maiores bancadas nas duas casas legislativas. Em um movimento que teve como principais agentes as lideranças do partido dos estados do Norte e do Nordeste, Lula conseguiu estabilizar sua base de apoio e pôde avançar nas reformas em que vinha trabalhando. Nesse processo, o PMDB do Ceará teve atuação decisiva e Lustosa foi convidado a compor a equipe do governo.

Nas Comunicações, a volta ao Executivo Federal.

Tendo o PMDB participado da campanha eleitoral, compondo a chapa de oposição, indicando a deputada Rita Camata para a vice, nada mais natural que, quando da montagem do governo, o partido ficasse de fora dos cargos e ministérios.

Apesar disso, o partido chegou em Brasília com a maior bancada de senadores e com a segunda maior bancada na câmara, o que tornou o PMDB indispensável para o governo, caso ele quisesse aprovar as mudanças legislativas com as quais estava comprometido. Segundo levantamento da época, as bancadas dos dez partidos que compunham a base de Lula na câmara totalizar 257 votos, ou seja, o número mínimo necessário para aprovar uma lei ordinária.

Para superar os 308 votos, que garantiam votos suficientes para, por exemplo, aprovar uma emenda constitucional ou para satisfazer quaisquer outras exigências regimentais de quórum qualificado, o governo precisava contar com parcela expressiva dos 68 votos que o PMDB detinha naquele plenário.

No senado federal, então, a posição do PMDB era ainda mais nevrálgica para quaisquer pretensões governamentais. Contando com 22 senadores, o partido, sozinho, respondia por praticamente um terço do colegiado. Sem os votos do PMDB, os partidos que davam sustentação ao governo somavam, no início daquela legislatura, 31 votos em um colegiado de 81 senadores.

Consciente da necessidade dos votos peemedebistas e pragmático que era, Lula foi em busca desse apoio. Já em maio

de 2003, o senador Sarney promoveu, em sua casa, um "almoço de confraternização" da bancada com o presidente da república, com o objetivo de serem apresentadas e discutidas as reformas que o governo pretendia submeter ao legislativo naquele semestre.

O almoço, com a presença de 62 deputados e 21 senadores, deixou clara a existência de divisões dentro do partido⁵⁶². Enquanto a bancada do senado mostrava-se disposta a encampar a bandeira das reformas governistas, a bancada da Câmara dividiu-se na disposição de aderir ou não ao governo. Enquanto uns defendiam a importância do partido na garantia da governabilidade, os dissidentes acusavam as lideranças favoráveis à adesão de estarem "vendendo" o partido.

Crítico ao apoio governamental, o deputado baiano Gedel Viera Lima, em seu discurso, denunciou que aquele almoço "era uma ode à adesão remunerada", embora reconhecesse que aquele "era um encontro para discutir as reformas, com as quais o PMDB tem um compromisso histórico". O gaúcho Darcísio Perondi foi mais direto na sua crítica. Para ele havia "um grupo fisiológico dentro do PMDB nortista, liderado por Renan, José Sarney e Ney Suassuna, que quer vender o partido"⁵⁶³.

Apesar da flagrante divisão na bancada da câmara, Lula conseguiu o que queria. Indicou o Senador Amir Lando para o cargo de líder do governo, somando-se à nomeação de peemedebistas para cargos estratégicos em empresas estatais, o que lhe garantiu, praticamente, o apoio de toda a bancada no senado, com exceção do gaúcho Pedro Simon e de quase 50 deputados federais, de acordo com a contabilidade do líder do partido na câmara, Eunício Oliveira⁵⁶⁴.

Além da indicação de Lando, em atenção aos líderes na câmara e no senado, o presidente confirmou as indicações de Paes de Andrade para a embaixada do Brasil, em Portugal, do

562 Folha de São Paulo, 14.05.03. PMDB troca insultos, e Lula só consegue apoio parcial.

563 Folha de São Paulo, 14.05.03. PMDB troca insultos, e Lula só consegue apoio parcial.

564 Folha de São Paulo, 15.05.03. Com PMDB, Lula tem maioria para a aprovação de reformas.

ex-senador Sérgio Machado (PMDB-CE) para a presidência da TRANSPETRO e ainda acenou com a possibilidade de, até o final do ano, contar com representantes do partido no seu ministério.

A aproximação com o governo também trazia para o PMDB a perspectiva de aumentar suas bancadas no congresso nacional em função da adesão de parlamentares de outros partidos que estavam incomodados com sua condição de opositoristas. O partido esperava receber parlamentares oriundos do PSDB, PFL e até do PDT. Nas estimativas das suas principais lideranças, enquanto na câmara se contava com a adesão de até 12 deputados, no senado, o senador Renan Calheiros esperava que a bancada peemedebista superasse os 25 parlamentares.

Apesar de controlada a situação no senado, a tensão dentro do partido continuava na bancada da câmara. Os votos peemedebistas ganharam ainda mais importância quando das negociações de apoio à aprovação das reformas tributária e previdenciária que tramitavam no congresso, mas Lula também olhava para o partido como parceiro estratégico para as eleições do ano seguinte.

Assim, em setembro daquele ano, o presidente recebeu para um almoço no palácio do planalto toda a cúpula do PMDB⁵⁶⁵. Depois de pedir o apoio do partido às reformas que estavam em discussão, o presidente deixou claro que daria ao partido dois ministérios o "mais breve possível e propôs acelerar alianças entre PT e PMDB para as eleições de 2004", com o objetivo de evitar uma aproximação dos peemedebistas com PFL e PSDB, em função dos acordos eleitorais que começaram a ser costurados⁵⁶⁶.

Nos primeiros dias de janeiro, as tratativas com os partidos para a prometida reforma ministerial estavam a pleno vapor. Coordenadas por Zé Dirceu, com apoio das lideranças petistas no parlamento, o governo pretendia fortalecer sua capacidade de articulação política. Como definiu o próprio presidente pou-

565 Folha de São Paulo, 03.09.03. Participaram: Michel Temer (SP), Renan Calheiros (AL), Eunício Oliveira (CE), José Sarney (AP) e Amir Lando (RO).

566 Folha de São Paulo, 03.09.03. Lula promete 2 Ministérios ao PMDB.

co antes de anunciar os nomes que iriam compor o novo ministério, ele estava precisando de ministros que apresentassem resultados e não que ficassem com teses, em crítica direta ao seu ministro da Educação, o senador Cristovam Buarque⁵⁶⁷.

De acordo com o jornalista Gilberto Dimenstein, em conversa com o deputado Eduardo Campos, líder do PSB na câmara, que fora convidado para assumir a pasta da Ciência e Tecnologia, esse argumento, também serviu para o presidente justificar a escolha dos novos ministros. Segundo ele, para sair da tese aos resultados ele resolvera pegar "essa turma boa da câmara".

Além de Eduardo Campos, formavam a turma: o líder do PMDB, Eunício Oliveria, que iria para o ministério das Comunicações; o mineiro Patrus Ananias do PT, ex-prefeito de Belo Horizonte, assumiria o "novo superministério da área social"; e o deputado Aldo Rebelo, do PCdoB de São Paulo, ficaria com a nova pasta da articulação política⁵⁶⁸.

No dia 28 de janeiro, Eunício assumiu o ministério das Comunicações e, ato contínuo, assinava a nomeação de Paulo Lustosa para ocupar o cargo de secretário executivo da pasta. Depois de mais de dez anos distante de cargos no executivo, período que coincidiu com a ascensão tucana, no plano nacional⁵⁶⁹, Lustosa estava de volta ao governo.

Na secretária executiva do ministério, Lustosa participou, ativamente, das discussões dos principais temas relacionados com a política da época. Naquele momento, iniciaram-se as discussões para a escolha do padrão tecnológico que o Brasil adotaria na implantação da TV digital⁵⁷⁰, bem como foram dados os primeiros passos, nos debates do incipiente processo de convergência digital e seus impactos sobre a TV por assinatura⁵⁷¹.

567 Folha de São Paulo, 23.01.04. Lula tira Cristovam e põe Tarso na Educação.

568 Folha de São Paulo, 23.01.04. Lula tira Cristovam e põe Tarso na Educação.

569 Lustosa foi secretário executivo do Ministério da Integração Nacional na gestão do Senador Alexandre Costa até 2003. Em 2004 foi candidato a deputado federal, ano em que o PSBD chega ao poder com a eleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso.

570 O Globo, 11.08.04. Brasil não vai criar padrão digital, diz Secretário.

571 O Globo, 03.12.04. Nova Lei vai englobar conteúdo.

Seu interesse e sua atenção, entretanto, voltaram-se, principalmente, para os esforços de democratização do acesso à internet. O desafio de promover a inclusão digital e o acesso à rede mundial de computadores, em todos os municípios do país, e, especialmente, nas escolas públicas, consolidou-se uma estratégia de ação do governo.

É durante a gestão de Eunício e Lustosa à frente do ministério que se idealizou o projeto Casa Brasil⁵⁷², desenvolvido em parceria com outros ministérios, como parte do esforço governamental de unir, em um mesmo espaço o acesso à internet, à informação e às produções culturais⁵⁷³. Foi também nesse período, que o esforço de fazer a internet chegar aos mais afastados rincões do país, que o governo investiu no lançamento de um satélite estacionário⁵⁷⁴ que contribuiria para esta finalidade.

Enquanto Eunício e Lustosa trabalharam à frente do ministério, no campo político o clima dentro do PMDB agravou-se por conta das eleições municipais e de seus possíveis reflexos para 2006. Toldaram, também, as relações dentro do partido, incluindo na bancada do senado, as discussões em torno da sucessão das presidências das duas casas Legislativas.

Sentindo a corrosão do apoio peemedebista ao governo, Lula acenou com a possibilidade de entregar ao partido mais um ministério, gerando reações imediatas dos insatisfeitos. Em resposta, Michel Temer, presidente do partido, chegou a ameaçar de expulsão os membros do PMDB que aceitassem cargo no governo. Para ele, era melhor um partido menor do que um partido "grande, mas fragmentado"⁵⁷⁵.

572 O Globo, 28.04.04. Centro para Combater a Exclusão Digital.

573 Casa Brasil era uma política transversal, que integrava diversas áreas do Governo Federal e das organizações da sociedade civil em torno promoção da cidadania digital, por meio da universalização do acesso às TICs para a criação e produção de conhecimento tecnológico, científico, cultural e social.

574 O Globo, 02.10.04. Fundo financia estudos para construir satélite.

575 Valor Econômico, 23.11.04. Temer aposta em racha se o PMDB aceitar mais uma pasta no governo. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/468554/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>

A briga pela liderança do PMDB da Câmara.

No ano seguinte, as divergências entre as correntes governistas e opositoristas do PMDB produziram uma acirrada disputa pela liderança do partido na câmara que beirou o ridículo, com sucessivas alternâncias de líder por conta do número de assinaturas de apoio às listas que alternavam o candidato à mesa diretora.

Em fevereiro de 2005, com o retorno das atividades parlamentares, a bancada peemdebista, na câmara reuniu-se a fim de escolher seu líder para aquela sessão legislativa. O deputado paranaense José Borba, que havia sucedido Eunício no cargo, apresentou seu nome para a recondução à liderança, enquanto o mineiro Saraiva Felipe apresentou-se como candidato dos opositoristas ao governo.

Tentando evitar o desgaste de uma disputa no voto, ambos os candidatos recorreram à busca de assinaturas dos deputados do partido, em apoio à sua candidatura. Assim, ainda na primeira semana de fevereiro, o deputado Saraiva Felipe protocolou, junto à mesa diretora da câmara, uma lista com assinatura de 48 dos 90 deputados que compunham o partido, garantindo-lhe a liderança. Algumas horas depois, foi a vez de Borba protocolar sua lista de apoios, que contava com 49 assinaturas, revertendo a situação⁵⁷⁶.

Não foi preciso ser expert em matemática para duas constatações óbvias: a primeira, o PMDB tinha inchado ao longo do ano de 2004, atraindo adesões as mais variadas e fizeram com que a bancada, originalmente, de 68 parlamentares, chegasse à metade da legislatura com 90 membros, um acréscimo de quase 30%. Mais importante, o somatório das listas apresentadas pelos dois candidatos a líder somava 97 assinaturas, 7 a mais que o número de membros do partido, ou seja, ou tinha gente apoiando os dois nomes ou tinha assinatura falsificada.

Atuando em favor de Saraiva Felipe, Temer conseguiu articular uma reunião para eleição do líder por meio de votação

⁵⁷⁶ UOL, 17/02/2005. Borba recupera a liderança do PMDB, mas por tempo indeterminado. Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultnot/reuters/2005/02/17/ult27u47394.jhtm>

direta. A falta de acordo entre as partes era tamanha que os parlamentares governistas e os ligados a Borba resolveram boicotar a reunião. Contando com um quórum de 48 parlamentares, a reunião acabou sendo realizada. Como resultado, o mineiro foi eleito líder com os votos de 43 deputados do partido⁵⁷⁷.

Enquanto os oposicionistas comemoravam a derrota imposta ao governo, especialmente, ao ministro Eunício Oliveira que havia indicado Borba para a função, os governistas trabalharam arduamente para reverter a situação. Menos de uma semana depois, Borba foi à mesa diretora da câmara para protocolar uma lista, na qual constavam os nomes e assinaturas de 46 parlamentares do PMDB. Em mais uma reviravolta na cômica sucessão da liderança partidária, Borba voltou a ser líder⁵⁷⁸.

Era a quarta mudança na liderança em um período de 20 dias, o clima dentro da bancada estava terrível e, não bastasse, começaram a ganhar força as denúncias de compra de votos de parlamentares pelo governo, denúncias essas que foram desaguar no escândalo do mensalão.

O Mensalão e mais uma Reforma Ministerial.

Em maio daquele ano, a revista Veja divulgou um vídeo em que um funcionário dos Correios recebeu propina de um empresário, e relacionou o incidente com um esquema de corrupção coordenado pelo deputado carioca Roberto Jefferson⁵⁷⁹, do PTB.

Acuado, Jefferson primeiro ameaçou contar tudo o que sabia para evitar a instalação da CPI. Depois, vendo-se sem alternativa, partiu para a ofensiva e denunciou que Delúbio Soares, tesoureiro do partido, pagava mensalidades de até R\$ 30 mil a parlamentares governistas, em troca de seus apoios nas votações de interesse do governo. Denominando de mensalão

577 O Globo, 24.02.05. Saraiva Felipe derrota governistas e é eleito novo líder do PMDB na Câmara. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/388019/noticia.htm?sequence=1>

578 Agência Câmara, 02.03.05. José Borba reassume liderança do PMDB na Câmara. Disponível em: <http://www.al.ma.leg.br/noticias/652>

579 Veja, 18.05.05. O homem chave do PTB.

a mesada paga aos parlamentares, o deputado fluminense não só batizou o escândalo como trouxe para o centro do furacão nomes importantes do PT, como o ministro José Dirceu.

À medida que o escândalo ameaçou envolver quadros importantes do Partido dos Trabalhadores, sua solução passou a consumir muita atenção e esforço do governo junto ao congresso nacional, especialmente visando evitar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito -CPI- ou, sendo essa inevitável, para dispor de uma maioria confortável que permitisse ao governo controlar seus desdobramentos.

Em julho de 2005, cada vez mais pressionado pelo agravamento da situação no congresso e tentando recompor sua base de sustentação, Lula resolveu antecipar a saída dos ministros que seriam candidatos no ano seguinte, promovendo uma nova reforma ministerial. Era a oportunidade de fortalecer alguns novos aliados, afastar-se daqueles que estavam sofrendo muito desgaste e, entre outras coisas, cumprir a promessa de dar mais espaço ao PMDB nos ministérios.

Os dois ministros do PMDB, Romero Jucá e Eunício Oliveira eram candidatos declarados em seus estados nas eleições de 2006 e, por conseguinte, tiveram que entregar seus cargos e reassumir os mandatos no congresso nacional. Além dessas duas vagas, Lula ofereceu, também, o posto de Dilma Rousseff no ministério de Minas e Energia, que assumiria função destacada no palácio do planalto.

Nas articulações que se seguiram, o nome de Lustosa apareceu, reiteradas vezes, como alternativa para assumir qualquer uma das pastas do partido⁵⁸⁰. Segundo declarou o líder do PMDB no senado, Ney Suassuna⁵⁸¹, foram seis os nomes indicados para compor o novo ministério: o senador Hélio Costa, os deputados Paulo Lima, Marcelo Barbieri e Saraiva Felipe, além de Silas Rondeau e Paulo Lustosa, que não eram detentores de mandato legislativo naquele então.

Depois de muitas idas e vindas, o PMDB manteve o ministério das Comunicações, lugar para onde foi indicado o se-

580 O Globo, 04.07.05.

581 O Globo, 01.07.05. Lula pede cargos a ministros candidatos.

nador Hélio Costa que perdeu a Previdência, mas assumiu os poderosos ministérios da Saúde e das Minas e Energia. Para o primeiro foi indicado o deputado Saraiva Felipe, o mesmo que impusera derrotas ao governo na disputa pela liderança do partido no início do ano; e para o segundo Silas Rondeau que era presidente da Eletrobras. Paulo Lustosa saiu do ministério das comunicações e assumiu a presidência da Fundação Nacional de Saúde -FUNASA-.

Redescobrimo a FUNASA.

A Fundação Nacional de Saúde -FUNASA-, órgão vinculado ao ministério da Saúde, foi criada no governo Collor, em 1991⁵⁸², fruto da incorporação da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública, a famosa SUCAM, e da Fundação de Serviços de Saúde Pública, a Fundação SESP. Além disso, a nova autarquia absorveu as atividades das Secretarias Nacionais de Ações Básicas em Saúde e de Programas Especiais em Saúde, que tinham sido extintas. Para completar, também, foi delegada a Lustosa responsabilidade de assumir as atividades relacionadas à área de informática do SUS, que até então fora atribuição da DATAPREV.

Além de consequência da reforma do estado proposta por Collor, a criação da Fundação, também, estava relacionada com a promulgação da Constituição de 1988 e com as diretrizes para a "redefinição do sistema de saúde, a partir da criação do Sistema Único de Saúde -SUS-". Assim, enquanto a "reforma do Estado empreendeu ações no sentido de diminuir a máquina administrativa federal, a implementação do SUS retirou do governo federal a atribuição de execução direta das ações de atenção à saúde, remetendo a estados e municípios tal responsabilidade⁵⁸³".

582 A Fundação Nacional de Saúde, cuja sigla original era FNS, foi criada por MP em 1990. Mas sua regulamentação só ocorreu quando da edição do Decreto nº 100, de abril de 1991.

583 Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. Carla Costa Teixeira. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1733>

Com o processo de descentralização associado à implantação do SUS, a Fundação cedeu para estados e municípios quase que a totalidade de seus bens móveis, que foram destinados a abrigar serviços de assistência em saúde, epidemiologia e controle de doenças nessas unidades da federação e, junto com eles, mais de 26 mil funcionários que compunham seus quadros foram transferidos para essas jurisdições.

Em 1999, no governo FHC, toda a política nacional de assistência à população indígena foi transferida da FUNAI para a FUNASA que, foi novamente, reestruturada, com a incorporação dessas atividades e a saída de outras, a exemplo, da parte relacionada com as informações em saúde, que foram transferidas para o ministério da Saúde, sob a responsabilidade do DATASUS.

Até o início dos anos 2000, a FUNASA, ainda, sofria para se encontrar do ponto de vista institucional. Sendo uma unidade centralizada dentro de um sistema que patrocinava a descentralização, sua estratégia de ação era, frequentemente, traduzida em um boicote à estruturação do SUS, dificultando suas relações com os outros entes do Sistema. Ao mesmo tempo, no front interno da organização, culturas organizacionais muito distintas tentavam se conciliar⁵⁸⁴, levando o órgão a uma aguda crise de identidade, que em muito prejudicou o seu desempenho institucional⁵⁸⁵.

Em 2003, no início do governo Lula, mais uma reestruturação no ministério da Saúde provocou impactos sobre a FUNASA. A criação da secretaria de Vigilância em Saúde retirou da Fundação a gestão do sistema nacional de vigilância epidemiológica e ambiental em saúde, levando para sua alçada o Centro Nacional de Epidemiologia e as unidades a ele vinculadas. Com isso, a FUNASA passou a contar com duas áreas

584 "... a tensão entre a existência da Funasa e o SUS, ou melhor, sua condição marginal ao sistema e a disputa política e institucional entre FSESP, Sucam e Cenepi povoa a visão dos sujeitos que operam as ações da Funasa em distintos níveis institucionais". Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. Carla Costa Teixeira. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1733>

585 Em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro_100-anos.pdf

finalísticas: a atenção integral à saúde dos povos indígenas e o saneamento ambiental⁵⁸⁶.

Em meados de 2005, como parte de mais uma reforma ministerial decorrente dos ajustes de força no legislativo e, também, em função de denúncias contra o ministro da Saúde, o pernambucano Humberto Costa, por conta da Operação Vampiro da Polícia Federal, o PMDB assumiu o controle da pasta, indicando para ocupá-la, o deputado Federal, por Minas Gerais, Saraiva Felipe. A FUNASA, cujo presidente, também, era ligado ao Partido dos Trabalhadores, teve sua diretoria, inteiramente, substituída e Paulo Lustosa foi indicado pelo partido para ocupar a presidência.

A equipe indicada pelo Partido dos Trabalhadores, em 2003, tinha iniciado um processo de planejamento estratégico estabelecendo objetivos e estratégias para a organização. A partir de 2004, passando a considerar a inclusão social um elemento central de sua ação, passando a "priorizar grupos populacionais considerados vulneráveis, apoiando e/ou executando projetos em comunidades especiais, como: remanescentes de quilombos, reservas extrativistas, assentamentos da reforma agrária e indígenas⁵⁸⁷".

Essa opção estratégica, somada ao ativismo das organizações indigenistas e à visibilidade que a temática sempre recebeu, na mídia nacional e internacionalmente, fizeram com que, naqueles primeiros dois anos do governo, a Fundação estivesse muito mais associada à saúde indígena do que às políticas de saneamento ambiental, propriamente ditas.

Para alguns analistas, a inclusão da atenção à saúde indígena como atribuição da Fundação "teria sido central a sua sobrevivência institucional, contribuindo para redimensionar as forças e estratégias políticas no processo de seu desenho institucional em constante reformulação⁵⁸⁸", fazendo com que fosse

586 Em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro_100-anos.pdf

587 http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/revistaFunasa20anos.pdf

588 Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. Carla Costa Teixeira. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1733>

frequente a concepção de que os recursos da saúde indígena seriam predominantes no financiamento da organização.

Entretanto, tal hipótese jamais resistiu à fria análise dos números. Tomando por exemplo o ano 2006, segundo ano de Lustosa à frente da entidade, a "assistência aos povos indígenas" representava R\$ 225.900.000,00 do total de R\$ 3.989.745.197,00, enquanto que os recursos para saneamento somavam cerca de um terço deste total⁵⁸⁹.

Lustosa logo percebeu a relevância das ações de saneamento ambiental dentro da Fundação e reconheceu o potencial que teria, em termos de promoção de maior inclusão social⁵⁹⁰, a chegada desses recursos aos estados e municípios, especialmente, nas cidades de pequeno porte, sem que isso significasse diminuir a atenção aos públicos prioritários.

Percebeu, também, que para consolidar a instituição e fortalecê-la, sua presidência deveria se dedicar a melhorar o diálogo com a classe política, especialmente, parlamentares e gestores estaduais e municipais, pois eram os principais "clientes" da FUNASA. Foi igualmente necessário aumentar a eficiência na execução dos programas e projetos, garantindo que os recursos alocados chegassem aos estados e municípios, dando maior visibilidade às ações de saneamento ambiental, valorizando essa política pública e gerando dividendos políticos para a Fundação e seus parceiros.

Assim como fizera quando presidente do CEBRAE e quando esteve à frente do ministério da Desburocratização, Lustosa recorreu às boas relações que mantinha com colegas de parlamento para alavancar o orçamento da organização, fortalecendo-a e tornando-a mais valorizada aos olhos dos atores políticos.

589 Fundação Nacional de Saúde: a política brasileira de saúde indígena vista através de um museu. Carla Costa Teixeira. Disponível em: <https://journals.openedition.org/etnografica/1733>

590 De acordo com o presidente da Funasa, Paulo Lustosa, os investimentos em saneamento ambiental são uma das prioridades nessa gestão. "As ações da fundação são importantes no processo de inclusão social dos brasileiros, por isso trabalhamos, sempre, para agilizar a liberação de recursos", afirma. Disponível em: <https://www.clickpb.com.br/saude/investimentos-da-funasa-beneficiam-mais-de-765-mil-brasileiros-no-prim-3785.html>

Tomando como referência o período do PPA 2004-2007⁵⁹¹, que cobriu o primeiro governo Lula e o período em que esteve à frente da FUNASA, em função de sua capacidade de articulação junto ao legislativo e ao executivo, Lustosa conseguiu fazer com que o orçamento anual da entidade aumentasse em 44,5 % neste período⁵⁹².

Considerando, apenas, os investimentos, ou seja, excluindo-se despesas com pessoal e administração do órgão, a Fundação viu subir os recursos disponíveis para suas principais políticas e ações. Entre 2004 e 2006, o orçamento para sistemas de abastecimento de água passou de R\$ 96,4 milhões para R\$ 236,7 milhões, um aumento de 145%; os recursos voltados para esgotamento sanitário cresceram 227%; enquanto os valores destinados à construção de banheiros (MSD), substituição de casas de taipa por de alvenaria, como parte do esforço de combate à doença de chagas; e os recursos para saneamento e atenção integral à saúde indígena cresceram, respectivamente, 90,5%, 208%, 91% e 66%⁵⁹³.

Além da sua capacidade de articulação junto aos parlamentares, o expressivo crescimento dos volumes alocados nos programas e atividades desenvolvidos pela Fundação, também, deu-se em consequência da eficácia da entidade na entrega de seus objetivos e metas. Entre 2004 e 2006, a taxa de execução do orçamento da FUNASA passou de 83% para 93%, alcançando uma das melhores marcas em toda a década.

Em termos de benefícios para os cidadãos, esses resultados representaram, por exemplo, que entre 2004 e 2006 o número de famílias atendidas por sistemas de abastecimento de água, financiados pela FUNASA foi de 107 mil famílias em 2004 para 153 mil em 2005, chegando a 196 mil em 2006, seu

591 Embora tenha saído da Presidência da Fundação em março de 2007, como o orçamento é aprovado no ano anterior, tanto o orçamento de 2006 como de 2007 foram negociados por Lustosa.

592 De acordo com o relatório de gestão da FUNASA de 2006, o orçamento de 2004 para investimentos foi de R\$ 1.726 milhões, de R\$ 1.885 milhões em 2005 e de R\$ 2.154 milhões em 2006. O relatório de 2007 informa um orçamento de R\$ 2.477 milhões, mas a soma dos valores dos programas de investimento totalizam R\$ 2.453 milhões.

593 Relatório de Gestão da FUNASA, 2006.

último ano à frente da entidade⁵⁹⁴. Na saúde indígena, entre outros indicadores, pode ser destacada a redução da mortalidade infantil indígena no seu período à frente da Fundação. O ano de 2006 registrou o menor índice da série histórica entre 2000 e 2007, segundo os relatórios de gestão do órgão⁵⁹⁵.

Nas mãos de Lustosa, a FUNASA passou de "responsável por cuidar de índios" para "máquina de fazer votos", conforme ele mesmo definiu para explicar sua saída da presidência do órgão e justificar a acirrada disputa entre PMDB e PT para assumir o controle daquele orçamento⁵⁹⁶. Ao redescobrir a Fundação e seu potencial para entregar boas políticas públicas, Lustosa também, voltou a se cacifar para participar, ativamente, da política no estado do Ceará.

As Transformações do Ambiente Político no Ceará para as Eleições de 2006.

Depois de anos, a fio, amargando derrotas na oposição, primeiro no plano estadual, depois em termos do governo federal, a ascensão política do PT e a aproximação do PMDB nordestino com o governo petista tinham alterado as correlações de força no estado do Ceará, com impactos na sucessão do governador Lúcio Alcântara.

A participação de Ciro Gomes como ministro da Integração Nacional de Lula rendeu uma briga com o presidente nacional do partido, deputado Roberto Freire, anunciando que o PPS ficaria na oposição ao governo petista (MONTE, 2016. p. 58). No plano estadual, o grupo dos Ferreira Gomes, embora mantivesse relações cordiais com Tasso Jereissati, adotou uma postura de autonomia em relação ao ex-governador (MONTE, 2016) e vinham "iniciando-se as investidas contra o governador tucano Lúcio Alcântara" (MONTE, 2016. p. 57). Próximo ao fi-

594 Relatório de Gestão da FUNASA, 2006.

595 Informações disponíveis nos relatórios de gestão da FUNASA de 2000 a 2004, 2006 e 2007.

596 Gazeta do Povo, Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/controla-da-funasa-e-disputado-por-pt-e-pmdb-af11a7nu0c6ubhurie2b9didq/>

nal de 2004, a ruptura do PPS com o governador já se mostrava quase inevitável.

Apesar das alterações entre PPS e governo que vinham acontecendo na Assembleia Legislativa, desde meados de 2003, um movimento mais evidente de aproximação dos "ciristas" com a direção nacional do PT e o afastamento do governo estadual aconteceu na eleição municipal de Fortaleza. O PSDB apresentou Antônio Cambraia, ex-prefeito da capital, como nome do grupo à sucessão municipal, mas o PPS preferiu apoiar o candidato do PCdoB, o também deputado Federal Inácio Arruda. Era a primeira vez, desde 1986, que Ciro e Tasso estavam em campos opostos em uma eleição de tal importância.

É importante lembrar que, naquela eleição, Arruda era o candidato da direção nacional do PT e chegou a contar com a intervenção direta das principais lideranças nacionais do partido, a fim de evitar o lançamento da candidatura petista de Luizianne Lins. O presidente nacional do partido, José Genoíno, e o todo poderoso ministro José Dirceu estiveram à frente do movimento em favor de Inácio⁵⁹⁷, mas não conseguiram reverter a posição do diretório municipal. Derrotado na convenção petista, o candidato comunista, também, perdeu para Luizianne nas urnas, meses depois.

No PMDB, as eleições de 2004 marcaram, também, um momento de inflexão na política interna partidária. Em uma ligação com dois partidos de menor expressão eleitoral, o partido lançou o nome de Aloísio Carvalho para prefeito, configurando o racha entre o diretório estadual, controlado por Eunício e o diretório municipal, que era, até então, controlado pelo prefeito que estava terminando seu mandato, Juraci Magalhães.

O rompimento entre Eunício e Magalhães provocou a saída desse último do partido. Antes disto, porém, quando chegou o momento da tomada de posição do partido para o segundo turno, enquanto Eunício e Lustosa decidiram apoiar o candidato do PFL, Moroni Torgan, o prefeito trabalhou pela petista

597 Folha de São Paulo, 31.10.04. Luizianne, com 57% dos votos, deve ser eleita.

Luiziane Lins⁵⁹⁸. Quando as lideranças peemedebistas, ligadas a Eunício foram anunciar o apoio ao pefelista, o próprio Lustosa definiu a divisão no partido, afirmando que onde Juraci estivesse seu grupo no PMDB não estaria⁵⁹⁹.

Passadas as eleições municipais, as relações políticas entre o PPS e o governo de Lúcio Alcântara continuaram a se deteriorar. Antecipando o que aconteceu nas eleições de 2006. Em abril de 2005, as lideranças do PPS, PT e PMDB selaram acordo para atuação, em bloco, na defesa do governo federal e da Prefeitura de Fortaleza, ambos governados pelo PT. Era a semente para a formação de uma frente de oposição ao governo.

O caminho para a formação do bloco oposicionista, entretanto, não foi tão tranquilo. Sendo historicamente ligados ao PSDB, os parlamentares da bancada do PPS mantinham o diálogo com a base governista e, vez por outra, desorganizavam o movimento oposicionista, o que aconteceu logo na primeira oportunidade mais relevante de confronto entre governo e oposição: a escolha do nome para ocupar uma vaga aberta no Tribunal de Contas dos Municípios -TCM-.

Em um movimento político visando desestabilizar o bloco de oposição, a base governista resolveu apoiar o nome do deputado estadual Chico Aguiar, filiado ao PPS. Em resposta, o bloco de oposição une-se em torno do nome do peemedebista Domingos Filho, contando com o apoio dos parlamentares liderados pelos Ferreira Gomes. Em votações prévias, e conforme expectativa dos analistas políticos, o nome de Domingos era o favorito para vencer o pleito, porém, após uma semana de muita tensão e contrariando as projeções iniciais, Chico Aguiar venceu a disputa com votos de, pelo menos, dois deputados ciristas.

A reação dos oposicionistas foi imediata. Em entrevista ao jornal O POVO, o líder do PT na assembleia legislativa, José Guimarães, disse que "a posição dos ciristas coloca uma pá de cal no nosso projeto conjunto para 2006" e avaliou que os aliados de Ciro Gomes não se libertaram da aliança com o PSDB.

598 O Estado de São Paulo, 11.10.04. Candidata do PT em Fortaleza recebe apoio do atual prefeito.

599 Diário do Nordeste, 15.10.2004. Aliados de Eunício levam apoio a Moroni.

Guimarães denunciou que “o espectro dessa união estratégica entre Ciro e Tasso ronda a política cearense”⁶⁰⁰ e, viu-se, o fantasma dessa relação aparecer outras vezes, ao longo das negociações para a sucessão de Lúcio.

Enquanto PPS e PSDB conviviam “entre tapas e beijos” na assembleia legislativa, Cid Gomes, que acabara de deixar a prefeitura de Sobral, elegendo o deputado Leônidas Cristino como seu sucessor, viajou pelo interior do estado discutindo a sucessão e credenciando-se para concorrer ao governo do estado. Além de Sobral, o PPS elegeu prefeitos em outros 37 municípios, perdendo apenas para o PSDB, que elegeu 70 prefeitos naquele pleito.

Em meados de 2005, a incompatibilidade entre a posição de Ciro no ministério e suas diferenças com o presidente nacional de seu partido, somadas às mudanças no cenário estadual, levaram os Ferreira Gomes a mudar, mais uma vez, de partido.

A escolha recaiu sobre o PSB, partido que, apesar de tradicional na política estadual, tinha apenas dois prefeitos em 2004, o que facilitava a acomodação de seus aliados nos municípios. Ademais, o fato de o partido estar alinhado com o governo federal abria “uma porta de entrada para a aproximação de partidos de oposição ao PSDB e ao governo estadual”, o que era igualmente interessante (MONTE, 2017. p. 107).

Se no início, Cid manteve certa discrição nas suas falas com relação à sucessão estadual, ao aproximar-se o fim do ano, seu discurso se modificara. No mês de novembro, durante festejos de aniversário do coordenador da FUNASA no estado, o ex-deputado Wellington Landim, o ex-prefeito afirmou que as possibilidades de acordo com o governador estavam cada vez mais distantes⁶⁰¹. Em entrevista à rádio local, Cid disse que não

600 O Povo, 26.11.05. Entre tapas e beijos. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

601 O Povo, 27.11.05. Maior aliado, maior dor de cabeça. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

teria condições de votar em Lúcio nas eleições que se aproximavam e desfiou uma série de críticas à sua gestão⁶⁰².

Na assembleia, o deputado Ivo Gomes subia o tom de críticas ao governo, convertendo-se em um dos principais nomes da oposição no legislativo estadual. Por outro lado, permaneceu o dilema entre ficar ou sair do governo, uma vez que vários nomes ligados aos Ferreira Gomes continuavam a compor a equipe de Lúcio Alcântara, deixando a situação indefinida, fazendo pairar o espectro de uma possível recomposição entre PSB e PSDB.

Além das movimentações do possível candidato do PSB, também, no PMDB as articulações visando à sucessão estadual estavam em marcha. Apoiando e apoiado pelo governo Lula, o presidente do partido no estado, Eunício Oliveira, também, se apresentou como alternativa oposicionista aos planos de reeleição de Lúcio Alcântara, embora declarasse sua preferência por participar da chapa majoritária, concorrendo a uma vaga no senado federal. Entretanto, a possibilidade de reeditar a aliança de 2002 com o PFL estava, praticamente, descartada, em função da sucessão presidencial⁶⁰³.

O Partido dos Trabalhadores, peça fundamental no quebra cabeça oposicionista, estava em crise. Depois de quase alcançar a vitória nas eleições anteriores, o PT ainda não tinha definida sua estratégia para as eleições. O deputado estadual José Guimarães, principal liderança do partido no estado, "empenhado em evitar a cassação de seu mandato por suspeita de envolvimento com o valerioduto" fez com que setores da direção partidária optassem "por uma composição com PSB e PMDB, hipótese na qual, dificilmente, um petista⁶⁰⁴" disputaria o governo.

602 O Povo, 27.11.05. Maior aliado, maior dor de cabeça. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

603 O Povo, 26.11.05. Eunício, possível adversário. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

604 O Povo, 27.11.05. Em crise, PT vive indefinição no Ceará. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

Em posição contrária e defendendo a candidatura própria, José Airton, candidato derrotado do partido nas eleições de 1998 e 2002, trabalhou por sua terceira candidatura, mas não mais contou com o apoio de Guimarães e do campo majoritário. O presidente do partido no estado, Joaquim Cartaxo, defendia "a possibilidade de o PT abrir mão de ter candidato próprio em favor dos aliados" e que no caso do partido ficar "com a cabeça de chapa, o campo majoritário a apresentou o nome do prefeito de Quixadá, Ilário Marques⁶⁰⁵".

Ainda no final de 2005, Lustosa fez uma opção estratégica para a eleição vindoura. Reconhecendo seu destacado papel à frente da Fundação e a importância que as obras e serviços levados aos municípios teriam para o projeto do PMDB no país, especialmente, naqueles estados em que o partido estava na oposição ao governo estadual, como no Ceará, Lustosa optou por não se lançar candidato naquele pleito, mas sim, colocar seu filho mais velho, Paulo Henrique, para disputar uma vaga na câmara federal. Isto não o afastou da eleição, pelo contrário, deu-lhe maior liberdade para atuar nas articulações, tanto em Fortaleza quanto em Brasília.

No final de março, o processo de desincompatibilização dos ministros que concorreriam a cargos eletivos, nas eleições, ocasionou a saída do ministro da Saúde, Saraiva Felipe, que se candidataria a deputado federal por seu estado. Cada vez mais forte dentro da cúpula do partido e no próprio governo, Lustosa chegou a ter seu nome cotado para sucedê-lo⁶⁰⁶, mas Lula acabou optando por uma solução técnica⁶⁰⁷, mantendo o secretário executivo à frente do ministério, como fez em vários outros. Lustosa manteve-se na FUNASA.

Em Brasília, Ciro anunciou seu desligamento do ministério da Integração com o intuito de concorrer a uma vaga na câmara federal e apoiar a candidatura do irmão ao governo, uma

605 O Povo, 27.11.05. Em crise, PT vive indefinição no Ceará. Clipping da FIEC de Novembro de 2005. Disponível em https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/pesquisas/impacto_2005/hc758.pdf.

606 O Estado de São Paulo, 31.03.06. Contrariado, Lula perde 8 ministros. E, O Povo, 31.03.06. Coronel Herdez Miranda assume lugar de Deladier.

607 O Globo, 01.04.06. Lula nomeia sete técnicos para ministérios.

vez que, ainda no começo do ano, o grupo, abrigado no PSB apresentou o nome de Cid para candidato ao governo, com o apoio do PT e do PCdoB, sacramentando o rompimento com o governador Lúcio Alcântara e formalizando sua aproximação com as esquerdas dando início às articulações para a sucessão.

Tentando reverter a situação, o senador Tasso Jereissati recebeu, em seu gabinete em Brasília, Ciro Gomes e Lúcio Alcântara para negociar uma saída para a disputa. Entre as propostas apresentadas foi oferecida a vaga de senador para Lúcio numa chapa que teria Cid como candidato a governador (MONTE, 2016. p. 78). A proposta vazou para a imprensa e provocou um “tiroteio” entre os tucanos “lucistas” e “tassistas”⁶⁰⁸, levando Lúcio a ratificar sua pretensão de disputar a reeleição e definindo os dois principais nomes que disputariam o pleito de outubro.

Enquanto o ano avançava na direção das convenções partidárias, os partidos coligados em torno do nome de Cid acenaram para o PMDB, tentando atraí-lo para a coligação. Entretanto, em função do histórico de disputas e antagonismo com os Ferreira Gomes, tanto o PMDB quanto Lustosa não se associaram imediatamente, à candidatura de Cid⁶⁰⁹. Enquanto Eunício tentava negociar a vaga de senador para o partido, que já estava prometida para o PCdoB, Lustosa empenhou-se em organizar a campanha de seu filho e não se envolveu diretamente, nas discussões com os partidos de oposição.

No campo governista, ainda havia a esperança de que o senador Tasso Jereissati conseguisse promover algum tipo de composição entre o governador Lúcio e o grupo dos Ferreira Gomes, mantendo vivas as desconfianças dos peemedebistas. Além disso, havia a sempre desafiadora tarefa de enfrentar o governo.

Desde que Jereissati trocara o PMDB pelo PSDB, o partido passou a fazer oposição ao governo, lançando candidatos e perdendo todas as eleições que se sucederam. Perderam com

608 A Tarde, 28.05.06. Briga entre Tasso e Lúcio Alcântara racha PSDB-CE.

609 UOL, 22.05.06. Frente com PSB, PT e PMDB tenta bater tucanos no Ceará.

Lustosa em 1990⁶¹⁰, com Gonzaga Mota em 1994, com Juraci Magalhães em 1998 e com Sérgio Machado em 2002. Desta vez, entretanto, havia a certeza do apoio do governo federal ao candidato que aceitasse enfrentar o PSDB, no Ceará, e a candidatura de Lula à reeleição.

A formação da frente de oposição envolvendo PSB, PT e PCdoB, além de outros partidos de expressão nacional tal qual o PP, deu pouco espaço por uma aventura solo do PMDB, mas as negociações continuaram em torno da vaga de senador. Com a aproximação das convenções, o diálogo entre o partido e a candidatura oposicionista intensificou-se.

O deputado estadual Domingos Filho, que atuava na condição de principal interlocutor da candidatura de Cid junto ao partido, procurou Lustosa usando definir uma estratégia de ação conjunta para as candidaturas proporcionais e trazê-lo para próximo da campanha majoritária. Eunício, por seu turno, aceitou a candidatura comunista ao senado e resolveu ser novamente candidato a deputado federal.

Passadas as convenções, foram seis os candidatos ao governo do estado. Além de Lúcio, pelo PSDB, em coligação com outros sete partidos⁶¹¹ e de Cid Gomes do PSB, coligado com PT, PMDB, PCdoB, PP, PRB, PHS, PMN e PV, também apresentaram candidatos, o PL, o PSOL, o PSDC e o PCO. Na disputa para o senado, o deputado Moroni Torgan, candidato do PFL na coligação com o PSDB, começou a campanha bem à frente de Inácio Arruda, polarizando a disputa pela vaga na câmara alta do país⁶¹².

Depois da Vitória, a Saída de Cena.

Na noite de 22 de novembro de 2006, um vitorioso Paulo Lustosa abria as portas da sua casa, no Lago Sul em Brasília,

610 Na época ainda estava filiado ao PFL, o nome do PMDB na chapa era do candidato ao Senado Paes de Andrade.

611 Coligação Pra Frente Ceará (PSDB, PFL, PTB, PTN, PSC, PPS, PAN e PTC).

612 Somadas, as candidaturas de Inácio e Moroni receberam 98,15% dos votos válidos para o senado em 2006.

para comemorar o seu 62º aniversário. Além de festejar mais um ano de vida, o evento celebrou a vitória no pleito que se encerrara e servia de mostra para o seu prestígio no planalto central.

Lustosa saiu totalmente, vitorioso do pleito de 2006. Elegeu seu filho com a quinta melhor votação para deputado federal no estado, ajudando o PMDB a superar o PSDB no número de cadeiras conquistadas para a 51ª legislatura da câmara federal, fato inusitado na história política do estado e assistira a coligação "Ceará Vota pra Vencer" eleger o governador, o senador, dar mais de 70% dos votos válidos a Lula, além de fazer as maiores bancadas na assembleia e na câmara.

Evidência do seu prestígio, foram os convidados daquela noite. Além do governador eleito, do futuro presidente da assembleia legislativa, de praticamente toda a bancada federal do estado, passaram pelo evento, o presidente nacional do PMDB, Michel Temer, o presidente do senado, Renan Calheiros com boa parte da bancada do PMDB naquela casa, além de amigos e assessores que compunham a sua equipe na FUNASA.

O retorno vitorioso à arena política, entretanto, teve seu preço. A política não era mais jogada como fora no passado. Não apenas mudou a forma como as eleições eram decididas, convertendo-se em projetos, cada vez mais, caros e mais dependentes do uso da máquina governamental, o que não era novidade, mas cambiava de modo radical a maneira de se fazer tal uso.

As habilidades de Lustosa de reinventar, de dinamizar e dar visibilidade para aos órgãos públicos que assumia não eram mais a principal característica buscada, quando das indicações políticas. Ao mesmo tempo, a guinada que ele deu na FUNASA colocou o órgão na vitrine e a sua presidência passou a ser ainda mais cobiçada e disputada do que antes. Enquanto ele se preparava para dar sequência ao trabalho, a reestruturação do governo Lula estava sendo costurada e a Fundação passou a ser alvo de intensa disputa entre os grupos que formavam o PMDB e os do PT.

A principal mudança, no cenário político, para Lustosa foi a adesão do PMDB, em massa, ao governo Lula. No primeiro mandato do petista, apenas, parcela dos peemdebistas alinhando-se com a base governista, ficando outra metade em oposição. Lustosa estava na parcela do partido que dava apoio ao governo e sua posição esteve relativamente tranquila, com seu nome sendo cotado, mais de uma vez, para assumir outros postos dentro do governo.

Um exemplo dessa posição, além da possível indicação para o ministério da Saúde, foi o fato de que, quando ainda estava presidindo a FUNASA, Lustosa teve seu nome indicado pelo partido e considerado pelo governo para assumir a presidência da Agência Nacional de Telecomunicações -ANATEL-⁶¹³, em função de seu bom desempenho como secretário executivo do ministério das Comunicações.

Como o segundo mandato de Lula trouxe como novidade a adesão de praticamente todo o partido à base governista, mudando a correlação de forças dentro da agremiação partidária e, principalmente, dentro da bancada do partido na câmara, a posição de Lustosa ficou exposta às novas composições.

Ainda no início do ano, em reunião realizada na residência oficial do presidente do senado, Lustosa foi avisado que seus dias à frente da Fundação estavam contados⁶¹⁴, pois perdera parte do apoio que tinha da Câmara, especialmente do Presidente do partido, o deputado Michel Temer.

Lustosa, ainda, tentou articular uma saída política visando a sua permanência no cargo, mas a disputa entre o PMDB do senado, de quem ele era considerado indicação, e o PMDB na câmara dos deputados, que tinha Temer e Henrique Alves à

613 O Globo, 15.11.05. Lula decide esta semana quem será o próximo Presidente da ANATEL.

614 "Mas Lustosa está com os dias contados, porque o órgão se tornou alvo da disputa entre três setores do PMDB, partido que hoje comanda a entidade, e uma ala do PT. Apadrinhado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) com a bênção da bancada da Câmara, Lustosa já foi avisado de que terá de deixar o cargo. Com isso, o deputado Jader Barbalho (PMDB-PA) aliou-se a Renan para tentar indicar o sucessor, mas o presidente do PMDB, deputado Michel Temer (SP), não abre mão do cargo. De quebra, a bancada goiana ainda apresentou o nome do ex-senador Maguito Vilela como pretendente." Gazeta do Povo, Em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/controla-da-funasa-e-disputado-por-pt-e-pmdb-af1a7nu0c6ubhurie2b9didq/>

frente, acabou falando mais alto. Em um movimento de pouca lealdade por parte dos companheiros de partido, Lustosa acabou, indevidamente, envolvido em um suposto escândalo, que precipitou sua saída da entidade, em março de 2007.

O projeto da TV FUNASA, do modo que seus detratores trataram de divulgar, foi mais uma iniciativa que mostrou o caráter visionário que Paulo Lustosa adotou na gestão pública. Considerando a obrigação da Fundação de atender às populações indígenas, nos mais longínquos rincões do Brasil, somada à dificuldade de conseguir profissionais de saúde que se interessassem em trabalhar nessas localidades, o projeto inovou ao oferecer, pela primeira vez, em um órgão público, instrumentos para a telemedicina, possibilitando, tanto o atendimento a distância da população indígena, como também oferecendo treinamentos e capacitações (educação a distancia) para os profissionais da FUNASA que ali trabalhavam.

Mas, como dito, os tempos eram outros, a política era outra. Ao se aproximar dos 35 anos como profissional militando no setor público, Lustosa, não sem sofrimento, compreendeu que estava chegando a hora de abrir espaço para os novos entrantes.

Naquele mesmo ano ele retomou suas atividades privadas e acompanhou, distante, as eleições que se seguiram, até que a pandemia do COVID 19 mostrou para a FUNASA e para o mundo, que os recursos de educação a distância e de telemedicina seriam, cada vez mais, determinantes para as políticas de saúde e educação nos anos vindouros. Como aconteceu em, praticamente, toda sua carreira profissional, foram necessários alguns anos para mostrar que ele, mais uma vez, esteve à frente das pessoas de sua época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abrúcio, Fernando Luiz e Samuels, David. **A nova política dos governadores**. Revista Lua Nova. n.40-41, pp.137-166. ISSN 0102-6445. Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451997000200007>.

Alberton, José Galvani. **Aspectos da contribuição do Ministério Público de Santa Catarina para a Constituinte de 1987 e a construção do Ministério Público moderno**. MÉTIS: história & cultura – v. 12, n. 24, p. 33-39, jul./dez. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2012. Em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ah-UKewiQuILVzMXqAhVCA9QKHYOyCa8QFjAAegQIBhA-B&url=http%3A%2F%2Fucs.br%2Fetc%2Frevistas%2Findex.php%2Fmetis%2Farticle%2Fdownload%2F2336%2F1393&usq=A0vVaw3jF2PPFVz5uOvsYqx2PL99>

Alencar Júnior, José Sydrião de. **Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará**. Tese (Doutorado), 325 p. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará Fortaleza, 2006.

Amaral, Luiz Otávio. **Breve História do Direito do Consumidor Brasileiro**. Ed. Revista dos Tribunais, 2010. http://www.abonacional.org.br/files/livro_digital_cdc_25_anos_ok2.pdf

Aquino, Jakson Alves de. **Processo Decisório no Governo do Estado do Ceará (1995-1998): O Porto e a Refinaria**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000. Em www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/20905/1/2000_dis_jaaquino.pdf

Araújo Júnior, Ignácio Tavares de. **Análise Comparada sobre Medidas de Favorecimento de Micro e Pequenas Empresas (MPes) em Compras Públicas com Avaliação de Eficácia e**

Identificação de Melhores Práticas. IPEA, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2422.pdf

Barbalho, Alexandre. **Os modernos e os tradicionais: Cultura política no Ceará Contemporâneo.** Estudos de Sociologia, v. 12, n. 12, p. 27-42. UNESP, São Paulo, 2007. Em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjYyP623rjqAhUBKLkGHVgGqDgcQF-jAAegQIBhAB&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.fclar.unesp.br%2Festudos%2Farticle%2Fdownload%2F347%2F211&usq=AOvVaw09hPbrC_699B2sZYeWRa0H

Bárcia, Marcelo. **O SEBRAE/RJ e a Implantação de Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado em Administração Pública, EBAP/FGV. Rio, 1999. Em: bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3528/000091290.pdf;jsessionid=6281A52A79DE4E6BF5CD54E96587C26B?sequence=1

Bertoncelo, Edison. **A Campanha das Diretas e a Democratização.** Associação Editorial Humanitas, FAPESP. São Paulo, 2007. Em <https://politica3unifesp.files.wordpress.com/2013/03/ber-toncelo-a-campanha-das-diretas-e-a-democratizac3a7c3a3o.pdf>

Braga Neto, Aristides. **O Diário do Nordeste sobre a Administração Popular de Fortaleza: Palavras de Oposição.** Dissertação de Mestrado em História, UECE, 2011. Disponível em <http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/O%20Diário%20do%20Nordeste%20sobre%20a%20BRAGA%20NETO%20Aristides%20entregue%20à%20biblioteca.pdf>

Brilhante, Matilde de Lima. **Sob as máscaras da alegria: A construção da imagem política de Maria Luiza Fontenele a partir das charges dos jornais de Fortaleza (1985-1988).** Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural. Teresina, Piauí,

2012. ISBN: 978-85-98711-10-2. Em: gthistoriacultural.com.br/VIsimposio/anais/Matilde%20de%20Lima%20Brilhante.pdf

Corrêa, Arsênio Eduardo. **A Frente Liberal e a Democracia no Brasil (1984-1985)**. Editora Nobel, São Paulo, 2006.

Deák, Csaba e Schiffer, Sueli. **Desenvolvimento Industrial e Organização Espacial: Algumas considerações sobre a Região Metropolitana de Fortaleza**. FAU-USP. São Paulo, 2008.

Diasi, Graziany Penna. **Empreendedorismo e Educação: o SEBRAE na escola**. Revista Trabalho Necessário, Ano 7, Número 8. UFF, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjFx7f_s_roAhXPFbkGHXoeD-jkQFjADegQIBRAB&url=http%3A%2F%2Fwww.periodicos.uff.br%2Ftrabalhonecessario%2Farticle%2FviewFile%2F4665%2F4296&usq=AOvVaw3vICzYU2pNNl-vsXnOJjhV

Fraga, Plínio. **Tancredo Neves, o Príncipe Civil**. Editora Objetiva, Rio de Janeiro, 2007.

Gondim, Linda M. P. **Os “Governos das Mudanças” no Ceará: um populismo Weberiano?** In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 19. 1995. Caxambu, MG. Anais... Caxambu, MG. ANPOCS, out. 1995.

Grof, Rogério Aparecido. **Micro e pequenas empresas para sempre? Desafios para o Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. 2017. Disponível em <http://tede.mackenzie.br/jspui/bitstream/tede/3462/5/Rogério%20Aparecido%20Grof.pdf>

Jawdat, Abu-El-Haj. **Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro**. Políticas Públicas e Sociedade, n.6, UECE, Fortaleza, 2003. Disponível em: <http://seer.uece.br/?journal=politica>

caspublicasesociedade&page=article&op=view&path%5B%5D=239&path%5B%5D=364)

Lamounier, Bolivar. **Depois da Transição: democracia e eleições no Governo Collor**. Temas Brasileiros VIII, Edições Loyola, São Paulo, 1991.

Lucena, Carlos e Lucena, Lurdes. **A Greve dos Petroleiros em 1983, A Ditadura Militar e o Fundo Monetário Internacional**. Anais da XII Jornada do HISTEDBR, Maranhão, 2014. Em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/9/artigo_eixo9_363_1410822581.pdf

Marinho, Djalma. Discurso Pronunciado em 13.03.1980 *in* Perfis Parlamentares, número 25. Disponível em www.camara.leg.br.

Martin, Isabela. **Os Empresários no Poder: o projeto político do CIC (1978/1986)**. Omni Editora Associada Ltda., Fortaleza, 2002.

Melo, Natália Máximo. **SEBRAE e o Empreendedorismo: Origem e desenvolvimento**. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/23590683/UNIVERSIDADE_FEDERAL_DE_SÃO_CARLOS_CENTRO_DE_EDUCAÇÃO_E_CIÊNCIAS_HUMANAS_PROGRAMA_DE_PÓS_GRADUAÇÃO_EM_CIÊNCIAS_SOCIAIS_SEBRAE_E_EMPREENDEDORISMO_origem_e_desenvolvimento_NATÁLIA_MAXIMO_E_MELO

Medeiros, Moíza. **Primeiro Damismo no Ceará: Luíza Távora na Gestão Social**. Dissertação de Mestrado, UECE, 2012. Em http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/dissertacao_moiza_siberia.pdf

Monte, Cleyton. **Os Caminhos do Poder no Ceará: A Política de Alianças nos Governos Cid Gomes (2007-2014)**. Tese de Doutorado em Sociologia. UFC. Fortaleza, 2016.

Monte, Cleyton. **As Estratégias Eleitorais dos Ferreira Gomes e os Alinhamentos na Política Cearense Contemporânea (2006-2014)**. Revista Conexão Política, v. 6, n. 2, 97 – 119, Teresina, jul./dez. 2017.

Monteiro, Henrique. **Um Estudo sobre o Franchising**. PUC, Rio de Janeiro, 1999. Em http://www.econ.pucRio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Henrique_Oswald_da_Silva_Monteiro.pdf

Muniz, Alberto da Costa. **Trajetórias de Vida, Espaços de Sociabilidade, e Projeto Político da Burguesia “Mudancista” Cearense (1978-1986)**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-graduação em História Social, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da UFRJ, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp057998.pdf>

Nery, Vanderlei Elias. **A Campanha das Diretas Já e a Transição da Ditadura para a Democracia Burguesa**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2012. Disponível em <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3421/1/Vanderlei%20Elias%20Nery.pdf>

Nery, Vanderlei Elias. **A Campanha “Diretas Já” e a transição brasileira**. Lutas Sociais, São Paulo, vol.18 n.32, p.240-253, jan./jun. 2014.

Nobre, Maria Cristina. **Modernização do Atraso: A Hegemonia Burguesa do CIC e as Alianças Eleitorais da “Era Tasso”**. Tese de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008. Disponível em http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1530/1/2008_TESE_MCQNOBRE.pdf,

Nobre, Maria Cristina e al. **As Primeiras Damas na Política Cearense. Nobre et al.** UFMA, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo3-estadolutassociaisepoliticaspUBLICAS/asprimeiras-damas-napoliticacearense-umestudodasdecadasde1970ade2010.pdf>

Oliveira, Lucas Monteiro de. **As Dinâmicas da Luta pela Anistia na Transição Política.** Dissertação de Mestrado em História Social da USP, São Paulo, 2015. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-02062015-171603/publico/2015_LucasMonteiroDeOliveira_VCorr.pdf

Pessoa Júnior, José Raulino Chaves. **Organização Informal e Jogos de Poder Intrapartidários: o caso do PMDB do Ceará.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/system/files/documentos/eventos/2019/05/organizacao-informal-e-jogos-poderintrapartidario-caso-pmdb.pdf>

Pessoa Junior, José Raulino Chaves. **O Líder e a Máquina – Procedimentos Informais como Estratégia de Poder no (P) MDB Cearense.** Revista Teoria & Pesquisa, v. 28, n. 1, 2019, p. 91-121, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.31068/tp.28104>

Piquet Carneiro, João Geraldo. **As Reformas da Administração Federal nos Governos Sarney e Collor.** Temas de Atualidade Brasileira I Ciclo de Palestras proferidas no Curso Leituras Brasileiras, Instituto Rio Branco. Caderno do IPRI nº 14. Fundação Alexandre de Gusmão/IPRI, FINEP, Brasília, 1994. Disponível em <http://funag.gov.br/biblioteca/download/cadernos-do-ipri-num-14.pdf>

Ralio, Vanise Rafaela Zivieri. **O SEBRAE e a Consultoria para a Pequena Empresa no Brasil: processos históricos e arranjos organizacionais nas últimas décadas.** Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSCar, São Carlos, SP, 2015. Em: <https://repositorio.ufscar.br/>

bitstream/handle/ufscar/8047/TeseVRZR.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Ribeiro, Ricardo Luiz Mendes. **PFL: do PDS ao PSD**. Tese de Doutorado em Ciência Política, USP São Paulo, 2016. Disponível em https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-09092016-130237/publico/2016_RicardoLuizMendesRibeiro_VOrig.pdf

Silveira, Edvanir Maia da. **A Nova República e o Movimento por uma Nova Sobral**. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, Rio Grande do Norte, Julho de 2013. http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364923065_ARQUIVO_ANPUHNACIONAL.pdf

Simpson, Ximena: **Racionalização das Relações Intergovernamentais: federalismo e política pública no Brasil e Argentina**. Trabalho elaborado para a apresentação no XIII Encontro da ABCP. Gramado, 2012. (Não citar sem autorização da autora)

Vasconcelos, Rejane. **O Retorno da Competitividade na Disputa pelo Governo do Ceará em 2002**. REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS V. 35 N. 1, Fortaleza, 2004.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brilhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Mesa Diretora

Biênio 2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário

INESP

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE
O DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ

João Milton Cunha de Miranda
Diretor Executivo

EDIÇÕES INESP

Ernandes do Carmo
Orientador da Célula de Edição e Produção Gráfica

Cleomárcio Alves (Márcio), Francisco de Moura,
Hadson França, Edson Frota e João Alfredo
Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal
Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni
Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)
Equipe de Design Gráfico

Rachel Garcia Bastos de Araújo
Redação

Valquíria Moreira
Secretária Executiva / Assistente Editorial

Manuela Cavalcante
Secretaria Executiva

Luzia Lêda Batista Rolim
Assessoria de Imprensa

Lúcia Maria Jacó Rocha, Vânia Monteiro Soares Rios e Sandra Bastos Mesquita
Equipe de Revisão

Marta Lêda Miranda Bezerra e Maria Marluce Studart Vieira
Equipe Auxiliar de Revisão

Site: [http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/
instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara](http://www.al.ce.gov.br/index.php/institucional/instituto-de-estudos-e-pesquisas-sobre-o-desenvolvimento-do-ceara)

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,
Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará, CEP 60.170-900
Site: www.al.ce.gov.br
Fone: (85) 3277-2500



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Mesa Diretora 2021-2022

Deputado Evandro Leitão
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Antônio Granja
1º Secretário

Deputado Audic Mota
2º Secretário

Deputada Érika Amorim
3ª Secretária

Deputado Apóstolo Luiz Henrique
4º Secretário



Escaneie o QR CODE
e acesse nossas
publicações